

Diversidade Cultural e Descolonialismo

O COSMOPOLITISMO E O IDEAL UNIVERSALISTA DE HUMANIDADE



Se pararmos para pensar sobre os diferentes povos que habitam o planeta, evidentemente nos saltará à vista a variedade de costumes que vamos encontrar. Conforme já estudamos, a noção científica de cultura nos leva a refletir sobre as particularidades culturais de cada agrupamento humano, ainda que os seres humanos, como espécie, não apresentem distinções biológicas entre si.

A perspectiva de pensar a humanidade como uma categoria universal acima das diferenças de classe, gênero, etnia, nacionalidade, entre outras, é cara ao pensamento cosmopolita, que tem suas origens ainda na Grécia Antiga.

O filósofo grego Diógenes foi quem utilizou, pela primeira vez, o termo *cosmopolities*. Tal conceito representaria a existência de um mundo sem fronteiras e, conseqüentemente, sem conflitos, uma vez que os seres humanos estariam unidos sem nenhuma diferenciação quanto à origem ou à cultura, por exemplo.

No entanto, são os estoicos os responsáveis pelo fato de o conceito de cosmopolitismo ter ultrapassado o Período Helênico e estar presente na atualidade. Essa corrente filosófica entende que os seres humanos deveriam formar uma grande comunidade, vivendo todos como irmãos. Os estoicos entendiam que as diferenças culturais deveriam estar submetidas à cultura helênica, considerada por eles o sistema cultural mais avançado.

Adotado por filósofos europeus, como David Hume e Immanuel Kant, no século XVIII, o conceito de cosmopolitismo passou a ter como eixo fundamental a cultura ocidental e europeia, e não mais a cultura helênica. Por esse motivo, instituições sociais típicas do ocidente, de origem europeia, como o Estado-nação, passaram a ser concebidas como o modelo mais acurado de instituições sociais e, logo, como exemplo de modelos de sociedade. Foi a partir dessa perspectiva que a **noção europeia de civilização** passou a se disseminar por todo o ocidente, gerando eventos que vieram a questionar a proposta cosmopolita de que os seres humanos deveriam ter a capacidade de se relacionar, para além das diferenças culturais, e formar uma solidariedade universal entre eles, visando à formação de uma comunidade global.

São exemplos desses acontecimentos que colocaram em dúvida a validade da perspectiva cosmopolita: o colonialismo europeu, o período das duas guerras mundiais e o desenvolvimento da globalização e sua relação com o fenômeno do multiculturalismo. A seguir, estudaremos cada um desses eventos.

COLONIALISMO, IMPERIALISMO E ETNOCENTRISMO



O domínio europeu sobre suas colônias, no Novo Mundo, tinha como pressuposto uma postura civilizadora, em que os europeus, portadores de uma cultura supostamente superior, seriam responsáveis por “civilizar” os nativos do mundo novo. Desde o século XV, quando diferentes povos europeus iniciaram o processo colonial, passando pelo neocolonialismo (ou imperialismo) dos séculos XIX e XX, as diversas culturas humanas passaram a estar em contato mais próximo, ainda que sob relações de dominação e exploração. Por meio dessa investida em novos territórios, o colonialismo e o neocolonialismo europeus puseram em contato diferentes povos e diferentes culturas. Mas, paralelamente, reforçaram a imposição política, econômica e cultural baseada no modelo ocidental de civilização.

A existência de práticas de dominação, por parte dos europeus, estava embasada em pressupostos **etnocêntricos**. Já vimos que o etnocentrismo consiste em uma postura que estabelece critérios para as diferentes culturas do mundo serem compreendidas tendo como parâmetro a cultura daquele que as interpreta. Sendo assim, cada cultura se enxerga como se fosse o centro do universo e, desse modo, diferenças morais, estéticas, entre outras, são desqualificadas pela cultura tomada como parâmetro. No caso específico europeu, o etnocentrismo pode ser chamado de eurocentrismo.



Rubens Lima



Rubens Lima

Por ser um fenômeno advindo do encontro entre culturas distintas, o elemento central do etnocentrismo é o estranhamento entre as culturas. Pois, nesse contato, as noções como “nós” e “outro” são produzidas, e uma série de representações sobre grupos sociais diferentes são criadas. Desse modo, todo o universo simbólico dos colonizados passava a ser permeado pela cultura europeia, apoiada na ideologia da superioridade da raça branca. Os europeus chegaram às Américas, assim como à África, à Ásia e à Oceania, em condição de domínio absoluto, gerando, evidentemente, reflexos na esfera cultural.

Não é correto utilizarmos o termo “aculturação” para designar o processo de assimilação cultural ocorrido entre as culturas indígenas, africanas e europeia. Isso porque “aculturação” supõe a substituição de uma cultura por outra, o que não acontece. O que ocorre é um processo de trocas culturais. Como a civilização europeia aportou em terras americanas para dominar os povos nativos, sua visão de mundo (etnocêntrica) acabou se impondo com mais intensidade sobre as demais, mas não as eliminou por completo. Em muitos lugares, como no Brasil, testemunhamos o surgimento de culturas híbridas e complexas, com referências culturais misturadas e ressignificadas. Afinal, as culturas não são estáticas, mas dinâmicas, mutáveis e adaptáveis. Atualmente, pensadores como o jamaicano Stuart Hall (1932-2014) e, especialmente, o argentino Néstor Canclini (1939-) se dedicam a estudar a *hibridização* cultural, cujo foco se concentra nas interseções – fusões, conflitos, contradições, ressignificações – entre as culturas na modernidade.

Canclini foca sua atenção nos papéis dos agentes sociais envolvidos na construção dos produtos culturais ditos cultos, populares ou massivos (aqueles ligados à produção da indústria cultural) e suas relações com a modernidade. Para tanto, ele apresenta as estratégias de diversos setores, como os artistas, os literatos, os museus, as disciplinas sociais (especialmente a Antropologia e a Sociologia), a mídia e as classes políticas, na abordagem do que é tradicional e do que é moderno, para então reforçar a ideia de que, na América Latina, há uma longa história de construção de uma cultura híbrida, em que a modernidade é sinônimo de pluralidade, mesclando relações entre hegemônicas e subalternos, tradicional e moderno, culto, popular e massivo. [...]

Para Canclini, a compreensão da modernidade requer observar, ao mesmo tempo, as formas de entrada e saída que nela ocorrem. Vê-la com uma condição que nos envolve. Compreender como se reestruturaram os agentes sociais que participam tanto do campo culto ou popular quanto do massivo e como isso abranda as fronteiras entre seus praticantes e seus estilos.

OLIVEIRA, Ivanilton José de. *Boletim Goiano de Geografia*, v. 27, n. 3, p. 173, 181, jul. / dez. 2007. [Seção] Resenhas. Resenha da obra de: CANCLINI, Néstor García. *Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade*. Trad. Heloísa P. Cintrão e Ana Regina Lessa. 2. ed. São Paulo: Edusp, 1998. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/bgg/article/view/3981/3599>. Acesso em: 17 nov. 2021. [Fragmento]

Porém, anteriormente à década de 1970 e às teorias derivadas dos Estudos Culturais e dos Estudos Pós-Coloniais, quase não havia consideração a respeito das diferenças culturais entre os europeus e os povos africanos e indígenas. Pautados no etnocentrismo, os europeus muitas vezes assumiam uma postura de dominação sobre as culturas que lhes eram estranhas.

Etnocentrismo é uma visão do mundo onde o nosso próprio grupo é tomado como centro de tudo e todos os outros são pensados e sentidos através dos nossos valores, nossos modelos, nossas definições do que é a existência. No plano intelectual, pode ser visto como a dificuldade de pensarmos a diferença; no plano afetivo, como sentimentos de estranheza, medo, hostilidade, etc.

[...]

Como uma espécie de pano de fundo da questão etnocêntrica temos a experiência de um choque cultural. De um lado, conhecemos um grupo do “eu”, o “nosso” grupo, que come igual, veste igual, gosta de coisas parecidas, conhece problemas do mesmo tipo, acredita nos mesmos deuses, casa igual, mora no mesmo estilo, distribui o poder da mesma forma, empresta à vida significados em comum e procede, por muitas maneiras, semelhantemente. Aí, então, de repente, nos deparamos com um “outro”, o grupo do “diferente” que, às vezes, nem sequer faz coisas como as nossas ou quando as faz é de forma tal que não reconhecemos como possíveis. E, mais grave ainda, esse “outro” também sobrevive à sua maneira, gosta dela, também está no mundo e, ainda que diferente, também existe.

[...]

O grupo do “eu” faz, então, da sua visão a única possível ou, mais discretamente, se for o caso, a melhor, a natural, a superior, a certa. O grupo do “outro” fica, nessa lógica, como sendo engraçado, absurdo, anormal ou ininteligível. Este processo resulta num considerável reforço da identidade do “nosso” grupo. No limite, algumas sociedades chamam-se por nomes que querem dizer “perfeitos”, “excelentes” ou, muito simplesmente, “ser humano” e ao “outro”, ao estrangeiro, chamam, por vezes, de “macacos da terra” ou “ovos de piolho”. De qualquer forma, a sociedade do “eu” é a melhor, a superior. É representada como o espaço da cultura e da civilização por excelência. É onde existe o saber, o trabalho, o progresso. A sociedade do “outro” é atrasada. É o espaço da natureza. São os selvagens, os bárbaros. São qualquer coisa menos humanos, pois estes somos nós. O barbarismo evoca a confusão, a desarticulação, a desordem. O selvagem é o que vem da floresta, da selva que lembra, de alguma maneira, a vida animal. O outro é o “aquém” ou o “além”, nunca o “igual” ao “eu”.

ROCHA, Everardo. *O que é etnocentrismo*. São Paulo: Brasiliense, 1984. p. 7-22.



DESCOLONIZAÇÃO E ESTUDOS PÓS-COLONIAIS



Durante o século XX, diversos processos de independência política e de surgimento de países soberanos, sobretudo nos continentes da África e da Ásia, materializaram-se. As transformações geopolíticas trouxeram à tona um novo campo de estudos, especialmente nas ciências humanas, que passou a analisar os efeitos políticos, econômicos, sociais e culturais da **colonização** e do **Imperialismo**. O conjunto desses trabalhos, denominados de Estudos Pós-Coloniais, caracteriza-se por produzir conhecimento a partir da ótica dos colonizados, e não dos colonizadores.

Os Estudos Pós-Coloniais referem-se a uma série de visões críticas às narrativas etnocêntricas, principalmente ao eurocentrismo – que coloca a Europa como responsável por moldar o mundo tendo como parâmetro seus próprios valores culturais. Ou seja, os Estudos Pós-Coloniais são uma contraposição ao modelo civilizatório universal, cunhado pelos europeus, e buscam superar as leituras de mundo feitas sobre os continentes colonizados, sobretudo a América Latina, a África e a Ásia. A descolonização do mundo e o desenvolvimento dos Estudos Pós-Coloniais apresentam um significado político, cultural e social de valorização de saberes antes ignorados, marginalizados e até violentamente reprimidos por perspectivas colonizadoras, “consequentemente, a opção descolonial significa, entre outras coisas, *aprender a desaprender*, [...] já que nossos cérebros tinham sido programados pela razão imperial / colonial” (MIGNOLO, 2008, p. 290, grifo original).

Assim sendo, os Estudos Pós-Coloniais (ou Pós-Colonialismo / Descolonialismo) se configuram como uma **práxis** social, política, cultural e econômica. Ou ainda, como afirma Mignolo:

A opção descolonial é epistêmica, ou seja, ela se desvincula dos fundamentos genuínos dos conceitos ocidentais e da acumulação de conhecimento. Por desvinculamento epistêmico não quero dizer abandono ou ignorância do que já foi institucionalizado por todo o planeta [...]. Pretendo substituir a geo- e a política de Estado de conhecimento de seu fundamento na história imperial do Ocidente dos últimos cinco séculos, pela geopolítica e a política de Estado de pessoas, línguas, [...] conceitos políticos e econômicos, subjetividades, etc., que foram racializadas (ou seja, sua óbvia humanidade foi negada).

MIGNOLO, W. D. Desobediência epistêmica: a opção descolonial e o significado de identidade em política. *Cadernos de Letras da UFF – Dossiê: Literatura, Língua e Identidade*, n. 34, p. 290, 2008. [Fragmento]

É preciso ressaltar que, durante a construção inicial de diversas áreas de conhecimento, como a Sociologia e a Antropologia, muitos conceitos foram elaborados com base em teorias evolucionistas. As metrópoles exploraram os territórios colonizados para a realização de práticas científicas que colocaram a sociedade europeia como complexa e avançada, enquanto as colônias eram consideradas arcaicas e selvagens.

No Brasil, já na qualidade de ex-colônia, a ciência foi instrumentalizada, sendo utilizada como justificativa para a manutenção da escravidão e para colocar o branco em superioridade biológica em relação ao negro – pensamento também conhecido como racismo científico.



A bandeira Whipala é um símbolo de identificação cultural dos povos da região dos Andes. Após a colonização espanhola, o emblema colorido foi também associado à resistência política indígena.

Na América do Sul, na América Central e no Caribe, o pensamento descolonial vive nas mentes e corpos de indígenas, bem como nas de afrodescendentes. As memórias gravadas em seus corpos por gerações e a marginalização sociopolítica a qual foram sujeitos por instituições imperiais diretas, bem como por instituições republicanas controladas pela população crioula dos descendentes europeus, alimentaram uma mudança na geo- e na política de Estado de conhecimento.

MIGNOLO, W. D. Desobediência epistêmica: a opção descolonial e o significado de identidade em política. *Cadernos de Letras da UFF – Dossiê: Literatura, Língua e Identidade*, n. 34, p. 291, 2008. [Fragmento]

Adiante, a globalização e a forte migração de povos no século XX fez com que uma geração de estudiosos passasse a questionar a hegemonia científica vigente. Muitos desses pesquisadores eram intelectuais imigrantes que estudaram em universidades de antigas metrópoles, sobretudo na Europa. Posteriormente, os Estudos Pós-Coloniais se dedicaram a analisar processos de exclusão contemporâneos, como o Imperialismo (ou Neocolonialismo) dos Estados Unidos em relação a outras partes do mundo.

Alguns dos primeiros Estudos Pós-Coloniais conhecidos emergiram na década de 1930, liderados pelo caribenho da Martinica, Aimé Césaire, em publicações de jornais e poemas. Foi ele também o responsável pelo termo **negritude**: a consciência de ser negro, em que há o reconhecimento de um fato que implica uma aceitação – assumir sua negritude, sua história e sua cultura.

Os porta-vozes da *Negritude* nos anos 30, Aimé Césaire, Léon Gontran Damas e Léopold Sédar Sengnor, [...] manifestavam o desejo de revitalizar, no plano teórico e conceitual, a herança cultural africana fundada na valorização da pureza racial ou étnica [...].

VIANNA NETO, A. R. A négritude de Aimé Césaire. *Conserveries mémorielles*, n. 3, 2007. Disponível em: <https://journals.openedition.org/cm/133?lang=en#text>. Acesso em: 10 dez. 2020. [Fragmento]

Compatriota de Césaire, Frantz Fanon foi um psiquiatra que se apoiou nas ciências humanas para explicar as ideias de inferioridade atribuídas à população negra. Em seu livro *Pele negra, máscaras brancas* (1952), Fanon conduz seus leitores aos papéis atribuídos ao negro pela população branca. Esses dois autores buscam ressignificar a cultura negra diante dessa dominação.

O negro tem duas dimensões. Uma com seu semelhante e outra com o branco. Um negro comporta-se diferentemente com o branco e com outro negro. Não há dúvida de que esta cissiparidade é uma consequência direta da aventura colonial [...].

FANON, F. *Pele negra, máscaras brancas*. Salvador: EDUFBA, 2008. p. 33. [Fragmento]

Outro pesquisador a ser mencionado é Edward Said, crítico literário palestino, que demonstra a força do discurso cultural do Ocidente. Ele coloca a ocidentalização como uma estrutura de **dominação cultural**, que torna exótica e homogênea as culturas dos povos colonizados, processo descrito no livro *Orientalismo*, de 1978.

O investimento continuado fez do orientalismo, como sistema de conhecimento sobre o Oriente, uma tela aceitável para filtrar o Oriente para a consciência ocidental, assim como esse mesmo investimento multiplicou – na verdade, tornou realmente produtivas – as declarações que proliferaram a partir do Oriente para a cultural geral.

SAID, E. W. *Orientalismo*: o Oriente como invenção do Ocidente. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. p. 18. [Fragmento]

O teórico literário indiano Homi K. Bhabha é um dos mais influentes autores dos anos 1980, propondo-se a uma crítica radical das formas culturais herdadas do sistema colonial. O autor reflete sobre a importância dos discursos culturais na formação dos Estados, mas critica a ideia de uma narrativa nacional homogênea. Com base no debate entre intelectuais da periferia global, Bhabha leva em conta a hibrididade dos discursos que fazem parte dessas narrativas. Os autores pós-coloniais, em sua maioria, migrantes como o próprio Bhabha, são chamados de sujeitos desterritorializados, híbridos. Isso se justifica por não falarem do ponto de vista das suas nações de origem, nem como cidadãos de países colonizadores, mas de um local que o autor indiano chama de fronteira não geográfica, um espaço construído e descontínuo entre nações.



Yulia Reznikova / Getty Images

Os Estudos Pós-Coloniais prezam pela construção e pela escrita de novas epistemologias, que tragam à tona o conhecimento produzido por pessoas e povos que foram invisibilizados na História.

A representação da diferença não deve ser lida [...] apressadamente como o reflexo de traços culturais ou étnicos *preestabelecidos*, inscritos na lápide fixa da tradição. A articulação social da diferença, da perspectiva minoritária, é uma negociação complexa, em andamento, que procura conferir autoridade aos hibridismos culturais que emergem em momentos de transformação histórica.

BHABHA, H. K. *O local da cultura*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1998. p. 20-21. [Fragmento] [grifo original]

Bhabha critica o conceito de diversidade cultural ao afirmar que uma cultura existe quando contraposta na sua relação com as outras. Diferentemente de uma visão homogênea, que constrói nacionalidades, o autor propõe uma nova forma de pensar a nação, privilegiando suas diferenças e seus conflitos, utilizando o termo **"diferença cultural"** para representar melhor como os enunciados são criados para promover a legitimação de determinadas culturas em detrimento de outras.

Prosseguindo, a crítica pós-colonial na América Latina, fortalecida nos anos 1990, levou em conta as especificidades do colonialismo local. Um dos maiores responsáveis pelo destaque latino-americano dentro desse campo de conhecimento é o filósofo argentino Walter Mignolo. O autor liderou um grupo, constituído por intelectuais de diversas universidades das Américas, em uma radicalização dos Estudos Pós-Coloniais, ao argumentar que não houve ruptura adequada em relação aos referenciais teóricos europeus. Para Mignolo, o conhecimento produzido na Europa não serve para ser aplicado universalmente, e por isso deve ser criticado. O autor também critica a utilização de elementos de análise de estudos asiáticos e africanos para os estudos da América Latina, uma vez que a história, a trajetória e a localização são bastante distintas entre tais locais.

Mais ainda, o povo e o Estado que o povo e seus representantes criaram todos operaram sob a mesma cosmologia: teoria política ocidental de Platão e Aristóteles a Maquiavel, Hobbes e Locke. Mas as coisas começaram a mudar quando os povos indígenas ao redor do mundo clamaram por sua própria cosmologia na organização do econômico e do social, da educação e da subjetividade; quando os afrodescendentes da América do Sul e do Caribe seguiram um caminho semelhante; quando os intelectuais islâmicos e árabes romperam com a bolha mágica [...] da política e da ética do ocidente.

MIGNOLO, W. D. Desobediência epistêmica: a opção descolonial e o significado de identidade em política. *Cadernos de Letras da UFF – Dossiê: Literatura, Língua e Identidade*, n. 34, p. 315, 2008. [Fragmento]

No Brasil, as referências de pensadores pós-coloniais – acadêmicos ou não – são muitas e já existentes há algum tempo. Entretanto, os Estudos Pós-Coloniais tiveram suas obras encobertas. Recentemente, esses intelectuais e influenciadores vieram à tona por causa de uma demanda científica por discussões de temas em diversas áreas do conhecimento. A perspectiva pós-colonial também foi fortalecida pela posição feminina na sociedade, uma vez que o contexto de colonialidade passou a ser analisado com base na condição das mulheres e relacionado às suas identidades étnicas e às condições de classe.

Lélia Gonzalez e Abdias do Nascimento são considerados dois dos precursores do campo no país. Gonzalez, que foi professora universitária e ativista, criticou o viés eurocêntrico das Ciências Sociais. Essa pensadora estudou a realidade brasileira, a latino-americana e a africana para compreender os processos coloniais. Abdias do Nascimento era professor universitário, escritor e artista, tendo criado na década de 1940 o Teatro Experimental do Negro (TEN), com a proposta de valorização social do negro e da cultura afro-brasileira por meio da educação e da arte. Sua trajetória baseou-se na reivindicação racial e na valorização da identidade cultural dos povos submetidos à escravidão e à alienação racial.

Dada essa discussão, é possível constatar que o Pós-Colonialismo ampliou a percepção sobre as relações de poder e evidenciou "o perigo de uma história única", como argumenta a escritora nigeriana Chimamanda Ngozi Adichie (2019) em seu livro de mesmo nome. Ao mesmo tempo, a subalternização de determinados conhecimentos foi entendida como uma **violência epistêmica** pela indiana Gayatri Spivak e como um **epistemicídio** pelo português Boaventura de Souza Santos, ambos sociólogos. Nesse processo, evidenciam-se os saberes não hegemônicos, produzidos nos países periféricos, de diversas áreas do conhecimento, apontando para a construção de novas epistemologias, ou seja, para novas formas de produção do conhecimento. À medida que outras epistemologias são apresentadas, valoriza-se o conhecimento produzido por pessoas oriundas dos países colonizados.

A restrita violência epistêmica do Imperialismo nos dá uma alegoria imperfeita da violência geral que é a possibilidade de uma episteme.

SPIVAK, G. C. *Pode o subalterno falar?* Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010. p. 85. [Fragmento]

Por fim, pode-se afirmar que o Descolonialismo demonstra nuances e complexidades sobre as relações entre colonizadores e colonizados, trazendo à baila novos temas na literatura e nos estudos sociais, tais como: escravidão, hibridismo cultural, diáspora, migração, deslocamento cultural, colonização / descolonização do imaginário e lugar pós-colonial. Portanto, com essas teorias Pós-Coloniais "estamos testemunhando um ato de *desobediência epistêmica que afeta o Estado e a economia*" (MIGNOLO, 2008, p. 324, grifo original).

AS GUERRAS MUNDIAIS E A DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS



Os dois grandes conflitos mundiais, ocorridos nos anos de 1914 a 1918 e entre 1939 e 1945, são de fundamental importância para compreendermos a diversidade cultural e a sua relação com os direitos humanos.

DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS

- | | | |
|---|---|---|
| 1. Todos nós nascemos livres e iguais | 11. Estamos sempre inocentes até prova em contrário | 21. O direito à democracia |
| 2. Não discriminar | 12. O direito à privacidade | 22. Segurança social |
| 3. O direito à vida | 13. Liberdade para mover | 23. Direitos dos trabalhadores |
| 4. Nenhuma escravidão | 14. O direito a asilo | 24. O direito à diversidade |
| 5. Nenhuma tortura | 15. Direito a uma nacionalidade | 25. Comida e abrigo para todos |
| 6. Tu tens direitos, não importa onde vás | 16. Casamento e família | 26. O direito à educação |
| 7. Somos todos iguais perante a lei | 17. O direito às tuas próprias coisas | 27. Direitos de autor |
| 8. Os direitos humanos são protegidos por lei | 18. Liberdade de pensamento | 28. Um mundo justo e livre |
| 9. Nenhuma detenção injusta | 19. Liberdade de expressão | 29. Responsabilidade |
| 10. O direito a julgamento | 20. Direito de ajuntamento público | 30. Ninguém pode tirar-lhe os seus direitos humanos |

Gabriel Alves

Ainda que a Primeira Guerra Mundial tenha colocado em evidência a questão do etnocentrismo, já que uma de suas causas foi a disputa das grandes potências europeias por novas colônias, foi a Segunda Guerra Mundial que trouxe questionamentos ainda mais profundos sobre o modo como são tratadas as diferenças culturais. Isso se deve a um evento específico: o Holocausto praticado pelo regime nazista, responsável pela dizimação de judeus, ciganos, negros e outras etnias.

No âmbito político, o Holocausto provocou uma preocupação maior com a defesa dos direitos individuais, na esfera internacional, colocando em pauta a questão do respeito à diversidade cultural. A discussão perpassava a necessidade de criar mecanismos de defesa dos direitos humanos que fossem supranacionais, ou seja, não restritos às legislações nacionais. Esse posicionamento questiona a concepção liberal de Estado, que entende os seres humanos como iguais, cabendo ao esforço individual a única variável possível para a superação das desigualdades sociais e para o reconhecimento de direitos. Dessa forma, é factível observar que a busca por instrumentos legais para garantir os direitos humanos enseja uma maior atuação do Estado na vida social.

Desse modo, em 1948, é criada a Organização das Nações Unidas e adotada a Declaração Universal dos Direitos Humanos, visando justamente garantir o respeito à diversidade cultural em todo o mundo. Mas, de que modo poderíamos conceber uma postura universal de defesa da diversidade cultural, visto que esta nos remete justamente à particularidade e não à universalidade?

É nesse aspecto que temos o embate de duas correntes distintas a respeito dos direitos humanos: o universalismo e o multiculturalismo.

O universalismo entende que a condição humana pressupõe uma forma de dignidade que deve ser garantida a todo e qualquer custo. Essa dignidade da pessoa é representada por padrões mínimos de respeito entre os indivíduos, devendo ser garantidos entre as nações que aderirem aos tratados internacionais.

Note que o princípio da dignidade humana passa a ser, hierarquicamente, uma norma superior às outras, tornando-se a base da atividade política em cada uma das coletividades que existem no mundo. Essa perspectiva estaria embasada numa visão de que

os direitos dos homens nascem como direitos naturais universais, desenvolvem-se como direitos positivos particulares, para finalmente encontrarem sua plena realização como direitos positivos universais.

BOBBIO, Norberto. *A era dos direitos*. Rio de Janeiro: Campus, 1992. p. 30.

A Declaração de Viena, de 1993, reafirma essa postura, como fica claro no seu parágrafo 5º:

Todos os direitos humanos são universais, indivisíveis, interdependentes e inter-relacionados. A comunidade internacional deve tratar os direitos humanos globalmente, de maneira justa e equânime, com os mesmos parâmetros e com igual ênfase. As particularidades nacionais e regionais e bases históricas [...] devem ser consideradas, mas é obrigação dos Estados, independentemente de seu sistema político, econômico e cultural, promover e proteger todos os direitos humanos e as liberdades fundamentais.

DECLARAÇÃO e programa de ação de Viena. In: CONFERÊNCIA MUNDIAL SOBRE DIREITOS HUMANOS, 1993, Viena.

A perspectiva universalista, portanto, entende que a realidade social é única e absoluta, sendo sua existência independente das representações dos seres humanos a respeito dos fenômenos da vida social. Por esse motivo, torna-se problemático considerar certas práticas como violadoras dos direitos universais, uma vez que elas apenas são consideradas com base nos valores daqueles que analisam a prática violadora. Um dos maiores riscos que a perspectiva universalista corre é a de adotar uma postura etnocêntrica, que toma como referência a visão de mundo de um grupo e a imponha como universal a todos os demais.

É nesse sentido que a visão multiculturalista se diferencia da visão universalista dos direitos humanos. Para os multiculturalistas, os direitos universais seriam uma construção tipicamente ocidental que não encontraria parâmetros nas demais culturas. Desse modo, não é possível falar em proteção dos direitos humanos sem considerarmos as particularidades de cada contexto cultural.

A perspectiva multiculturalista surge já com um grande viés político. Pois, os primeiros intelectuais a se dedicarem a essa perspectiva foram docentes universitários afro-americanos que, por meio de seus estudos nas áreas de Ciências Sociais, levantaram importantes questões sociais, políticas e culturais, denunciando a exclusão dos negros na sociedade americana e a subalternidade de grupos sociais minoritários e colonizados.

Esses apontamentos foram de fundamental importância para que a igualdade de direitos fosse extensiva também aos negros, na sociedade estadunidense, abrindo caminhos para que outras formas de exclusão social pudessem ser politizadas, ou seja, pudessem ser trazidas ao debate público para que fossem reconhecidas. Nesse viés, para a perspectiva multiculturalista, o Estado tem um papel de extrema importância, pois é ele quem garante as políticas que visam à proteção e ao reconhecimento de grupos que se encontram excluídos e vulneráveis em relação ao restante da sociedade.

Se pensarmos no caso brasileiro, o ensino de História da África, institucionalizado pela Lei Nº 11 645 de 2008, insere-se nesse contexto de reconhecimento cultural e de tentativa de correção das desvantagens sociais que incidiram sobre a população negra no Brasil.

Portanto, o multiculturalismo surge, primordialmente, como uma estratégia política, visando conceder representação aos grupos sociais minoritários da sociedade e, assim sendo, não pode ser compreendido fora do contexto das lutas sociais. Nesse sentido, questões relacionadas a etnia, raça, entre outras, passam a ganhar grande relevância na esfera pública.

Dessa maneira, podemos pontuar que o projeto cosmopolita moderno, aquele baseado na crença da superioridade europeia, não se cumpriu. Além disso, fez crescer a noção de que a justiça social não se faz apenas com a busca por igualdade jurídica entre grupos sociais e indivíduos, mas, principalmente, pelo respeito às diferenças, às identidades e pela valorização das culturas que, ao longo do processo de modernização, foram desconsideradas por diferirem do cânone europeu. Nesse contexto, então, abre-se o caminho para o surgimento do multiculturalismo, que se difundiu em conjunto com o fenômeno da globalização.

CRÍTICAS À DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS

Como vimos anteriormente, a universalidade da Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH) é discutível, não existindo de fato um consenso em torno de quais valores e normas abrangem todos os povos e culturas ao redor do mundo.

Uma das críticas mais contundentes veio do mundo islâmico, por meio de uma série de documentos que criticavam a visão ocidental e eurocêntrica da Declaração Universal dos Direitos Humanos proposta pela Assembleia Geral da ONU de 1948.

Destacam-se dois documentos: A Declaração Islâmica Universal dos Direitos Humanos (DIUDH), de 1981, e a Declaração do Cairo sobre Direitos Humanos no Islã (DDHI), de 1990, também conhecida como Carta do Cairo. Ambas foram propostas e assinadas pelos 57 países-membros da Organização da Conferência Islâmica, voltada para a defesa da matriz cultural islâmica e para o diálogo com as demais culturas.

As duas declarações paralelas não se opõem à DUDH, mas pretendem apresentar valores e normas também considerados universais sob uma ótica islâmica e em consonância com as culturas locais. Comparando-se os três textos, percebe-se que há consonância em relação a vários aspectos (proteção à infância e regulação do trabalho, por exemplo), mas há discordância quanto a vários outros, especialmente no que diz respeito às questões morais. Por exemplo, as cartas árabes adotam a postura tradicionalista islâmica, devendo a mulher ser vista como subordinada ao homem e com acesso restrito a direitos.

Constata-se que existem proximidades e afastamentos entre as Declarações Islâmicas e a DUDH. Aproximam-se porque consagram direitos muito análogos de natureza civil, política, social e econômica. Porém, também se distanciam porque todos esses direitos estão limitados à sua própria visão de mundo, construída sobre solos culturais específicos e compreendidos como universais por seus propositores.

O intenso debate em torno da existência, ou não, de valores e normas universais não deve, contudo, levar ao abandono ou à rejeição de propostas de regulação internacional e de proteção aos indivíduos e às suas culturas. Ainda que não haja consenso quanto a vários aspectos específicos, é possível perceber que determinados valores fundamentais estão presentes de alguma forma: valorização da vida, condenação da tortura, direito ao *habeas corpus*, direito a refúgio e asilo político, condenação de crimes de guerra, proteção de liberdades individuais. Esses princípios são muito importantes para que indivíduos e grupos sociais tenham algum amparo jurídico contra abusos de poder e contra as várias formas de violência cometidas por outros indivíduos, corporações ou pelos próprios Estados, mesmo que haja dissensos quanto aos seus limites e aplicabilidades.

O MULTICULTURALISMO NA ERA DA GLOBALIZAÇÃO

O mundo globalizado encurtou as distâncias geográficas e também diminuiu a noção de tempo à medida que as novas tecnologias de comunicação permitiram a troca de informações, em tempo real, a partir de pontos distantes da Terra. Essas novas possibilidades de interação fizeram com que culturas e visões de mundo distintas encontrassem outras maneiras de estabelecer contato, propiciando um novo olhar para a diversidade cultural do mundo.



A maior evidência das diferenças culturais propiciada pela globalização obriga, sobretudo o Ocidente, a repensar suas atitudes e posicionamentos frente a outros sistemas culturais. Em função do caráter de urgência que essas questões tomaram, a sociedade civil passou a elaborar ainda mais demandas de cunho cultural, tornando a relação entre cultura e política ainda mais estreita. Por esse motivo, a Globalização se articula de modo tão forte com o fenômeno do multiculturalismo.

De acordo com vários estudiosos do multiculturalismo, esse fenômeno se dá com a coexistência de diversas práticas culturais distintas que conformam uma mesma sociedade. Em outras palavras, compreender a sociedade como composta pela pluralidade de identidades, baseadas na heterogeneidade e na diversidade de etnias, classes sociais, valores, padrões culturais e outros traços identitários, é o que o multiculturalismo destaca como fundamental. Ademais, os marcadores identitários, para o multiculturalismo, não devem ser escamoteados em busca de uma pretensa homogeneização. Ao contrário, eles devem ser explicitados e tematizados em nome da convivência da diferença. Em sua obra, *Multiculturalismo*, Semprini (1999) destaca o multiculturalismo como sendo constituinte de uma ruptura epistemológica com o projeto da modernidade.

Ou seja, ao invés de estar relacionado com as ideias, oriundas da modernidade, em que a homogeneidade cultural e a evolução "natural" da humanidade levariam as sociedades à construção universal do progresso e da civilização, o multiculturalismo está no bojo de um ponto de vista pós-moderno de sociedade. Então, a diversidade, a diferença e a descontinuidade são entendidas como categorias fundamentais pelos adeptos da perspectiva multicultural. Paralelamente, o multiculturalismo, diferentemente da concepção moderna e iluminista da identidade (vista como uma essência, estável, universal e fixa), entende-a imersa em um movimento de constante construção e reconstrução. Logo, a identidade, nos termos do multiculturalismo, é múltipla e descentrada.

A ampliação dos canais de comunicação entre os indivíduos facilita o intercâmbio de ideias e, conseqüentemente, cria novas possibilidades para a manifestação política. Por esse motivo, a diversidade e o intercâmbio cultural tornam-se uma questão de grande relevância política, pois a existência de diversas culturas em um mesmo país, por exemplo, exige do Estado mais atenção em termos de respeito à diversidade. Podemos entender, então, que o respeito à diferença é a principal questão para o multiculturalismo, ao contrário do universalismo, que se preocupa com os pontos de contato entre diferentes sistemas culturais.

A grande contribuição política do multiculturalismo reside no fato de que ele não apenas aponta a importância de se refletir sobre as diferenças entre os distintos segmentos da sociedade, mas, também, busca modos amparados na lei e nas políticas públicas de produzir um sistema político e social em que as diferenças sejam respeitadas e as desvantagens sociais sejam ao menos atenuadas.

Por esse motivo, a formação de identidades culturais se torna fundamental para que os grupos sociais organizem suas demandas políticas e expressem seus pontos de vista perante a sociedade em geral e diante do poder público.

A coesão social somente é possível quando ocorre a identificação cultural e o respeito à alteridade. Assim, a formação de identidades sociais facilita o intercâmbio de reivindicações e o reconhecimento de grupos desfavorecidos socialmente.

Uma das expectativas criadas em torno da Globalização foi a de que uma homogeneidade cultural seria criada tendo como base a cultura hegemônica dos países centrais, sendo que nesse processo as culturas minoritárias estariam fadadas ao desaparecimento. O que se viu, porém, foi o surgimento de novos conflitos sociais, em virtude da grande politização de aspectos da vida cotidiana (luta por moradia, direitos dos idosos, das donas de casa, etc.), que foram potencializados pela facilidade de troca de informações, permitindo, assim, que novos atores políticos passassem a apresentar novas demandas e a construir novas identidades políticas.

MAS, AFINAL, O QUE É DIVERSIDADE CULTURAL?



Pelo percurso que traçamos até o momento, você já aprendeu que as diferenças culturais entre os indivíduos foram mote para a construção da perspectiva cosmopolita, para o surgimento do fenômeno do multiculturalismo, além de terem servido para justificar atrocidades como o Holocausto.

O conceito de diversidade cultural aponta justamente para as diferenças das expressões culturais entre os diversos povos do planeta, mas não apenas isso. A noção de diversidade cultural se relaciona com dois fenômenos distintos: podemos nos referir tanto a formações sociais diferentes, como nações, tribos indígenas, civilizações antigas, como também podemos nos referir às dimensões culturais que ganharam importantes contornos políticos no mundo atual, como os movimentos que defendem a preservação da natureza e os direitos ambientais. Por isso a questão da diversidade cultural e do multiculturalismo não é periférica e relegada somente ao domínio da moral pessoal. Ao contrário, ela é profundamente politizada e entra em choque com a homogeneização, que é característica da globalização, difundida pelo mercado e pela indústria cultural como estratégia de formação de consumidores em larga escala.

Em tempos de globalização, o que vemos é uma profusão de identidades políticas sendo elaboradas, demarcando os conflitos existentes em nossa sociedade que se valem da facilidade e agilidade de troca de informações para que tais identidades se tornem visíveis. Essa pluralidade de demandas políticas fez com que a diversidade cultural se tornasse uma questão social de suma importância.

O termo diversidade cultural significa a possibilidade de pensar condições para que os indivíduos tenham acesso ao exercício efetivo de seus direitos sociais, seja por meio de políticas públicas, de acesso a canais democráticos de apresentação de demandas sociais, ou qualquer outro elemento que culmine no reconhecimento da sua condição cidadã.

QUAL A RELAÇÃO DA AGENDA 2030 COM DIREITOS HUMANOS?

Os direitos humanos são históricos, emergem das lutas que os homens travam em busca de sua emancipação e de melhoria na condição de vida. Os horrores da Segunda Guerra Mundial marcaram a aspiração comum dos Povos das Nações em busca da não violência e da paz. Antes da Carta da ONU (1945), que serviu de base para a Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), cada Estado adotava de forma individual suas Declarações de Direitos. [...]

A partir dessa semente, o grande desafio não está mais em fundamentar os direitos do homem e, sim, em encontrar formas eficientes de protegê-los. Direitos Humanos é um tema global e multidisciplinar da maior importância na agenda internacional contemporânea, sobretudo no mundo Pós-Segunda Guerra Mundial em que se desenvolve uma consciência cada vez maior da necessidade de buscar mecanismos que mitiguem a violência em busca da paz, pela via da equidade e com respeito ao princípio da dignidade humana.

O princípio da dignidade da pessoa humana unifica e centraliza todo o sistema normativo, assumindo especial prioridade. A dignidade da pessoa humana significa um superprincípio constitucional, a norma maior a orientar o constitucionalismo contemporâneo na esfera local e global, dotando-o de especial racionalidade, unidade e sentido. [...]

Dentro desta definição, vê-se, claramente, a interligação dos Direitos Humanos e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030 da ONU, aprovados pela Assembleia Geral das Nações Unidas.

Com efeito, a proteção dos direitos humanos implica em conhecer e promover a sua defesa em várias dimensões, dentre elas o direito humano aos direitos civis e políticos que visam à tutela da liberdade; aos direitos sociais, econômicos e culturais que visam a igualdade; à educação; à saúde; à assistência social; à previdência social; ao desenvolvimento; à paz; ao meio ambiente; à biotecnologia; à bioética; à biogenética; às tecnologias de informação; ao ciberespaço e à inteligência artificial.

Contudo, para que os direitos se efetivem existe um campo mais amplo que o campo jurídico, que é o campo das políticas públicas, em que os direitos previstos em tese efetivamente se constroem e ganham corpo em face de uma correlação de forças existente entre o Estado e a participação de todos no controle das decisões políticas. Não se pode esquecer, contudo, um referencial obrigatório que as políticas públicas devem seguir que são as diretrizes da Declaração Universal dos Direitos Humanos e, sob pena de inconstitucionalidade, os Objetivos Fundamentais da República e os Princípios previstos na Constituição Federal de 1988, os quais estão diretamente relacionados com o atingimento dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA (CNJ). Qual a relação da Agenda 2030 com Direitos Humanos? Disponível em: <https://www.cnj.jus.br/programas-e-acoas/agenda-2030/qual-a-relacao-da-agenda-2030-com-direitos-humanos/>. Acesso em: 26 nov. 2021. [Fragmento]

EXERCÍCIOS PROPOSTOS



01. (Unesp–2020) A reação diante da alteridade¹ faz parte da própria natureza das sociedades. Em diferentes épocas, sociedades particulares reagiram de formas específicas diante do contato com uma cultura diversa à sua. Um fenômeno, porém, caracteriza todas as sociedades humanas: o estranhamento, que chamamos etnocentrismo, diante de costumes de outros povos, e a avaliação de formas de vida distintas a partir dos elementos da sua própria cultura. Assim, percebemos como o etnocentrismo se relaciona com o conceito de estereótipo². Os estereótipos são uma maneira de "biologizar" as características de um grupo, isto é, considerá-las como fruto exclusivo da biologia, da anatomia. No interior de nossa sociedade, encontramos uma série de atitudes etnocêntricas e biologicistas.

Disponível em: <https://gdeufabc.wordpress.com>.

¹ alteridade: característica, estado ou qualidade de ser distinto e diferente, de ser outro.

² estereótipo: ideia ou convicção classificatória preconcebida sobre alguém ou algo.

Um exemplo de etnocentrismo incorporado a uma política estatal foi

- A) o movimento sionista, na Palestina.
- B) o Apartheid, na África do Sul.
- C) a questão curda, na Turquia.
- D) a Primavera Árabe, na Síria.
- E) a balcanização, na Chechênia.

02. (Unesp) Cada cultura tem suas virtudes, seus vícios, seus conhecimentos, seus modos de vida, seus erros, suas ilusões. Na nossa atual era planetária, o mais importante é cada nação aspirar a integrar aquilo que as outras têm de melhor, e a buscar a simbiose do melhor de todas as culturas. A França deve ser considerada em sua história não somente segundo os ideais de Liberdade-Igualdade-Fraternidade promulgados por sua Revolução, mas também segundo o comportamento de uma potência que, como seus vizinhos europeus, praticou durante séculos a escravidão em massa, e em sua colonização oprimiu povos e negou suas aspirações à emancipação. Há uma barbárie europeia cuja cultura produziu o colonialismo e os totalitarismos fascistas, nazistas, comunistas. Devemos considerar uma cultura não somente segundo seus nobres ideais, mas também segundo sua maneira de camuflar sua barbárie sob esses ideais.

MORIN, E. *Le Monde*, 8 fev. 2012.

No texto citado, o pensador contemporâneo Edgard Morin desenvolve

- A) reflexões elogiosas acerca das conseqüências do etnocentrismo ocidental sobre outras culturas.
- B) um ponto de vista idealista sobre a expansão dos ideais da Revolução Francesa na história.
- C) argumentos que defendem o isolamento como forma de proteção dos valores culturais.
- D) uma reflexão crítica acerca do contato entre a cultura ocidental e outras culturas na história.
- E) uma defesa do caráter absoluto dos valores culturais da Revolução Francesa.

03. (UERJ)

Cidade maravilhosa

Cidade maravilhosa
Cheia de encantos mil
Cidade maravilhosa
Coração do meu Brasil
Berço do samba e de lindas canções
Que vivem n'alma da gente
És o altar dos nossos corações
Que cantam alegremente
[...]

FILHO, André; SOBREIRA, Silva. 1935.
Disponível em: <http://letras.mus.br>.

Rio 40 graus

Rio 40 graus	Sorrateiros
Cidade maravilha	Ocultando comandos...
Purgatório da beleza	[...]
E do caos	Gatilho de <i>disket</i>
[...]	Marcação pagode, <i>funk</i>
O Rio é uma cidade	De gatilho marcação
De cidades misturadas	De samba-lance
O Rio é uma cidade	Com batuque digital
De cidades camufladas	Na sub-uzi musical
Com governos misturados	De batucada digital
Camuflados, paralelos	[...]

ABREU, Fernanda. 1992.

As letras das canções "Cidade maravilhosa", de 1935, e "Rio 40 graus", de 1992, parecem não retratar a mesma cidade.

As diferentes percepções do Rio de Janeiro, retratadas em cada letra, podem ser associadas, respectivamente, às ideias de

- ostentação da beleza natural – reformulação da segurança pública.
- mistificação da relevância política – caracterização da desordem urbana.
- enaltecimento da tranquilidade social – valorização da integração étnica.
- glorificação da identidade local – reconhecimento da diversidade cultural.

04. (Unioeste-PR) Do ponto de vista sociológico, a expressão "diversidade cultural" sustenta

- o processo por meio do qual as classes dominantes combatem as formas de expressão dos grupos populares.
- a pluralidade de manifestações e expressões como: rituais, práticas, comemorações, lamentações, produtos, hábitos dos grupos que constituem uma sociedade.

- ideologia subjacente ao exercício da cidadania das classes sociais hegemônicas.
- apenas a defesa dos direitos de negros, mulheres e indígenas.
- apenas os direitos de membros das classes subalternas da sociedade.

05. (FUVEST-SP) [...] a Declaração Universal representa um fato novo na História, na medida em que, pela primeira vez, um sistema de princípios fundamentais da conduta humana foi livre e expressamente aceito, através de seus respectivos governos, pela maioria dos homens que vive na Terra. Com essa declaração, um sistema de valores é – pela primeira vez na História – universal, não em princípio, mas de fato, na medida em que o consenso sobre sua validade e sua capacidade de reger os destinos da comunidade futura de todos os homens foi explicitamente declarado. [...] Somente depois da Declaração Universal é que podemos ter a certeza histórica de que a humanidade – toda a humanidade – partilha alguns valores comuns; e podemos, finalmente, crer na universalidade dos valores, no único sentido em que tal crença é historicamente legítima, ou seja, no sentido em que universal significa não algo dado objetivamente, mas algo subjetivamente acolhido pelo universo dos homens.

BOBBIO, N. *A era dos direitos*. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

A Declaração Universal mencionada no texto

- foi instituída no processo da Revolução Francesa e norteou os movimentos feministas, sufragistas e operários no decorrer do século XIX.
- assemelhou-se ao universalismo cristão, que também resultou no estabelecimento de um conjunto de valores partilhado pela humanidade.
- desenvolveu-se com a inclusão de princípios universais pelos legisladores norte-americanos e influenciou o abolicionismo nos Estados Unidos.
- foi aprovada pela Organização das Nações Unidas e serviu como referência para grupos que lutaram pelos direitos de negros, mulheres e homossexuais na década de 1960.
- originou-se do jusnaturalismo moderno e consolidou-se com o movimento ilustrado e o despotismo esclarecido ao longo do século XVIII.

06. (UNISC-RS) As considerações sobre cultura nos levam a uma importante conclusão: a existência de uma imensa diversidade cultural – tanto nos níveis regionais e nacionais como na sociedade global – implica a existência de diferenças, mas não de desigualdades. Em outras palavras, a Antropologia nos ensina hoje que sociedades e grupos sociais cujos valores, práticas e conhecimentos não são iguais aos nossos não são primitivos ou inferiores: são diferentes.

As diferenças só passam a ser sinônimo de desigualdade quando estão inseridas em relações de dominação e exploração.

SANTOS, Rafael José. *Antropologia para quem não vai ser antropólogo*. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2005. p. 32-33.

Considerando a ideia de diversidade cultural apresentada no texto anterior, avalie as seguintes afirmativas:

- A diversidade cultural existe porque as diferentes sociedades encontram-se em estágios diferentes de evolução social.
- Estudo e reconhecimento da diversidade cultural não permitem a classificação de sociedades em primitivas e evoluídas.
- As diferenças biológicas entre os seres humanos determinam as diferenças de hábitos e costumes culturais.
- As diferenças culturais são transformadas em desigualdades culturais quando duas ou mais culturas são colocadas em contato por relações de força.

Assinale a alternativa correta.

- Somente a afirmativa I está correta.
- Somente as afirmativas II e III estão corretas.
- Somente as afirmativas I e IV estão corretas.
- Todas as afirmativas estão corretas.
- Somente as afirmativas II e IV estão corretas.

07. FQ9G

(UEG-GO) Não quero que a minha casa seja cercada de muros por todos os lados, nem que minhas janelas sejam tapadas. Quero que as culturas de todas as terras sejam sopradas para dentro de minha casa, o mais livremente possível. Mas recuso-me a ser desapossado da minha por qualquer outra.

GANDHI, M. Relatório do desenvolvimento humano 2004. In: TERRA, Lygia; COELHO, Marcos de A. *Geografia geral*. São Paulo: Moderna, 2005. p. 137.

Considerando-se as ideias pressupostas, o texto

- afirma que a globalização aumentou, de modo sem precedente, os contatos e a união entre os povos e seus valores, reforçando o respeito às diferenças socioculturais.
- critica a intolerância com relação a outras culturas, gerando assim os conflitos comuns neste novo século.
- indica o reconhecimento à diversidade cultural, além das necessidades de afirmação e de identidade, seja étnica, seja cultural, seja religiosa.
- nega a existência da exclusão cultural e ressalta a homogeneização mundial e a superação / eliminação de fronteiras culturais.

08. (Unesp) Para o teórico Boaventura de Sousa Santos, o direito se submeteu à racionalidade cognitivo-instrumental da ciência moderna e tornou-se ele próprio científico.

Existe a necessidade de repensarmos os direitos humanos. Boaventura nos instiga a pensar que eles possuem um caráter racional e regulador da vida humana. Esses direitos não colaboram para eliminar as assimetrias políticas, culturais, sociais e econômicas existentes, especialmente nos países periféricos. Os direitos humanos, num plano universalista e aberto a todos, não modificam as estruturas desiguais, mas ratificam a ordenação normativa para comandar uma sociedade.

SÃO JOÃO, Adriano; SILVA, João Henrique da. A historicidade dos direitos humanos. *Filosofia, ciência e vida*, dez. 2014 (Adaptação).

De acordo com o texto, os direitos humanos são passíveis de crítica porque

- desempenham um papel meramente formal de proteção da vida.
- inexistem padrões universalistas aplicáveis à totalidade da humanidade.
- são incompatíveis com os valores culturais de nações não ocidentais.
- sua estrutura normativa carece de racionalidade e de cientificidade.
- são destituídos de uma visão religiosa e espiritualista de mundo.

09. KJMQ

(UFU-MG) Todo sistema cultural tem a sua própria lógica e não passa de um ato primário de etnocentrismo tentar transferir a lógica de um sistema para outro.

LARAIA, Roque. *Cultura, um conceito antropológico*. 8. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.

Considerando o texto anterior, marque a alternativa correta acerca das afirmações a seguir:

- As *sociedades tribais* são tão eficientes para produzir cultura quanto qualquer outra, mesmo quando não possuem certos recursos culturais presentes em outras culturas.
 - As *sociedades selvagens* são capazes de produzir cultura, mas estão mal adaptadas ao meio ambiente e, por isso, algumas nem sequer possuem o Estado.
 - As chamadas *sociedades indígenas* são dotadas de recursos materiais e simbólicos eficientes para produzir cultura como qualquer outra, faltando-lhes apenas uma linguagem própria.
 - As chamadas *sociedades primitivas* conseguiram produzir cultura plenamente, ao longo do processo evolutivo, quando instituíram o Estado e as instituições escolares.
- I e II estão corretas.
 - Apenas I está correta.
 - I e III estão corretas.
 - I e IV estão corretas.

10. (UEM-PR) Considerando a temática da diversidade étnica, assinale o que for correto.

- 01. A abordagem sociológica da cultura dos diferentes grupos étnicos exige que o pesquisador não crie hierarquias entre eles.
- 02. O olhar etnocêntrico é aquele que vê a cultura do outro a partir de referências dadas pela sua própria cultura.
- 04. A concepção de que a Europa tem uma cultura mais avançada do que a do “Novo Mundo” legitimou as ações colonialistas, que visavam à dominação de diversos povos e de suas culturas.
- 08. A análise crítica da cultura dos povos indígenas e dos grupos étnicos que habitam as regiões Norte e Nordeste do Brasil confere centralidade aos aspectos climáticos que determinam suas práticas culturais.
- 16. A diversidade cultural se explica em razão do processo histórico de singularização das culturas dos diversos grupos sociais que integram uma mesma sociedade.

Soma ()

11. (UFJF-MG-2020) Logo após o fim da Segunda Guerra Mundial, em 1945, no contexto do processo chamado descolonização da África, adota-se uma postura de acordos cujo objetivo é impedir novos conflitos, procurando manter a paz e a segurança internacional. Neste cenário, um acontecimento se destacou para pôr em prática essas intenções, a saber, a formulação da Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH), proclamada em 1948. Sobre esse evento é correto afirmar que:

- A) O documento da DUDH foi escrito exclusivamente por representantes dos Estados Unidos e da União Soviética.
- B) Os direitos e liberdades estabelecidos na DUDH podem ser exercidos somente por países que não passaram por conflitos armados.
- C) A DUDH objetiva estimular a distinção de cor, sexo, língua e orientação sexual, política e religiosa.
- D) O direito à vida e à liberdade, defendido pela DUDH, não se aplica a todos os cidadãos, pois exclui, por exemplo, os presidiários.
- E) A DUDH, fundada no respeito à dignidade da pessoa humana, constitui-se em uma referência para o amplo exercício da democracia.

12. (UFPR-2019) No preâmbulo da Declaração Universal dos Direitos Humanos, lê-se:

“[...] Considerando que o desconhecimento e o desprezo dos direitos do Homem conduziram a atos de barbárie que revoltam a consciência da Humanidade e que o advento de um mundo em que os seres humanos sejam livres de falar e de crer, libertos do terror e da miséria, foi proclamado como a mais alta inspiração do Homem [...]”. (grifo nosso)

A partir dos conhecimentos sobre o contexto histórico dessa declaração, assinale a alternativa que indica os eventos históricos em que ocorreram “atos de barbárie” no século XX, antes da publicação desse documento e que tiveram impacto na sua elaboração.

- A) Guerra Civil Russa e construção da Cortina de Ferro na Europa.
- B) Primeira Guerra Mundial e limpeza étnica na Iugoslávia.
- C) Guerra Civil Espanhola e ataques terroristas da Al-Qaeda nos Estados Unidos.
- D) Guerra Russo-Japonesa e genocídio dos tutsis em Ruanda.
- E) Segunda Guerra Mundial e Holocausto.

13. (ESPM-SP) Na Argélia, por mais incoerente que fosse a política dos governadores franceses, desde 1830, continuou o processo inexorável de afrancesá-la. Primeiro as terras foram tomadas aos nativos e seus edifícios ocupados; a seguir os franceses tomaram conta das matas de sobreiros e jazidas minerais. Depois os franceses removeram os argelinos e povoaram regiões com europeus. Durante várias décadas a economia foi movida por pilhagem, houve um decréscimo da população nativa e aumentou a população de franceses. A economia europeia tornou-se uma economia capitalista empresarial, enquanto a economia argelina poderia ser comparada a uma economia pré-capitalista de bazares.

SAID, Edward. *Cultura e Imperialismo*.

O texto deve ser relacionado diretamente

- A) ao colonialismo mercantilista praticado pelos europeus na história moderna.
- B) ao antigo sistema colonial em sua versão de colonização de povoamento.
- C) ao neocolonialismo do século XIX.
- D) com a descolonização e o não alinhamento.
- E) com conquistas efetuadas por Napoleão Bonaparte antes do Congresso de Viena.

14. (UECE-2021) A discussão pública sobre “multiculturalismo” e “sociodiversidade”, iniciada nos EUA e Europa, e difundida, em seguida, em outras sociedades democráticas, tem ocorrido desde as últimas décadas do século XX até o momento (2021). Esses dois temas dizem respeito às questões das identidades culturais e das diferenças ou, mais precisamente, ao direito de a pessoa ser diferente em um mundo contemporâneo e global, com grande diversidade e muitos contatos interculturais e socioculturais. Na sociedade brasileira, especificamente, ainda nos dias atuais, debater sobre identidade cultural e diferenças é questionar e combater as razões que levam algumas pessoas, por exemplo, a enxergarem nordestinos como analfabetos e ignorantes; negros como marginais; povos indígenas como indolentes e selvagens; mulheres inferiores a homens e homossexuais como anormais.

Considerando o combate aos preconceitos contra as diferenças e identidades diversas, atente para as seguintes proposições a respeito dos debates sobre esse tema:

- I. É importante debater sobre as diferenças, uma vez que é necessário e válido fazer frente a todos os anormais, bárbaros e selvagens para que sejamos iguais.
- II. Discutir sobre as diversas identidades culturais demonstra que não existem culturas “certas” ou “erradas” ou uma “superior” a outra: elas são apenas diferentes.
- III. O debate multicultural aponta que precisamos exercer a tolerância a favor do convívio democrático e não julgar diferenças culturais de modo excludente.
- IV. A discussão sobre a sociodiversidade hoje enfrenta os males do racismo contra pessoas brancas e transforma em anormais as relações heterossexuais.

Está correto o que se afirma somente em

- A) I e II.
- B) II e III.
- C) I e IV.
- D) III e IV.

15. (UFF-RJ) Leia o fragmento que se segue da entrevista concedida pelo intelectual palestino Edward Said, comentando os problemas atuais no Oriente Médio.

Entrevistador: O senhor não gosta da expressão “choque de civilizações”. Por quê?

Said: [...] são inúmeros os problemas. Para começar, ela trata as civilizações como se fossem entidades fechadas, lacradas, alheias a qualquer tipo de troca [...]. Por fim, a ideia de choque de civilizações tem um aspecto caricatural muito nocivo, como se enormes entidades chamadas “Ocidente” e o “Islã” estivessem num ringue, lutando para ver qual é a melhor.

Veja, 25 jun. 2003.

Assinale a opção que reforça a opinião emitida por Said.

- A) As diferenças culturais não podem ser tratadas como expressão de conflitos, mas sim como particularidade de cada civilização no tempo e no espaço.
- B) Não existem diferenças jurídico-políticas entre o Ocidente e o Oriente Médio, logo não faz sentido diferenciar essas duas civilizações.
- C) O mundo muçulmano não é homogêneo assim como o Ocidental; portanto, apenas os conflitos internos devem ser considerados.
- D) As trocas entre distintos conjuntos civilizacionais incluem mercadorias culturais: desse modo, padronizam as civilizações.
- E) A expressão “choque de civilizações” é inapropriada para o mundo atual, pois não há conflitos relevantes no âmbito das culturas e das religiões.

16. (UEPG-PR-2021) Em 1948, a Organização das Nações Unidas (ONU) promulgou a Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH). Sobre o tema, assinale o que for correto.

- 01. Os acontecimentos da Segunda Guerra Mundial foram decisivos para a iniciativa da ONU.
- 02. Direito ao lazer e ao bem-estar fazem parte dos Direitos Humanos.
- 04. A DUDH serviu de base para tratados internacionais e mudanças constitucionais em diversos países.
- 08. O Brasil foi um dos primeiros signatários da DUDH, o que não significa que Direitos Humanos sejam respeitados plenamente no país.

Soma ()

17. (UEL-PR-2021) Referindo-se à Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH), em 2017, a então presidente da Comissão de Direitos Humanos do Senado Federal Brasileiro, disse:

Se todas as nações tivessem seguido esse documento [desde sua promulgação], nós não teríamos as mazelas que a gente tem hoje no mundo e no Brasil, principalmente. A impressão que eu tenho é que nenhum governante lê a Declaração dos Direitos Humanos. Em todo lugar que eu vou, eu leio alguns artigos que são elementares. Tratam da liberdade, do direito à alimentação, à saúde, à moradia. É lamentável que o mundo não tenha dado passos importantes durante [esse tempo].

Disponível em: www12.senado.leg.br (Adaptação).

Com base nos conhecimentos sobre a DUDH, considere as afirmativas a seguir.

- I. Em alguns países desenvolvidos, as ameaças aos direitos humanos vêm, também, na forma da negação de direitos aos imigrantes, em manifestações de ódio racial ou de discriminação sexual ou religiosa.
- II. A ideia de “universal” contida na DUDH indica princípios que valem para todas as pessoas, de todos os países, independentemente de etnia, raça, classe social, religião ou qualquer outra condição.
- III. Um dos fundamentos da DUDH é a noção de “dignidade humana”: cada ser humano possui valor intrínseco, isto é, em si mesmo, constituindo-se, portanto, como sujeito de direitos.
- IV. As violações de direitos humanos previstas na DUDH excluem aquelas praticadas por agentes e empresas privadas, como, por exemplo, as referentes às relações de trabalho.

Assinale a alternativa correta.

- A) Somente as afirmativas I e II são corretas.
- B) Somente as afirmativas I e IV são corretas.
- C) Somente as afirmativas III e IV são corretas.
- D) Somente as afirmativas I, II e III são corretas.
- E) Somente as afirmativas II, III e IV são corretas.

18. (UFU-MG-2020) O primeiro Código Civil Brasileiro, promulgado no ano de 1916, definia os membros das comunidades indígenas – então denominados “silvícolas” – como incapazes de exercer certos direitos.

Artigo 6º São incapazes, relativamente a certos atos, ou a maneira de exercê-los:

- I – os maiores de 16 (dezesesseis) e os menores de 21 (vinte e um) anos;
- II – os pródigos;
- III – os silvícolas.

Parágrafo único. Os silvícolas ficarão sujeitos ao regime tutelar, estabelecido em leis e regulamentos especiais, o qual cessará à medida que se forem adaptando à civilização do País.

Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L3071.htm. Acesso em: 3 fev. 2020.

Atualmente, essa concepção expressa no antigo Código Civil é criticada pelas Ciências Sociais por

- A) limitar o desenvolvimento econômico das comunidades indígenas.
- B) negar o papel do Estado quanto à defesa dos direitos dos indígenas.
- C) estabelecer uma concepção hierárquica e evolucionista em relação à diversidade cultural.
- D) abolir a aculturação dos povos indígenas, garantindo a tutela estatal.

19. (UECE-2022) O conceito de raça denota tão somente uma forma de classificação social, baseada em uma atitude negativa frente a certos grupos sociais, informada por uma noção específica de natureza. Em outros termos, na realidade das raças, o aspecto natural não existe. O conceito de raça, apesar de dar a ideia de que preconceitos, interesses e valores produzidos social e culturalmente fazem parte da realidade natural, limita-se ao mundo sociocultural.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. *Racismo e Antirracismo no Brasil*. 3. ed. São Paulo: Editora 34, 2009.

Partindo do exposto, é correto afirmar que

- A) o racismo está arraigado na natureza das raças humanas e o mundo social reproduz esses preconceitos impostos pela genética dos povos.
- B) o conceito de raça tem uma realidade sociocultural, mas tende a explicar diferenças sociais e culturais como se fossem fruto da natureza.
- C) existe uma racialização dos preconceitos e discriminações sobre os grupos que são, em suas próprias naturezas, minoritários e subalternos.
- D) a discriminação racial é uma forma de explicar as diferenças naturais através das diferenças sociais e culturais de determinados grupos e etnias.

20. (UFU-MG-2022) De 1969 até meados da década de 1970, a Fundação Nacional do Índio (Funai) manteve silenciosamente em Minas Gerais dois centros para a detenção de índios considerados “infratores”. Para lá, foram levados mais de cem indivíduos de dezenas de etnias, oriundos de ao menos 11 estados das cinco regiões do país. O Reformatório Krenak, em Resplendor (MG), e a Fazenda Guarani, em Carmésia (MG), eram geridos e vigiados por policiais militares sobre os quais recaem diversas denúncias de tortura, de trabalho escravo, de desaparecimentos e de intensa repressão cultural.

CAMPOS, André. Ditadura criou campos de concentração indígena. *Repórter Brasil*, 2014. Disponível em: <https://reporterbrasil.org.br/>. Acesso em: 11 set. 2022.

O texto revela um exemplo de repressão das comunidades originárias no Brasil durante a ditadura. A partir de uma leitura antropológica, esse episódio revela a

- A) consequência de ideais relativistas que ignoravam a diversidade étnica.
- B) influência de teorias racialistas na tutela de comunidades indígenas.
- C) tentativa de pacificar indígenas civilizados.
- D) ausência da resistência indígena em face do poder colonizador.

SEÇÃO ENEM

01. (Enem-2021) Houve crescimento de 74% da população brasileira encarcerada entre 2005 e 2012. As análises possibilitaram identificar o perfil da população que está nas prisões do país: homens, jovens (abaixo de 29 anos), negros, com ensino fundamental incompleto, acusados de crimes patrimoniais e, no caso dos presos adultos, condenados e cumprindo regime fechado e, majoritariamente, com penas de quatro até oito anos.

BRASIL. *Mapa do encarceramento: os jovens do Brasil*. Brasília: Presidência da República, 2015.

Nesse contexto, as políticas públicas para minimizar a problemática descrita devem privilegiar a

- A) flexibilização do Código Civil.
- B) promoção da inclusão social.
- C) redução da maioria penal.
- D) contenção da corrupção política.
- E) expansão do período de reclusão.

02. (Enem-2020)

Declaração de Salamanca – 1994

Acreditamos e proclamamos que: toda criança tem direito fundamental à educação e deve ser dada a oportunidade de atingir e manter o nível adequado de aprendizagem; toda criança possui características, interesses, habilidades e necessidades de aprendizagem que são únicas; sistemas educacionais deveriam ser designados e programas educacionais deveriam ser implementados no sentido de se levar em conta a vasta diversidade de tais características e necessidades.

Disponível em: <http://portal.mec.gov.br>. Acesso em: 4 out. 2015.

Como signatário da Declaração citada, o Brasil comprometeu-se com a elaboração de políticas públicas educacionais que contemplem a

- A) criação de privilégios.
- B) contenção dos gastos.
- C) pluralidade dos sujeitos.
- D) padronização do currículo.
- E) valorização da meritocracia.

03. (Enem) Em algumas línguas de Moçambique não existe a palavra “pobre”. O indivíduo é pobre quando não tem parentes. A pobreza é a solidão, a ruptura das relações familiares que, na sociedade rural, servem de apoio à sobrevivência. Os consultores internacionais, especialistas em elaborar relatórios sobre a miséria, talvez não tenham em conta o impacto dramático da destruição dos laços familiares e das relações de entreeajuda. Nações inteiras estão tornando-se “órfãs”, e a mendicância parece ser a única via de uma agonizante sobrevivência.

COUTO, M. *E se Obama fosse africano? & outras intervenções*. Portugal: Caminho, 2009 (Adaptação).

Em uma leitura que extrapola a esfera econômica, o autor associa o acirramento da pobreza à

- A) afirmação das origens ancestrais.
- B) fragilização das redes de sociabilidade.
- C) padronização das políticas educacionais.
- D) fragmentação das propriedades agrícolas.
- E) globalização das tecnologias de comunicação.

04. (Enem) Muitos países se caracterizam por terem populações multiétnicas. Com frequência, evoluíram desse modo ao longo de séculos. Outras sociedades se tornaram multiétnicas mais rapidamente, como resultado de políticas incentivando a migração, ou por conta de legados coloniais e imperiais.

GIDDENS, A. *Sociologia*. Porto Alegre: Penso, 2012 (Adaptação).

Do ponto de vista do funcionamento das democracias contemporâneas, o modelo de sociedade descrito demanda, simultaneamente,

- A) defesa do patriotismo e rejeição ao hibridismo.
- B) universalização de direitos e respeito à diversidade.
- C) segregação do território e estímulo ao autogoverno.
- D) políticas de compensação e homogeneização do idioma.
- E) padronização da cultura e repressão aos particularismos.

05. (Enem) Quanto ao “choque de civilizações”, é bom lembrar a carta de uma menina americana de sete anos cujo pai era piloto na Guerra do Afeganistão: ela escreveu que – embora amasse muito seu pai – estava pronta a deixá-lo morrer, a sacrificá-lo por seu país. Quando o presidente Bush citou suas palavras, elas foram entendidas como manifestação “normal” de patriotismo americano; vamos conduzir uma experiência mental simples e imaginar uma menina árabe maometana pateticamente lendo para as câmeras as mesmas palavras a respeito do pai que lutava pelo Talibã – não é necessário pensar muito sobre qual teria sido a nossa reação.

ZIZEK, S. *Bem-vindo ao deserto do real*. São Paulo: Boitempo, 2003.

A situação imaginária proposta pelo autor explicita o desafio cultural do(a)

- A) prática da diplomacia.
- B) exercício da alteridade.
- C) expansão da democracia.
- D) universalização do progresso.
- E) conquista da autodeterminação.

06. (Enem) Embora o Brasil seja signatário de convenções e tratados internacionais contra a tortura e tenha incorporado em seu ordenamento jurídico uma lei tipificando o crime, ele continua a ocorrer em larga escala. Mesmo que a lei que tipifica a tortura esteja vigente desde 1997, até o ano 2000 não se conhece nenhum caso de condenação de torturadores julgado em última instância, embora tenham sido registrados nesse período centenas de casos, além de numerosos outros presumíveis, mas não registrados.

Disponível em: <http://www.dhnet.org.br>.
Acesso em: 16 jun. 2010 (Adaptação).

O texto destaca a questão da tortura no país, apontando que

- A) a justiça brasileira, por meio de tratados e leis, tem conseguido inibir e, inclusive, extinguir a prática da tortura.
- B) a existência da lei não basta como garantia de justiça para as vítimas e testemunhas dos casos de tortura.
- C) as denúncias anônimas dificultam a ação da justiça, impedindo que torturadores sejam reconhecidos e identificados pelo crime cometido.
- D) a falta de registro da tortura por parte das autoridades policiais, em razão do desconhecimento da tortura como crime, legitima a impunidade.
- E) a justiça tem esbarrado na precária existência de jurisprudência a respeito da tortura, o que a impede de atuar nesses casos.

SEÇÃO FUVEST / UNICAMP / UNESP



GABARITO

Meu aproveitamento

Propostos

Acertei _____ Errei _____

- | | | | |
|-----------------------------|-------------------------------------|-----------------------------|-------------------------------------|
| <input type="radio"/> 01. B | <input type="radio"/> 06. E | <input type="radio"/> 11. E | <input type="radio"/> 16. Soma = 15 |
| <input type="radio"/> 02. D | <input type="radio"/> 07. C | <input type="radio"/> 12. E | <input type="radio"/> 17. D |
| <input type="radio"/> 03. D | <input type="radio"/> 08. A | <input type="radio"/> 13. C | <input type="radio"/> 18. C |
| <input type="radio"/> 04. B | <input type="radio"/> 09. B | <input type="radio"/> 14. B | <input type="radio"/> 19. B |
| <input type="radio"/> 05. D | <input type="radio"/> 10. Soma = 23 | <input type="radio"/> 15. A | <input type="radio"/> 20. B |

Seção Enem

Acertei _____ Errei _____

- 01. B
- 02. C
- 03. B
- 04. B
- 05. B
- 06. B



Total dos meus acertos: _____ de _____ . _____ %

Religião e Sociedade

A SOCIOLOGIA DA RELIGIÃO

O objetivo de uma sociologia da religião é investigar como as crenças em um plano transcendente afetam a organização social e os padrões de comportamento das pessoas. Sendo assim, não compete à Sociologia estabelecer se existe algum deus, se o universo foi criado por alguma entidade sobrenatural ou se há vida após a morte. O que interessa a essa ciência é o modo variado como o fenômeno religioso se manifesta em diversas culturas e a grande influência que exerce na organização das sociedades. Logo, não se pode pensar sociologicamente as religiões sem levar em conta os aspectos da cultura na qual se inserem.

Em seus aspectos culturais, a religião necessita ser legitimada socialmente, ou seja, os membros de uma comunidade religiosa devem acreditar e respeitar as normas sociais impostas pela religião. Somente dessa maneira é que o efeito social da religião sobre os indivíduos pode se fazer eficaz. Uma comunidade religiosa representa não apenas um efeito sobre os indivíduos, mas também uma rede de apoio psicológico, econômico e até mesmo político, especialmente no mundo moderno.

Ao contrário de afirmar que “religião não se discute”, como o ditado do senso comum, a Sociologia e as Ciências Humanas entendem que a relação entre religião e sociedade possui inúmeros objetos que merecem atenção para que não incorramos em modelos fundamentalistas, autoritários e discriminatórios, como ocorreu tantas vezes na história da humanidade. Não seria por outro motivo que se tem debatido bastante atualmente acerca da legitimidade das religiões, da posição laica do Estado Moderno, da pluralidade de manifestações religiosas e do fundamentalismo religioso, especialmente relacionado aos atentados terroristas. Discutir esse tema é de fundamental importância para as sociedades modernas, cada vez mais diversificadas, com grande variedade de credos e doutrinas, em nome de uma convivência mais harmônica e respeitosa.

O SAGRADO E O PROFANO

A relação do ser humano com um plano transcendente ao seu mundo físico é uma constante em todo e qualquer grupo humano. Portanto, não podemos deixar de considerar esse aspecto como de fundamental importância para compreendermos o modo como se dá a coesão entre os indivíduos em um grupo social e, igualmente, como a crença religiosa serve de substrato para ações dos indivíduos no mundo.

Mas de qual maneira a religião estabelece os fundamentos para uma vida em sociedade? Essa prerrogativa está baseada na forma como a crença institui a divisão entre duas categorias distintas: o sagrado e o profano. Nesse sentido, o sagrado surge como uma esfera separada do mundo físico, remetendo ao extraterreno, ao metafísico e ao intangível. Já o profano é aquilo que é comum na vida cotidiana, secular, destituído de um significado transcendente.

Essa oposição entre o sagrado e o profano organiza a vida social, estabelecendo uma hierarquia entre os assuntos e as práticas cotidianas. Podemos considerar, sob essa perspectiva, que o âmbito do sagrado se configura como o centro organizador de uma determinada cultura religiosa, que sempre se coloca como externo ao universo cotidiano dos membros da coletividade. Esse centro organizador pode ser um deus, o cosmos, entre outras divindades ou formas religiosas.

O sagrado e o profano foram sempre e por toda parte concebidos pelo espírito humano como gêneros separados, como dois mundos entre os quais nada há em comum [...]. Uma vez que a noção de sagrado é, no pensamento dos homens, sempre e por toda parte separada da noção do profano [...]. Mas o aspecto característico do fenômeno religioso é o fato de que ele pressupõe uma divisão bipartida do universo conhecido e conhecível em dois gêneros que compreendem tudo o que existe, mas que se excluem radicalmente. As coisas sagradas são aquelas que os interditos protegem e isolam; as coisas profanas aquelas às quais esses interditos se aplicam e que devem permanecer à distância das primeiras.

DURKHEIM, Émile. *As formas elementares de vida religiosa*. São Paulo: Paulinas, 1989. p. 70-72. [Fragmento]

Socialmente, a relação entre os indivíduos e o plano sagrado é mediada pelo uso de símbolos, pelo compartilhamento de mitos de origem do mundo e pela participação em ritos sagrados. Conforme já estudamos, a relação do ser humano com sua cultura é estabelecida no plano simbólico, ou seja, na capacidade que temos de dar significado ao mundo ao nosso redor por meio da linguagem.

O mito, do grego *mythos*, significa literalmente “narração” ou “discurso” e está na base de qualquer religião. Desse modo, os mitos se apresentam como narrativas que contam a maneira como o universo foi criado, assim como o ser humano e a realidade surgiram, atualizando o passado, contextualizando o presente e dando direcionamento ao futuro de uma determinada comunidade religiosa. Já os ritos são dramatizações, formas que os indivíduos encontram para vivenciar a sua relação com o sagrado, e ocorrem por meio de cerimônias, celebrações, entre outras ações.

As religiões, assentadas sobre seus mitos, são as principais fornecedoras das regras morais que organizam as noções de bom e ruim, de certo e errado, de bem e mal, na maioria das sociedades humanas. Assim sendo, por diversas razões, os seres humanos encontram na religião as normas para orientar suas vidas, as respostas para suas dúvidas e o consolo para suas angústias.

Conhecendo como as religiões estabelecem os padrões de comportamento entre seus seguidores, é cabível, agora, saber como os principais pensadores da Sociologia enxergam a relação entre a religião e o mundo moderno.

A RELIGIÃO PARA DURKHEIM, WEBER E MARX

As primeiras reflexões sociológicas a respeito da religião levavam em consideração o advento da modernidade como ponto de partida para se pensar sobre a importância da religião para a vida social em um contexto completamente distinto daquele que existia nas sociedades tradicionais. Nestas, a religião possuía a função de garantir a ordem social, uma vez que detinha um grande peso sobre as ações individuais.

Desse modo, devido à grande influência do positivismo na constituição da Sociologia, a religião era vista como uma forma de conhecimento da realidade que deveria ser superada pelo conhecimento científico. Essa era a visão de pensadores como Auguste Comte, Edward Tylor e Herbert Spencer. Ainda sob forte influência do pensamento positivista, **Émile Durkheim**, em seus estudos sobre a religião, buscava encontrar aquilo que havia em comum entre todas as religiões e, para tanto, iniciou seus estudos com a religião dos povos aborígenes da Austrália. Posteriormente, ele generalizou suas conclusões para as outras religiões do mundo moderno, definindo a religião como:

Um sistema de crenças e práticas em relação ao sagrado, que unem em uma mesma comunidade moral todos os que a ela aderem.

DURKHEIM, Émile. *As formas elementares da vida religiosa: o sistema totêmico na Austrália*. São Paulo: Paulinas, 1989. p. 79. [Fragmento]

Em sua concepção, a religião era um fato social e, portanto, estava além da consciência individual. Logo, a religião é fundamental para que as pessoas se mantenham agregadas socialmente. É nesse sentido que devemos entender os vínculos morais que a religião ajuda a estabelecer, pois, para que os indivíduos constituam grupos, deve sempre haver valores que sejam superiores aos individuais.

Para Durkheim, tanto as religiões antigas (como o totemismo) quanto as modernas são representações da consciência coletiva que possuem enorme importância para a organização da vida social, ditando valores e normas que orientam as ações dos indivíduos. Esses valores e normas são atualizados e reforçados pelos ritos, que normalmente são públicos, regulares e produzem o reforço da fé e a coesão social do grupo.

No entanto, com a complexificação das sociedades e a mudança no tipo predominante de solidariedade, da mecânica para a orgânica, as religiões foram perdendo espaço na ordem social para outras instituições, como o trabalho e a economia.

Enquanto, para Durkheim, a religião tem a função de agregar os indivíduos, **Max Weber** entende que, nas sociedades modernas, as crenças religiosas andam lado a lado da crescente racionalização das ações individuais. Por esse motivo, Weber procurava enxergar as práticas religiosas como ações racionais que visavam a objetivos específicos. A religião, ao influenciar a ação dos indivíduos, faz com que determinados valores e atitudes sejam incorporados à vida prática.

Ao contrário de Durkheim, para quem a religião teria suas características generalizáveis a qualquer sociedade, uma vez que era fundamental para garantir a coesão social, Weber não se preocupou em formular uma teoria geral a respeito da religião. Para ele, as religiões também seriam um componente importante na vida social, porém deveriam sempre ser tomadas, interpretadas e compreendidas em relação ao contexto histórico em que são praticadas. Portanto, ao contrário dos pensadores positivistas, que viam na religião um elemento estranho à ordem social moderna, Weber a entende como um fator fundamental na constituição do mundo moderno. Por esse motivo, a relação entre religião e economia, por exemplo, era um dos objetos principais da sociologia da religião desse pensador.



Representações do sagrado e do profano no imaginário social.

Weber dedicou uma atenção especial ao fenômeno do protestantismo, estudando não só sua origem histórica, mas também seu impacto na formação das sociedades ocidentais modernas. Em sua obra *A ética protestante e o espírito do capitalismo* (1902), Weber analisa a grande importância que teve o modo de pensar dos protestantes na consolidação do capitalismo na Europa. Para o sociólogo alemão, os protestantes, especialmente os calvinistas, valorizavam muito o mérito individual por meio do trabalho e, por conseguinte, a acumulação de capital. Esse processo foi tratado por Weber como “racionalização religiosa”, que corresponde a um **desencantamento do mundo**, verificado pela crescente intervenção da racionalidade na configuração de diversos sistemas culturais na modernidade.

O desencantamento do mundo, propiciado pelo crescimento da racionalização, do individualismo e da ciência, fazia com que as ações sociais de tipo racional (com relação a valores e com relação a fins) passassem a ser predominantes em detrimento da ação social tradicional, que era mais comum nas religiões tradicionais, como o catolicismo.

Assim, as práticas cotidianas dos protestantes buscavam assegurar a salvação (temporal e eterna) não por meio de ritos, nem por uma fuga mística do mundo ou por um ascetismo transcendente, mas se afirmando no mundo material por intermédio do trabalho, da profissão, da inserção social. Nesse contexto, os dogmas religiosos e sua interpretação por parte dos indivíduos são componentes integrantes dessa nova visão de mundo. Weber entende que,

[...] para os calvinistas, o controle constante da conduta moral foi condição psicológica para a instauração de um racionalismo econômico. Esse ativismo econômico puritano, sem dúvida, foi um poderoso fator de desenraizamento do homem de sua conduta tradicional, que possibilitou a formação do homem capitalista moderno. [...] Weber conclui que haveria uma “afinidade eletiva” entre o protestantismo ascético e o espírito do capitalismo, e seu resultado foi a formação de uma classe de empreendedores e homens de negócios, bem como uma classe de artesãos e operários, para os quais o uso racional do tempo e do trabalho, para a obtenção de lucro, consistia no fim em si mesmo.

GRACINO JÚNIOR, Paulo. Dos interesses weberianos dos sociólogos da religião: um olhar perspectivo sobre as interpretações do pentecostalismo no Brasil. *Horizonte*, Belo Horizonte, v. 6, n. 12, p. 69-92, jun. 2008. [Fragmento]

A importância dada à religião por Durkheim e Weber, como objeto de estudo, não foi acompanhada por **Karl Marx**, sendo relegada ao segundo plano em seus estudos. Para Marx, a realidade humana é produzida no processo de transformação da natureza por meio do trabalho. Sendo assim, a essência do ser humano está atrelada à produção do mundo material. Qualquer aspecto da existência humana que não tenha relação direta com o processo produtivo faz parte da superestrutura da sociedade e, assim, sua única função é manter o processo de dominação da classe burguesa em uma sociedade capitalista.

Ao contrário de Weber, para quem a religião pode impulsionar comportamentos individuais que resultem em mudanças na esfera social, como é o caso da superação da ordem econômica feudal para a economia capitalista, Marx entende a religião como um elemento que compõe a superestrutura da sociedade, logo, determinado pelas forças materiais e econômicas da estrutura.

Mesmo tendo sua atenção direcionada a outros aspectos da vida em sociedade, o pensamento marxista também não deixa de atestar a importância da religião, uma vez que

Engels [...] não deixa de reconhecer, como o jovem Marx, a paradoxal dualidade do fenômeno: seu papel na sacralização da ordem estabelecida, mas também, conforme o caso, seu papel crítico, contestatório e até revolucionário. De resto, é exatamente este segundo aspecto que mais o interessa e em que se concentra a maior parte de seus estudos concretos [...].

LÖWY, M. Marx e Engels como sociólogos da religião. *Lua Nova*, n. 43, p. 162, 1998. [Fragmento]

SECULARIZAÇÃO E PLURALISMO RELIGIOSO

Como já vimos, a religião cumpria uma função importante nas sociedades tradicionais, que era justamente a de manter a coesão social. Porém, com o desenvolvimento das sociedades capitalistas, muito se questionou a respeito do papel da religião nesse novo contexto. De acordo com alguns pensadores positivistas, como Comte e Spencer, a religião sofreria um paulatino processo de perda de sua importância nas sociedades modernas, chegando, inclusive, ao seu desaparecimento. Esse processo ficou conhecido como secularização.

Por secularização entendemos o processo pelo qual setores da sociedade e da cultura são subtraídos à dominação das instituições e símbolos religiosos. Quando falamos sobre a história ocidental moderna, a secularização manifesta-se na retirada das Igrejas [...] de áreas que antes estavam sob seu controle e influência: separação da Igreja e do Estado, expropriação das terras da Igreja, ou emancipação da educação do poder eclesiástico [...]. Ela afeta a totalidade da vida cultural e da ideação e pode ser observada no declínio dos conteúdos religiosos nas artes, na filosofia, na literatura e, sobretudo, na ascensão da ciência, como uma perspectiva autônoma e inteiramente secular, do mundo.

Mais ainda, subentende-se aqui que a secularização também tem um lado subjetivo. Assim como há uma secularização da sociedade e da cultura, também há uma secularização da consciência.

BERGER, Peter. *O dossel sagrado: elementos para uma teoria sociológica da religião*. São Paulo: Paulinas, 1985. p. 118-119. [Fragmento]

No entanto, ao contrário do que previam os positivistas e defensores do cientificismo, as religiões não foram extintas com o avanço da industrialização. Dados mostram que o fenômeno é bem mais complexo:

ao mesmo tempo em que há um aumento do número de pessoas que não se identificam com crenças religiosas, nota-se um recrudescimento do sentimento religioso, principalmente nas classes mais populares.

Sociólogos como Peter Berger entendem, inclusive, que o próprio processo de secularização é o responsável pela grande diversidade de crenças religiosas no mundo moderno. Segundo Berger, o que acontece é, de fato, um processo de secularização, mas que não leva à extinção das religiões. Esse processo ocorre de modo distinto em diferentes esferas da sociedade e se torna uma característica do mundo moderno.

Desse modo, podemos entender que a constituição do Estado apresenta um processo de secularização mais acentuado que o âmbito da família, por exemplo. Essa situação denota um processo caro à religião no mundo atual, que é o de sair da esfera pública e se fazer valer de modo mais forte no âmbito privado. Se, nas sociedades tradicionais, a religião determinava fortemente a identidade dos indivíduos em função de sua maior presença na cultura, as sociedades modernas atribuem ao indivíduo a possibilidade de ele próprio construir sua identidade, e, assim, a religião passa a se relacionar a questões de foro privado.

Portanto, a religião nas sociedades modernas não tem o papel de unificar todos os indivíduos em torno de um significado religioso, o que possibilita a maior pluralidade de crenças religiosas no mundo atual.

Porém, por mais que a religião se torne mais importante no âmbito privado que na esfera pública, ela não deixa de gerar efeitos em toda a sociedade. Na visão de Berger, o pluralismo religioso enseja uma competição entre as religiões em busca de novos seguidores. Como atesta Berger, essa competição é fruto direto do deslocamento da religião para a esfera privada. Como afirma o próprio Berger, as religiões, de certa forma, se tornam mercantilizadas, pois passam a buscar a preferência dos indivíduos, e não mais atuam de forma coercitiva nas sociedades modernas. Assim, enquanto, nas sociedades tradicionais, as religiões detinham o poder de legitimar o mundo exterior, na modernidade, a disputa é pela legitimidade de universos particulares, da subjetividade de cada indivíduo.

A característica-chave de todas as situações pluralistas, quaisquer que sejam os detalhes de seu pano de fundo histórico, é que os ex-monopólios religiosos não podem mais contar com a submissão das populações. A submissão é voluntária e, assim, por definição, não é segura.

Resulta daí que a tradição religiosa, que antigamente podia ser imposta pela autoridade, agora tem que ser colocada no mercado. Ela tem que ser “vendida” para uma clientela que não está mais obrigada a “comprar”. Nelas as instituições religiosas tornam-se agências de mercado e as tradições religiosas tornam-se comodidades de consumo.

BERGER, Peter. *O dossel sagrado: elementos para uma teoria sociológica da religião*. São Paulo: Paulinas, 1985. p. 149. [Fragmento]



Por esse motivo, um dos fenômenos que mais tem chamado a atenção dos sociólogos contemporâneos diz respeito aos novos meios utilizados pelas religiões para conseguir novos adeptos. Em uma era fortemente influenciada pelos meios de comunicação de massa, muitas religiões têm aderido às novas tecnologias de comunicação para transmitir suas mensagens, doutrinar e ganhar novos fiéis. Por meio da transmissão ao vivo de cultos ou rituais, várias denominações religiosas adentram em um mercado de comunicação que antes estava associado somente aos setores comerciais e de entretenimento.

Obviamente, esse fenômeno não escapa da leitura realizada pela Teoria Crítica, pois, segundo os autores, ele apresenta as mesmas características de qualquer outro produto da indústria cultural, especialmente a midiaticização e a espetacularização.

FUNDAMENTALISMO E GLOBALIZAÇÃO

Ao pensarmos a relação entre cultura e religião, não podemos deixar de refletir sobre o papel da religião em uma cultura globalizada como aquela em que vivemos. Por globalização, devemos entender o estágio atual das sociedades modernas e pós-industriais, em que há um intercâmbio cada vez maior de capitais, símbolos, valores, costumes e instituições sociais, propiciado pela rapidez de veiculação de conteúdos e imagens e pela potencialização dos contatos entre pessoas de culturas distintas. Como esse contexto pode afetar a dinâmica das religiões?

As religiões apresentam um caráter dual em relação à globalização. Ao mesmo tempo em que elas podem ser usadas como um elemento identitário, valorizando uma cultura particular e servindo, inclusive, de referência para ações políticas, podem também fazer parte de um discurso que busca expandir uma religião específica para outros povos e para outras culturas. Por esse motivo, são tão presentes, nos dias atuais, os discursos que remontam ao fundamentalismo religioso.

O fundamentalismo consiste, basicamente, no apego ao cumprimento estrito e literal dos preceitos e normas contidos nos textos sagrados. Essa postura, também chamada de fanatismo religioso, não é recente na história da humanidade, porém tem se tornado um grande problema nas sociedades contemporâneas devido ao processo de globalização.

Conforme afirma o sociólogo espanhol Manuel Castells, em seu livro *O poder da identidade* (1999), quando o fundamentalismo toma conta do discurso religioso, entramos em um âmbito em que a religião passa a ser algo muito maior que a possibilidade de conforto espiritual para as imprevisibilidades da vida. Uma religião, quando tem exacerbada a sua vertente fundamentalista, na realidade, produz uma identidade que é utilizada para se opor a uma determinada configuração social e política.

O fundamentalismo religioso se apresenta quando uma orientação religiosa é utilizada para a ação direta no mundo social e político, não raro buscando intervenções diretas na realidade. Em um mundo onde os fluxos culturais são constantes, as religiões, muitas vezes, são elementos para a defesa de um ponto de vista particular da realidade, em oposição a uma situação opressora.

Nesse caso, o fundamentalismo passa a ser o principal responsável pela **intolerância religiosa**, que dificulta o reconhecimento da diversidade e da legitimidade de outras crenças, podendo gerar um ambiente hostil ao diálogo e à convivência.

O fundamentalismo, em geral, não é somente uma forma de teologia, é antes uma ideologia que se alia a interesses sociais e políticos de grupos identificáveis, contrários a qualquer tipo de pluralismo. O seu empenho não se limita unicamente a preservar a fé, mas deseja transformar o mundo de tal maneira que a fé possa ser mais facilmente preservada. Na sua manifestação mais profunda, o fundamentalismo não reconhece uma linha divisória entre religião e política. A religião não é concebida como algo privativo do indivíduo tal como propicia a modernidade.

RUÍZ, M. Garcia. Fundamentalismo. In: VILLA, Mariano Moreno (coord.). *Dicionário de pensamento contemporâneo*. Tradução coordenada por Honório Dalbosco. São Paulo: Paulus, 2000. p. 364. [Fragmento]

Geralmente, o senso comum associa o fundamentalismo religioso à religião islâmica, em razão dos eventos envolvendo atentados suicidas praticados por fiéis muçulmanos nas últimas décadas. Nesse contexto, o atentado às Torres Gêmeas em Nova Iorque, no ano de 2001, tornou-se emblemático. O fundamentalismo, porém, não é um fenômeno exclusivo do mundo islâmico. As leituras radicais e intolerantes são constantes em várias religiões ao redor do mundo.

Em um mundo cada vez mais global, em que o multiculturalismo se mostra uma realidade inescapável, a intolerância religiosa é um problema de proporções consideráveis por interferir diretamente na estabilidade da estrutura social. Exatamente por esse motivo, as iniciativas governamentais e civis têm sido intensificadas –

inclusive promovidas por muitas instituições religiosas – e voltadas para a promoção de uma educação religiosa que valorize o conhecimento da história das religiões, as noções de cultura religiosa e o reconhecimento da diversidade natural intrínseca ao universo humano, incentivando o respeito e a tolerância para com a liberdade nesse âmbito.

Uma das iniciativas atuais é a do **ecumenismo**: movimento de integração de várias denominações que busca valorizar os aspectos em comum entre elas em vez de acentuar suas divergências. Fazem parte do movimento ecumênico brasileiro: a Igreja Católica Apostólica Romana, a Igreja Cristã Ortodoxa, a Igreja Evangélica Luterana e a Igreja Anglicana.

BRASIL: RELIGIOSIDADE E SINCRETISMO

Como se sabe, o Brasil surgiu da confluência entre várias matrizes culturais, sendo as mais expressivas: a indígena, a lusitana (portuguesa) e a africana. Cada uma delas é composta de uma grande variedade de grupos étnicos (especialmente as matrizes indígena e africana), cada qual com seu conjunto cultural, seus credos e rituais.

Porém, ao longo da constituição do Brasil como nação, a matriz de origem europeia obteve hegemonia econômica e política e, por conseguinte, domínio cultural. Além disso, a religião católica trazida pelos portugueses se tornou oficial no país, congregando maior número de fiéis. A Constituição Brasileira de 1824 estabelecia em seu artigo 5º: “A religião Catholica Apostolica Romana continuará a ser a Religião do Império. Todas as outras religiões serão permitidas com seu culto doméstico, ou particular em casas para isso destinadas, sem forma alguma exterior ao Templo”. Porém, já a Constituição Republicana de 1891 defendia que “nenhum culto ou igreja gozará de subvenção oficial, nem terá relações de dependência ou aliança com o Governo da União ou dos Estados”, o que foi ratificado pela Constituição democrática de 1988, em que fica claro que:

Artigo 5º (*Caput*).

IV – é livre a manifestação do pensamento, sendo vedado o anonimato;

VIII – ninguém será privado de direitos por motivo de crença religiosa ou de convicção filosófica ou política, salvo se as invocar para eximir-se de obrigação legal a todos imposta e recusar-se a cumprir prestação alternativa, fixada em lei.

Artigo 19. É vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios:

I – estabelecer cultos religiosos ou igrejas, subvencioná-los, embaraçar-lhes o funcionamento ou manter com eles ou seus representantes relações de dependência ou aliança, ressalvada, na forma da lei, a colaboração de interesse público.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição [da] República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal. [Fragmento]

Apesar de a Constituição de 1891 já estabelecer as bases de um Estado laico e secular, não há como negar que o Brasil se constituiu como um país de maioria católica, e isso foi fundamental para moldar sua cultura. Paralelamente, vale ressaltar que no desenvolvimento da história das religiões no Brasil, fica evidente o sincretismo, isto é, a fusão de doutrinas de diversas origens, misturando crenças, elementos, símbolos e ritos diversos, frequentemente contraditórios, numa mesma confluência religiosa polissêmica e híbrida.

O DESAFIO DA TOLERÂNCIA RELIGIOSA

Um dos maiores desafios que a modernidade enfrenta, tanto no Brasil quanto no restante do mundo, diz respeito à intolerância religiosa.

O assunto é de enorme importância e foi tema, inclusive, da proposta de redação do Enem em 2016. Entre os textos motivadores, destaca-se o gráfico que revela que as religiões de matriz africana são as que mais sofrem discriminação religiosa no Brasil. A intolerância religiosa é definida pela legislação brasileira como

[...] um conjunto de ideologias e atitudes ofensivas a crenças e práticas religiosas ou a quem não segue uma religião. [...]

Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2013/04/16/intolerancia-religiosa-e-ainda-e-desafio-a-convivencia-democratica>. Acesso em: 1 fev. 2019. [Fragmento]

A intolerância configura uma ação de ódio, que fere a Declaração Universal dos Direitos Humanos e viola os princípios básicos de convivência democrática e plural.

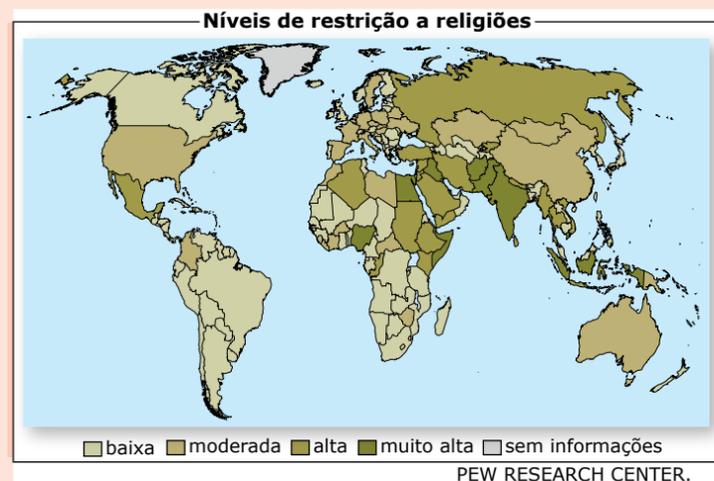
Muitas vezes, a intolerância é praticada sob pretexto de liberdade de expressão, porém é importante diferenciar uma da outra. A crítica a dogmas ou a encaminhamentos religiosos é permitida pela legislação brasileira, sustentada pelas liberdades de opinião e de expressão, desde que não seja ofensiva, desrespeitosa nem estimule o ódio ou a violência contra algum indivíduo ou grupo. Igualmente, não pode acontecer tratamento diferenciado ou discriminatório em relação a alguém em ambiente público em razão de sua crença religiosa.

Restrições religiosas atingem 75% da população mundial

Uma pesquisa mundial feita em 2009 e 2010 indicou o aumento da intolerância religiosa. Segundo o Instituto Pew Research Center, com sede nos Estados Unidos, 5,2 bilhões de pessoas (75% da população mundial) vivem em locais com restrições a crenças. [...]

Mesmo nos países com nível moderado ou baixo de restrições, houve aumento da intolerância. Na Suíça, foi proibida a construção de novos minaretes (torres em mesquitas). O aumento dessas restrições foi atribuído a fatores como crescimento de crimes e violência motivada por ódio religioso.

[...]



STECK, J. *Intolerância religiosa ainda é desafio à convivência democrática*. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2013/04/16/intolerancia-religiosa-e-ainda-e-desafio-a-convivencia-democratica>. Acesso em: 1 fev. 2019. [Fragmento]

O Brasil é apontado pela pesquisa como um país com baixo grau de restrição religiosa, em razão de nossa legislação estar associada à Declaração dos Direitos Humanos e valorizar o pluralismo religioso. Porém, isso não significa que não tenhamos problemas com a intolerância religiosa. Práticas de perseguição, herdadas do Período Colonial, ainda persistem na atualidade.

Outro tema de discussão em nosso país diz respeito à laicidade do Estado brasileiro. A Constituição brasileira de 1988 assegura a laicidade do Estado e garante aos indivíduos a liberdade de crença e culto.

LIBERDADE RELIGIOSA É DIREITO CONSTITUCIONAL DOS CIDADÃOS

[...] A Constituição Federal serve como orientação para como todos os brasileiros devem se portar: é um direito dos brasileiros escolher o credo que mais condiz com seus valores.

[...]

Segundo o Censo de 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), existem 40 grupos religiosos no País. Naquele ano, 64,6% dos brasileiros se declararam católicos. Outros 22,2% se disseram evangélicos e 2% eram espíritas. O levantamento ainda registrou que 0,3% eram seguidores da umbanda e do candomblé. Essa diversidade demanda que o respeito à crença religiosa seja a tônica das relações sociais.

O que diz a lei sobre a intolerância religiosa?

A discriminação motivada pela religião é considerada crime no Brasil. A Lei 9 459/2007 pune com multa e até prisão de um a três anos quem zombar ou ofender outra pessoa por causa do credo que ela professa ou impedir e atrapalhar cerimônias religiosas. Nesses casos, não cabe sequer o pagamento de fiança para que o acusado responda ao processo em liberdade. Além disso, esse tipo de crime não prescreve. Deste modo, os acusados podem ser responsabilizados independentemente da data da denúncia.

O que é o preconceito religioso?

É quando as pessoas são humilhadas por causa da religião que seguem. Em 2017, o Disque 100 recebeu 537 denúncias de intolerância religiosa. O mecanismo para registro de ocorrências funciona 24 horas por dia e recebe as denúncias via telefone e Internet. Quando há violência nessas agressões, o artigo 208 do Código Penal prevê que a pena para os condenados seja ampliada em um terço.

O que a Constituição fala sobre religião?

O artigo 5º da Constituição Federal, que descreve os direitos fundamentais dos cidadãos, especifica que a liberdade de consciência e de crença não pode ser violada. Desse modo, a lei garante que o culto religioso é livre para todos os brasileiros. Por isso, os locais considerados sagrados para cada credo e os símbolos e elementos religiosos devem ser protegidos.

O que é liberdade de expressão religiosa?

É o direito de exercer livremente sua religião, em um ambiente de respeito às diversas crenças, religiões, ritos e símbolos sagrados. Por isso, em 21 de janeiro é celebrado o Dia Nacional de Combate à Intolerância Religiosa. A data marca justamente a luta para que a expressão religiosa possa ocorrer sem qualquer tipo de constrangimento. [...]

BRASIL. Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. *Liberdade religiosa é direito constitucional dos cidadãos*. Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/noticias/cidadania-e-inclusao/2019/01/liberdade-religiosa-e-direito-constitucional-dos-cidadaos>. Acesso em: 18 fev. 2019. [Fragmento]

EXERCÍCIOS PROPOSTOS



- 01.** (Unioeste-PR) As religiões são manifestações sociais que atuam na organização social. Suas origens remetem às primeiras comunidades humanas, nas quais, por meio de rituais e expressões, os homens daquela época procuravam manifestar o culto a uma ou mais divindades, portanto, o fenômeno religioso ajuda no entendimento das sociedades humanas. Levando-se em consideração as visões de Karl Marx, Max Weber e Emile Durkheim sobre religião, é incorreto afirmar que
- A) Durkheim, ao analisar os fenômenos religiosos, percebeu que uma religião é um sistema solidário de crenças e práticas relativas a coisas sagradas, isto é, separadas, interditas, crenças e práticas que unem em uma mesma comunidade moral, chamada igreja, todos aqueles que a ela aderem.
- B) para Durkheim, a grande característica da religião é o seu poder de unir um determinado grupo social em função de um sistema de crenças comuns. Dessa forma, para ele, a religião não deixa de ser uma manifestação da própria organização social, pois ela reflete no convívio das pessoas as crenças que elas possuem.
- C) Max Weber, ao estudar o espírito do capitalismo, percebeu que parte do comportamento social típico que ajudou no desenvolvimento daquele sistema tinha suas origens nas práticas puritanas dos burgueses protestantes.
- D) para Max Weber, os burgueses protestantes acreditavam que o trabalho duro, a economia do dinheiro e uma conduta severa diante da sociedade eram importantes formas de servir a Deus. Essa ética protestante possibilitou o desenvolvimento do espírito do capitalismo ou seus valores básicos.
- E) Karl Marx, ao escrever sobre o fenômeno da religião, percebe que o Estado e a Igreja colocavam-se em polos opostos. O clero não concordava com as ações do Estado e manifestava-se em favor dos explorados e Marx entendeu que a Igreja servia para emancipar as pessoas.
- 02.** (Unicentro-PR) A respeito dos estudos sociológicos sobre religiões, é correto afirmar:
- A) Quatro características são importantes para conceituar religião: ser monoteísta, identificar preceitos morais, explicar as modificações do mundo e estar relacionada com o sobrenatural.
- B) As religiões envolvem um conjunto de símbolos, que invocam sentimentos de reverência ou temor, e estão ligadas a rituais ou cerimônias.
- C) A religião, na modernidade, deixou de desempenhar um papel importante, o que refletiu a diminuição do número das igrejas, templos e santuários.
- D) A crença no sobrenatural não é universal, existindo grupos sociais que não apresentam nenhuma manifestação de espiritualidade.
- E) A religião é chamada magia quando pratica um cerimonial coletivo.

03. (EBMSP) O Estado Islâmico demoliu três tumbas na cidade histórica síria de Palmira, disse ontem, 4 de setembro de 2015, o diretor de antiguidades do país, Maamoun Abdulkarim. A informação é divulgada dias após o grupo radical destruir templos que eram dois dos mais antigos e venerados locais religiosos do Oriente Médio.

Nesta semana, o grupo detonou explosivos no Templo de Bel, que tinha 2 mil anos de idade, em sua campanha para destruir monumentos antigos e artefatos considerados por eles contrários ao Islã.

EI DESTROÍ três tumbas históricas em Palmira. *A Tarde*, Salvador, 5 set. 2015. Caderno B-9 (Adaptação).

A violência cultural executada pelo Estado Islâmico pode ser identificada, também, no Brasil,

- A) na violência urbana, em que o cidadão é continuamente assaltado por marginais que agem fora do controle dos órgãos responsáveis pela segurança da sociedade.
- B) na ação de milícias e grupos de extermínio que perseguem, sem descanso, os traficantes e usuários de drogas.
- C) nos conflitos de terras que atingem povos indígenas, populações quilombolas e posseiros contra fazendeiros e grandes proprietários de terras.
- D) nas lutas religiosas entre católicos e protestantes pela conquista de maior número de adeptos nas grandes cidades contemporâneas.
- E) nos ataques de extremistas e fundamentalistas religiosos a terreiros e símbolos religiosos do candomblé, expressão da religiosidade afro-brasileira.

04. (UEL-PR-2019) A menos que seja um físico, quem anda num bonde não tem ideia de como o carro se movimenta. E não precisa saber. Basta-lhe poder contar com o comportamento do bonde a orientar sua conduta de acordo com sua expectativa; mas nada sabe sobre o que é necessário para produzir o bonde ou movimentá-lo. O selvagem tem um conhecimento incomparavelmente maior sobre suas ferramentas.

WEBER, M. A ciência como vocação. In: GERTH, H.; MILLS, W. *Max Weber. Ensaios de Sociologia*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979. p. 165.

Com base no texto e nos conhecimentos sobre a sociedade moderna, conforme Max Weber, assinale a alternativa correta.

- A) A secularização da vida moderna e o conseqüente desencantamento do mundo são expressões da racionalização ocidental.
- B) O homem moderno detém menor controle sobre as forças da natureza, em comparação com o domínio que possuía o "selvagem".
- C) O avanço da racionalidade produz, também, uma maior revitalização da cultura clássica, dado que amplia o alcance das escolhas efetivas disponíveis.

- D) O desencantamento do mundo é um fato social que atua como força coercitiva sobre as vontades individuais, visando à construção da consciência coletiva.
- E) O desencantamento do mundo destitui o Ocidente de um elemento diferenciador em relação ao Oriente: as ações sociais dotadas de sentido.

05. (Unesp) A República Islâmica do Irã abençoa e incentiva operações de troca de sexo, em nome de uma política que considera todo cidadão não heterossexual como espírito nascido no corpo errado. Com ao menos 50 cirurgias por ano, o país é recordista mundial em mudança de sexo, após a Tailândia. Oficialmente, gays não existem no país. Ficou famosa a frase do presidente Mahmoud Ahmadinejad dita a uma plateia de estudantes nos EUA em 2007, de que "não há homossexuais no Irã". A homossexualidade nem consta da lei. Mas sodomia é passível de execução. [...] Uma transexual operada confidenciou um sentimento amplamente compartilhado em silêncio: "Não teria mutilado meu corpo se a sociedade tivesse me aceitado do jeito que eu nasci".

ADGHIRNY, S. Operação antigay. *Folha de S.Paulo*, 13 jan. 2013.

O incentivo a cirurgias de troca de sexo no Irã é motivado por

- A) tabus sexuais decorrentes do fundamentalismo religioso hegemônico naquele país.
- B) critérios de natureza científica que definem o que é uma "sexualidade normal".
- C) uma política governamental fundamentada em princípios liberais de cidadania.
- D) influências ocidentais ocasionadas pelo processo de globalização cultural pela Internet.
- E) pressões exercidas pelos movimentos sociais homossexuais pelo direito à cirurgia.

06. (Unioeste-PR) Por meio de seus estudos a respeito da religião, Émile Durkheim aponta, para além dos aspectos básicos de qualquer instituição social: coesão social, fortalecimento social, solidariedade, etc., que

- A) toda religião, ao expressar os mais altos valores de uma determinada sociedade, faz com que não haja nenhuma que seja falsa.
- B) para ele, a religião, ao servir-se dos homens e apaziguar a sociedade, é apenas um aspecto da construção ideológica da sociedade contemporânea.
- C) a religião nada mais é que um fóssil cultural, daí a perpetuação da religião primitiva, o que pode ser facilmente visto pela sua pouca ou nenhuma relevância social no mundo contemporâneo.
- D) seus estudos sobre religião são mínimos e pouco relevantes, pois seu foco foi os fenômenos sociais, aos quais denominava fatos sociais.
- E) a religião como prática social está subordinada aos aspectos econômicos, estes sim determinantes das ações sociais dos indivíduos e explicativos das visões de mundo adotadas pelas sociedades.

07. (UERJ)



A série histórica das religiões no Brasil



O censo de 2010 revelou mudanças significativas na escolha de religião pelos brasileiros, como se pode observar no gráfico. A mudança registrada nos percentuais de evangélicos para o período 1980-2010 se explica principalmente pelo seguinte fator:

- A) estímulo à migração de fiéis, institucionalizando a criação de novos templos.
- B) obrigatoriedade do ensino religioso na educação básica, favorecendo a conversão.
- C) capacitação de funções de liderança, priorizando a formação superior de pastores.
- D) ampliação de práticas missionárias, mobilizando os meios de comunicação de massa.

08. (Unesp) "Religião sempre foi um negócio lucrativo." Assim começa uma reportagem da revista americana *Forbes* sobre os milionários bispos fundadores das maiores igrejas evangélicas do Brasil. A revista fez um ranking com os líderes mais ricos. No topo da lista, está o bispo Edir Macedo, que tem uma fortuna estimada em R\$ 2 bilhões, segundo a revista. Em seguida, vem Valdemiro Santiago, com R\$ 400 milhões; Silas Malafaia, com R\$ 300 milhões; R. R. Soares, com R\$ 250 milhões, e Estevan Hernandes Filho e a bispa Sônia, com R\$ 120 milhões juntos. A *Forbes* também destaca o crescimento dos evangélicos no Brasil – de 15,4% para 22,2% da população na última década –, em detrimento dos católicos. Hoje, os católicos romanos somam 64,6% da população, ou 123 milhões de brasileiros. Os evangélicos, por sua vez, já somam 42 milhões, em uma população total de 191 milhões de pessoas.

FORBES lista os seis líderes milionários evangélicos no Brasil. 19 jan. 2013. Disponível em: uol.com.br (Adaptação).

Os fatos descritos na reportagem são compatíveis filosoficamente com uma concepção

- A) teológico-protestante, baseada na valorização do sacrifício pessoal e da prosperidade material.
- B) kantiana, que preconiza a possibilidade de se atingir a maioria intelectual.
- C) cartesiana, que pressupõe a existência de Deus como condição essencial para o conhecimento racional.
- D) dialético-materialista, baseada na necessidade de superação do trabalho alienado.
- E) teológico-católica, defensora da caridade e idealizadora de virtudes associadas à pobreza.

09. (FGV)



Disponível em: <http://educacao.uol.com.br/album/2013/07/12/paquistanesa-atacada-por-defender-educacao-discursiva-na-onu.htm>.

A imagem retrata a jovem paquistanesa Malala Yousafzai em discurso na ONU, em julho de 2013, trajando o véu e o xale da ex-premiê do Paquistão Benazir Bhutto, assassinada em 2007 em um atentado político.

Leia trechos do discurso de Malala:

Queridos amigos, em 09 de outubro de 2012, o Talibã atirou no lado esquerdo da minha testa. Atiraram nos meus amigos também. Eles acharam que aquelas balas nos silenciariam. Mas falharam e, então, do silêncio vieram milhares de vozes. [...] O sábio ditado que diz "A caneta é mais poderosa que a espada" é verdadeiro. Os extremistas têm medo dos livros e das canetas. O poder da educação os assusta e eles têm medo das mulheres. [...] É por isto que eles mataram 14 estudantes inocentes no recente ataque em Quetta. E é por isto que eles matam professoras. É por isto que eles atacam escolas todos os dias: porque tiveram e têm medo da mudança, da igualdade que vamos trazer para a nossa sociedade. [...] Deixem-nos pegar nossos livros e canetas porque estas são as nossas armas mais poderosas. Uma criança, um professor, um livro e uma caneta podem mudar o mundo.

Disponível em: <http://www.ikmr.org.br/dia-malala-discurso-onu/>.

Com base no texto, o apelo lançado por Malala

- A) simboliza a luta das meninas para frequentarem a escola em países com restrições religiosas, culturais e políticas à instrução feminina, como no caso do Paquistão, sob domínio Talibã, e da Índia, submetida à lei oficial da Sharia.
- B) advoga o princípio da educação como arma contra a discriminação muçulmana das minorias étnico-religiosas curda e *pachtun* e como meio para pacificar a guerra civil em seu país.
- C) apoia a formação militar feminina, inspirando-se no programa de Benazir Bhutto, a primeira mulher a ocupar um cargo de chefe de governo de um Estado muçulmano moderno.
- D) defende a educação como um dos direitos humanos básicos e como um meio para a libertação dos indivíduos de regimes e crenças excludentes e discriminatórios.
- E) sustenta o protagonismo feminino de todas as mulheres e condena todas as religiões, em nome da adoção de um sistema de educação laico e igualitário no Paquistão.



10. (UEM-PR) Os romeiros sobem a ladeira / cheia de espinhos, cheia de pedras, / sobem a ladeira que leva a Deus / e vão deixando culpas no caminho / [...] Os romeiros pedem com os olhos, / pedem com a boca, pedem com as mãos. / Jesus já cansado de tanto pedido / dorme sonhando com outra humanidade.

ANDRADE, C. D. de. *Antologia poética*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012. p. 58-59.

Sobre a forma como a Sociologia entende o tema da religião, é correto afirmar:

- 01. Os rituais e cerimônias são acontecimentos centrais na constituição de um sistema religioso.
- 02. A expressão de devoção religiosa envolve tanto um estado subjetivo de manifestação da fé quanto um certo padrão de demonstração coletiva e compartilhada de sentimentos.
- 04. Os pedidos feitos pelos fiéis a seus santos de devoção podem ser vistos como o estabelecimento de alianças de trocas simbólicas entre o mundo profano e o mundo sagrado.
- 08. A Constituição Brasileira assegura a liberdade de consciência e de crença religiosa. Tal direito pressupõe, portanto, a liberdade de não ter crença religiosa, ou seja, de ser ateu ou agnóstico.
- 16. A religião é uma manifestação natural do comportamento humano, um fenômeno de caráter individual e espiritual, cuja investigação científica somente pode ser alcançada por meio da teologia.

Soma ()

11. (UFU-MG-2021) "A Teologia da Prosperidade Neopentecostal [...] prega uma ética econômica voltada para o mundo, onde possuir e ascender são sinais de que Deus, e não o diabo, age em sua vida. Essa ascensão não se ancora especificamente na disciplina e na dedicação ao trabalho, mas em uma disposição empreendedora de quem almeja tornar-se o patrão nas relações de trabalho. Tal disposição de empreender é alimentada por ritos sacrificiais – como dar o dízimo – que geram expectativas de prosperidade material no futuro. Os riscos materiais do empreendimento são considerados atos de fé."

ALMEIDA, Ronaldo de. A onda quebrada: evangélicos e conservadorismo. *Cadernos Pagu*, n. 50, 2017.

Conforme a definição da Teologia da Prosperidade Neopentecostal, o vínculo entre a conduta econômica e a ética religiosa, nesse contexto,

- A) aponta para o processo de desencantamento do mundo, em que a racionalidade econômica capitalista se afasta de sua origem religiosa.
- B) desvaloriza o lucro como forma de comprovação de uma salvação religiosa, conforme a tese weberiana.
- C) afasta-se da proposição weberiana, segundo a qual a ética protestante valoriza o trabalho metódico como uma prova de fé.
- D) contribui para a manutenção da coesão social, ao separar a ética religiosa do espírito empreendedor.

12. (UEM-PR) Segundo o sociólogo Peter Berger: "[...] Somente os loucos ou raros gênios podem habitar sozinhos em seus mundos de significados. A maioria das pessoas adquire seus significados de outras pessoas, cujo apoio constante é necessário para que esses significados possam continuar a ter credibilidade. As igrejas constituem órgãos para o fortalecimento mútuo de interpretações."

BERGER, P. *Perspectivas sociológicas*. Petrópolis: Vozes, 1973. p. 75-6.

A partir da assertiva anterior e das contribuições da teoria sociológica, pode-se afirmar que:

- 01. As religiões são instituições sociais.
- 02. Qualquer pessoa pode estar perfeitamente integrada à sociedade à qual pertence sem pertencer a qualquer credo religioso, caso a sociedade em questão ofereça aos indivíduos essa possibilidade.
- 04. A religiosidade individual, expressão possível e encontrável na sociedade ocidental, é uma instituição religiosa.
- 08. Segundo Karl Marx, os indivíduos constroem a história, mas há condicionantes históricos que definem como será esse processo. Tal premissa pode ser aplicada a qualquer instituição social, inclusive à religião.
- 16. Os significados coletivos dos códigos religiosos são reproduzidos e reforçados por meio das instituições religiosas.

Soma ()

13. (UEM-PR) De acordo com Roger Bastide, sociólogo francês radicado no Brasil, para compreender o fenômeno da religião nas sociedades modernas é preciso "partir da observação, tão correta, de Karl Marx de que nossa civilização, longe de destruir os mitos, multiplicou-os."

BASTIDE, R. *O sagrado selvagem e outros ensaios*. São Paulo: Cia. das Letras, 2006. p. 97.

Considerando o trecho citado e o tema da religiosidade, assinale o que for correto.

- 01. A sociologia da religião procura explicar as origens das religiões mundiais e as causas do desaparecimento da religiosidade nas sociedades modernas.
- 02. As religiões são fenômenos sociais que ativam sistemas simbólicos, sentimentos e práticas relacionadas com o que se considera sagrado em determinada cultura.
- 04. A verdade religiosa num sistema de crenças é tratada pela sociologia como um ponto de vista possível.
- 08. Para Weber, mesmo que o capitalismo seja um fenômeno predominantemente econômico, a consolidação de sua forma moderna foi favorecida pela atmosfera religiosa dos séculos XVII a XIX.
- 16. De acordo com Marx, os princípios de solidariedade e de família propagados pelo Cristianismo tornaram as sociedades industriais do ocidente europeu lugares harmoniosos, inclusivos e justos.

Soma ()



14. (Unioeste-PR) Segundo Émile Durkheim, em sua obra *As formas elementares da vida religiosa* (1996, p. 19), "os fenômenos religiosos classificam-se naturalmente em duas categorias fundamentais: as crenças e os ritos. As primeiras são estados da opinião, consistem em representações; os segundos são modos de ação determinados. Entre esses dois tipos de fatos, há exatamente a diferença que separa o pensamento do movimento. Os ritos só podem ser definidos e distinguidos das outras práticas humanas, notadamente das práticas morais, apenas pela natureza especial do seu objeto. Com efeito, uma regra moral, assim como um rito, nos prescreve maneiras de agir, mas que se dirigem a objetos de um gênero diferente. Portanto, é o objeto do rito que precisaríamos caracterizar para podermos caracterizar o próprio rito. Ora, é na crença que a natureza especial desse objeto se exprime. Assim, só se pode definir o rito após se ter definido a crença. Todas as crenças religiosas conhecidas, sejam elas simples ou complexas, apresentam um mesmo caráter comum: pressupõem uma classificação das coisas, reais ou ideais, que os homens concebem, em duas classes, em dois gêneros opostos, designados geralmente por dois termos distintos que as palavras 'profano' e 'sagrado' traduzem bastante bem.

A divisão do mundo em dois domínios que compreendem, um, tudo o que é sagrado, outro, tudo o que é profano, tal é o traço distintivo do pensamento religioso: as crenças, os ritos, os gnomos, as lendas, são representações ou sistemas de representações que exprimem a natureza das coisas sagradas, as virtudes e os poderes que lhes são atribuídos, sua história, suas relações mútuas e com as coisas profanas. Mas por coisas sagradas, convém não entender simplesmente esses seres pessoais que chamamos deuses ou espíritos: um rochedo, uma árvore, uma fonte, um seixo, um pedaço de madeira, uma casa, em uma palavra, uma coisa qualquer pode ser sagrada". Partindo da análise do texto transcrito anteriormente, assinale a alternativa correta.

- A) Os ritos são estados da opinião e consistem em representações.
- B) Para Durkheim, a religião é definida pela crença em divindades ou seres sobrenaturais.
- C) As coisas sagradas são, por exemplo, os objetos do culto, as pessoas do culto e os próprios seres cultuados.
- D) A classificação das coisas em sagradas e profanas no fenômeno religioso é uma característica das religiões tidas como primitivas.
- E) A divisão do mundo em dois domínios que compreendem, um, tudo o que é sagrado, outro, tudo o que é profano, não é o traço distintivo do pensamento religioso.

15. (Unioeste-PR) Karl Marx (1818–1883), Émile Durkheim (1858–1917) e Max Weber (1864–1920), teóricos da Sociologia, chegam a conclusões distintas em suas análises e reflexões sobre as funções das religiões nas sociedades. Com base na visão desses sociólogos, assinale a alternativa correta.

- A) Para Max Weber, as concepções religiosas são fatores irrelevantes da conduta econômica.
- B) Segundo a teoria de Weber, a religião é uma das fontes causadoras do *status quo*, impedindo que mudanças sociais ocorram na sociedade.
- C) Para Durkheim, a religião teria a função de fortalecer os laços de coesão social, e contribuir para a solidariedade dos membros do grupo.
- D) Para Karl Marx a religião teria a função de chamar a atenção para a alienação e sujeição do indivíduo na sociedade, levando-o a lutar contra as contradições sociais.
- E) Karl Marx, Émile Durkheim e Max Weber afirmam que, com o desenvolvimento das sociedades industriais, a religião tenderia a ganhar mais espaço entre as instituições sociais.

- 16.** (UEL-PR-2021) Considerando as fronteiras entre religião e política, com base nos conhecimentos sobre Estado Moderno, assinale a alternativa correta.
- A) O caráter laico pressupõe a separação entre Estado e religião, garantindo que os valores e os dogmas religiosos não determinem as questões de Governo e de Estado.
 - B) O Estado neoliberal define-se pela participação de líderes religiosos em partidos políticos e em cargos no Executivo e no Legislativo.
 - C) A antiga e estreita relação entre Estado e religião firma-se, institucionalmente, nos regimes democráticos representativos, servindo como um instrumento de sua consolidação.
 - D) Na democracia, o aumento de líderes religiosos em cargos do Legislativo permite que as leis aprovadas sejam moralmente universais, pois são formuladas a partir de princípios religiosos.
 - E) Um dos aspectos centrais do Estado laico é a proibição, na sociedade civil, de manifestações e práticas de diferentes grupos religiosos porque prejudicam a isenta participação cidadã.

- 17.** (UFU-MG-2022) Trazendo um recorte racial, [...] percebemos que pessoas brancas candomblecistas tendem a sofrer racismo religioso somente quando estão parentadas ou quando assumem publicamente sua identidade religiosa. Por outro lado, no caso da população negra, percebemos que, junto a essa discriminação religiosa, vem a discriminação racial a partir do fenótipo dessa população.

RODRIGUES, Ozaias da Silva; NYACK. *As múltiplas faces do racismo religioso: reflexões acerca do impacto desse fenômeno em "corpos-macumbeiros"*. 32. RBA, 2020. Disponível em: <https://www.32rba.abant.org.br/>. Acesso em: 11 set. 2022.

O texto exemplifica como o racismo no Brasil

- A) ocorre de maneira implícita, buscando incorporar a diversidade étnica e religiosa.
 - B) envolve a intolerância em relação aos cultos e seitas que não são reconhecidos oficialmente pelo Estado.
 - C) está subordinado à desigualdade econômica, permitindo que a discriminação recaia sobre brancos e negros.
 - D) está disseminado na sociedade, depreciando modos de vida de matriz africana.
- 18.** (UFPR-2021) Entre a Primeira República e a Era Vargas, de 1889 e 1945, quando a intolerância religiosa era institucionalizada no Brasil por um Código Penal que definia como crime a "prática do espiritismo, da magia e seus sortilégios", pelo menos 519 peças de religiões de matriz africana foram apreendidas pela polícia em terreiros de candomblé e umbanda no Rio de Janeiro. Essa era uma época em que o samba e a capoeira também davam cadeia no Brasil.
- Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-55018196>. Acesso em: 5 nov. 2021.

A notícia anterior demonstra que nem os governantes nem a opinião pública tinham dimensão da ou interesse na pluralidade de religiões no país. Esse fato demonstra o desafio para convivência entre pessoas de diferentes crenças, cujo debate evidencia que:

- A) as noções de preconceito, discriminação e segregação são inseparáveis.
- B) o conhecimento religioso foi superado pelo conhecimento produzido pela ciência.
- C) o Estado brasileiro mantém a laicidade como princípio legal desde a primeira constituição.
- D) a religião se resume ao sobrenatural ou ao incompreensível, e a ciência é a principal forma democrática de prática cidadã.
- E) a religião não pode ser identificada apenas com o monoteísmo e que, no Brasil, há historicamente uma diversificação das práticas religiosas.

- 19.** (Unioeste-PR) Leia o texto a seguir:

Não é a religião enquanto conservação e permanência que deve interessar à sociologia, mas sim a religião em mudança, a religião como possibilidade de ruptura e inovação, a mudança religiosa e, portanto, a mudança cultural.

PIERUCCI, Antonio F.; PRANDI, Reginaldo. *A realidade social das religiões no Brasil*. São Paulo: Hucitec, 1996. p. 9.

Com base no texto, podemos afirmar que

- I. A religião é um fenômeno social muito mais abrangente do que as pessoas supõem.
- II. A religião contém elementos de conservação e transformação.
- III. O fenômeno religioso é dinâmico e complexo.
- IV. A religião, em sentido sociológico, não importando qual seja ela e nem quantas sejam elas, está estreitamente relacionada à própria experiência da sociedade.

Assinale a alternativa que contém todas as afirmativas corretas.

- A) I e II. D) I, II, III e IV.
- B) I, II e III. E) I e IV.
- C) III e IV.

- 20.** (UEM-PR) A sociologia comporta diferentes explicações sobre os fenômenos sociais. Assinale a(s) alternativa(s) cujas afirmações correspondem somente a explicações sociológicas sobre o fenômeno da religiosidade.

- 01. As religiões podem ser compreendidas como instrumentos de regulação e de controle das atividades dos membros da sociedade. Desse modo, elas são dotadas de força coercitiva.
- 02. Os sistemas religiosos exercem uma função importante no processo de socialização, ou seja, na assimilação pelos indivíduos dos valores e das normas que regem sua sociedade.

- 04. O fenômeno religioso não pode ser considerado um fenômeno cultural, já que possui leis muito próprias de funcionamento.

- 08. De acordo com algumas teorias, as religiões expressam visões ideológicas sobre a vida em sociedade que são fundamentais para a dominação de uma classe social sobre a outra.

- 16. As práticas religiosas não se constituem tema de investigação sociológica, já que dizem respeito a escolhas e a experiências particulares. Ou seja, elas se definem como um fenômeno individual.

Soma ()

SEÇÃO ENEM

- 01.** (Enem-2022)

Texto I

Em março de 1889, quando apareceram as primeiras romarias atraídas pelos milagres da beata Maria de Araújo, Juazeiro inseriu-se no rol da fundação do espaço religioso. Construiu-se mais um centro, como Aparecida do Norte, Canindé ou Lourdes.

RAMOS, F. R. L. *O meio do mundo: território sagrado em Juazeiro do Padre Cicero*. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2014.

Texto II

Não sabemos ao certo quantas pessoas estavam presentes na capela no momento em que a hóstia sangrou na boca de Maria de Araújo. O Padre Cícero nos conta que o fato surpreendeu não só aos presentes, mas o fenômeno continuou acontecendo todas as quartas e sextas na Capela de Nossa Senhora das Dores a partir daquele dia. Os paninhos manchados do sangue que escorria da hóstia e da boca da beata, a princípio ficaram sob a guarda do Padre Cícero, mas logo foram expostos à visitação pública e, além disso, o sangramento foi proclamado como milagre sem o conhecimento e sem a autorização do bispo diocesano.

NOBRE, E. *Incêndios da alma*. Rio de Janeiro: Multifoco, 2016 (Adaptação).

As práticas religiosas mencionadas nos textos estão associadas, respectivamente, a:

- A) Delimitação de paisagens urbanas e abandono de componentes espiritualistas.
- B) Demarcação de patrimônios afetivos e apropriação de elementos judaizantes.
- C) Expansão de fronteiras regionais e subjetivação do cristianismo medieval.
- D) Circunscrição de bens simbólicos e admissão de cerimônias ecumênicas.
- E) Criação de lugares místicos e experiências do catolicismo popular.

- 02.** (Enem-2022) Espera, resignado, o dia 13 daquele mês porque, em tal data, usança avoenga lhe faculta sondar o futuro, interrogando a providência. É a experiência tradicional de Santa Luzia. No dia 12 ao anoitecer expõe ao relento, em linha, seis pedrinhas de sal, que representam, em ordem sucessiva da esquerda para a direita, os seis meses vindouros, de janeiro a junho. Ao alvorecer de 13 observa-as: se estão intactas, pressagiam a seca; se a primeira apenas se deliu, transmutada em aljôfar límpido, é certa a chuva em janeiro; se a segunda, em fevereiro; se a maioria ou todas, é inevitável O inverno benfazejo. Esta experiência é belíssima.

CUNHA, E. *Os sertões*. São Paulo: Editora Três, 1984.

No experimento descrito, a relação com a paisagem e com a religiosidade permite que o sertanejo seja

- A) afeito à devoção ao aceitar destinos sacralizados.
- B) acostumado à pobreza ao admitir acasos naturais.
- C) habituado ao solo ao conhecer terrenos cultiváveis.
- D) íntimo à Caatinga ao interpretar condições ambientais.
- E) próximo à vegetação ao identificar espécies arbustivas.

- 03.** (Enem-2022) O povo Kambeba é o povo das águas. Os mais velhos costumam contar que o povo nasceu de uma gota-d'água que caiu do céu em uma grande chuva. Nessa gota estavam duas gotículas: o homem e a mulher. "Por essa narrativa e cosmologia indígena de que nós somos o povo das águas é que o rio nos tem fundamental importância", diz Márcia Wayna Kambeba, mestre em Geografia e escritora. Todos os dias, ela ia com o pai observar o rio. Ia em silêncio e, antes que tomasse para si a palavra, era interrompida. "Ouço o rio", o pai dizia. Depois de cerca de duas horas a ouvir as águas do Solimões, ela mergulhava. "Confie no rio e aprenda com ele". "Fui entender mais tarde, com meus estudos e vivências, que meu pai estava me apresentando à sabedoria milenar do rio".

RIOS amazônicos influenciam no agro e em reservatórios do Sudeste. Disponível em: www.uol.com.br. Acesso em: 14 out. 2021.

Pelo descrito no texto, o povo Kambeba tem o rio como um(a)

- A) objeto tombado e museográfico.
- B) herança religiosa e sacralizada.
- C) cenário bucólico e paisagístico.
- D) riqueza individual e efêmera.
- E) patrimônio cultural e afetivo.

04. (Enem–2019) A maior parte das agressões e manifestações discriminatórias contra as religiões de matrizes africanas ocorrem em locais públicos (57%). É na rua, na via pública, que tiveram lugar mais de 2/3 das agressões, geralmente em locais próximos às casas de culto dessas religiões. O transporte público também é apontado como um local em que os adeptos das religiões de matrizes africanas são discriminados, geralmente quando se encontram paramentados por conta dos preceitos religiosos.

REGO, L. F.; FONSECA, D. P. R.; GIACOMINI, S. M.

Cartografia social de terreiros no Rio de Janeiro.

Rio de Janeiro: PUC-Rio, 2014.

As práticas descritas no texto são incompatíveis com a dinâmica de uma sociedade laica e democrática porque

- A) asseguram as expressões multiculturais.
- B) promovem a diversidade de etnias.
- C) falseiam os dogmas teológicos.
- D) estimulam os rituais sincréticos.
- E) restringem a liberdade de credo.

SEÇÃO FUVEST / UNICAMP / UNESP



GABARITO

Propostos

Meu aproveitamento 

Acertei _____ Errei _____

- 01. E
- 02. B
- 03. E
- 04. A
- 05. A
- 06. A
- 07. D
- 08. A
- 09. D
- 10. Soma = 15
- 11. C
- 12. Soma = 27
- 13. Soma = 14
- 14. C
- 15. C
- 16. A
- 17. D
- 18. E
- 19. D
- 20. Soma = 11

Seção Enem

Acertei _____ Errei _____

- 01. E
- 02. D
- 03. E
- 04. E



Total dos meus acertos: _____ de _____ . _____ %

Estado Moderno, Democracia e Sociedade Civil

O CONCEITO DE PODER

O tema deste capítulo é o estudo do Estado, da democracia e da sociedade civil, por isso iniciaremos nosso percurso pela definição do que é poder, tratando, também, de sua influência nas relações sociais, especialmente naquelas de cunho político. Nesse sentido, tem poder quem (podemos nos referir a pessoas, grupos sociais, objetos ou fenômenos naturais) possui a capacidade ou a possibilidade de agir e, por meio de sua ação, produzir efeitos.

Porém, conhecer o significado de poder em termos sociais, além do fato de nos remeter à capacidade de ação, auxilia-nos a compreender a competência que certos indivíduos ou grupos possuem para determinar o comportamento de outros indivíduos. Assim, a noção de poder social nos faz pensar que os sujeitos não são apenas portadores da capacidade de agir, mas, também, sofrem a ação decorrente dessa capacidade.

Nesse sentido, o poder é um fenômeno que se manifesta de forma relacional, ou seja, para que exista uma relação de poder, temos de ter, de um lado, indivíduos ou grupos que exercem o domínio, e, do outro, grupos ou indivíduos que recebem esse domínio ou são induzidos a se comportar de acordo com a vontade daqueles que desempenham papéis de dominação. Logo, o poder não é algo que se possui como se fosse um objeto, mas um fenômeno que ocorre e se estabelece dentro das relações sociais.

Outro aspecto de suma importância para compreendermos as relações de poder é atentarmos para o contexto em que estas são estabelecidas, pois, em cada esfera social, o poder se manifesta de uma maneira distinta. O poder de um chefe de família, do gerente de algum setor comercial ou de um professor, por exemplo, só faz sentido dentro de um contexto específico.

O filósofo **Michel Foucault (1926-1984)** foi muito importante por demonstrar como o poder **macropolítico** (configurado no Estado) se ramifica e é exercido em dimensões menores, cotidianas, aparentemente inofensivas. É o que ele chama de **microfísica do poder**. Mesmo ações diárias que aparentemente são destituídas de qualquer conotação política, acabam por reforçar no nível micro as relações de dominação encontradas no nível macro, reatualizando as estruturas de controle sobre os indivíduos.

Neste capítulo, o tipo de poder que nos interessa em nossos estudos é o poder político e, portanto, cabe a nós compreender quais são as bases sociais em que se fundaram o poder dos Estados e como o advento deste propiciou o surgimento da sociedade civil.

Podemos considerar o Estado como uma instituição que detém o domínio sobre uma determinada comunidade política e um território específico, por meio do uso legítimo da violência e da coerção. Mas, para que a relação de dominação seja, de fato, estabelecida, é necessário que os indivíduos reconheçam o poder do Estado.



Em função de ter o seu poder fundado na lei, o Estado assume, na modernidade, a concepção de instituição política fundamental. Para Max Weber, são duas as principais características dos Estados Modernos: a territorialidade e o monopólio da violência legítima.

[...] a violência não é o único instrumento de que se vale o Estado – não se tenha a respeito qualquer dúvida –, mas é o seu instrumento específico. Na atualidade, a relação entre o Estado e a violência é particularmente íntima. [...] nos dias de hoje devemos conceber o Estado contemporâneo como uma comunidade humana que, dentro dos limites de determinado território, reivindica o monopólio do uso legítimo da violência física.

WEBER, Max. *Ciência e Política: duas vocações*. Tradução de Jean Melville. São Paulo: Martin Claret, 2001. p. 60. [Fragmento]

Desde a Antiguidade, com a formação dos Impérios, o Estado se apresenta como uma instituição que demonstra a maneira pela qual a distribuição do poder dentro de uma comunidade política acontece. No entanto, não se pode negar que, a partir do Iluminismo, o Estado, além de ser uma evidência histórica, passou a ser considerado como um resultado da racionalidade humana em controlar os meios de distribuição do poder no seio de determinada sociedade. Por esse motivo, o Estado passou a fazer parte das reflexões filosóficas, especialmente entre os chamados filósofos **contratualistas**, que buscavam compreender os fundamentos do poder do Estado.

Consolidado o modo de produção capitalista, a figura do Estado se modificou, uma vez que novas esferas sociais, como a Nação e a sociedade civil, passaram a controlar a atividade do Estado com o fim do Estado Absolutista. No que se refere a tal contexto, a seguir, estudaremos mais detidamente o percurso histórico das transformações que permearam a relação entre Estado e sociedade civil.

O CONTRATO SOCIAL E A CONSTITUIÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL

A gênese dos Estados Nacionais se deu com a crise do feudalismo durante o século XVI, e, desde então, vários pensadores se dedicaram a refletir sobre a legitimidade dessa instituição que surgiu para regular politicamente as sociedades modernas. Durante o processo de constituição dos **Estados Nacionais**, as teorias mais influentes sobre a origem do Estado foram aquelas do chamado contrato social.

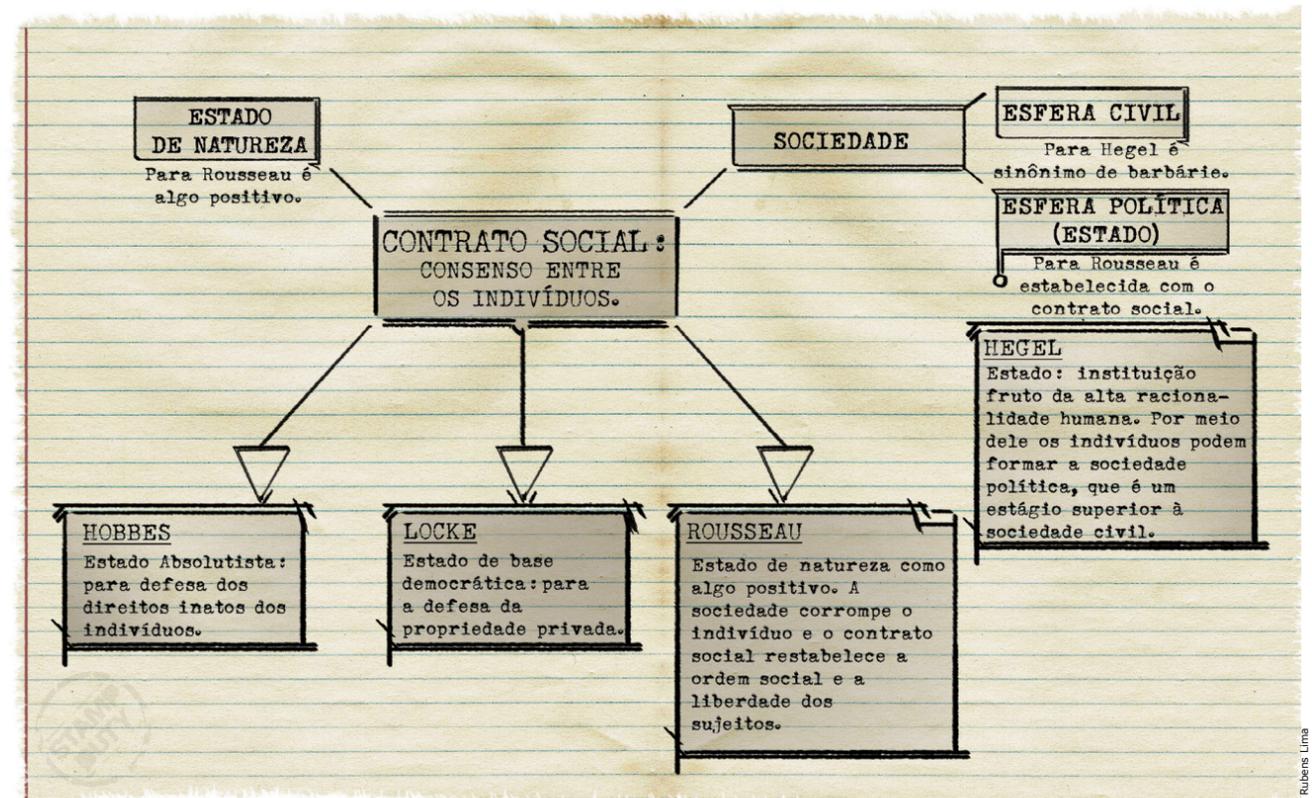
Entre os principais pensadores contratualistas, podemos citar Hobbes, Locke e Rousseau, que entendiam as sociedades humanas a partir da dicotomia estado de natureza *versus* estado de sociedade. Olhando por esse prisma, temos, de um lado, a oposição de um modo de vida em que os indivíduos são governados por seus instintos em busca da satisfação de suas necessidades, e, do outro, um modo de vida em que os sujeitos, por meio de um “contrato”, abrem mão de suas liberdades para serem protegidos pelo Estado.

Desse modo, a figura do Estado como regulador da vida social não foi a única preocupação dos contratualistas, que também refletiram a respeito da constituição da chamada sociedade civil. De acordo com tal corrente, o surgimento do Estado implica a separação entre o Estado e a sociedade, uma vez que passam a coexistir duas esferas sociais: a esfera política e a esfera civil. A primeira é formada pelas instituições estatais que garantem seu poder soberano. Já a sociedade civil seria o fundamento da vida social.

Uma visão completamente distinta daquela proposta pelos contratualistas é a noção de sociedade civil em **G. Hegel (1770-1831)**. Se, para os contratualistas, o Estado é fruto de um consenso entre os indivíduos, para Hegel, o Estado é o resultado do alto grau de racionalidade atingido pelo ser humano. Assim, o Estado é o instrumento máximo de coesão social, por meio do qual os indivíduos adquirem a possibilidade de constituir uma sociedade política que, por sua vez, é um estágio de agrupamento social superior à sociedade civil.

Como podemos notar até o momento, a noção de sociedade civil surgiu com a modernidade europeia. Na Grécia Antiga, por exemplo, a pólis era, ao mesmo tempo, uma comunidade civil e política. O grande vetor de transformações sociais a partir da modernidade europeia foi o desenvolvimento do capitalismo, em especial o estabelecimento do mercado como um novo espaço para a interação social. O mercado de bens colocava os indivíduos em várias redes de interação, dinamizando as relações entre eles, sendo estas coordenadas por leis unificadas pelos Estados Nacionais.

Assim, o dinamismo conferido pelo mercado se explicava pelo fato de que a vida social deixava de ter como único fundamento os desígnios dos governantes, fossem eles chefes de um clã, príncipes, reis, entre outras autoridades políticas. Além do desenvolvimento da sociedade civil, o capitalismo também foi importante para a consolidação do Estado-nação, conforme veremos ainda neste capítulo.



A FORMAÇÃO DOS ESTADOS NACIONAIS

No processo de transição entre a Idade Média, marcada pelo modo de produção feudal, para a Era Moderna, marcada pelo desenvolvimento e consolidação do sistema capitalista, temos o surgimento da primeira forma de Estado Moderno, que é o **Estado Absolutista**. O Estado Absolutista surge, então, como um contraponto à fragmentação política do Período Medieval, em que cada feudo tinha seu próprio governo. Nesse formato de Estado, o poder se concentrava nas mãos de um monarca, que o exercia sem o controle de nenhuma outra esfera de poder.

Assim sendo, no início do desenvolvimento capitalista, não apenas as relações feudais de trabalho coexistiam com o trabalho assalariado ainda incipiente, como também o Estado Absolutista ainda contava com um segmento social dirigente que se constituiu no modo de produção feudal. Logo, também no âmbito do Estado, era possível enxergar a dualidade entre estruturas feudais e modernas, uma vez que, ainda que fosse comandado por dirigentes provenientes do Período Feudal, o Estado Absolutista já apresentava algumas características típicas de um Estado Moderno. Sobre esse processo, podemos dizer que:

As monarquias absolutas introduziram exércitos regulares, uma burocracia permanente, o sistema tributário nacional, a codificação do direito e os primórdios de um mercado unificado. Todas estas características parecem ser eminentemente capitalistas. Uma vez que elas coincidem com o desaparecimento da servidão, [...] a propriedade agrária aristocrática impedia um mercado livre na terra e a mobilidade efetiva do elemento humano – em outras palavras, enquanto o trabalho não foi separado de suas condições sociais de existência para se transformar em “força de trabalho” –, as relações de produção rural permaneciam feudais.

Com a comutação generalizada das obrigações, transformadas em rendas monetárias, a unidade celular de opressão política e econômica do campesinato foi gravemente debilitada e ameaçada a dissolução (o final desse processo foi o “trabalho livre” e o “contrato salarial”). O poder de classe dos senhores feudais estava assim diretamente em risco com o desaparecimento gradual da servidão. O resultado disso foi um deslocamento da coerção político-legal no sentido ascendente, de uma cúpula centralizada e militarizada – o Estado Absolutista.

ANDERSON, Perry. *Linhagens do Estado Absolutista*. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1998. p. 17-19. [Fragmento]

O período de transição entre o feudalismo e o capitalismo não foi importante apenas em termos políticos com a centralização do poder nas mãos do Estado Absolutista. De acordo com o sociólogo alemão Norbert Elias, no aspecto social, a formação dos Estados Nacionais foi importante por desencadear um processo civilizador que mudou por completo os modos e os costumes das pessoas durante esse período.

Com a ascensão econômica da burguesia, os membros dessa classe passaram a comprar títulos nobiliárquicos em busca do prestígio social. Desse modo, burguesia e nobreza passaram a ter um convívio social mais próximo, fazendo com que aqueles incorporassem uma série de preceitos e costumes considerados refinados para se equipararem, em termos de prestígio social, aos nobres.

Esse controle das condutas comportamentais aos poucos foi sendo disseminado pelo tecido social, se transformando em estruturas psicológicas que moldavam o comportamento dos indivíduos, evitando as pulsões individuais e reprimindo comportamentos que eram considerados inadequados. Portanto, para Elias, juntamente com a centralização do poder estatal, o controle sobre os princípios de conduta individual foi algo que também não escapou ao processo de racionalização que marca o mundo moderno.

Com a divisão de funções, aumentou a produtividade do trabalho. A maior produtividade era pré-condição para a elevação dos padrões de vida de classes que cresciam em número; com a divisão de funções, acentuou-se a dependência das classes superiores; e só num estágio muito adiantado dessa divisão de funções que, finalmente, tornou-se possível a formação de monopólios mais estáveis de força física e tributação, dotados de administrações altamente especializadas, isto é, a formação de Estados no sentido ocidental da palavra, através dos quais a vida do indivíduo ganhou, aos poucos, maior “segurança”. O aumento da divisão de funções, porém, colocou também maior número de pessoas, e áreas habitadas sempre maiores, em dependência recíproca, exigiu e instilou maior contenção no indivíduo, controle mais rigoroso de suas paixões e conduta, e determinou uma regulação mais estrita das emoções e – a partir de determinado estágio – um autocontrole ainda maior.

ELIAS, Norbert. *O processo civilizador: formação do Estado e da civilização*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993. p. 256.

Max Weber também identificou na racionalização uma característica do processo de modernização do Ocidente e, conseqüentemente, um elemento importante na formação dos Estados Modernos. O Estado Moderno passou, então, a se pautar e ser regulado por leis, e a funcionar com o auxílio de um aparato de funcionários especializados, como militares, políticos e servidores, o que Weber definiu como burocracia.

Sendo assim, o Estado Moderno é, ao mesmo tempo, uma instituição organizacional que legisla e tributa os membros de uma sociedade e uma instituição normativa, pois também é o próprio ordenamento jurídico que garante as leis que cria.

Além dos aspectos sociais e políticos, é importante nos atentarmos para os aspectos culturais que contribuíram para a formação dos Estados Nacionais. O Estado Moderno, inclusive o absolutista, apresenta-se como uma construção artificial, em que um povo, unido por um sistema cultural em comum e ocupando um determinado território, organiza-se para legitimar um centro de poder que rege a vida social. A reunião desses elementos deu origem ao Estado-nação.

Por Estado-nação, devemos entender que se trata de uma unidade político-territorial, na qual os membros compartilham uma história comum, organizada politicamente para a realização de objetivos, como a manutenção interna da ordem, segurança em relação a perigos externos, busca pelo desenvolvimento econômico, autonomia nacional, entre outros. Os Estados-nação são, portanto, organizações políticas típicas do sistema capitalista.

A consolidação do sistema capitalista foi importante para o desenvolvimento dos Estados-nação, uma vez que, a partir do momento em que os territórios europeus passaram a ser delimitados por fronteiras fixas, os Estados, na condição de organizações burocráticas e sistemas normativo-jurídicos, puderam implementar políticas que favorecessem o crescimento das burguesias industriais por meio do avanço tecnológico, além de tal definição territorial ter contribuído para a criação de um mercado consumidor interno.

O Estado Absolutista e o Estado-nação possuem diferenças que são importantes salientarmos em termos sociológicos. Enquanto o Estado Absolutista se preocupava primordialmente em cobrar impostos para a sua manutenção, não desenvolvendo políticas específicas de integração econômica e cultural, a questão fundamental para os Estados-nação seria o seu papel na competição internacional, não apenas no quesito econômico, mas também no contexto militar, mediante o aumento de seu poderio em outros territórios.

Por esse motivo, a busca por uma unificação cultural em seus territórios é uma característica importante dos Estados-nação. Essa busca se dá, por exemplo, por meio da adoção de uma língua comum, bem como de uma educação que garanta a expansão de um universo simbólico partilhado por toda a população.

Além disso, o desenvolvimento do sistema capitalista passou a exigir dos governos uma maior condução do desenvolvimento econômico por meio de políticas que estimulassem tal desenvolvimento, como a estabilidade de preços em um mercado específico e políticas industriais que favorecessem as empresas nacionais. Assim, aos poucos, foi surgindo o espaço para uma outra forma de Estado, o Estado Liberal.

AS CULTURAS NACIONAIS COMO COMUNIDADES IMAGINADAS

No mundo moderno, as culturas nacionais em que nascemos se constituem em uma das principais fontes de identidade cultural. Ao nos definirmos, algumas vezes dizemos que somos ingleses ou galeses ou indianos ou jamaicanos. Obviamente, ao fazer isso estamos falando de forma metafórica. Essas identidades não estão literalmente impressas em nossos genes. Entretanto, nós efetivamente pensamos nelas como se fossem parte de nossa natureza essencial. [...] As culturas nacionais são uma forma distintivamente moderna. A lealdade e a identificação que, numa era pré-moderna ou em sociedades mais tradicionais, eram dadas à tribo, ao povo, à religião e à região, foram transferidas, gradualmente, nas sociedades ocidentais, à cultura nacional. [...] A formação de uma cultura nacional contribuiu para criar padrões de alfabetização universais, generalizou uma única língua vernácula como o meio dominante de comunicação em toda a Nação, criou uma cultura homogênea e manteve instituições culturais nacionais, como, por exemplo, um sistema educacional nacional. Dessa e de outras formas, a cultura nacional se tornou uma característica-chave da industrialização e um dispositivo da modernidade.

HALL, Stuart. As culturas nacionais como comunidades imaginadas. In: HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. São Paulo: DP&A Editora, 2003. p. 47-48. [Fragmento]

A CONSTITUIÇÃO DO ESTADO LIBERAL



O embate entre burguesia e aristocracia na busca pelo poder político rendeu ao mundo três revoluções que ficaram conhecidas como revoluções liberais. A Revolução Gloriosa na Inglaterra (1688), a Revolução Americana nos Estados Unidos (1776) e a Revolução Francesa (1789) tinham em comum a luta para que o Estado garantisse os direitos individuais dos cidadãos, o que significava a limitação do poder estatal.

Assim, o Estado Liberal surge com o declínio do modelo absolutista de Estado, tendo como características fundamentais a consolidação dos direitos civis e políticos. Esse processo de consolidação de tais direitos foi consequência da submissão das monarquias absolutistas à Constituição e, também, da extensão dos direitos de votar. Nessa nova configuração, o rei era controlado pelo parlamento, que era controlado por meio de mecanismos democráticos.

O Estado Liberal surge, então, da limitação dos poderes que o Estado detinha no período do absolutismo. Essa limitação não se deu apenas na questão do poder do Estado sobre a sociedade, mas, também, na própria concepção de quais seriam suas funções. Se o Estado agora deveria estar submetido à Constituição, suas funções de legislar, tributar e julgar também deveriam estar em mãos de órgãos estatais separados, interdependentes e com poderes de fiscalização mútua.

Ao fim das revoluções liberais, em especial a Revolução Francesa e a Revolução Gloriosa, que ocorreram em solo europeu, a temática da liberdade se tornou um importante ideal político das sociedades europeias a partir do século XVIII. O ideal de liberdade se adequava ao pensamento burguês da época, uma vez que o prestígio social dessa classe se pautava no acúmulo material proporcionado pelo sucesso no comércio e no âmbito industrial, por meio da iniciativa individual dessa classe emergente. Logo, o ideário de liberdade e igualdade dizia mais sobre os interesses da burguesia do que propriamente da sociedade de modo geral.

Por esse motivo, o Estado Liberal recebeu fortes críticas de Karl Marx. Para Marx, o Estado Liberal nada mais é do que a expressão de um estado burguês, tendo como principal ideal a manutenção dos privilégios dessa classe. Segundo Marx, as normas jurídicas, bem como as forças militares empregadas para manter a ordem social, somente existem para garantir o domínio burguês na sociedade.

O Estado Liberal que se formou no contexto capitalista é a expressão das relações entre dominantes e dominados, que se estabelece nas interações sociais e, na concepção marxiana, nas econômicas. Por esse motivo, ao contrário dos contratualistas, Marx não considera a sociedade civil como uma esfera separada do Estado, visto que toda a formação do Estado é reflexo da luta de classes que se dá no âmbito da sociedade.

Logo, de acordo com Marx, o Estado não representa uma instituição social que se sobrepõe e supera a sociedade civil, ao contrário, o Estado Liberal é um reflexo das relações sociais (econômicas) estabelecidas na sociedade civil. Na concepção do filósofo, pensar que o Estado seria uma instituição social, com uma lógica interna própria de funcionamento, tal qual pensavam os filósofos contratualistas, contribuiria para esconder os mecanismos da dominação social.

Desse modo, o que a postura liberal entende como algo natural do ser humano acaba por ignorar a construção histórica das desigualdades, as quais ficam cada vez mais explícitas com o desenvolvimento e a consolidação do sistema capitalista. Porém, novas formas de compreender a sociedade civil já foram propostas, tentando, justamente, adequar melhor os conceitos apresentados por Hegel, Marx e também pelos contratualistas.

A forma de intercâmbio, condicionada pelas forças de produção existentes em todas as fases históricas anteriores e que, por sua vez, as condiciona, é a sociedade civil [...]. A sociedade civil abrange todo intercâmbio material dos indivíduos, no interior de uma fase determinada de desenvolvimento das forças produtivas. Abrange toda a vida comercial e industrial de uma dada fase e, neste sentido, ultrapassa o Estado e a nação, se bem que, por outro lado, deve se fazer valer frente ao exterior como nacionalidade e organizar-se no interior como Estado. A sociedade civil aparece no século XVIII, quando as relações de propriedade já se tinham desprendido da comunidade antiga e medieval. A sociedade civil, como tal, desenvolve-se apenas com a burguesia; entretanto, a organização social que se desenvolve imediatamente a partir da produção e do intercâmbio e que forma em todas as épocas a base do Estado e do resto da superestrutura idealista foi sempre designada, invariavelmente, com o mesmo nome.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã*: Feuerbach. Trad. Carlos Bruni e Marco Aurélio Nogueira. 5. ed. São Paulo: HUCITEC, 1986. p. 52-53. [Fragmento]

Andrew Arato (1944-) e **Jean Cohen (1946-)**, dois pensadores contemporâneos, complementam essa perspectiva de Habermas quando elaboram uma definição mais atual para o conceito de sociedade civil. De acordo com Habermas, a sociedade civil tem que se defender do domínio do mercado e dos governantes. Cohen e Arato entendem que a sociedade civil não apenas deve se resguardar do controle exercido por tais esferas, como também saber propor alternativas e novas visões a respeito de suas demandas políticas.

Nesse sentido, a sociedade civil, na concepção de Arato e Cohen, é o espaço em que movimentos civis e outras instituições se organizam para que nem os interesses do capital se sobreponham aos interesses da comunidade, nem desmandos governamentais possam ocorrer. Com relação a isso, considera-se também o fato de ser a sociedade civil o espaço em que os indivíduos se organizam em torno de interesses comuns. Como exemplo, podemos citar o caso das **ONGs** (Organizações não governamentais), que são associações formalmente organizadas que atuam especialmente no âmbito das políticas públicas, buscando atender a determinadas carências sociais. As ONGs são calcadas, principalmente, em suas capacidades comunicativas, não apenas para congregar seus membros, mas também para conseguir veicular suas reivindicações. Assim, a sociedade civil é o espaço no qual se dá a ação política sem a mediação de órgãos institucionais, como os partidos políticos.

A sociedade civil, em uma perspectiva atual, se configura como uma esfera em um modelo triádico de sociedade, ao lado do mercado e do Estado. Por esse motivo, a sociedade civil e as associações nela constituídas são também conhecidas como Terceiro Setor. O importante é entendermos que a sociedade civil constitui um âmbito da vida moderna, ligado à vida associativa e ao mundo da política. Desse modo, a sociedade civil busca evitar que qualquer uma dessas esferas a domine, configurando-se, também, como um espaço de proposição de alternativas à exploração capitalista e à negligência, ou omissão, dos governos em determinados aspectos.

Porém, é importante reforçar que a sociedade civil não é homogênea e harmônica. Ao contrário, dentro do que chamamos de “povo” ou “nação” há uma enormidade de subgrupos, classes, segmentos heterogêneos, com diferentes configurações, interesses e entendimentos sobre o que é o “bem comum”. Há que se cuidar para que a expressão sociedade civil não seja usada como uma generalização abstrata que apaga e invisibiliza as diferenças e os conflitos presentes na vida social.

DEMOCRACIA E ESTADO MODERNO

A democracia ateniense antiga

A palavra **democracia** surgiu na fase clássica da antiga Atenas, por volta do século V a.C. O termo grego reúne as palavras *kratia* – “poder”, “autoridade” ou “governo” –

e *demos* – “povo” ou “muitos” –, sendo normalmente traduzido como “governo do povo”, “governo de muitos” ou, ainda, “governo da maioria”. Dessa forma, a democracia se opunha às duas formas de governo mais comuns na Antiguidade: a **monarquia / tirania**, que consiste no poder de um só sobre todos, e a **oligarquia / aristocracia**, governo de poucos sobre todos.

Em sua acepção mais ampla, a democracia seria um sistema político no qual o povo tem o direito de tomar decisões acerca dos assuntos da pólis, isto é, dos assuntos que interessam à coletividade no âmbito público. Esse direito de tomar decisões seria exercido pelos **cidadãos** – os sujeitos políticos da democracia – por meio de uma série de instituições políticas, leis e regras. Porém, a noção de cidadania no mundo grego era consideravelmente restrita e excluía a maioria da população de Atenas.

Mesmo que ela tenha ficado à margem da história desde o final da Antiguidade até o século XVIII e apesar de suas limitações internas, a experiência democrática grega foi fundamental para estabelecer princípios e práticas políticas, como a garantia de direitos aos cidadãos, a igualdade perante a lei, a expansão do acesso ao poder, um maior controle sobre os cargos públicos e a responsabilização dos governantes. Sua retomada nos séculos XVIII e XIX, em um contexto consideravelmente diferente daquele em que foi criada em Atenas, foi acompanhada de intenso debate filosófico que levou à sua gradativa ampliação e universalização.

O Estado Liberal e o Estado Social

O surgimento do Estado Moderno mantém relação direta com as mudanças nos paradigmas sociais, políticos e econômicos do período de transição entre a Idade Média, baseada no modo de produção feudal, e o início da Era Moderna, caracterizada pelo desenvolvimento do sistema capitalista.

No âmbito econômico, o desenvolvimento dos mercados criou um novo espaço para a interação social, em que o valor supremo era o individualismo e a defesa da liberdade de cada um na busca do lucro e do acúmulo material.

Em termos políticos, a busca pela maior liberdade individual criou o espaço necessário para que as revoluções liberais se tornassem elementos de grande importância para compreendermos não apenas a formação dos Estados Modernos, como também a própria noção de democracia. A superação do Estado Absolutista na Europa é uma consequência direta da Revolução Gloriosa na Inglaterra (1688), que, além de proclamar a *Bill of Rights*, que defendia a liberdade individual frente aos desmandos dos governantes, também submeteu o poder dos reis à Constituição.

Outro importante aspecto dessas transformações foi o fato de a Revolução Francesa (1789) institucionalizar o chamado Estado de Direito Liberal, que se tornou a primeira forma de Estado capitalista. Devemos entender Estado como a estrutura política e jurídica de uma sociedade, e, nesse sentido, o Estado Liberal tornou objetivas as novas relações sociais e econômicas, advindas da ascensão da burguesia com seu poderio econômico e a perda de influência da nobreza.

Nesse sentido, os direitos a serem assegurados pelo nascente Estado Liberal deveriam ser aqueles que garantissem a manutenção da ordem burguesa: a defesa da liberdade para expansão dos negócios e a igualdade jurídica de modo que todos os indivíduos fossem equiparados perante a lei, visando, principalmente, que a aristocracia, ainda detentora do poder político, não excedesse em suas imposições à burguesia e em seu ímpeto econômico.

Além da menor participação na economia e do zelo pela igualdade jurídica dos cidadãos independentemente da classe a que estes pertencessem, o Estado Liberal seria regido pela Constituição, que, além de garantir direitos individuais, limitaria o poder dos governantes e determinaria a divisão do poder estatal em três: o Executivo, o Legislativo e o Judiciário, que seriam poderes independentes entre si e harmônicos, exercendo o controle uns sobre os outros.

Essa nova estruturação do Estado na modernidade abriu espaço para uma nova concepção de governo, o representativo, uma vez que a forma direta de governo não mais se adequava a um mundo com novas instituições políticas. Na modernidade, a relação entre Estado, Nação e sociedade civil tem como núcleo fundamental a supremacia da lei, o consentimento dos governados e também a representação do poder e seu exercício.

Ao contrário da ideia de poder divino dos reis, no Estado Moderno, os governantes não são mais os donos do poder, mas o recebem do povo, este sim titular do poder e da delegação para exercê-lo. Sendo assim, em vez de súditos do poder real, temos cidadãos portadores de direitos que delegam aos governantes o exercício do poder. Essa nova configuração da relação entre Estado, Nação e sociedade civil criou as condições necessárias para o retorno da democracia ao cenário político moderno.

Como você já sabe, a democracia surge na Grécia Antiga, mais precisamente na pólis de Atenas, por volta do ano 508 a.C. A principal característica da democracia grega era justamente a possibilidade de participação dos cidadãos no governo da pólis, modelo de democracia que ficou conhecida como a democracia direta. No entanto, com o desenvolvimento dos direitos individuais, da complexidade das sociedades modernas e da constituição do Estado de Direito, a democracia no mundo moderno não pode mais ser exercida nos moldes da Grécia Antiga.

Assim, a democracia representativa moderna é fruto de uma concepção individualista de sociedade, em que a constituição da vida política de uma sociedade é resultado das vontades dos indivíduos. Essa perspectiva individualista surge não apenas com a filosofia contratualista, que entendia a sociedade civil como um acordo entre os indivíduos para garantia das liberdades individuais, mas, também, com o desenvolvimento da economia e a consequente concepção de *homo economicus*, que entende os indivíduos como seres que, ao buscarem o próprio interesse, produzem o bem para toda a coletividade.

Em contraponto ao Estado Liberal, que contribuiu para a expansão do sistema capitalista, existe o Estado Social, que foi uma configuração do poder estatal que buscava ser mais atento às desigualdades sociais criadas pelo capitalismo, em especial, às condições precárias em que viviam e trabalhavam os operários durante a consolidação das grandes indústrias na Europa.

O CONCEITO DE SOCIEDADE CIVIL NA ATUALIDADE



Neste capítulo, foi possível compreender como as noções de Estado e sociedade civil se encontram inter-relacionadas no pensamento social. Assim, vimos que, entre os contratualistas, a sociedade civil é entendida como um âmbito oposto ao do estado natural, enquanto Hegel a entendia como um estágio anterior à sociedade política.

Com o desenvolvimento do sistema capitalista e a crescente participação dos mercados na vida social, fez-se necessário conhecer melhor o modo como a sociedade civil é entendida nesse contexto atual, no qual o processo de globalização, por meio do atual estágio do capitalismo, faz com que os mercados sejam uma esfera social que exerce bastante influência, tanto nas decisões políticas quanto na vida das pessoas.

Um dos pensadores contemporâneos que mais contribuiu para o desenvolvimento atual do conceito de sociedade civil é o alemão **Jürgen Habermas (1929-)**. Em sua **Teoria da Ação Comunicativa**, Habermas sugere que, em vez do trabalho, tal qual ocorre na teoria de Karl Marx, a interação simbólica e a comunicação interpessoal são as responsáveis pela construção do ser social e do mundo que nos rodeia. Nesse sentido, Habermas entende que lançar o foco de toda a capacidade de transformação do ser humano apenas no trabalho seria desconsiderar o espaço das relações humanas, o que Habermas chama de “mundo da vida”, e se configura como o *locus* da elaboração simbólica e intelectual da existência humana. Assim, as interações humanas, uma vez baseadas em nossa capacidade de comunicação, seriam um espaço propício à elaboração de consensos, inclusive políticos. Tais consensos, na visão de Habermas, são fundamentais para que a sociedade civil não seja “colonizada” pelo mercado ou pelo governo.

Foi justamente a Revolução Russa de 1917 que, pela primeira vez, rompeu com os fundamentos do Estado Liberal. Assim, o Estado russo pós-revolução garantiu maior participação do Estado na economia, tentando conter a contínua exploração do proletariado. A ação mais importante do Estado Social, porém, esteve na busca em promover a justiça social, ao reconsiderar a igualdade jurídica formal entre os indivíduos, pregada pelo Estado Liberal, e propor a igualdade material entre os indivíduos.

Podemos entender a igualdade material como a busca em equiparar os indivíduos, levando em consideração suas desigualdades. Isso quer dizer que, se não levarmos em consideração as desigualdades de oportunidades e de acesso aos recursos sociais entre os indivíduos, iremos tratar a igualdade como algo fictício, isto é, uma forma de compreender as relações econômicas, políticas e sociais sem considerar as condições objetivas que contribuem para a formação dos seres sociais.

Esses dois modelos de Estado que se consolidam no mundo expressam, também, dois modelos distintos de democracia: a democracia liberal, que vincula a cidadania às liberdades individuais, ou seja, os direitos civis e representados pela liberdade de expressão, de ir e vir e de igualdade perante a lei, entre outros; e a democracia social, que acrescenta a cidadania aos direitos individuais, trabalhistas e de cunho social, que devem ser prestados pelo Estado na forma de direito à educação, à saúde e à previdência social, por exemplo.

Como afirma T. H. Marshall (1893-1981), os direitos civis, sociais e políticos surgem a partir da tensão entre a busca da igualdade dos indivíduos e a constante produção de desigualdades sociais próprias do sistema capitalista. Ao contrário do Estado Absolutista e Monárquico, que não consideravam em hipótese alguma a participação popular, fosse por meio de eleições, fosse por meio de controle do poder estatal pela sociedade civil, o Estado Moderno, ao trazer de volta o regime democrático para a política, passa a ser alvo de maior controle e suas ações passam a ter como condição inicial o fundamento na Constituição.

Além disso, Marshall elaborou uma classificação de direitos, dividindo a **cidadania** em três dimensões: os **direitos civis**, que são aqueles ligados às liberdades individuais de cada pessoa; os **direitos políticos**, que são os que possibilitam ao cidadão o envolvimento em questões políticas; e, por fim, os **direitos sociais**, que são aqueles que garantem ao cidadão o mínimo de bem-estar econômico e social.

Essa evolução dos direitos é acompanhada pela Declaração Universal dos Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas (ONU), de 1948, logo após o fim da Segunda Guerra Mundial. Os direitos humanos abrangem uma série de categorias de direitos, que passam a ser considerados prerrogativas das democracias modernas e obrigações dos Estados para com seus cidadãos.

Fazem parte dessas obrigações os direitos políticos e civis, além dos direitos econômicos, sociais e culturais, que são expostos em trinta artigos assinados por 42 países no contexto Pós-Segunda Guerra Mundial.

Os direitos humanos são considerados direitos fundamentais dos indivíduos e das coletividades, especialmente dos grupos sociais considerados em situação de vulnerabilidade social ou que se encontram política e socialmente excluídos das sociedades democráticas. A expansão e garantia dos direitos são parte constituinte do conceito de democracia representativa, que veremos adiante.

REGIMES POLÍTICOS

Seguindo a taxonomia proposta pelo cientista político **Robert Henry Srouer** em seu livro *Classes, regimes e ideologias* (1987), vamos diferenciar quatro tipos de regimes políticos, destacando as relações entre Estado e sociedade civil em cada um deles.

Regime Totalitário

O **regime totalitário** se distingue das tiranias autoritárias e das ditaduras militares, burocráticas, cesaristas, oligárquicas e teocráticas – todas variantes de um regime autoritário – porque tende a estabelecer uma dominação total sobre o conjunto da sociedade. Com isso, almeja o grau máximo de centralização e de concentração de poder, suprimindo toda a autonomia da sociedade civil, cooptando todas as organizações para se colocarem a serviço do Estado, perseguindo e dissolvendo seus adversários.

Na cena totalitária, exemplificada pelos **regimes nazista alemão e fascista italiano** nos anos 1930, a sociedade civil é vista como um mero prolongamento do Estado. O Estado maximizado exerce seu poder por meio da violência física (polícias e exército) e pelo controle ideológico (mídia, propaganda, escolas). Esse controle ideológico exerce forte pressão sobre os indivíduos e, por vezes, traduz-se em manifestações de consenso popular, fruto da manipulação ideológica.

O Poder Executivo possui mais força que os demais aparatos estatais e controla o Legislativo e o Judiciário. Dessa forma, a elaboração das leis e o seu cumprimento passam a ser aparelhadas (isto é, dispostas para servir) ao *duce* ou ao *führer*.

Regime Autoritário

Os **regimes autoritários** se caracterizam por um Estado forte, que necessita consolidar seu poder pela violência física e exclui a sociedade civil do domínio político. Mesmo que seu controle ideológico seja menor do que em um estado totalitário, em regimes autoritários há um intenso patrulhamento ideológico para que as organizações ou os indivíduos da sociedade civil não interfiram na condução da política.

Com isso, a sociedade civil fica bastante enfraquecida perante o Estado, tendo pouca possibilidade de resistir ao domínio político. O poder encontra-se centralizado e concentrado, geralmente, no Executivo. Este pode ser controlado, nesse modelo, pelas Forças Armadas, por uma oligarquia, por um autocrata que encarna os interesses dos grupos dominantes ou por uma figura carismática.

Pode haver algum grau de participação política em regimes autoritários, mas tende a ser bastante restrito ou meramente formal. Partidos políticos, quando existem, tendem a ser regidos por interesses de sobrevivência e não por um programa ideológico. Clientelismo, cooptação, chantagem, corporativismo e falta de transparência são comportamentos recorrentes neste tipo de regime, em que a oposição é bastante restrita ou inexistente.

No caso brasileiro, o Estado Novo de Getúlio Vargas pode ser considerado autoritário porque centralizava o poder em torno do Executivo e enfraquecia qualquer possibilidade de resistência ao poder estatal.

Regime Liberal

Os regimes liberais são variados, mas têm em comum a premissa de priorizar as liberdades individuais e econômicas, valorizando, assim, a estrutura de mercado acima da própria noção de Estado. Nessas acepções o Estado deve ser mínimo, evitando intervir na economia. O mercado deve se autorregular, ditando suas próprias regras de acordo com a lei da oferta e da procura. Cabem ao Estado as funções de legislar para proteger a propriedade privada e as liberdades individuais, assim como a manutenção da ordem pública através dos seus aparatos coercitivos.

Diferentemente dos regimes autoritário e totalitário, nos quais o poder raramente é exercido com legitimidade, no regime liberal há maior abertura para a participação política da sociedade civil, uma vez que o surgimento do liberalismo está intimamente associado à luta pela liberdade e pela participação no poder.

Robert Srouer identifica pelo menos quatro variações do regime liberal: a) na forma liberal-oligárquica, o poder político é exercido principalmente pelos grandes proprietários industriais e latifundiários, que detêm o controle sobre os mecanismos de poder. A sociedade civil é forte, porém restrita, porque está associada aos grupos de poder econômico. Foi uma das formas mais constantes na história brasileira, excetuando-se os regimes autoritários; b) na forma liberal-militar, há um certo controle de órgãos militares nas questões políticas; c) na forma liberal-ampliada, que tende a ter uma sociedade civil ampla, porém fraca e fragmentada, não raras vezes é favorecido o surgimento de populismos e figuras carismáticas; d) na forma liberal-democrática, a sociedade civil é ampla e está em processo de fortalecimento em relação ao Estado. Conta nos seus quadros com partidos políticos que possuem programas ideológicos bem definidos e não são meramente fisiologistas ou partidos de aluguel, que pressionam o poder instituído e os próprios grupos de poder em nome de direitos e interesses coletivos. Esta seria a forma predominante nos EUA atualmente.

Porém, o Estado liberal ainda não deve ser entendido como plenamente democrático. As disparidades sociais decorrentes da distribuição desigual da propriedade privada impedem que todos os setores da sociedade exerçam sua participação política de forma equânime, o que faz com que os princípios básicos da democracia não se materializem totalmente.

Regime Democrático

Há uma diferença qualitativa entre os regimes liberal e democrático: enquanto o primeiro favorece as classes proprietárias, o segundo se concentra na ampliação dos direitos individuais e na consolidação de igualdades materiais entre os indivíduos. O Estado democrático, baseado na *isonomia* entre os indivíduos, é um regime aberto, em que muitas associações coletivas e entidades livres da sociedade civil têm capacidade de intervir na esfera pública, participando ativamente das decisões da coletividade. As instituições políticas e sociais são fortes, mas são exercidas mediante a intervenção popular através de mecanismos de participação, sendo o voto somente um deles – mas não o único.

Neste cenário o Estado não é um controlador da sociedade civil, ao contrário, é ela que passa a ter controle sobre a esfera política e sobre os seus representantes, mantendo com eles diálogo efetivo e responsável.

Falaremos mais sobre a democracia nos próximos tópicos.

A DEMOCRACIA REPRESENTATIVA

O retorno da democracia ao cenário político moderno não ocorreu do mesmo modo que a **democracia direta ateniense**. O desenvolvimento do Estado Liberal ensejou a criação de um novo regime democrático, a democracia representativa. De acordo com o filósofo político Norberto Bobbio (1909-2004), a democracia representativa significa que as deliberações a respeito de fatos que tangem à coletividade são tomadas por pessoas que foram escolhidas pelos membros de tal coletividade. Assim:

[...] as democracias representativas que conhecemos são democracias nas quais por representante entende-se uma pessoa que tem duas características bem estabelecidas:

- a) na medida em que goza da confiança do corpo eleitoral, uma vez eleito não é mais responsável perante os próprios eleitores e seu mandato, portanto, não é revogável;
- b) não é responsável diretamente perante os seus eleitores exatamente porque é convocado a tutelar os interesses gerais da sociedade civil e não os interesses particulares desta ou daquela categoria.

BOBBIO, Norberto. *O futuro da democracia: uma defesa das regras do jogo*. São Paulo: Paz e Terra, 1986. p. 42. [Fragmento]

Dada a complexidade das sociedades modernas, em que os indivíduos se encontram em uma multiplicidade de papéis sociais – sejam eles de classe, de categorias profissionais, entre outras questões que confrontam a coesão social – a democracia representativa, além de regular a distribuição do poder nas complexas sociedades modernas, também é um sistema que sofre pressões das desigualdades impostas pelo sistema capitalista.

No que tange à distribuição do poder, a democracia moderna recorre a procedimentos e mecanismos que compõem o processo de representação. Esses mecanismos se ligam a dois processos históricos distintos, de acordo com o filósofo político **Giovanni Sartori (1924-2017)**:

a formação dos partidos políticos a partir do surgimento dos parlamentos como controladores dos governantes e a expansão dos votos e, conseqüentemente, dos direitos políticos. É justamente a ampliação dos direitos políticos que garante a participação do povo de forma mais direta no sistema democrático, que, além das eleições, pode participar por meio de plebiscitos, de referendos e da produção de leis de iniciativa popular.

No que se refere às pressões do sistema capitalista sobre o sistema democrático, as desigualdades sociais atingem um dos pilares da democracia, que é a igualdade entre os indivíduos. Nesse sentido, não podemos entender a defesa de direitos se não levamos em consideração as condições socioeconômicas em que os indivíduos conduzem suas vidas. Se, além da igualdade, a democracia se baseia na liberdade e, nesse sentido, nega qualquer tipo de privilégio destinado a uma parcela dos indivíduos, há aí uma tensão entre a perspectiva individualista e a necessidade de reconhecer direitos sociais que primam, justamente, por dar um tratamento diferenciado àqueles que estão em condições sociais desfavoráveis. Os direitos sociais, portanto, representam não apenas a participação no poder político, mas também a busca pela maior e mais justa distribuição social da riqueza produzida pela sociedade. Essa é a distinção entre **igualdade formal** e **igualdade material**. Enquanto a igualdade formal é presumida e abstrata, em relação às leis, a igualdade material diz respeito à realidade, à efetivação da igualdade nas condições reais da vida dos indivíduos.

Logo, a igualdade perante a lei (igualdade formal) será maior em determinada sociedade quanto menos forem as discrepâncias de poder entre os integrantes dessa sociedade (igualdade material). Isso inclui assimetrias de poder ocasionadas pelo dinheiro, pelo acesso a recursos como educação e saúde e até em relação à capacidade de mobilização para reivindicar direitos. Conforme pudemos acompanhar, por meio da análise histórica da formação do Estado Liberal e do retorno da democracia ao cenário político, haverá sempre uma tensão entre o Estado de Direito e o Estado Social. Enquanto o primeiro representa a manutenção do *status quo* de uma sociedade, o segundo diz respeito ao dinamismo da vida social e às constantes lutas por igualdade e justiça social.

Tendo em vista a evolução da relação entre democracia representativa, Estado de Direito e Estado Social no continente europeu, analisaremos agora como se deu essa relação no Brasil e também como procedeu a evolução do conceito de cidadania em nosso país.

DEMOCRACIA E CIDADANIA NO BRASIL



Do Império à República Velha (1822-1930)

A história da cidadania no Brasil está vinculada ao desenvolvimento das Constituições do país desde o ano de 1824, quando a primeira foi proposta ainda no Governo Imperial, dois anos após a Declaração de Independência do Brasil em relação à Coroa Portuguesa.

Desse modo, podemos afirmar que a concepção de cidadania em nosso país surge antes da noção de democracia.

Porém, na Constituição de 1824 somente há o prevailecimento de um modelo oligárquico e restritivo de cidadania, baseado no voto censitário – em que só podiam participar das votações aqueles que possuíam renda superior a cem mil réis. Isso significava, na prática, menos de 1% da população total. A quase totalidade dos brasileiros se encontrava excluída do processo político.

Somente após 1889, com a Proclamação da República e a escrita de uma nova Constituição, em 1891, o Estado brasileiro se assumiu como republicano, dividindo-se em três poderes e abolindo o poder moderador até então exercido pela figura do imperador. Nesse novo contexto, a cidadania se expandiu um pouco mais em relação ao Período Imperial, mas ainda permaneceu tímida e restrita a poucos grupos privilegiados, pois, a despeito da abolição do voto censitário, o sufrágio continuou restrito às elites e aos homens alfabetizados. Desse modo, o processo eleitoral era manipulado abertamente pelo coronelismo, que se valia de diversas estratégias no voto de cabresto, incluindo o uso da violência, para fazer valer seu comando regional.

A experiência de cidadania vivenciada nos períodos do Brasil Império (1822-1889) e da República Velha (1889-1930) foi claramente restrita e precária, o que nos leva à conclusão de que o sistema se constituía em uma pseudodemocracia: o discurso democrático entrava em choque com a realidade oligárquica e coronelista.

Getúlio Vargas e o Estado Novo (1934-1945)

O governo de Getúlio Vargas foi marcado por dois momentos significativos para o processo de construção da cidadania no Brasil. O primeiro foi a redação da Constituição de 1934, considerada progressista quando comparada às anteriores devido à incorporação de uma série de direitos sociais, como os direitos trabalhistas e políticos, ligados à criação da Justiça Eleitoral e à permissão do voto feminino, além da instauração do sigilo no voto.

Três anos após a Constituição, até então a mais democrática, foi instaurado o Estado Novo pelo próprio Getúlio Vargas, em que passou a vigorar uma nova Constituição, promulgada no mesmo ano do golpe e que possuía traços autoritários e centralizadores em torno da Presidência da República. O Poder Legislativo foi extinto em todos os níveis (nacional, estadual e municipal), várias liberdades individuais foram cassadas em nome da Segurança Nacional e direitos sociais garantidos pelo próprio presidente foram revogados, violando várias premissas do Estado Democrático.

A retomada da democracia (1946-1964)

Com o fim do Estado Novo em 1946, o Brasil passou por um período mais promissor na sua até então limitada experiência democrática. Uma Assembleia Constituinte foi formada para elaborar uma nova Constituição, que resgatou aquela de 1934, que havia sido revogada pelo golpe de Getúlio. Uma série de liberdades foram restituídas aos cidadãos e a tripartição do Estado nos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário foi retomada.

Porém, apesar dos significativos avanços do período, estima-se que somente 24% da população adulta votou nas eleições de 1962 – o que indica um acesso ainda muito restrito à efetiva participação política.

O Período Militar (1964-1985)

Em 1º de abril de 1964 teve lugar a denominada “revolução democrática” com a deposição do então presidente João Goulart, que havia sido eleito democraticamente como vice-presidente na chapa de Jânio Quadros. Após a deposição, o Poder Executivo foi assumido por uma junta militar. A Constituição de 1967 revogou direitos dos cidadãos e modificou a estrutura política democrática, voltando, como no período do Estado Novo, a concentrar o poder nas mãos do Executivo, retirando uma série de prerrogativas do Poder Legislativo, estabelecendo eleições indiretas para presidente, limitando a liberdade de imprensa e submetendo informações e obras artísticas a processos validadores feitos por órgãos do Governo.

No entanto, além do texto da Constituição, os militares se valeram dos Atos Institucionais – dezessete durante todo o período – para garantir a manutenção do regime.

O período de redemocratização e a Constituição Cidadã

O Período Militar no Brasil perdurou oficialmente até 1985. Porém, no final dos anos 1970 iniciou-se a abertura política que visava retomar gradualmente a democracia. Nesse movimento, a participação popular foi decisiva para pressionar o Estado em direção à retomada dos direitos que haviam sido revogados. Em 1979, o pluripartidarismo foi readmitido no Congresso Nacional.

Em 1984, uma série de manifestações sociais de oposição ao Regime Militar ganhou as ruas, reivindicando o retorno da votação direta para presidente no movimento “Diretas Já”, pois as primeiras eleições para presidente realizadas em 1985 foram indiretas. Porém, a formação da Assembleia Constituinte e a elaboração da Constituição de 1988 foram um ganho inestimável para os defensores da redemocratização. A legislação máxima aprovada naquele ano foi chamada, não sem razão, de “A Constituição Cidadã”, em função do espírito progressista que assumiu.

Nesse documento foram incorporadas reivindicações de movimentos sociais e sindicais, além de direitos que já haviam vigorado em outras épocas, mas tinham sido revogados pelo Regime Militar. Entre as garantias políticas restabelecidas pela Constituição Cidadã, estão o direito ao voto direto para os cargos dos poderes Executivo e Legislativo, em todas as instâncias da federação (federal, estadual e municipal); estabelecimento do direito ao voto para analfabetos, definição do voto facultativo para jovens entre 16 e 18 anos e ratificação do pluripartidarismo; quanto aos direitos civis, restabelecimento das liberdades individuais, inclusive de expressão e sigilo. Do ponto de vista dos direitos sociais, o Estado passou a garantir o acesso universal e igualitário à educação, à saúde (com a criação do Sistema Único de Saúde), à moradia, ao emprego e à previdência social.

A concepção de cidadão enunciada pela Constituição de 1988 é a mais abrangente e democrática da história do país, atribuindo uma série de direitos novos e reafirmando garantias antigas. Contudo, se do ponto de vista formal – isto é, na letra da lei – a concepção de cidadania é progressista, a democrática, do ponto de vista real, ainda permite uma enorme desigualdade de acesso aos direitos constitucionais por significativas parcelas da população. A partir da década de 1990, o desafio do Estado e da sociedade civil não se limita somente à luta pelo reconhecimento de direitos, mas também pela sua materialização na vida cotidiana dos cidadãos.

Sobre esse assunto, para a filósofa Marilena Chauí, o Brasil é um país com uma democracia muito recente e instável, que possui muitos traços conservadores e autoritários em suas instituições e na vida social dos indivíduos. As desigualdades e as violências praticadas pelo poder público desde o Período Colonial reforçaram um imaginário social antidemocrático, sustentado nas práticas de resolução de conflitos por meio da violência física, da chantagem ou do “jeitinho”.

BRASILEIROS SÃO OS QUE MENOS CONFIAM EM DEMOCRACIA NA AMÉRICA LATINA, DIZ PESQUISA

Uma pesquisa realizada em dezoito países da América Latina revelou que os brasileiros são os mais insatisfeitos com a democracia. Somente 13% dos brasileiros responderam estar “muito satisfeitos” e “satisfeitos” com ela, segundo o levantamento da Latinobarómetro.

De acordo com a pesquisa, [...] o índice de satisfação dos brasileiros ficou abaixo da média da região, que é de 30%. Os cinco primeiros mais satisfeitos com a democracia em seus países são Uruguai (57%), Nicarágua (52%), Equador (51%), Costa Rica (45%) e Argentina (38%).

O levantamento é anual e vem sendo realizado desde 1995.

Em entrevista à *BBC Brasil*, a socióloga chilena Marta Lagos, diretora da ONG Latinobarómetro, disse que o mal-estar dos brasileiros com a democracia é antigo. “O Brasil sempre foi meio desconfiado, mas a avaliação está especialmente pior agora”, disse. [...]

Confiança no Congresso

A pesquisa mostrou também que somente 11% das pessoas no país confiam “muito” ou “razoavelmente” no Congresso Nacional. Neste *ranking*, o Brasil ficou em penúltimo lugar – a lanterna ficou com o Paraguai, com 10%. A Venezuela (37%), o Uruguai (34%) e a Bolívia (32%) estão entre os que mais confiam em seus parlamentos.

CARMO, M. Brasileiros são os que menos confiam em democracia na América Latina, diz pesquisa. *BBC Brasil*, 27 out. 2017. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-41780226>. Acesso em: 7 fev. 2019. [Fragmento]

EXERCÍCIOS PROPOSTOS



01. (Unesp) A obsessão do Estado por controlar todos os comportamentos dos cidadãos tem como resultado um enfraquecimento da responsabilidade moral e cívica dos mesmos. A lei deveria ser o último recurso, depois da educação, da ética, da negociação e do compromisso entre os indivíduos. É agora o primeiro recurso. Imagino potenciais crimes que os filhos dos nossos filhos terão receio de cometer:

– **Crime de imposição de gênero:** os pais deverão abster-se de identificar o gênero dos filhos tomando como referência o sexo biológico dos mesmos.

– **Crime de apropriação cultural:** serão severamente punidos os cidadãos que, alegando interesse cultural ou razões artísticas, se apropriem de práticas e temáticas de um grupo étnico a que não pertencem.

– **Crime de envelhecimento público:** com os avanços da medicina, será intolerável que um cidadão recuse tratamentos / cirurgias para ocultar / reverter o seu processo de envelhecimento, exibindo em público as marcas da decadência física ou neurológica.

– **Crime de interesse sentimental não solicitado:** será punido qualquer adulto que manifeste interesse sentimental não solicitado por outro adulto – através de sorriso, elogio, convite para jantar, etc. O interesse sentimental de um adulto por outro será mediado por um advogado que apresentará ao advogado da parte desejada as intenções do seu cliente.

COUTINHO, João Pereira. *Cinco potenciais crimes que gerações futuras terão receio de cometer*. 21 nov. 2017. Disponível em: www1.folha.com.br (Adaptação).

O perfil antiutópico sugerido pelo autor para o mundo futuro reúne tendências de

- A) depreciação da autonomia individual em favor do fortalecimento de diversas formas totalitárias de controle.
- B) favorecimento da espontaneidade pessoal em diversos campos do pensamento e do comportamento.
- C) desvalorização do pensamento politicamente correto na esfera da cultura e do comportamento.
- D) desvalorização da esfera jurídica para a definição de critérios de normalidade comportamental.
- E) disseminação de tendências de comportamento fortemente baseadas na autonomia individual.

02. (UERJ-2020)



O alto custo da roupa barata



Disponível em: modapermitida.wordpress.com. Acesso em: 16 fev. 2016.

“O barato que sai caro.” Esse popular clichê fica nítido no documentário *The true cost* (“o verdadeiro custo”), do diretor Andrew Morgan, que investiga as práticas inconsequentes da indústria da moda ao inundar o mercado com roupas de baixo preço e quase descartáveis. O filme denuncia que alguém paga o preço para uma roupa custar muito barato, mostrando histórias chocantes, como um vilarejo em que há uma grande incidência de crianças nascidas com deficiências mentais e físicas devido aos resíduos da indústria têxtil que poluem as águas da região. Mas o documentário também traz uma contraposição: a ação de pessoas que estão trabalhando para mudar essa realidade, como a inglesa Safia Minney, uma das pioneiras do conceito de “comércio justo” no mundo.

CUNHA, Rodrigo V. *O alto custo da roupa barata*. Disponível em: revistatrip.uol.com.br. Acesso em: 29 jan. 2019 (Adaptação).

O conceito de “comércio justo”, mencionado no texto, engloba o compromisso de viabilizar que o preço pago por uma mercadoria resulte nas seguintes garantias:

- A) Direitos sociais e conservação ambiental.
- B) Direitos civis e flexibilidade da produção.
- C) Direitos autorais e preservação da natureza.
- D) Direitos políticos e concorrência empresarial.

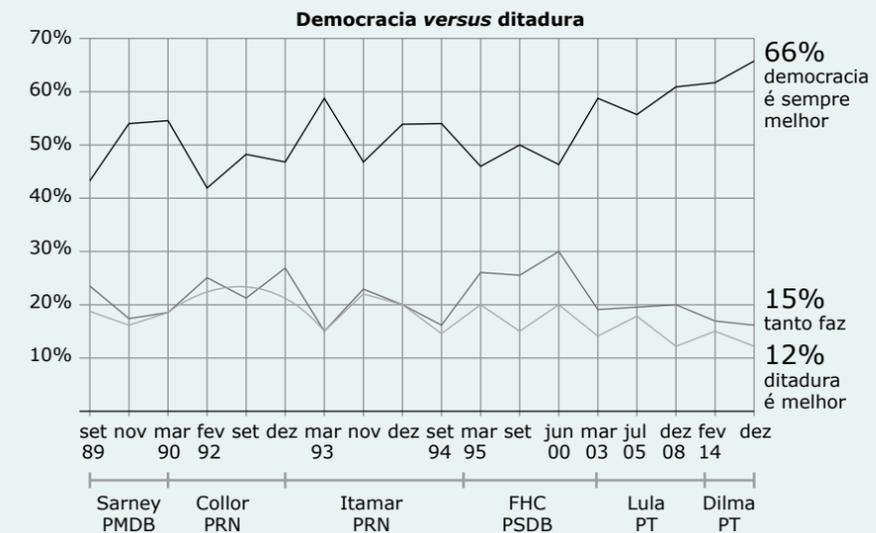
03. (UFU-MG) Um sistema político democrático contemporâneo é aquele que

- A) estabelece o direito ao voto como única forma de participação política.
- B) controla e limita a participação política de determinados grupos da sociedade civil.
- C) garante apenas aos cidadãos letrados o acesso aos debates no espaço público.
- D) permite a elaboração de direitos políticos universalizáveis.

04. (Unioeste-PR) Segundo a filosofia política clássica, mesmo considerando a diversidade de concepções de contrato partilhada por seus principais representantes (Hobbes, Locke e Rousseau), a constituição do estado civil ou sociedade política marcaria uma ruptura profunda no ordenamento da sociedade humana. Com base na ideia de contrato defendida por estes autores, é correto afirmar que a constituição do estado civil ou sociedade política representaria

- A) a superação do estado de natureza.
- B) a redenção teológica da humanidade.
- C) um retorno à idílica Idade de Ouro da história humana.
- D) uma regressão da vida em sociedade ao estado de selvageria.
- E) a superação da exploração do homem pelo homem e o fim da propriedade privada dos meios de produção.

05. (UERJ)



Folha de S.Paulo, 15 mar. 2015 (Adaptação).

No dia 15 de março de 1985, a Presidência da República no Brasil foi assumida por um civil após anos de governos militares. Nos trinta anos posteriores, houve um conjunto de mudanças destinadas a pôr fim às práticas autoritárias até então vigentes. A partir da análise do gráfico, a tendência observável na opinião pública resulta de uma nova conjuntura caracterizada por

- A) regularidade das eleições.
- B) extinção do unipartidarismo.
- C) fortalecimento do poder executivo.
- D) valorização da liberdade de expressão.

06. (UFU-MG) A democracia como regime de governo nunca teve tanto alcance como valor global como nos dias atuais, o que se pode perceber pelas pressões internacionais para a implantação e manutenção de regimes democráticos nos diferentes países do mundo.

A defesa das instituições políticas, do Estado, da liberdade de expressão, da liberdade política, da tolerância religiosa e principalmente os direitos dos cidadãos ao voto são questões centrais para a democracia.

Sobre a democracia no Brasil, é correto afirmar que

- A) a democracia brasileira é recente, sendo relevante para essa análise considerar a experiência democrática de 1930 a 1964 como o principal momento de fortalecimento das instituições políticas no país.
- B) estamos vivendo o maior período de experiência democrática brasileira desde o processo de redemocratização na década de 1980. As eleições e o sufrágio universal são duas características importantes desse processo.
- C) a democracia no Brasil foi instaurada e mantida desde a Proclamação da República.
- D) Getúlio Vargas, João Figueiredo, José Sarney, Fernando Henrique Cardoso e Luiz Inácio Lula da Silva foram alguns dos presidentes eleitos via democracia representativa no Brasil.

- 07.** (Unicamp-SP)
- Sinto no meu corpo
A dor que angustia
A lei ao meu redor
A lei que eu não queria
Estado violência
Estado hipocrisia
A lei que não é minha
A lei que eu não queria
- ESTADO violência. Compositor: Charles Gavin. In: CABEÇA dinossauro. Intérprete: Titãs. WEA, 1989.
- A letra dessa música, gravada pelos Titãs,
- A) critica a noção de Estado e sua ausência de controle, aspectos comuns ao liberalismo e ao marxismo.
B) constata que o corpo físico e o corpo político se relacionam em sociedades de controle.
C) critica o autoritarismo policial e o modelo de regulação proposto pelo anarquismo.
D) constata que o Estado autoritário, mesmo com boas leis, é sabotado pela figura do policial.

- 08.** (Unicamp-SP-2019) Como regime social, o fascismo social pode coexistir com a democracia política liberal. Em vez de sacrificar a democracia às exigências do capitalismo global, trivializa a democracia até o ponto de não ser necessário sacrificá-la para promover o capitalismo. Trata-se, pois, de um fascismo pluralista e, por isso, de uma forma de fascismo que nunca existiu. Podemos estar entrando num período em que as sociedades são politicamente democráticas e socialmente fascistas.
- SANTOS, B. S. *Epistemologias do Sul*. São Paulo: Cortez, 2010. p. 47 (Adaptação).

De acordo com o texto e os conhecimentos sobre o assunto, a coexistência entre fascismo e democracia é

- A) facilitada por processos eleitorais que dão continuidade a fascismos que sempre existiram.
B) promovida pela aceitação social que banaliza a democracia em favor do capitalismo global.
C) dificultada por processos eleitorais que renovam a democracia, inviabilizando os fascismos.
D) possibilitada pela aceitação social de sociedades politicamente fascistas e socialmente democráticas.
- 09.** (UEMA) Até meados de 1970, mais de dois terços de todas as sociedades do mundo poderiam ser consideradas autoritárias. Atualmente menos de um terço das sociedades é de natureza autoritária. A democracia não está mais concentrada nos países ocidentais, ela agora é defendida, ao menos em princípio, em muitas regiões do mundo.

GIDDENS, Anthony. *Sociologia*. 4. ed. Porto Alegre: Artmed, 2005.

Um exemplo de situação vivenciada em países democráticos é

- A) a disseminação das expressões artísticas, literárias e musicais, para que a população se adeque às estratificações sociais.
B) a possibilidade de consulta popular, em forma de plebiscito, para que o povo expresse suas opiniões a respeito de uma questão específica.
C) a redução de oportunidades, para que o cidadão possa intervir em aspectos da vida pública, junto com o Governo.
D) a concentração de riquezas nas mãos do Estado, para que o governo possa aumentar as igualdades sociais.
E) o grande número de partidos políticos, para que os políticos usem, de forma ilimitada, o poder.

- 10.** (UECE-2022) A perspectiva teórica política clássica de John Locke (1632-1704) aponta que antes da formação do “contrato social” e do Estado, os seres humanos viviam em um “estado de natureza” com uma relativa paz, mas cada indivíduo não estava livre de inconveniências como o da violação de sua propriedade privada e, assim, de sua vida, de sua liberdade e de seus bens. Daí a propriedade privada, para Locke, já existia assim nesse hipotético “estado de natureza” anterior à formação das sociedades e é, neste sentido, um “direito natural” de todo indivíduo que nasce livre e não pode ser violado pelo Estado ou por outros. Em termos gerais, Locke é um dos pensadores contratualistas que fundamentaram o individualismo liberal ou o liberalismo político do século XVII. Concepção liberal que, ainda nos tempos atuais, reverbera em debates sobre as melhores orientações para o governo das sociedades contemporâneas, defendendo tanto as liberdades individuais como a livre economia.

Acerca dessa concepção liberal, assinale a afirmação verdadeira.

- A) A passagem de um estado de natureza para o convívio em um Estado tem a finalidade de preservação da propriedade privada e das liberdades.
B) O pensamento do liberalismo político defende que todos os indivíduos devem ser liberais na economia e conservadores nos costumes.
C) Os liberais possuem um enorme desprazer no convívio com outros quando não existe um poder soberano para manter todos em respeito.
D) O pensamento liberal defende que não é a força do Estado que importa para a vida em sociedade, mas a força da tradição e da ordem natural.

- 11.** (Unioeste-PR-2022) Entre os séculos XVI e XVIII prevaleceu na teoria política clássica a compreensão de que a origem do Estado ou Sociedade Civil (nesta doutrina os dois termos ainda se equivalem) seria o resultado de um entendimento estabelecido entre os seres humanos.

Antes da constituição da Sociedade Civil, os homens viveriam no estado de natureza e só então, após estabelecido este pacto coletivo, as regras do convívio social e do ordenamento político seriam estabelecidas. Com base no enunciado, assinale a alternativa correta que indique a denominação desta doutrina ou teoria política.

- A) Republicanismo. D) Monarquismo.
B) Contratualismo. E) Evolucionismo.
C) Realismo.

- 12.** (UEL-PR) De acordo com Norberto Bobbio, “ao lado do problema do fundamento do poder, a doutrina clássica do Estado sempre se ocupou também do problema dos limites do poder, problema que geralmente é apresentado como problema das relações entre direito e poder (ou direito e Estado)”.

BOBBIO, N. *Estado, governo e sociedade: para uma teoria geral da política*. Tradução de Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000. p. 93-94.

Os limites do poder no Estado democrático de direito moderno são estabelecidos:

- I. Pela autonomia constitucional entre os poderes judiciário, legislativo e executivo.
II. Por normas legais, definidas por processos legítimos, que regulam e estabelecem direitos e deveres tanto para governantes quanto para os indivíduos na sociedade.
III. Por normas legais que subordinam os poderes judiciário e legislativo ao poder executivo e asseguram a prevalência dos interesses do partido majoritário.
IV. Por normas legais que assegurem que todos os cidadãos tenham garantias individuais mínimas, como o direito à defesa, direito a ir e vir e direito a manifestar suas opiniões.

A alternativa que contém todas as afirmativas corretas é:

- A) I e III D) I, II e IV
B) II e IV E) I, III e IV
C) I, II e III

- 13.** (UEPG-PR-2021) Sobre os conceitos de Cidadania e Direitos Humanos, assinale o que for correto.

01. Cidadania é um dos fundamentos dos regimes democráticos contemporâneos, que inclui direitos e deveres dos cidadãos.
02. Os direitos políticos são fundamentais para a noção contemporânea de cidadania.
04. A Declaração Universal dos Direitos Humanos é um marco da cidadania desde a sua proclamação em 1948, pela Organização das Nações Unidas (ONU).
08. Não há cidadania plena sem liberdade de expressão e organização.

Soma ()

- 14.** (UFU-MG-2021) Em pesquisa sobre a participação política dos alunos da Unb, a cientista política Débora Messemberg apresentou os seguintes resultados: “assume destaque a baixíssima participação desses universitários em instituições associativas e representativas. Mais de 87% deles não participam de nenhuma associação nem são membros de algum conselho, sindicato ou movimento social”.

MESSEMBERG, Débora. *Civitas, Rev. Ciênc. Soc.* [online]. v. 15, n. 1, p. 1-23, jan. / mar. 2015.

O reduzido interesse por política é considerado um desafio para a democracia, já que a participação política nesse regime

- A) permite a organização da sociedade civil, a fim de garantir as demandas da classe política.
B) ocorre por meio de eleições censitárias, assegurando o exercício da cidadania ampliada.
C) estabelece o acesso ao espaço público, limitando o debate argumentativo e oportunizando o controle sobre os representantes.
D) garante a legitimidade do governo, ao apresentar demandas sociais a serem observadas na formulação de políticas públicas.

- 15.** (UFU-MG-2021) Segundo o pesquisador Timothy J. Power, “Tem muitos partidos desnecessários no Brasil, em termos de representação ideológica. Quando um partido é criado, normalmente é para atender a um grupo ideológico pouco representado, dar voz a grupos. Mas não é o que está acontecendo. Os partidos no Brasil estão sendo criados por outras razões, não para defender bandeiras”.

PASSARINHO, Nathalia. *Partidos brasileiros são mais do mesmo e poderiam ser reduzidos a 2, aponta pesquisa de Oxford*. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-43288018> Acesso em: 3 fev. 2020.

A partir dessa análise, é correto deduzir que

- A) os partidos políticos brasileiros estão limitados à defesa de oligarquias.
B) há partidos políticos brasileiros que representam propostas semelhantes.
C) os partidos políticos brasileiros se organizam num sistema bipartidário.
D) os partidos brasileiros formam coalizões segundo princípios ideológicos.

- 16.** (FGV-2020) Leia com atenção os três documentos a seguir:

Documento 1

Constituição Federal de 1946

Artigo 141; § 5

É livre a manifestação do pensamento sem que dependa de censura, salvo quanto a espetáculos e diversões públicas, respondendo cada um, nos casos e na forma que a lei preceituar, pelos abusos que cometer.

- 02.** (Enem–2021)
Vocês que fazem parte dessa massa
Que passa nos projetos do futuro
É duro tanto ter que caminhar
E dar muito mais do que receber
Ê, ô, ô, vida de gado
Povo marcado
Ê, povo feliz!
Compositor e intérprete: Zé Ramalho. *In: A PELEJA do diabo com o dono do céu.* Rio de Janeiro: Sony, 1979.
- Qual comportamento coletivo é criticado no trecho da letra da canção lançada em 1979?
- A) Militância política.
B) Passividade social.
C) Altruísmo religioso.
D) Autocontrole moral.
E) Inconformismo eleitoral.
- 03.** (Enem–2021) Quando a taxa de remuneração do capital excede substancialmente a taxa de crescimento da economia, pela lógica, a riqueza herdada aumenta mais rápido do que a renda e a produção. Então, basta aos herdeiros poupar uma parte limitada da renda de seu capital para que ele cresça mais rápido do que a economia como um todo. Sob essas condições, é quase inevitável que a riqueza herdada supere a riqueza constituída durante uma vida de trabalho, e que a concentração do capital atinja níveis muito altos.
PIKETTY, T. *O capital no século XXI.* Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014 (Adaptação).
- Considerando os princípios que legitimam as democracias liberais, a lógica econômica descrita no texto enfraquece o(a)
- A) ideologia do mérito.
B) direito de nascimento.
C) eficácia da legislação.
D) ganho das financeiras.
E) eficiência dos mercados.
- 04.** (Enem–2019) A criação do Sistema Único de Saúde (SUS) como uma política para todos constitui-se uma das mais importantes conquistas da sociedade brasileira no século XX. O SUS deve ser valorizado e defendido como um marco para a cidadania e o avanço civilizatório. A democracia envolve um modelo de Estado no qual políticas protegem os cidadãos e reduzem as desigualdades. O SUS é uma diretriz que fortalece a cidadania e contribui para assegurar o exercício de direitos, o pluralismo político e o bem-estar como valores de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, conforme prevê a Constituição Federal de 1988.
RIZZOTO, M. L. F. *et al.* Justiça social, democracia com direitos sociais e saúde: a luta do Cebes. *Revista Saúde em Debate*, n. 116, jan. / mar. 2018 (Adaptação).
- Segundo o texto, duas características da concepção da política pública analisada são:
- A) Paternalismo e filantropia.
B) Liberalismo e meritocracia.
C) Universalismo e igualitarismo.
D) Nacionalismo e individualismo.
E) Revolucionarismo e coparticipação.
- 05.** (Enem–2019) O Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) realizou 248 ações fiscais e resgatou um total de 1 590 trabalhadores da situação análoga à de escravo, em 2014, em todo o país. A análise do enfrentamento do trabalho em condições análogas às de escravo materializa a efetivação de parcerias inéditas no trato da questão, podendo ser referenciadas ações fiscais realizadas com o Ministério da Defesa, Exército Brasileiro, Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) e Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio).
Disponível em: <http://portal.mte.gov.br>. Acesso em: 4 fev. 2015 (Adaptação).
- A estratégia defendida no texto para reduzir o problema social apontado consiste em:
- A) Articular os órgãos públicos.
B) Pressionar o Poder Legislativo.
C) Ampliar a emissão das multas.
D) Limitar a autonomia das empresas.
E) Financiar as pesquisas acadêmicas.
- 06.** (Enem) Um dos teóricos da democracia moderna, Hans Kelsen, considera elemento essencial da democracia real (não da democracia ideal, que não existe em lugar algum) o método da seleção dos líderes, ou seja, a eleição. Exemplar, neste sentido, é a afirmação de um juiz da Corte Suprema dos Estados Unidos, por ocasião de uma eleição de 1902: “A cabine eleitoral é o templo das instituições americanas, onde cada um de nós é um sacerdote, ao qual é confiada a guarda da arca da aliança e cada um officia do seu próprio altar”.
BOBBIO, N. *Teoria geral da política.* Rio de Janeiro: Elsevier, 2000 (Adaptação).
- As metáforas utilizadas no texto referem-se a uma concepção de democracia fundamentada no(a)
- A) justificação teísta do direito.
B) rigidez da hierarquia de classe.
C) ênfase formalista na administração.
D) protagonismo do Executivo no poder.
E) centralidade do indivíduo na sociedade.
- 07.** (Enem) A tribo não possui um rei, mas um chefe que não é chefe de Estado. O que significa isso? Simplesmente que o chefe não dispõe de nenhuma autoridade, de nenhum poder de coerção, de nenhum meio de dar uma ordem. O chefe não é um comandante, as pessoas da tribo não têm nenhum dever de obediência. O espaço da chefia não é o lugar do poder. Essencialmente encarregado de eliminar conflitos que podem surgir entre indivíduos, famílias e linhagens, o chefe só dispõe, para restabelecer a ordem e a concórdia, do prestígio que lhe reconhece a sociedade. Mas evidentemente prestígio não significa poder, e os meios que o chefe detém para realizar sua tarefa de pacificador limitam-se ao uso exclusivo da palavra.
CLASTRES, P. *A sociedade contra o Estado.* Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1982 (Adaptação).
- O modelo político das sociedades discutidas no texto contrasta com o do Estado Liberal burguês porque se baseia em:
- A) Imposição ideológica e normas hierárquicas.
B) Determinação divina e soberania monárquica.
C) Intervenção consensual e autonomia comunitária.
D) Mediação jurídica e regras contratualistas.
E) Gestão coletiva e obrigações tributárias.
- 08.** (Enem) A grande maioria dos países ocidentais democráticos adotou o Tribunal Constitucional como mecanismo de controle dos demais poderes. A inclusão dos Tribunais no cenário político implicou alterações no cálculo para a implementação de políticas públicas. O governo, além de negociar seu plano político com o Parlamento, teve que se preocupar em não infringir a Constituição. Essa nova arquitetura institucional propiciou o desenvolvimento de um ambiente político que viabilizou a participação do Judiciário nos processos decisórios.
CARVALHO, E. R. *Revista de Sociologia e Política*, n. 23, nov. 2004 (Adaptação).
- O texto faz referência a uma importante mudança na dinâmica de funcionamento dos Estados contemporâneos que, no caso brasileiro, teve como consequência a
- A) adoção de eleições para a alta magistratura.
B) diminuição das tensões entre os entes federativos.
C) suspensão do princípio geral dos freios e contrapesos.
D) judicialização de questões próprias da esfera legislativa.
E) profissionalização do quadro de funcionários da Justiça.
- 09.** (Enem) A participação da mulher no processo de decisão política ainda é extremamente limitada em praticamente todos os países, independentemente do regime econômico e social e da estrutura institucional vigente em cada um deles. É fato público e notório, além de empiricamente comprovado, que as mulheres estão em geral sub-representadas nos órgãos do poder, pois a proporção não corresponde jamais ao peso relativo dessa parte da população.
TABAK, F. *Mulheres públicas: participação política e poder.* Rio de Janeiro: Letra Capital, 2002.
- No âmbito do Poder Legislativo brasileiro, a tentativa de reverter esse quadro de sub-representação tem envolvido a implementação, pelo Estado, de
- A) leis de combate à violência doméstica.
B) cotas de gênero nas candidaturas partidárias.
C) programas de mobilização política nas escolas.
D) propagandas de incentivo ao voto consciente.
E) apoio financeiro às lideranças femininas.
- 10.** (Enem) Plebiscito e referendo são consultas ao povo para decidir sobre matéria de relevância para a nação em questões de natureza constitucional, legislativa ou administrativa. A principal distinção entre eles é a de que o plebiscito é convocado previamente à criação do ato legislativo ou administrativo que trate do assunto em pauta, e o referendo é convocado posteriormente, cabendo ao povo ratificar ou rejeitar a proposta. Ambos estão previstos no art. 14 da Constituição Federal.
PLEBISCITOS e referendos. Disponível em: www.tse.jus.br. Acesso em: 29 jan. 2015 (Adaptação).
- As formas de consulta popular descritas são exemplos de um tipo de prática política baseada em
- A) colégio eleitoral.
B) democracia direta.
C) conselho comunitário.
D) sufrágio representativo.
E) autogestão participativa.
- 11.** (Enem) Existe uma cultura política que domina o sistema e é fundamental para entender o conservadorismo brasileiro. Há um argumento, partilhado pela direita e pela esquerda, de que a sociedade brasileira é conservadora. Isso legitimou o conservadorismo do sistema político: existiriam limites para transformar o país, porque a sociedade é conservadora, não aceita mudanças bruscas. Isso justifica o caráter vagaroso da redemocratização e da redistribuição da renda. Mas não é assim. A sociedade é muito mais avançada que o sistema político. Ele se mantém porque consegue convencer a sociedade de que é a expressão dela, de seu conservadorismo.
NOBRE, M. *Dois ismos que não rimam.* Disponível em: www.unicamp.br. Acesso em: 28 mar. 2014 (Adaptação).
- A característica do sistema político brasileiro, ressaltada no texto, obtém sua legitimidade da
- A) dispersão regional do poder econômico.
B) polarização acentuada da disputa partidária.
C) orientação radical dos movimentos populares.
D) condução eficiente das ações administrativas.
E) sustentação ideológica das desigualdades existentes.

12. (Enem) Rua Preciados, seis da tarde. Ao longe, a massa humana que abarrotava a Praça Puerta Del Sol, em Madri, se levanta. Um grupo de garotas, ao ver a cena, corre em direção à multidão. Milhares de pessoas fazem ressoar o slogan: "Que não, que não, que não nos representem". Um garoto fala pelo megafone: "Demandamos submeter a referendo o resgate bancário".

RODRÍGUEZ, O. Puerta Del Sol, o grande alto-falante. *Brasil de Fato*, São Paulo, 26 maio / 1 jun. 2011 (Adaptação).

Em 2011, o acampamento dos Indignados espanhóis expressou todo o descontentamento político da juventude europeia. Que proposta sintetiza o conjunto de reivindicações políticas destes jovens?

- A) Voto universal.
- B) Democracia direta.
- C) Pluralidade partidária.
- D) Autonomia legislativa.
- E) Imunidade parlamentar.

13. (Enem)



QUINO. *Toda Mafalda*. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

Democracia: "regime político no qual a soberania é exercida pelo povo, pertence ao conjunto dos cidadãos."

JAPIASSÚ, H.; MARCONDES, D. *Dicionário básico de Filosofia*. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.

Uma suposta "vacina" contra o despotismo, em um contexto democrático, tem por objetivo

- A) impedir a contratação de familiares para o serviço público.
- B) reduzir a ação das instituições constitucionais.
- C) combater a distribuição equilibrada de poder.
- D) evitar a escolha de governantes autoritários.
- E) restringir a atuação do Parlamento.

SEÇÃO FUVEST / UNICAMP / UNESP



GABARITO

Propostos

- 01. A
- 02. A
- 03. D
- 04. A
- 05. D
- 06. B
- 07. B
- 08. B
- 09. B
- 10. A
- 11. B
- 12. D
- 13. Soma = 15
- 14. D
- 15. B

Seção Enem

- 01. C
- 02. B
- 03. A
- 04. C
- 05. A
- 06. E
- 07. C
- 08. D
- 09. B
- 10. B
- 11. E
- 12. B
- 13. D

Meu aproveitamento

Acertei _____ Errei _____

- 16. D
- 17. E
- 18. B
- 19. A
- 20. B

Acertei _____ Errei _____



Total dos meus acertos: _____ de _____ . _____ %

Movimentos Sociais e Participação Política

MOVIMENTOS SOCIAIS

Os movimentos sociais são definidos, geralmente, como mobilizações coletivas que pretendem produzir mudanças na sociedade por meio do embate político. No entanto, existem várias categorias de movimentos sociais, e cada uma possui configurações distintas – grau de integração e teor das reivindicações, por exemplo. Diversas teorias sociológicas já foram desenvolvidas na tentativa de interpretar e criar tipologias para categorizá-los, mas não há unanimidade quanto às suas formas ou aos seus tipos básicos.

Um dos pontos consensuais encontra-se na admissão da confluência entre os movimentos sociais e a sociedade civil. Esta última é o espaço em que os indivíduos estabelecem suas interações sociais, ou seja, é uma esfera social que não se confunde com o mercado e com o Estado, embora seja evidentemente afetada tanto por um quanto pelo outro. Portanto, é o âmbito no qual os indivíduos vivem suas vidas cotidianas e elaboram suas demandas políticas frente às estruturas de poder. Por esse motivo, a noção de sociedade civil é tão importante para compreendermos os movimentos sociais, pois é uma esfera social que, quanto mais desenvolvida, melhor pode contribuir para a defesa da cidadania.

Essa é a razão pela qual, apesar de existirem mobilizações de teor político, bem como revoltas e revoluções em toda a história, considera-se inapropriado falar de movimentos sociais antes da consolidação da cidadania no contexto dos Estados Modernos. Nessa fase específica é que ocorre o desenvolvimento de sociedades civis mais bem organizadas, o que possibilitou a solidificação dos ideais ligados à cidadania, fomentando a luta popular por direitos.

Os movimentos sociais caracterizam-se pelo fato de envolverem atores sociais coletivos, isto é, grupos sociais da sociedade civil organizados em torno de ideais e causas comuns.

Normalmente, compreende-se a sociedade civil como o conjunto dos indivíduos no exercício de sua cidadania, o que geralmente exclui os atores sociais diretamente ligados à política profissional, grupos ou corporações econômicas, pessoas jurídicas em geral e membros de ordens militares.

A atuação desses movimentos é de enorme importância para a estrutura política de uma sociedade. Eles expressam os anseios da sociedade civil e a possibilidade de se fazer política fora das instituições oficiais do Estado e do governo, uma vez que tanto os cidadãos sem vínculo partidário quanto os grupos sociais e as organizações não governamentais atuam politicamente de modo a pressionar o Estado por mudanças. Não há dúvida de que os movimentos sociais estão entre as formas mais poderosas de atuação política nas sociedades contemporâneas e de que grande parte dos direitos que estão “à disposição” das democracias na atualidade foi conquistada arduamente pela atuação de diversos movimentos ao longo da História.

Em primeiro lugar, é preciso esclarecer que os movimentos sociais são ações sociais de caráter sociopolítico e cultural, que revelam formas distintas de os indivíduos e grupos se organizarem e expressarem suas demandas.

Na prática, observam-se diferentes estratégias que variam da denúncia, passando pela pressão direta (assembleias, concentrações, passeatas, etc.) até às pressões indiretas (*lobby*, promoção de ações judiciais). Na atualidade, os principais movimentos sociais atuam por meio de redes sociais, que podem ser locais, regionais, nacionais e internacionais, sendo comum a utilização dos meios de comunicação.

[...]

As análises sobre a mudança social desenvolvidas por alguns pensadores do século XIX, tais como Comte, Spencer e Marx, estavam marcadas por uma visão linear e teleológica. A tradição marxista considerava que os movimentos sociais eram meras expressões de condições estruturais de classe e suas contradições, que seriam suprimidas com o fim da sociedade capitalista.

[...]

Diferencia-se dessa interpretação Georg Simmel (1983), que deu um sentido sociológico ao conflito, identificando sua função social. Deste modo, o conflito é pensado como um processo fundamental para a mudança de uma forma de organização à outra, como necessário à vida do grupo, pois age como um elemento que possibilita sua coesão, já que suscita a busca pelo consenso.

MIRANDA, Ana Paula Mendes de. Movimentos sociais, a construção de sujeitos de direitos e a busca por democratização do Estado. *Lex Humana*, Petrópolis, n. 1, p. 218, 2009. [Fragmento]



Características dos movimentos sociais

Uma das mais importantes intérpretes dos movimentos sociais na atualidade é a socióloga brasileira e professora da Unicamp **Maria da Glória Gohn**. Em diversos trabalhos, como em *Teoria dos Movimentos Sociais* (1997), ela busca estabelecer critérios para interpretar adequadamente esse fenômeno plural e complexo. Apesar de muito diversificados, é possível afirmar que os movimentos sociais compartilham algumas características básicas, que são apresentadas a seguir:

- **O projeto:** consiste na proposta do movimento, podendo ter o objetivo de mudar ou de conservar as relações sociais vigentes. O projeto pode ser relacionado diretamente às metas e aos objetivos do movimento social, bem como às suas estratégias de ação. Ele é um conjunto de procedimentos mais ou menos definidos por meio do qual o grupo buscará alcançar seus objetivos. É bem verdade que existe uma grande diversidade de métodos de organização e mobilização entre os movimentos sociais, sendo possível encontrar grupos com maior ou menor capacidade de definir rigorosamente seu projeto.

Cada movimento social define suas estratégias conforme seus objetivos, o contexto em que se insere e o seu opositor. Historicamente foram utilizadas muitas estratégias e táticas, sendo que algumas se tornaram clássicas, por exemplo: as greves (movimentos sindicais), passeatas, protestos, ocupações e acampamentos.

- **A ideologia ou teoria subjacente:** corresponde à visão de mundo predominante no movimento social, que delimita a concepção de sociedade, os ideais e as propostas que vigoram entre seus membros. É possível dizer que todo movimento social, como todo grupo, possui uma ideologia, ainda que de forma implícita. É necessário esclarecer que a definição de ideologia adotada equivale à sua concepção mais geral, que se refere a um conjunto qualquer de ideias que expressa uma determinada visão de mundo, e não necessariamente à visão marxista de ideologia, que atribui um sentido permanentemente negativo ao termo, associando-o à dominação de classe.

É a ideologia que fundamenta os projetos e as práticas dos movimentos e define o sentido de suas lutas, estabelecendo os parâmetros teóricos e o próprio sentido da existência da luta social.

Alguns movimentos sociais podem ter mais ou menos consciência dos seus componentes ideológicos, a depender da sua história, do seu caráter e dos membros que os constituem.

- **A organização:** normalmente, os movimentos sociais possuem algum tipo de organização hierárquica, que pode ser centralizada em torno de uma liderança explícita ou pode estar descentralizada e distribuída entre segmentos, subgrupos e demais participantes do movimento.

A estrutura de organização de um movimento social produz impactos relevantes com relação à sua atuação e possui reflexos em seu sucesso ou fracasso. Cada movimento possui uma demanda própria de organização, não sendo possível estabelecer, a princípio, como cada estrutura deve ser constituída. Porém, a organização interna se reflete nas estratégias, na articulação entre as ações e no nível de harmonia entre seus membros. Há o risco de dois extremos: de um lado, a desarticulação completa entre projeto, ideologia e organização, o que frequentemente gera ações espontâneas, desarticuladas e desorganizadas, fato que pode enfraquecer a luta social; por outro lado, a imposição de poder por parte das lideranças, o que pode levar os demais participantes a desempenhar o papel de “massa de manobra”, servindo a interesses pouco nítidos ou objetivos secundários.

Um outro aspecto que deve ser considerado ao se analisar os movimentos sociais diz respeito à sua ação pública, marcada por diferentes táticas, estratégias e ações de enfrentamento. Cada movimento, conforme sua identidade, sua demanda e de acordo com o adversário a que se coloca, lança mão de diferentes meios para se fazer ouvir. Em geral, as formas mais comuns estão associadas à **desobediência civil**, consagrada pelo filósofo estadunidense **Henry David Thoreau (1817-1862)**, ainda no século XIX, como principal meio de enfrentamento não violento em prol de direitos. Passeatas, manifestações, carreatas, buzinações, panelaços, campanhas de conscientização ou panfletagens fazem parte do rol de estratégias que são comumente utilizadas por diversos movimentos para chamar a atenção da sociedade civil e das autoridades para sua pauta.

Juntamente com essas ações consideradas não violentas, algumas organizações podem adotar medidas mais incisivas, como a ocupação de prédios e de espaços públicos ou privados. A estratégia a ser adotada depende, em grande parte, do grupo contra o qual o movimento se posiciona e da reação das autoridades diante da atuação do movimento. Além disso, é possível observar que os meios de comunicação, frequentemente, reportam casos de atitudes violentas em manifestações, tanto por parte do Poder Público quanto de alguns manifestantes.

Movimentos sociais e a democracia

Os movimentos sociais são expressão da cidadania nas sociedades contemporâneas, uma vez que tendem a ser alimentados pelos próprios cidadãos que se organizam e se mobilizam em torno de interesses comuns, os quais, em geral, dizem respeito à busca por melhores condições sociais ou por direitos. Essa busca pode ser qualificada como uma forma de ativismo político, ainda que não faça uso das formas políticas institucionalizadas, como os partidos políticos, os representantes e os órgãos governamentais. Nesse sentido, o britânico **Anthony Giddens (1938-)**, em obras como *A constituição da sociedade* (1984) e *Consequências da modernidade* (1990), considera os movimentos sociais “a alma da democracia”, uma vez que servem como termômetro da participação efetiva da população e de sua liberdade política, contribuindo para a expansão de direitos e para a promoção de debates sobre temas de interesse público.

Os movimentos sociais podem ser locais, regionais, nacionais ou mesmo internacionais, ultrapassando as fronteiras dos países. Em um mundo globalizado e integrado pelos meios de comunicação de massa cada vez mais rápidos, não é de se surpreender o crescimento dos movimentos em escala global, especialmente daqueles ligados a causas políticas e ambientais, alimentados pelas redes sociais – como ficou evidente nos eventos de 2011 relacionados à Primavera Árabe, quase completamente articulados via Internet por membros na Tunísia, Argélia e Egito.

Um dos fatores mais importantes a serem mencionados sobre o crescimento de movimentos reivindicatórios ao redor do mundo diz respeito à crítica à capacidade dos governos de darem respostas rápidas e satisfatórias à população, que tem acesso cada vez maior à informação e ao debate. Temas de interesse global, como guerras, meio ambiente, alternativas energéticas, mobilidade urbana, desigualdade social, entre outros, têm despertado cada vez mais o interesse da sociedade civil, que se recusa a permanecer passiva e cobra posturas mais contundentes por parte das instituições políticas, embora nem sempre receba as respostas e as ações que espera. Esse cenário de crítica à capacidade dos Estados de satisfazer às necessidades da população tem incitado o surgimento de novos sujeitos políticos, que dialogam com as formas tradicionais e forçam novas práticas de enfrentamento de dilemas.

As ONGs, os coletivos, os cidadãos, as manifestações e os movimentos sociais, em geral, são expressões desse anseio de participação nas decisões referentes aos rumos tomados pela sociedade e, ao mesmo tempo, figuram como formas de crítica aos modelos políticos tradicionais, que vêm apresentando desgaste e insuficiência.

Não há como ignorar a atual **crise de representatividade na política**, diagnosticada por vários cientistas sociais desde o fim do século passado. Percebida como um fenômeno mundial, esta crise de representatividade é evidenciada pelos mecanismos de participação das democracias representativas e pelos modelos de representação tradicionais (contidos nas figuras dos presidentes, senadores, deputados, partidos políticos), denunciando seu distanciamento em relação aos verdadeiros interesses da população e os constantes desvios de poder que se instauram na política profissional. Por esse motivo, desde o início dos anos 2000, muitos movimentos – como o “Occupy Wall Street”, nos EUA; e o “Podemos”, na Espanha – se organizaram para lutar contra o atual sistema liberal-democrático em voga em várias partes do mundo.



No Brasil, verificou-se situação semelhante principalmente no ano de 2013, que se tornou emblemático em virtude da grande quantidade de manifestações que tomaram as ruas em diversas cidades brasileiras. Muitos movimentos expressaram sua indignação contra as atuais formas de representação e acusaram a política econômica, por ocasião da discussão sobre as obras para a Copa do Mundo de 2014 e, em menor escala, para as Olimpíadas de 2016. Nesse contexto, convém ressaltar que boa parte da mobilização aconteceu por meio das redes sociais, como o Facebook, demonstrando o grande poder de disseminação de informações e articulação social que os meios digitais possuem na atualidade. Tratou-se de um fenômeno notável, no entanto muitos analistas brasileiros e estrangeiros ainda têm dificuldade de fazer uma leitura precisa de tudo o que aconteceu, dada a grande complexidade das manifestações. A enorme variedade de grupos, tendências e ideologias que ocupou as ruas mostra a diversidade democrática e, ao mesmo tempo, a existência de interesses conflitantes no cenário público.

As manifestações de 2013, chamadas de Jornadas de Junho ou Copa das Manifestações, ganharam atenção dos noticiários, principalmente a partir dos protestos organizados por movimentos sociais estudantis, como o Movimento Passe Livre (MPL), que criticavam o aumento dos preços das passagens de ônibus em vários municípios brasileiros, como São Paulo, Recife, Belo Horizonte e Porto Alegre. A frase “Não é pelos 20 centavos, é por nossos direitos” ganhou as ruas rapidamente, gerando adesão de sindicatos e outros movimentos sociais. Mas, rapidamente, aconteceu um processo de catalisação de insatisfações de outras ordens. Esse processo foi potencializado pelo fato de o Brasil, conforme já mencionado, estar se preparando para grandes eventos, como a Copa do Mundo de 2014 e as Olimpíadas de 2016. A Copa das Confederações, evento-teste realizado nas cidades-sede da Copa do Mundo FIFA, em junho de 2013, forneceu o pano de fundo para atrair a visibilidade da imprensa internacional e para reunir críticas contra muitos aspectos da vida político-social brasileira.

Sob os brados de “O gigante acordou!” e “Vem pra rua, vem!”, milhões de brasileiros participaram dos protestos, que foram os mais relevantes numericamente no Brasil desde os Caras Pintadas, em 1992. Mas o fenômeno é complexo. Como analisou o sociólogo espanhol Manuel Castells, em seu livro *Redes de indignação e esperança* (2013), os movimentos aconteceram “de forma confusa, raivosa e otimista” (p. 185), sem lideranças aparentes e pouca participação inicial de partidos políticos e sindicatos. De certa maneira, tais movimentos demonstraram uma insatisfação generalizada contra a política profissional, os partidos políticos e o modelo de democracia representativa.

Desde o início de 2013 até as primeiras semanas do mês de junho daquele ano, as lutas sociais possuíam uma pauta com características que tangiam à esquerda (ou de cunho social-democrata), posicionando-se contra o aumento das passagens de ônibus e em favor da melhoria de serviços públicos, como saúde e educação (em vários cartazes, podiam ser vistos os dizeres: “Queremos saúde e educação padrão FIFA”).

A intensa repressão em vários estados brasileiros contribuiu para alimentar a empatia de outros manifestantes para com as passeatas estudantis. Até aquele momento, a grande imprensa havia adotado uma postura editorial de desvalorização e crítica às manifestações.

Entretanto, no decorrer do mês de junho e com o ingresso de muitos outros manifestantes que não estavam vinculados diretamente às pautas iniciais, houve a ampliação das temáticas e das reivindicações, que passaram a abranger, por exemplo, a crítica à corrupção política. A partir daquele momento, grupos de oposição ao governo daquele período começaram a participar mais ativamente das manifestações, ampliando seu destaque nos noticiários e, inclusive, demonstrando apoio aos protestos. Havia vários grupos, por outro lado, que defendiam que as manifestações deveriam ser "apartidárias", o que desencadeou posturas de hostilidade com relação a pessoas e a movimentos que levantavam bandeiras partidárias.

Ainda é difícil pesar adequadamente os pontos positivos e negativos das manifestações. Vários teóricos argumentam que a insatisfação generalizada da população teria sido direcionada contra um único setor da política representativa, o que a transformou em massa de manobra para outros interesses políticos. Outros teóricos enxergam nas manifestações um legado de expansão da consciência democrática, o que permitiu um exercício de ativismo que muitos sujeitos políticos nunca haviam experimentado. De qualquer modo, as manifestações de 2013 trouxeram novas perspectivas à sociedade brasileira no que tange à participação política.

Classificações dos movimentos sociais

Não é fácil criar tipologias para os movimentos sociais, pois eles assumem muitas formas e possuem uma grande diversidade de projetos e organizações, conforme já foi mencionado. Porém, com a finalidade de sistematizar os estudos e facilitar a compreensão, os movimentos sociais são divididos em três categorias.

- **Movimentos sociais reivindicatórios:** são aqueles que exigem mudanças mais imediatas em determinada estrutura – normas, processos ou legislações específicas, por exemplo –, a fim de que situações insatisfatórias à população sejam alteradas.
- **Movimentos sociais políticos:** são aqueles cujo objetivo é produzir discussões mais amplas em torno da participação política, além de sugerir mudanças de maior alcance na estrutura política.
- **Movimentos sociais de classe:** caracterizam-se pela forte consciência da desigualdade socioeconômica. Tais movimentos objetivam consolidar a noção de classe e questionar a ordem econômica, podendo adotar, muitas vezes, ações de cunho revolucionário.

Também é possível dividir os movimentos sociais quanto à sua posição em relação à situação social vigente, conforme mostrado a seguir:

- **Movimentos reformistas:** buscam mudanças pontuais na estrutura social, sem, no entanto, pretender alterá-la por completo;

- **Movimentos revolucionários:** visam a mudanças estruturais profundas na sociedade, de modo a transformar a ordem vigente e a implementar outra, considerada superior;
- **Movimentos reacionários:** objetivam reagir contra mudanças sociais que estão em curso, almejando a manutenção de determinada estrutura social ou o retorno a um estágio anterior da sociedade.

Movimentos sociais emblemáticos no Brasil

Conforme afirmado no início do capítulo, o conceito de movimento social é aplicado de forma mais direta no contexto da consolidação do Estado Moderno, republicano e democrático, que ocorre no século XX. Porém, se desejarmos fazer uma abordagem mais ampla, é possível falar de movimentos sociais desde o Período Colonial brasileiro, como as muitas revoltas e insurreições que ocorreram no país desde o início de sua formação.

No panorama do século XX, diversos movimentos sociais se destacam pela importância que tiveram ao longo da história e pela sua presença ainda na atualidade, seja reivindicando novos direitos, seja lutando pela manutenção daqueles que foram arduamente conquistados. É o caso, por exemplo, da União Nacional dos Estudantes (UNE), que participou dos protestos das Diretas Já, na década de 1980.

Outros movimentos sociais ainda são responsáveis por uma grande quantidade de ações coletivas que explicitam tensões na sociedade, promovendo reflexões mais aprofundadas sobre elementos da estrutura social. É o caso do MST, que desde a década de 1980 luta pela promoção da reforma agrária. A atuação do MST divide opiniões na sociedade brasileira, por conta de suas estratégias e formas de ação.

Os novos movimentos sociais

As análises clássicas sobre os movimentos sociais são geralmente derivadas do modelo marxista de análise, o que significa dizer que eles eram vistos como resultado do descontentamento dos grupos sociais com um sistema produtivo específico, a saber, o capitalismo.

Nesse sentido, podemos dizer que as primeiras análises sociológicas sobre os movimentos sociais atentavam para aspectos macroestruturais, ou seja, a economia e a política seriam as esferas que exerceriam maior influência sobre a vida dos indivíduos. Logo, os movimentos sociais seriam resultado do descontentamento destes com os desmandos políticos e as crises econômicas. Sob essa perspectiva marxista, os movimentos sociais se constituiriam a partir de classes sociais definidas, como o proletariado ou os trabalhadores camponeses, ou surgiriam de organizações institucionalizadas, como os partidos políticos.

No entanto, a partir dos anos 1960, a perspectiva marxista de análise dos movimentos sociais passou a ser questionada dentro da teoria sociológica. Durante o referido período, novas formas de ações coletivas ganharam espaço na cena política, especialmente na Europa e nos Estados Unidos, chegando mais tarde ao Brasil.

Esses novos movimentos sociais tinham como pontos a serem criticados as visões totalizadoras da sociedade, que negavam, por exemplo, a existência de diferenças individuais, e também as reivindicações que visavam atender apenas a uma determinada classe social.

Portanto, o foco dos novos movimentos sociais recairia sobre a construção de identidades coletivas e os problemas da vida cotidiana dos indivíduos, ou seja, aspectos ligados ao âmbito da cultura e não apenas restritos ao universo da política e da economia. Nesse sentido é que surgem os movimentos sociais de defesa do meio ambiente, os que lutam em prol das causas étnicas, etc. Enfim, passou a existir uma pluralidade de reivindicações que ampliaram o modo de conceber e fazer política.

A prática política passa a estar dispersa nos mais variados espaços sociais, como no trabalho, no lazer, e não apenas na relação entre Estado e sociedade civil. Portanto, os novos movimentos sociais buscam lutar contra o poder estabelecido no nível micro das relações sociais, e, mais importante que isso, são movimentos que buscam evidenciar as diferenças entre determinados grupos sociais, em vez de adotar discursos universalistas. Nesse sentido, os conflitos políticos se transferem para o âmbito da cultura, pois, em muitos momentos, o que está em voga na luta dos movimentos sociais é a elaboração de identidades e também a ampliação de temas que possam ser considerados políticos.

Dessa maneira, os movimentos que despontaram após a década de 1960 apresentaram, ao mesmo tempo, pautas políticas e culturais, lutando por causas identitárias. Frequentemente associados a grupos sociais minoritários (isto é, com menor poder político), os novos movimentos sociais pretendiam criticar as desigualdades, fomentar o debate sobre as formas de exclusão social e propor alternativas para incluir grupos que estavam sendo socialmente marginalizados. Nesse contexto, alguns exemplos de movimentos são o movimento negro, o movimento ambiental e o indígena.

O MOVIMENTO INDÍGENA

[...]

O que busca o movimento indígena

Os indígenas possuem como objetivo central de sua movimentação política a **conservação e delimitação de áreas indígenas**, ou seja, terra. Porém, esse conceito é muito mais amplo do que o conceito literal. Dentro do conceito "terra", estão inseridas reivindicações como educação, saúde diferenciada, respeito e reconhecimento à cultura, projetos socioeconômicos destinados aos diversos povos, áreas de preservação e fiscalização ao cumprimento de leis e demarcações.

[...]

O que diz a lei sobre os indígenas

Em 1973, foi promulgada a lei 6.001, que ficou conhecida como "Estatuto do Índio". Na época de sua formulação, a cultura indígena era vista como "transitória" e o índio como "relativamente incapaz". Seguindo essa visão, os povos indígenas eram considerados tutela do Estado até que sua integração com a sociedade brasileira fosse realizada. A responsabilidade seria do Serviço de Proteção ao Índio, órgão que deu espaço para atual Fundação Nacional do Índio – FUNAI.

Após a constituinte de 1988 – processo no qual os índios fizeram-se presentes – passa a ser assegurado o direito à sua própria cultura, direito processual e direito às terras tradicionalmente ocupadas, impondo à União o dever de zelar pelo cumprimento dos seus direitos:

Art. 231, CF. São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens.

Em 2002, no Novo Código Civil, o índio deixa de ser considerado relativamente incapaz e sua capacidade deve ser regulada por legislação especial:

Art. 232. Os índios, suas comunidades e organizações são partes legítimas para ingressar em juízo em defesa de seus direitos e interesses, intervindo o Ministério Público em todos os atos do processo.

[...]

FAHS, A. *O movimento indígena*. Disponível em: <http://www.politize.com.br/movimento-indigena/>. Acesso em: 1 fev. 2019. [Fragmento]

CRIMINALIZAÇÃO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS



Criminalizar consiste em caracterizar como criminoso algo que não necessariamente está tipificado como tal. Assim, como afirma Sérgio Sauer, sociólogo e professor da Universidade de Brasília:

[...] criminalizar não é utilizar a força [...] para reprimir manifestações [...], mas é transformar (caracterizar ou tipificar) uma determinada ação em um crime. Utilizando mecanismos legais, a intenção é fazer com que ações e pessoas sejam vistas e julgadas (pela opinião pública, pelo órgão estatal responsável) como atos criminosos e bandidos (iniciativas feitas à margem da lei).

SAUER, Sérgio. *Processos recentes de criminalização de movimentos sociais populares*. Disponível em: <http://terradedireitos.org.br/wp-content/uploads/2008/10/Processos-recientes-de-criminaliza%C3%A7%C3%A3o-dos-movimentos-sociais-populares.pdf>. Acesso em: 1 fev. 2019. [Fragmento]

A partir das considerações de Sauer, percebe-se que a criminalização dos movimentos sociais seria uma estratégia de uma parcela determinada da sociedade civil para tentar controlar a atuação dos cidadãos que se mobilizam para transformações em alguns setores da sociedade. Então, tal ato se configuraria, para os manifestantes e para os defensores dos movimentos, como uma forma de deslegitimar a busca por direitos, tratando-a como uma ameaça à lei e à ordem.

Pode-se observar tais tensões por intermédio dos meios de comunicação, que sempre trazem notícias sobre a ocorrência de fatos violentos em determinadas manifestações.

A violência demonstra, possivelmente, alguns traços autoritários da sociedade brasileira e as falhas de uma democracia recente, ainda em processo de construção, em que canais de negociação e diálogo nem sempre estão à disposição de todos os setores da sociedade.

POLÍTICA E SOCIEDADE: AS MANIFESTAÇÕES DE RUA DE 2013 E 2015

As manifestações de junho de 2013, marcadas pela forte presença de jovens, reuniram no mesmo espaço público integrantes de movimentos que defendiam a manifestação como uma ação política e uma massa de indignados com a política e com a ação governamental. Mas, mesmo estes, que rejeitavam a política, fizeram política.

Os manifestantes fizeram política porque se posicionaram em relação a temas relevantes da vida social, procurando se fazer ouvir no espaço público. Uns se manifestaram contra a política. Outros, em relação a uma política ou a medidas no âmbito de políticas específicas: contra o aumento das passagens; contra a repressão policial; contra a corrupção; pela qualidade dos serviços públicos; contra os gastos da Copa.

Analistas e integrantes de movimentos sociais e de organizações políticas tradicionais manifestaram sua perplexidade diante da eclosão de um movimento que extravasava as formas tradicionais de ação coletiva. [...] O movimento era múltiplo em seu foco e em sua composição, resultando ainda de uma nova forma de mobilização na esfera pública, por meio das redes sociais.

Ainda que difusas e multifacetadas, as manifestações foram ouvidas pelos políticos: novos temas foram incorporados pela agenda de partidos à direita e à esquerda. Após as manifestações, disputaram lugar na mídia programas partidários que procuravam incorporar a voz das ruas (ou dela se apropriar). [...]

Os temas levantados pelas manifestações repercutiram também na agenda governamental. No nível municipal e estadual, em vários pontos do país, foram revogados aumentos de tarifas de ônibus. No nível federal, medidas foram propostas em diversas áreas (responsabilidade fiscal, reforma política, mobilidade urbana, educação e saúde), em resposta à multifacetada agenda societária.

A presença ativa da sociedade civil no espaço público não é algo novo no Brasil. Vale lembrar não apenas do movimento das Diretas Já, mas, também, da importância dos movimentos sociais urbanos, nos anos 70, na luta [...] pelo direito à saúde, à creche, à moradia e ao transporte público. Na construção de políticas públicas no contexto democrático participaram [...] movimentos em torno do combate à violência e da defesa do meio ambiente. [...]

A influência da sociedade na democratização e no desenho de novas políticas públicas não foi um processo linear e isento de conflitos. É justamente esta uma das características centrais da política – a disputa (civilizada) entre propostas, derivadas de diferentes visões a respeito da sociedade e de seus problemas. [...]

FARAH, M. *Política e sociedade: as manifestações de rua de 2013 e 2015*. Disponível em: <http://politica.estadao.com.br/blogs/gestao-politica-e-sociedade/politica-e-sociedade-as-manifestacoes-de-rua-de-2013-e-2015/>. Acesso em: 1 fev. 2019. [Fragmento]

EXERCÍCIOS PROPOSTOS



- 01.** (FUVEST-SP) O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) foi criado em 1984, inserido em um contexto de
- GC10**
- 01.**
- A) abertura política democrática no Brasil e de crescente insatisfação com as políticas agrárias nacionais então vigentes.
- B) fortalecimento da Ditadura Militar brasileira e de aumento da imigração estrangeira para o país.
- C) declínio da oposição armada à Ditadura Militar brasileira e de aumento da migração das cidades para o campo.
- D) aumento da dívida externa brasileira e de disseminação da pequena propriedade fundiária em todo o país.
- E) crescimento de demanda externa por *commodities* brasileiras e de grandes progressos na distribuição de terra, no Brasil, a pequenos agricultores.

- 02.** (Unioeste-PR)



O símbolo reproduzido anteriormente ficou nacionalmente conhecido após uma série de manifestações públicas que ocorreram em junho de 2013 e representa o Movimento Passe Livre: um movimento social que luta pela implantação da "tarifa zero" no transporte público, como forma de garantir o acesso ao transporte para todas as camadas da população. Tendo em vista aqueles acontecimentos, assinale qual das alternativas a seguir é correta.

- A) Os movimentos sociais deveriam ser proibidos porque provocam tumultos e depredações.
- B) Os movimentos sociais são movimentos de oposição aos governos.
- C) Os movimentos sociais só acontecem em épocas de crise.
- D) Os movimentos sociais são importantes instrumentos na luta pelo reconhecimento de novos direitos.
- E) Os movimentos sociais têm como objetivo a conquista do Estado.

- 03.** (UEMA) No Brasil, segundo Juliana Tavares (*In: Revista Sociologia*. São Paulo: Escala, ano 1, n. 3, 2007), o custo do fracasso das mobilizações sociais e as tentativas de mudanças sociais evidenciam a questão do desemprego, da violência institucional e do agravamento no processo de marginalização.

Nesse contexto, o povo convive e se acomoda pacificamente com a miséria cotidiana, sem perspectiva de mudança. A partir desse raciocínio, identifique os conceitos sociológicos relacionados a movimentos sociais no Brasil.

- A) Cidadania; indústria cultural; identidade; individualismo; resistência social.
- B) Participação política; violência; desmobilização; alienação; individualismo.
- C) Ideologia; participação política; cidadania; identidade; projeto político.
- D) Identidade; comportamento de massa; propriedade; cidadania; alienação.
- E) Projeto político; cidadania; propriedade; alienação; identidade.



04. (EBMSP) Os movimentos culturais organizam-se e se processam em maior ou menor grau conforme a identidade e os interesses dos sujeitos sociais. Hoje em dia, os movimentos culturais orientam-se por duas tendências. A primeira envolve os movimentos "instituídos", ou seja, as instituições e movimentos do Estado e as demais instituições culturais dominantes, como as religiões e as empresas da indústria cultural. A segunda tendência envolve os movimentos "instituintes", ou seja, os movimentos da sociedade civil cuja iniciativa nasce aleatoriamente ao interesse do Estado e das instituições e empresas dominantes.

Disponível em: <http://sociologiajkpp.blogspot.com.br/2010/04/>. Acesso em: ago. 2017 (Adaptação).

Considerando-se o texto, podem ser considerados movimentos culturais "instituídos" e "instituintes", respectivamente,

- A) a invasão do território brasileiro pelas tropas da Inglaterra, gerando a Guerra do Paraguai, na década de 60 do século XIX, e a vitória do arraial de Canudos, no final do século XIX, contra as manobras da Igreja que condenavam os milagres do Padre Cícero.
- B) a Semana de Arte Moderna, em 1922, que decretou os novos rumos da arte brasileira, segundo os modelos importados da Europa, no campo da literatura, das artes plásticas e da música, e a campanha pelo voto secreto e eleições diretas desenvolvida em todo o Brasil, no período dos governos republicanos militares do século XIX.
- C) o movimento popular em defesa da Petrobras, na década de 20 do século XX, denominado "O petróleo é nosso" e a "Marcha da Família com Deus pela Liberdade" em protesto contra o Golpe Militar de 1964.
- D) a promulgação das Constituições de 1937 e 1967 em favor do Estado democrático brasileiro e a decretação do feriado nacional de 12 de outubro em homenagem à padroeira do Brasil, Nossa Senhora Aparecida.
- E) as reformas do Ensino Médio planejadas pelo Governo Federal, em 2016 e os movimentos em defesa da consciência negra e de proteção à mulher contra o feminicídio, gerados nas quatro últimas décadas.

- 05.** (UFU-MG) Observe as figuras a seguir:



PELIZZA, Giuseppe (1868-1907). *O quarto estado*.



Foto de manifestação de *black bloc* em São Paulo, 11 jul. 2013. *Folha Digital*. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2013/07/1309858-entenda-o-que-e-o-ativismo-black-bloc-presente-nas-manifestacoes.shtml>. Acesso em: 19 mar. 2017.

Essas figuras representam, respectivamente, os movimentos dos trabalhadores no século XIX e os movimentos juvenis no século XXI. Embora existam entre esses dois movimentos diferenças importantes, há também entre eles algumas semelhanças.

Com base nesse sistema de semelhanças e de diferenças, afirma-se que,

- A) embora afastados temporalmente, nos dois movimentos a orientação política é difusa e indefinida.
- B) embora ideologicamente diferentes, os dois movimentos se colocam em luta contra a ordem econômica e política capitalista.
- C) embora representem diferentes atores sociais, os dois movimentos têm uma mesma orientação política.
- D) embora sejam formas diretas de participação política, os dois movimentos não possuem representação social definida.
- 06.** (UFU-MG) Até a noite de 28 de junho [de 1969], lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais (LGBT) eram, sistematicamente, acudados e sofriam todo tipo de preconceitos, agressões e represálias por parte do departamento de polícia de Nova Iorque.

Mas, nesta noite, a população LGBT, presente no bar Stonewall Inn, se revoltou contra as provocações e investidas da polícia e, munida de coragem, deu um basta àquela triste realidade de opressão. Por três dias e por três noites, pessoas LGBT, e aliadas, resistiram ao cerco policial, e a data ficou conhecida como a Revolta de Stonewall. Surgiu o *Gay Pride*, e a resistência conseguiu a atenção de muitos países, em especial a do governo estadunidense, para os seus problemas.

Disponível em: http://www.cepac.org.br/agentesdacidadania/?page_id=185.

Considerando o texto, é correto afirmar que os novos movimentos sociais

- A) são definidos por sua associação às organizações de classe e defesa da população marginalizada.
- B) ampliam e redefinem as formas de participação política em regimes democráticos.
- C) lutam exclusivamente em defesa de seus interesses econômicos a partir de estruturas partidárias.
- D) reivindicam a extensão de direitos sociais, civis e políticos, necessariamente universalizáveis.

07. (UFU-MG) Apesar da diversidade dos movimentos sociais ocorridos no Brasil, dos anos 60 do século passado até o presente, podem-se apontar alguns traços comuns nesses movimentos.

Assinale a única alternativa que, mostrando esses traços comuns, relaciona, respectivamente:

1. Um obstáculo, real ou potencial, a esses movimentos;
 2. O tipo de reivindicação dos grupos envolvidos;
 3. Uma possibilidade no campo político democrático.
- A) A cultura política autoritária / a identidade das minorias / a ampliação da cidadania.
 - B) A falta de unidade / a reivindicação de melhorias materiais / a revolução social.
 - C) A falta de unidade / a defesa das minorias / a revolução social.
 - D) A cultura política autoritária / a luta por direitos / a ampliação da cidadania.

08. (UFPR-2023) Os problemas de diversidade e pluralismo colocados em pauta pelas sociedades multiculturais, a partir da década de 1980, obrigaram-nos a uma nova reflexão sobre o reconhecimento universalista proposto pela modernidade. Os movimentos sociais organizados por homossexuais, negros, mulheres, entre outros grupos, passaram a reivindicar a efetiva realização da igualdade de oportunidades e o fim dos princípios discriminatórios. Deu-se, então, o estabelecimento de políticas públicas que ficaram conhecidas como políticas de ação afirmativa.

O'DONNELL, Julia et al. *Tempos modernos, tempos de sociologia*. Rio de Janeiro: Editora do Brasil, 2018.

Com base na argumentação das autoras, pode-se afirmar que:

- A) em termos práticos, a defesa desse novo tipo de reconhecimento social estimula diferentes ações de inclusão social, com exceção da "política de cotas".
- B) as políticas de ação afirmativa constituem uma estratégia ideológica pouco eficaz, correspondendo a uma agenda globalista.
- C) movimentos sociais organizados por homossexuais, negros e negras (entre outras minorias) estão hiper-representados na sociedade em virtude das recentes políticas públicas de ação afirmativa, gerando grandes distorções e privilégios para estes grupos favorecidos.
- D) é necessário amplo debate sobre os temas da diversidade e representação social, atitude imperativa para atualização de categorias fundamentadas em pressupostos pré-modernistas.
- E) ações afirmativas se baseiam em um pressuposto que leva em conta as condições desiguais de determinados grupos sociais para acesso às oportunidades sociais.

09.
M10D



(UEL-PR) Leia o texto a seguir:

Uma parte considerável dos novos ativistas já compareceu a protestos e a encontros presenciais, mas há muitos que se manifestam exclusivamente na Internet sob a forma de textos, *hashtags* e vídeos. E o volume de informação produzido por eles sinaliza a centralidade que a política assumiu no dia a dia dos brasileiros.

CIRNE, S. Somos todos ativistas. *Galileu*, p. 41, abr. 2016 (Adaptação).

As formas de ativismo *online* e *offline*, no Brasil, demonstram a emergência, na sociedade civil, de novos atores políticos, que se articulam por meio de ações coletivas em rede.

Com base no texto e nos conhecimentos sobre as recentes formas de mobilização dos atores da sociedade civil, assinale a alternativa correta.

- A) As ações coletivas em rede podem ser comparadas aos movimentos sindicais brasileiros da década de 1970, por adotarem práticas de organização e de mobilização em defesa da esfera privada contra a opressão estatal.
- B) As manifestações políticas organizadas em redes de movimentos caracterizam-se pela participação de diversos grupos e de múltiplos atores imersos na vida cotidiana, com militância parcial e efêmera.
- C) O atual ativismo político no Brasil, a exemplo do mundo, mobiliza entidades e organizações ideologicamente unificadas e com práticas comuns no mercado, a fim de obter vantagens coletivas trabalhistas e salariais.
- D) O ciberativismo, na contemporaneidade, envolve, como no passado, a mobilização das grandes classes e a afirmação do movimento operário como principal protagonista das transformações socioeconômicas.
- E) Os sujeitos dos movimentos favoráveis às políticas neoliberais, na atualidade brasileira, organizam-se em rede para a defesa da intervenção e da regulação da economia e das relações de trabalho, pelo Estado.

10. (UFU-MG-2022) Quem estiver acompanhando o programa eleitoral gratuito na TV deve ter percebido como ficou difícil descobrir o partido de cada candidato. As letras miúdas que aparecem no canto da tela ajudam pouco. Mesmo no material impresso da campanha, há pouco destaque para o nome e para a logomarca do partido. No rádio, a lista dos integrantes da coligação é lida em um ritmo tão veloz que, na maior parte das vezes, é impossível captar todos os partidos. Esse fenômeno, o de ocultar ou mesmo evitar uma associação entre o candidato e um partido, já vinha ocorrendo em eleições anteriores, mas foi acentuado na campanha para as eleições municipais deste domingo.

YASINI, Inayatulhaq. Por que tantos candidatos a prefeito "escondem" nome e logomarca de partidos nas campanhas. *Terra*, 2016. Disponível em: <https://www.terra.com.br/>. Acesso em: 11 set. 2022.

A ocultação da sigla partidária por candidatos durante a campanha eleitoral evidencia

- A) a limitação da participação popular diante da crescente influência de movimentos sociais e de sindicatos no processo eleitoral.
- B) o avanço do domínio da burocracia estatal na definição de agendas políticas e na escolha de candidatos na disputa eleitoral.
- C) o enfraquecimento da capacidade de as instituições partidárias organizarem e representarem os interesses de parcelas da população.
- D) a ampliação do acesso das minorias sociais ao debate público e aos cargos públicos eletivos.

11.
WTKR



(UFU-MG-2021) Depois de meses de tramitação, de intenso debate e de propostas de alteração, o projeto de lei que instituiu o 13º salário, de autoria do então deputado federal Aarão Steinbruch, entrou na pauta de votação da Câmara dos Deputados [...]. João Goulart, presidente da República na época e ex-ministro do Trabalho de Getúlio Vargas, sofreu pressões de empregadores e de sindicatos. De um lado, a ameaça de greve caso o projeto não fosse aprovado; de outro, previsões de que o benefício aumentaria a inflação no país. Contudo, naquela noite de segunda-feira, às 21h, o texto do projeto foi aprovado em sua forma original e, em 13/7/1962, sancionado como a Lei 4 090/1962.

13º SALÁRIO: tudo que você precisa saber. *Tribunal Superior do Trabalho*. Disponível em: <https://www.tst.jus.br/13-salario>. Acesso em: 6 jun. 2021.

De acordo com o texto, o 13º salário é resultado de um processo social que possui como característica

- A) a expansão de direitos trabalhistas e o protagonismo do movimento dos trabalhadores.
- B) a conciliação de interesses entre o capital e os trabalhadores a partir da expansão do ideário social-democrata.
- C) a formação de partidos operários e a desregulamentação do mercado de trabalho.
- D) a realização de greves e o controle dos meios de produção pelos sindicatos.

12. (UECE-2019) Os movimentos sociais revelam ações presentes nas sociedades democráticas e são expressão da organização e luta da sociedade civil. Atuam coletivamente na afirmação de direitos e na resistência à exclusão social.

Considerando essa afirmação, é correto dizer que os movimentos sociais

- A) foram criados pelo Estado como meio de colaborar com a administração dos governos e de suas propostas políticas.
- B) são importantes para a sociedade civil porque, por meio deles, direitos de cidadania são conquistados e a democracia é fortalecida.
- C) são exemplos de protestos que promovem a desordem social e põem em risco os direitos e a cidadania conquistados historicamente pela sociedade.
- D) ao se constituírem, atuam aleatoriamente, sem foco nem direção, apenas movidos pela ideia da mobilização.

13. (UPE) No mês de junho de 2013, várias pessoas saíram às ruas para protestar contra a política brasileira. Nos refrães cantados nas passeatas e nos cartazes, que desfilavam nas mãos dos manifestantes, encontravam-se diferentes assuntos que fazem parte do cotidiano da população brasileira. Essas manifestações mostram o tratamento desigual que os políticos dão às diversas classes sociais do país.

Sobre isso, que tema não corresponde às reivindicações desses movimentos?

- A) Combate ao aumento da inflação.
- B) Tragédias naturais e escândalos nos estados governados apenas por políticos do partido da presidência.
- C) Gastos excessivos na construção dos estádios de futebol para a Copa do Mundo.
- D) Punição dos políticos que desviam dinheiro público em benefício próprio.
- E) Aumento das tarifas dos transportes públicos.

14. (UFU-MG) Leituras comuns acerca da democracia associam seu conteúdo, exclusivamente, ao universo eleitoral. Todavia, outras dimensões da democracia são igualmente importantes, como testemunha o seguinte trecho da canção "Da lama ao caos", de Chico Science e a Nação Zumbi:

Oh Josué, eu nunca vi tamanha desgraça
Quanto mais miséria tem, mais urubu ameaça
Peguei o balaio, fui na feira roubar tomate e cebola
Ia passando uma velha, pegou a minha cenoura
Aí minha velha, deixa a cenoura aqui

Com a barriga vazia não consigo dormir
E com o bucho mais cheio comecei a pensar
Que eu me organizando posso desorganizar
Que eu desorganizando posso me organizar
Que eu me organizando posso desorganizar [...].

Nessa canção, uma outra dimensão da democracia, além da eleitoral, é apresentada por meio da noção de

- A) participação política, presente no verso "Que eu me organizando posso desorganizar".
- B) solidariedade, presente no verso "Quanto mais miséria tem, mais urubu ameaça".
- C) respeito à diversidade, presente no verso "E com o bucho mais cheio comecei a pensar".
- D) igualdade econômica e social, presente no verso "Peguei o balaio, fui na feira roubar tomate e cebola".

- 15.** (Unimontes-MG) À medida que, a partir dos anos 70, amplia-se uma cultura democrática no Brasil, que os movimentos sociais, junto com outros setores democráticos, vão arrombando as portas da ditadura, o Estado torna-se lentamente permeável à participação de novos atores sociais. O Estado brasileiro, tradicionalmente privatizado pelos seus vínculos com grupos oligárquicos, vai lentamente cedendo espaço, tornando-se mais permeável a uma sociedade civil que se organiza, que se articula, que constitui espaços públicos nos quais reivindica opinar e interferir sobre a política, sobre a gestão do destino comum da sociedade. A radicalização da democracia não significa apenas a construção de um regime político democrático, mas também a democratização da sociedade e a construção de uma cultura democrática. Esse é ainda um desafio.

CARVALHO, Maria do C. A. A. *Participação social no Brasil hoje*. Disponível em: http://www.polis.org.br/obras/arquivo_169.pdf. Acesso em: maio 2011 (Adaptação).

Considerando o texto e essa conjuntura, analise as afirmativas, tendo em vista o significado da participação social:

- I. Participar da gestão dos interesses coletivos significa participar do governo da sociedade, disputar espaço no Estado e no mercado, nos espaços de definição e execução das políticas públicas.
- II. Os movimentos sociais têm, apesar das limitações e precariedades, construído contrapartidas que colocam num outro patamar de dignidade e respeito setores excluídos da sociedade, rompendo as fronteiras dos espaços onde têm sido confinados.
- III. Ampliar a tolerância, o respeito democrático pelo diferente, eliminar as segregações raciais, de gênero, de opção sexual, entre outras, é o resultado da incidência de práticas participativas que constroem e modificam os valores sociais.
- IV. Participar significa questionar o monopólio do Estado como gestor da coisa pública, construir espaços públicos não estatais, abrir caminhos para o aprendizado da negociação democrática e afirmar a importância do controle social sobre o Estado.

Estão corretas as afirmativas

- A) II, III e IV, apenas.
- B) I, II e III, apenas.
- C) I, III e IV, apenas.
- D) I, II, III e IV.



- 16.** (Unicentro-PR) A vida política não acontece apenas dentro do esquema ortodoxo dos partidos políticos, da votação e da representação em organismos legislativos e governamentais. O que geralmente ocorre é que alguns grupos percebem que esse esquema impossibilita a concretização de seus objetivos ou ideais, ou mesmo os bloqueia efetivamente. [...] Às vezes, a mudança política e social só pode ser realizada recorrendo-se a formas não ortodoxas de ação política.

GIDDENS, A. *Sociologia*. 4. ed. Tradução: Sandra Regina Netz. Porto Alegre: Artmed, 2008.

Há um tipo comum de atividade política não ortodoxa, que busca promover um interesse comum ou assegurar uma meta comum através de ações fora das esferas institucionais, que se chama de

- A) interação social.
- B) mobilidade lateral.
- C) movimento social.
- D) princípio preventivo.
- E) movimento de acomodação urbana.

- 17.** (UFFS) O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) nasceu da premissa de que a luta pela terra tem de ser de massa. É um dos mais inovadores fenômenos políticos da América Latina, à medida que busca enfrentar os problemas do campo, atacando as causas estruturais. Comparando com outros movimentos sociais, o MST apresenta como característica própria:

- A) A luta permanente pela reforma agrária acima de qualquer luta política, visto que, para o Movimento, a conquista da terra pela ocupação representa uma vitória na luta pela vida digna.
- B) A luta pela revolução socialista, pois, para o MST, a ocupação é a forma de enfrentamento ao capital para criar as condições necessárias de se promover a revolução.
- C) A ocupação de terras preferencialmente produtivas, pois o sustento do Movimento ocorre pela ajuda daqueles que já foram beneficiados pela conquista de seu pedaço de terra.
- D) A produção de alimentos saudáveis – livres de agrotóxicos – pois, para o MST, a luta pela vida digna passa por uma alimentação saudável de todos assentados.
- E) Constrói, por trás das suas lutas características, um movimento propriamente político que alcança as raízes do sistema de poder, ao agrupar populações cujo conflito incide nos alicerces de um sistema – o direito da propriedade.

- 18.** (Unicentro-PR) Os novos movimentos sociais são diferentes das ações coletivas de antes, por eles politizarem a esfera privada e tornarem públicas as problemáticas das minorias sociais. Assim, dentre esses movimentos, destacam-se aqueles que

- A) envolvem negros, indígenas, sem-terra e sem-teto.
- B) determinam a opinião pública sobre as questões ecológicas.
- C) produzem discussões locais e regionais, não abrangendo questões globais.
- D) se desenvolvem a partir do controle do Estado e dos partidos políticos.
- E) realizam pressão política, apoiando contestação da política econômica, e lutam por melhores salários.

- 19.** (UEL-PR) Os movimentos sociais têm como uma de suas características surgir de um princípio norteador e um problema social, que orientam o projeto coletivo dos envolvidos.

Assinale a alternativa que contém o princípio norteador comum dos movimentos brasileiros, Revolta de Porecatu no Paraná (1950-1951), Ligas Camponesas (1954-1964) e Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (1984):

- A) Organizar o agronegócio, modernizando as relações capitalistas no campo através da incorporação dos trabalhadores rurais.
- B) Conservar as relações patriarcais no latifúndio, mas modernizando as relações de produção baseadas no trabalho assalariado.
- C) Articular os sindicatos de trabalhadores rurais e de proprietários de terras, formando cooperativas sem alterar a estrutura fundiária do país.
- D) Transformar a estrutura fundiária do país, fortalecendo os grandes proprietários a partir da coalizão com os médios e pequenos no sentido de ofertarem mais postos de trabalho em suas propriedades.
- E) Realizar a reforma agrária alterando a secular estrutura latifundiária, distribuindo terra para famílias de trabalhadores rurais.

- 20.** (UEL-PR) Com o desenvolvimento da globalização das economias, novos atores sociais entraram em cena, configurando-se em uma forma diferenciada de internacionalismo que busca construir alternativas às decisões de instituições multilaterais como a Organização Mundial do Comércio, o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial. São exemplos destas iniciativas os movimentos "altermundialistas".

Com base no texto e nos conhecimentos sobre o tema, assinale a alternativa que contempla o caráter desses "novos movimentos sociais".

- A) São movimentos sem ideologia própria os quais reconhecem que a proximidade com as ideias socialistas e anarquistas é nefasta ao processo de mobilização de massa.
- B) A base originária dos movimentos altermundialistas é formada pelos ex-países do bloco soviético, daí os esforços em definir o marxismo-leninismo como seu referencial básico de ação.
- C) São movimentos que adotam a estratégia de tecer uma rede mundial abrangente e capaz de ganhar espaços de influência ante a opinião pública, utilizando a internet como recurso de destaque para a mobilização.
- D) A força desses movimentos repousa na presença de centros organizadores de luta com estrutura hierarquizada cujas diretrizes são dadas pelos partidos políticos.
- E) A pressão destes movimentos sobre o capital financeiro e empresas multinacionais tem entravado o desenvolvimento do capitalismo, contribuindo, assim, para suas crises periódicas.

SEÇÃO ENEM

- 01.** (Enem-2020) A propriedade compreende, em seu conteúdo e alcance, além do tradicional direito de uso, gozo e disposição por parte de seu titular, a obrigatoriedade do atendimento de sua função social, cuja definição é inseparável do requisito obrigatório do uso racional da propriedade e dos recursos ambientais que lhe são integrantes. O proprietário, como membro integrante da comunidade, se sujeita a obrigações crescentes que, ultrapassando os limites do direito de vizinhança, no âmbito do direito privado, abrangem o campo dos direitos da coletividade, visando ao bem-estar geral, no âmbito do direito público.

JELINEK, R. *O princípio da função social da propriedade e sua repercussão sobre o sistema do Código Civil*. Disponível em: www.mp.rs.gov.br. Acesso em: 20 fev. 2013.

Os movimentos em prol da reforma agrária, que atuam com base no conceito de direito à propriedade apresentado no texto, propõem-se a

- A) reverter o processo de privatização fundiária.
- B) ressaltar a inviabilidade da produção latifundiária.
- C) defender a desapropriação dos espaços improdutivos.
- D) impedir a produção exportadora nas terras agricultáveis.
- E) coibir o funcionamento de empresas agroindustriais no campo.

02. (Enem) No Brasil, assim como em vários outros países, os modernos movimentos LGBT representam um desafio às formas de condenação e perseguição social contra desejos e comportamentos sexuais anticonvencionais associados à vergonha, imoralidade, pecado, degeneração, doença. Falar do movimento LGBT implica, portanto, chamar a atenção para a sexualidade como fonte de estigmas, intolerância e opressão.

SIMÕES, J. Homossexualidade e movimento LGBT: estigma, diversidade e cidadania. In: BOTELHO, A; SCHWARCZ, L. M. *Cidadania, um projeto em construção*. São Paulo: Claro Enigma, 2012 (Adaptação).

O movimento social abordado justifica-se pela defesa do direito de

- A) organização sindical.
- B) participação partidária.
- C) manifestação religiosa.
- D) formação profissional.
- E) afirmação identitária.

03. (Enem) Não resta a menor dúvida de que a principal contribuição dos diferentes tipos de movimentos sociais brasileiros nos últimos vinte anos foi no plano da reconstrução do processo de democratização do país. E não se trata apenas da reconstrução do regime político, da retomada da democracia e do fim do Regime Militar. Trata-se da reconstrução ou construção de novos rumos para a cultura do país, do preenchimento de vazios na condução da luta pela redemocratização, constituindo-se como agentes interlocutores que dialogam diretamente com a população e com o Estado.

GOHN, M. G. M. *Os sem-terras, ONGs e cidadania*. São Paulo: Cortez, 2003 (Adaptação).

No processo da redemocratização brasileira, os novos movimentos sociais contribuíram para

- A) diminuir a legitimidade dos novos partidos políticos então criados.
- B) tornar a democracia um valor social que ultrapassa os momentos eleitorais.
- C) difundir a democracia representativa como objetivo fundamental da luta política.
- D) ampliar as disputas pela hegemonia das entidades de trabalhadores com os sindicatos.
- E) fragmentar as lutas políticas dos diversos atores sociais frente ao Estado.

04. (Enem) Na década de 1990, os movimentos sociais camponeses e as ONGs tiveram destaque, ao lado de outros sujeitos coletivos. Na sociedade brasileira, a ação dos movimentos sociais vem construindo lentamente um conjunto de práticas democráticas no interior das escolas, das comunidades, dos grupos organizados e na interface da sociedade civil com o Estado.

O diálogo, o confronto e o conflito têm sido os motores no processo de construção democrática.

SOUZA, M. A. *Movimentos sociais no Brasil contemporâneo: participação e possibilidades das práticas democráticas*. Disponível em: <http://www.ces.uc.pt>. Acesso em: 30 abr. 2010 (Adaptação).

Segundo o texto, os movimentos sociais contribuem para o processo de construção democrática, porque

- A) determinam o papel do Estado nas transformações socioeconômicas.
- B) aumentam o clima de tensão social na sociedade civil.
- C) pressionam o Estado para o atendimento das demandas da sociedade.
- D) privilegiam determinadas parcelas da sociedade em detrimento das demais.
- E) propiciam a adoção de valores éticos pelos órgãos do Estado.

SEÇÃO FUVEST / UNICAMP / UNESP



GABARITO

Meu aproveitamento

Propostos

Acertei _____ Errei _____

- | | |
|-----------------------------|-----------------------------|
| <input type="radio"/> 01. A | <input type="radio"/> 11. A |
| <input type="radio"/> 02. D | <input type="radio"/> 12. B |
| <input type="radio"/> 03. C | <input type="radio"/> 13. B |
| <input type="radio"/> 04. E | <input type="radio"/> 14. A |
| <input type="radio"/> 05. B | <input type="radio"/> 15. A |
| <input type="radio"/> 06. B | <input type="radio"/> 16. C |
| <input type="radio"/> 07. D | <input type="radio"/> 17. E |
| <input type="radio"/> 08. E | <input type="radio"/> 18. A |
| <input type="radio"/> 09. B | <input type="radio"/> 19. E |
| <input type="radio"/> 10. C | <input type="radio"/> 20. C |

Seção Enem

Acertei _____ Errei _____

- | | |
|-----------------------------|-----------------------------|
| <input type="radio"/> 01. C | <input type="radio"/> 03. B |
| <input type="radio"/> 02. E | <input type="radio"/> 04. C |



Total dos meus acertos: _____ de _____ . _____ %

Trabalho, Economia e Sociedade

O CARÁTER ONTOLÓGICO DO TRABALHO E A REPRODUÇÃO DO SER SOCIAL

A sobrevivência da espécie humana está diretamente associada ao trabalho, já que, por meio de uma série de atividades, o ser humano consegue modificar a natureza e extrair dela os recursos necessários para sua sobrevivência e evolução.

Dessa forma, o termo “trabalho” ganha um significado especial, pois não se refere somente às atividades econômicas remuneradas, isto é, não é sinônimo de emprego ou ocupação, definição corrente nos dias atuais. Em sentido amplo, **trabalho** se refere a toda e qualquer atividade humana que transforma a natureza de modo intencional, planejada e direcionada para um fim.

Pensar na relação que os indivíduos estabelecem com o trabalho é também pensar na relação dos indivíduos com o mundo natural. Assim, o trabalho é, na realidade, um elemento que faz a mediação entre os indivíduos e a natureza. A partir do momento em que essa relação é estabelecida, o trabalho passa a ser um elemento constitutivo da sociabilidade e da própria condição humana, demonstrando seu caráter ontológico e garantindo a reprodução do indivíduo como ser social. Por caráter ontológico do trabalho, devemos entender que o trabalho é um processo que contribui para a nossa constituição como seres sociais. Uma vez que o homem criou um instrumento como uma lança para caçar, ele é um novo indivíduo, já que agora é um ser conhecedor da lança e das possibilidades que passa a ter com seu uso.

Por meio do trabalho, não apenas a natureza é transformada, mas também o próprio ser humano. Logo, a consciência dos indivíduos a respeito de seu mundo social é modificada pelo seu trabalho e também pelos produtos de sua atividade laboral. Pensemos, por exemplo, na produção de determinado objeto: sua fabricação somente é possível por meio do conhecimento de certas técnicas e, mais adiante, sua possível venda ou troca somente se efetiva quando os indivíduos atribuem valor a ele.

Isso significa que confeccionar um objeto por meio do trabalho é materializar as possibilidades humanas em todas as suas dimensões – físicas, intelectuais, culturais e econômicas –, marcando também a passagem do homem do estado natural para o estado social, de modo a contribuir para a formação de nosso mundo social, não apenas sob aspectos materiais e econômicos, mas também sob termos simbólicos.

É por isso que todo o conhecimento de técnicas aplicáveis ao trabalho humano somente pode ser compartilhado e consolidado por meio das interações sociais. Por esse motivo, trabalho e sociedade guardam uma relação intrínseca; cada sociedade, circunscrita a determinado período histórico, tem seu próprio modo de conceber, representar e legitimar o trabalho, uma vez que ele se relaciona diretamente com a cultura.

No decorrer da história da humanidade, modos de produção distintos desenvolveram diferentes concepções a respeito do valor simbólico do trabalho. Assim, podemos afirmar que as mudanças estruturais na maneira como uma sociedade organiza a produção de bens e serviços geram vários impactos na forma como os indivíduos se relacionam com sua atividade laboral. Logo, em uma sociedade cujo modo de produção se baseie, por exemplo, no trabalho escravo, é impossível pensarmos na existência de direitos trabalhistas, pois o caráter estrutural de tais direitos torna a sua existência inviável em um contexto escravocrata.

A característica elementar do modo de produção escravista consiste no fato de que o escravo é considerado propriedade do seu senhor. Enquanto propriedade privada, o escravo possui *status* similar ao de objeto ou bem. Contudo, trata-se de propriedade de grande valor, na medida em que possui a força produtiva que será aplicada conforme as necessidades estabelecidas por seu senhor. Vale ressaltar que o trabalho não era valorizado pelos grupos sociais dominantes, sendo, portanto, reservado aos grupos considerados inferiores dentro de determinada sociedade. Desse modo, nas sociedades escravocratas, como aquelas que existiram no período das colônias nas Américas ou na Grécia Antiga, o trabalho não era tido como atributo a ser preservado por aqueles indivíduos que se consideravam livres.

As características do trabalho em uma sociedade escravista são, portanto, bastante diferentes das características do trabalho em uma sociedade capitalista. São essas diferenças e contradições, em relação aos aspectos estruturais do trabalho e ao modo como certos paradigmas das atividades laborais dos seres humanos são elaborados e ultrapassados, que interessam ao estudo sociológico do trabalho; e é a isso que iremos nos dedicar neste capítulo.



É interessante observar as características sociais da Economia, que a aproxima mais das ciências humanas e sociais do que das ciências exatas ou naturais. Apesar de lidar com ferramentas como a Matemática e a Estatística, as Ciências Econômicas não são exatas e lidam com variáveis humanas como trabalho, demanda, desejo, produção de riquezas e todos os aspectos morais, políticos e psíquicos que compõem as escolhas humanas. O fato de nos encontrarmos numa fase altamente elaborada do capitalismo, marcada pelo domínio das finanças e da virtualização financeira, às vezes não nos deixa perceber que o domínio da economia e das políticas econômicas está associado ao trabalho, que é prática existencial humana, e ao terreno bastante pantanoso das escolhas e dos desejos individuais, que movimentam boa parte do mercado e, por conseguinte, da produção industrial.

AS FASES DO CAPITALISMO



Conforme já vimos, cada sociedade, inscrita em um determinado período histórico, entende e concebe o trabalho de modo distinto. Essas mudanças de concepção em relação ao trabalho estão ligadas, por sua vez, às mudanças em seu caráter estrutural. Pensemos, por exemplo, no modo de produção feudal.

A derrocada do modo de produção feudal se deu pela conjunção de três fatores estruturais, a saber: o acréscimo populacional, exigindo um aumento na demanda por produtos que se tornou impossível de ser atendida; a impossibilidade de aproveitar os recursos naturais em razão do nível da tecnologia desenvolvida até então; e o crescimento do comércio nas cidades, o que gerou uma mudança no regime de trabalho, pautado no assalariamento, e não na servidão.

A crise do sistema feudal abriu espaço para o desenvolvimento do sistema capitalista à medida que transportava do campo para a cidade o *locus* do desenvolvimento das atividades comerciais, estimulando o surgimento de corporações de ofícios entre os trabalhadores. Além disso, a mudança operada facilitou o processo de formação dos Estados Nacionais ao centralizar o controle político em territórios bem mais vastos que os dos feudos.

Entretanto, é importante atentarmos às transformações ocorridas dentro do próprio sistema capitalista e suas distintas fases. Entre os séculos XV e XVIII, há a chamada fase do **capitalismo comercial** ou **mercantil**, que se caracterizou pela acumulação primitiva de capitais por parte das potências europeias com a exploração de suas colônias, não apenas por meio da busca de metais preciosos, mas também por intermédio do comércio de produtos valorizados no mercado europeu e apenas encontrados nas colônias.

Foram marcas desse período:

- O protecionismo comercial, em que os Estados absolutistas dificultavam a entrada de gêneros estrangeiros em seus mercados; ao passo que protegiam, em seu mercado interno, os produtos nacionais, bem como os provenientes das colônias.

- A balança comercial favorável, em que a acumulação de capital era de interesse dos Estados Nacionais e de suas burguesias, seguindo o lema “vender sempre, comprar nunca”. Assim, a classe burguesa ficava paulatinamente mais rica e poderosa e alcançava maior prestígio político.
- O metalismo, em que os metais preciosos, especialmente ouro e prata, tornaram-se padrões de medida da acumulação de capital. Logo, a quantidade de metais adquirida passa a ser a medida da riqueza nacional.

Durante o século XIX, desenvolveu-se a segunda fase do capitalismo, chamado **capitalismo industrial-financeiro**, que teve início com a Primeira Revolução Industrial. O primeiro país a realizar a Revolução Industrial foi a Inglaterra, em meados do século XVIII. Posteriormente, já no século XIX, outros países, como França, Alemanha, Bélgica, Itália, Rússia, Estados Unidos e Japão, iniciaram a implementação do sistema fabril e do trabalho maquinofaturado.

O capitalismo industrial, firmando-se como o modo de produção hegemônico no Ocidente, produziu uma nova classe social – o operariado, classe trabalhadora das indústrias – e estabeleceu um novo conjunto de relações de produção, especialmente ligadas ao trabalho assalariado.

As revoluções industriais intensificaram o desenvolvimento tecnológico aplicado à produção, aumentando enormemente o crescimento econômico do período e o enriquecimento da classe burguesa. O desenvolvimento tecnológico era totalmente voltado ao subsídio das indústrias a fim de que produzissem cada vez mais, gerando um acúmulo de capital que possibilitou o surgimento de instituições financeiras, que começaram a comercializar dinheiro por meio de empréstimos, financiamentos e cobrança de juros. Essa maior disponibilidade de crédito no mercado contribuiu para estimular a implementação de novas tecnologias industriais visando aumentar a competitividade entre as indústrias, gerando um desenvolvimento cíclico no sistema capitalista.

A INVESTIGAÇÃO SOCIAL SOBRE O TRABALHO



O processo de mecanização fez com que também houvesse uma divisão social do trabalho bastante acentuada. Devemos entender essa divisão como uma condição necessária para o desenvolvimento dos sistemas sociais de produção de mercadorias. Nesse contexto, temos duas formas de divisão social do trabalho: a primeira diz respeito a todas as formas de atividades laborais que, em conjunto, formam o complexo econômico de uma sociedade. Como exemplo, podemos pensar nos diferentes setores de uma economia, como o setor têxtil, automobilístico, naval, etc. Há também a divisão social do trabalho, que ocorre internamente em cada fábrica, empresa ou indústria. Essa divisão se refere às funções entre os trabalhadores, necessárias para o funcionamento da fábrica, indústria ou empresa.

Não podemos nos esquecer de que a divisão das funções era determinada pelo próprio desenvolvimento tecnológico, ou seja, a cada inovação tecnológica, as funções eram criadas para que fosse possível operacionalizar as máquinas.

Desse modo, o trabalho artesanal passou a ser substituído por funções que foram modificadas e até mesmo criadas, dada a funcionalidade do maquinário.

Adam Smith (1723–1790) e David Ricardo (1772–1823) são alguns dos nomes associados às primeiras reflexões sobre o trabalho e o mercado, buscando interpretações que fossem adequadas ao sistema que surgia sob os interesses da classe burguesa. Filiados ao **liberalismo econômico**, defendiam a liberdade econômica como princípio fundamental e acreditavam que o mercado deveria se autorregular de acordo com a lei da oferta e da procura. Logo, a “mão livre do mercado”, e não o Estado, é que deveria regular a qualidade e a quantidade do que se produz, os preços das mercadorias e os salários pagos aos trabalhadores.

Karl Marx (1813–1883) foi o pensador social que produziu análises fundamentais para a compreensão do modo de produção capitalista e do modo como o trabalho se enquadraria neste, até então, novo modo de produção. De acordo com Marx, no capitalismo, a principal característica estrutural do trabalho reside no fato de que o trabalhador é aquele que vende sua força de trabalho em troca de salário. Assim, segundo ele, no capitalismo, o trabalho perde seu caráter ontológico e se transforma em mercadoria a ser negociada no mercado. Um outro aspecto fundamental do trabalho em uma sociedade capitalista seria o fato de este produzir a mais-valia, conceito que consiste na parcela do lucro que não é repassada ao trabalhador e permite o acúmulo de capital por parte da classe burguesa.

Trabalho produtivo no sentido da produção capitalista é o trabalho assalariado que, na troca pela variável do capital (a parte do capital despendida em salário), além de reproduzir essa parte do capital (ou o valor da própria força de trabalho), ainda produz mais-valia para o capitalista. Só por esse meio, mercadoria ou dinheiro se converte em capital, se produz o capital. Só é produtivo o trabalho assalariado que produz capital. Isso equivale a dizer que o trabalho assalariado reproduz, aumentada, a soma de valor nele empregada, o que restitui mais trabalho ao que recebe na forma de salário. Por conseguinte, só é produtiva a força de trabalho que produz valor maior que o próprio.

MARX, Karl. *Trabalho assalariado e capital*. São Paulo: Global Editora, 1980. p. 132. [Fragmento]

Um período de extrema importância para a configuração moderna do mundo do trabalho se deu a partir do final do século XIX, quando teve início a chamada Segunda Revolução Industrial, um processo que durou até a década de 70 do século passado. Nesse período, a energia elétrica passou a ser utilizada como uma das principais fontes energéticas, bem como o petróleo, possibilitando o desenvolvimento das indústrias petroquímicas, metalúrgicas, siderúrgicas e automobilísticas.

Essa revolução produtiva elevou os Estados Unidos e a Alemanha à condição de grandes potências industriais e econômicas. Evidentemente essas mudanças não poderiam ocorrer sem afetar também a esfera do trabalho. Assim, a possibilidade de lucrar cada vez mais com expansão dos mercados consumidores exigiu das indústrias novos modelos de gestão do trabalho em suas dependências.

É nesse contexto de maior exigência de produtividade que modelos de gestão dos trabalhadores, como o taylorismo e o fordismo, fizeram-se conhecidos a partir do século XIX. Em comum, esses dois modelos de gestão produtiva aprofundavam a divisão de tarefas dentro da produção, pregavam o pagamento vinculado à produtividade e exigiam que a produção fosse realizada no menor tempo possível, atrelando o trabalho ao cronômetro.

O **taylorismo** surge em 1911 com a publicação do livro *Os princípios da administração científica*, escrito pelo engenheiro estadunidense Frederick W. Taylor. Além dos princípios já citados, Taylor propunha uma divisão entre os operários, que deveriam executar tarefas manuais especializadas e repetitivas; os gerentes seriam responsáveis pelo trabalho intelectual, pelo controle do processo de produção, além de criarem meios para premiar os operários mais produtivos.

Quem primeiro colocou em prática as ideias de Taylor foi Henry Ford (1863-1947), fundador da empresa automobilística Ford. Ao longo do tempo, o processo de produção da Ford foi sendo aprimorado e, mais tarde, ficou conhecido como **fordismo**. Suas principais características são a produção em massa de produtos similares, o uso da fragmentação de funções entre gerentes e operários, concentração de toda a produção no espaço da fábrica e grande contingente de operários para executar funções similares. Para o sociólogo brasileiro Ricardo Antunes, estudioso do mundo do trabalho:

O fordismo pode ser compreendido, fundamentalmente, como a forma pela qual a indústria e o processo de trabalho consolidaram-se ao longo deste século [...], e cujos elementos constitutivos básicos eram dados pela produção em massa, através da linha de montagem e de produtos mais homogêneos; através do controle do tempo e movimentos, pelo cronômetro taylorista e produção em série fordista.

ANTUNES, R. *Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho*. São Paulo: Cortez, 1995. p. 17. [Fragmento]

Ainda que seja semelhante ao taylorismo, no que se refere à separação entre planejamento e execução, o fordismo é mais importante que o taylorismo se considerarmos os impactos sociais causados por ele. Por ser orientada para o consumo em massa, a produção fordista necessita de um mercado interno forte e consolidado, ou seja, é necessária a existência de uma população com bom poder de compra para consumir / adquirir essa produção. Para que tal estratégia funcionasse, era necessário que a produção fosse desenvolvida, com o aumento da produção, e os preços caíssem, gerando maior consumo e mais lucros.

Nesse sentido, o fordismo adquiriu importante relevância social. Uma vez que era preciso assegurar certo padrão de vida que garantisse o consumo por parte dos trabalhadores, os sindicatos, empresários e os Estados centrais do capitalismo, por meio de negociações coletivas, criaram um pacto social em torno do trabalho assalariado, que garantiu contratos de trabalho de longo prazo, limites impostos às demissões em massa, entre outros direitos. Nesse contexto, o poder de consumo era garantido pelo fato de os salários crescerem em relação aos preços dos produtos. Por esse motivo, era necessária a atuação forte do Estado, não apenas em termos de regulação da economia, mas na promoção de políticas públicas que garantissem o *status* social do trabalho assalariado.

O modelo fordista e o mercado consumidor por ele criado foram os grandes motores da economia mundial até a Crise de 1929. Enquanto a Europa foi um importante mercado consumidor dos Estados Unidos em seu período de reconstrução, durante o Pós-Primeira Guerra Mundial, a economia mundial se manteve equilibrada. No entanto, à medida que os europeus, aos poucos, foram resgatando seu mercado interno – e a indústria estadunidense não diminuiu sua produção –, houve uma saturação de seus produtos no mercado mundial.

A esse quadro somou-se a especulação financeira em torno da Bolsa de Valores dos Estados Unidos, que deixou de ser um instrumento de capitalização e fortalecimento para as indústrias do país para se tornar um espaço onde as ações eram vendidas a preços supervalorizados. Assim, para superar a crise sob a égide do liberalismo econômico, a saída foi apostar em um Estado mais presente na economia, ancorado no plano elaborado nas ideias do economista inglês **John Maynard Keynes** (1883-1946), o chamado *New Deal*.

O Estado intervencionista adotado nos Estados Unidos e na Europa conduziu a economia mundial a um período de apogeu e força, compreendido entre o fim da Segunda Guerra Mundial e os anos 70 do século passado. Esse período contribuiu para solidificar nos países centrais do capitalismo a concepção de que o trabalho era um elemento fundamental para a inserção social dos indivíduos. Isso significa dizer que, por meio do trabalho, os indivíduos europeus asseguravam o direito a uma série de garantias sociais, como saúde, previdência e educação, que podemos entender como uma proteção que o Estado nos países europeus oferecia aos trabalhadores contra riscos sociais, como doenças e desemprego.

Essa configuração societária ficou conhecida como **Estado de Bem-estar Social**. Por meio dele, além de o trabalhador europeu ter garantidas as condições mínimas para sua reprodução social, o Estado de Bem-estar Social europeu também garantia aos trabalhadores a condição de consumidores em caso de perda do emprego, o que, evidentemente, era importante para fomentar o mercado de consumo.

Esse período de ouro do sistema capitalista é entendido, por diversos autores, como um momento em que a relação entre capital e trabalho era estabelecida de forma a produzir uma espécie de conforto social para os trabalhadores, visto que a relação de complementaridade entre trabalhadores e empresários, com a mediação do Estado, mostrava-se como o pilar do desenvolvimento capitalista. Notemos que essa configuração social primava por uma relação harmoniosa entre a esfera econômica e a esfera social. Em tal contexto, o Estado detinha o controle sobre as forças ordenadoras do mercado capitalista.

A CRISE DO FORDISMO: TOYOTISMO E A REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA DO CAPITALISMO

Durante os anos 70, o modelo do Estado de Bem-Estar Social, ancorado no fordismo, entrou em crise em função da recessão econômica causada pela diminuição da taxa de lucros. Conforme vimos, a lógica fordista foi implementada com um grande apoio dos Estados Nacionais, no sentido de garantirem uma série de direitos aos trabalhadores. A preocupação de manter os trabalhadores como consumidores fez com que a mão de obra se tornasse cara no sistema fordista. Assim, os lucros por parte dos empresários foram diminuindo para que o sistema fosse mantido.

A crise do sistema fordista exigiu uma reestruturação do modo de produção capitalista. Essa reestruturação buscava retomar o mesmo patamar de lucro dos anos anteriores. Para tanto, ocorreu um maciço investimento em inovações tecnológicas que possibilitou o surgimento de um novo modelo de organização produtiva: o **toyotismo**, que surgiu nas fábricas de automóveis da montadora Toyota, no Japão, nos anos 70.

Esse novo modelo se consolidou na década como um modelo de produção que substituiu o fordismo, aprofundando o processo de exploração da mão de obra. Em relação ao fordismo, o toyotismo se diferencia por eliminar o trabalho repetitivo, exigindo que os trabalhadores sejam multifuncionais para operarem mais de uma máquina.

Desse modo, as inovações tecnológicas aplicadas à produção, implementadas pelo toyotismo, permitiram às indústrias reduzir o número de empregados diretamente envolvidos na produção. Entre as principais características do toyotismo, temos a produção variando de acordo com a demanda, além da **horizontalização** da produção, ou seja, baixo número de funcionários nas fábricas e utilização de terceirização de mão de obra e subcontratações. O primeiro impacto dessas mudanças no mundo do trabalho foi a diminuição dos postos de trabalho, originando o chamado desemprego estrutural.

Uma vez desempregados, o retorno dos operários aos postos de trabalho se dava ao sabor das condições do mercado. Por isso, esse retorno acontecia de maneira temporária, ou então de forma precária na condição de subcontratação ou pela terceirização, sem as garantias sociais que outrora eram fortalecidas pelo emprego, como férias remuneradas e aposentadoria. Cabe ressaltar que essas transformações não ficaram restritas aos países centrais do capitalismo, chegando também aos países periféricos e em desenvolvimento, como o Brasil.

Por buscar a flexibilização do trabalho (por meio da redução das garantias sociais ligadas ao trabalho), dos mercados (desconcentração fabril, com instalação de fábricas em países com mão de obra mais barata) e dos produtos (produção atrelada à demanda, para evitar a superprodução), o toyotismo também ficou conhecido como processo de “acumulação flexível”, uma vez que a recuperação econômica, para que fosse possibilitada a acumulação de capital, aconteceu com a flexibilização dos segmentos citados.

Para os trabalhadores, as transformações impostas pelo toyotismo significaram a redução de seu poder aquisitivo. Além disso, houve uma diminuição da capacidade dos sindicatos de reivindicarem melhores condições para os operários, até mesmo em razão da redução de empregados contratados formalmente, contribuindo para dificultar a união da classe trabalhadora em torno de demandas coletivas. As novas relações de trabalho estabelecidas foram vantajosas para os detentores do poder econômico, uma vez que a contratação da mão de obra não tinha o mesmo amparo jurídico e social de outrora, aumentando, assim, a exploração do trabalho nas indústrias.

O processo de acumulação flexível marca um novo contexto político, econômico e social, pois deixa explícita uma contradição básica dos tempos modernos: o aumento do crescimento econômico e do desenvolvimento tecnológico concomitante ao aumento das desigualdades e à diminuição dos direitos sociais. Esse paradoxo se torna ainda mais evidente a partir do momento em que o papel do Estado na economia também foi repensado, dando início à adoção de medidas neoliberais, conforme veremos a seguir.



DESENVOLVIMENTISMO, DEPENDÊNCIA E MODERNIZAÇÃO CONSERVADORA

No Brasil desenvolveram-se uma série de teorias socioeconômicas, ao longo do século XX, que buscavam, ao mesmo tempo, explicar e produzir diretrizes para o crescimento econômico do país. Entre elas, destacaremos o desenvolvimentismo, de Celso Furtado (1920-2004); a teoria da dependência, que contou com teóricos como o sociólogo e ex-presidente Fernando Henrique Cardoso (1931-); e a crítica à modernização conservadora realizada por Florestan Fernandes (1920-1995).

A **teoria desenvolvimentista** foi defendida principalmente pelo economista Celso Furtado e buscava ser uma resposta à Grande Depressão da década de 1930, fruto da Quebra da Bolsa de Nova Iorque em 1929. O **desenvolvimentismo** defendia uma política econômica que inseria o Estado ativamente na economia capitalista, tendo um papel preponderante na alimentação do crescimento da produção industrial, em investimentos na ampliação da infraestrutura, investimentos no progresso técnico e incentivo ao consumo por parte da população. O Estado seria responsável por criar as condições propícias para o desenvolvimento econômico, por intermédio de incentivos fiscais e da criação de planos de metas de crescimento. No entanto, o desenvolvimentismo não equivale ao modo de produção socialista / comunista, pois, como afirmamos, não se baseia na estatização da economia, e sim na compreensão de que o Estado é um agente econômico privilegiado dentro da estrutura capitalista. Porém, assim como as escolas econômicas de base keynesiana (John Maynard Keynes, defensor do Estado de Bem-Estar Social), o Estado teria o papel de articular a economia para que ela beneficie toda a população e favoreça o progresso social, e não somente os grupos que são detentores do capital industrial-financeiro.

O desenvolvimentismo, aliado a uma proposta nacionalista, que buscava o fortalecimento do mercado interno e um desenvolvimento autônomo, foi apropriado por diversos governos ao longo do século XX, incluindo o de Vargas até o dos militares da década de 1970, recebendo diversos formatos. Procurava atrelar desenvolvimento industrial com desenvolvimento social, associando o aumento do PIB e a geração de empregos a avanços de direitos sociais. Na prática, no entanto, os avanços sociais não acompanharam os investimentos econômicos.

Na década de 1960, surgiu a **teoria da dependência**. Entre seus criadores, encontrava-se o sociólogo Fernando Henrique Cardoso, que viria a se tornar presidente da República em 1994. Essa teoria defendia a tese de que as economias de países periféricos dependiam das economias de países centrais (EUA e nações industrializadas europeias) para se desenvolver economicamente. Argumentando que os investimentos estrangeiros não eram obstáculos ao desenvolvimento das economias dos países periféricos, pelo contrário, seriam a sua alavanca, os teóricos da teoria da dependência alegavam que o capitalismo, como estrutura internacional, impossibilitaria o desenvolvimento de uma economia nacional autônoma. Assim, somente restaria aos países subdesenvolvidos (de terceiro mundo) desempenharem sua função na lógica da globalização dos mercados, em busca de extrair benefício dela. Na visão de seus defensores, o desenvolvimento econômico para a América Latina somente seria possível mediante a abertura do mercado nacional ao capital estrangeiro, por meio de incentivos à instalação de fábricas de empresas multinacionais, tornando o país um “dependente-associado”. Apenas com a entrada do capital estrangeiro seria possível promover avanços internos que levariam ao desenvolvimento econômico. Segundo essa tese, metaforicamente, seria necessário primeiro aumentar o bolo para depois reparti-lo.

A teoria da dependência passou a ser largamente associada ao modelo **neoliberal**, por defender a primazia dos interesses de mercado sobre os interesses sociais. No neoliberalismo, os altos índices de PIB e os grandes lucros de multinacionais mascaram os salários baixos; os investimentos em educação mostram-se limitados; a formação de mão de obra industrial e os indicadores sociais são consideravelmente precários.

O sociólogo Florestan Fernandes, atento a tais fatores sociais, realizou uma leitura crítica tanto do desenvolvimentismo quanto da teoria da dependência, denominando ambas de formas de **modernização conservadora**. Na leitura feita por Florestan Fernandes, as políticas econômicas, adotadas ao longo do século XX no Brasil e em outros países periféricos, não se esforçaram para realizar reformas de base em nome de uma democratização da economia e do progresso social; ao contrário, tanto o desenvolvimentismo quanto (e principalmente) a teoria da dependência reforçaram as profundas desigualdades econômicas oriundas do Período Colonial, renovando as antigas alianças oligárquicas sob novas roupagens consideradas “modernas”, como a industrialização burguesa e a submissão ao capital internacional. Sua crítica se estende com a percepção de que as questões relativas a avanços sociais, educacionais e de direitos permaneceram sempre em segundo plano em relação aos investimentos nos grandes setores da economia, mantendo os progressos socioculturais distantes da realidade social.

A falta de investimento em educação, problema que remonta ao Período Colonial e se mantém atualmente, mesmo após a retomada democrática na década de 1980, é um dos sintomas dessa modernização conservadora, que insiste na formação de quadros funcionais voltados para alimentar a indústria de base, com pouca atenção dada à educação básica de qualidade e à formação científico-tecnológica de alto nível. Com isso, os grupos economicamente dominantes se valem das instituições políticas para manter a estrutura econômica e reforçar as relações de dominação e dependência para com o capital internacional.

A DIFUSÃO DO MODELO NEOLIBERAL

A crise estrutural do sistema capitalista, que eclodiu nos anos de 1970, exigiu não apenas uma reestruturação produtiva, como também uma reestruturação política consolidada na expansão da perspectiva **neoliberal**. Apesar de ter surgido no pós-Segunda Guerra Mundial, na Europa e nos EUA, o neoliberalismo somente encontrou terreno fértil para que fosse efetivamente praticado pelos Estados Nacionais europeus e americanos após a derrocada do Estado de Bem-Estar Social.

Considerada a obra fundante do pensamento neoliberal, *O caminho da servidão*, escrito pelo economista austríaco Friedrich Hayek e publicado em 1944, tinha como propósito criticar a intervenção estatal na economia, que, segundo Hayek, estaria na base da crise estrutural do capitalismo.

Em sua visão, o mercado constitui uma esfera social autorregulável, e teorias como o keynesianismo, que pregava forte atuação estatal no mercado – seja na garantia de direitos trabalhistas, seja na esfera produtiva e de serviços por meio das empresas estatais –, são entraves para o crescimento econômico.

Os preceitos neoliberais passaram a fazer parte dos governos dos países centrais do capitalismo a partir de 1979, com o governo da primeira-ministra **Margareth Thatcher**, na Inglaterra, e de **Ronald Reagan**, em 1980, nos Estados Unidos. No entanto, esse processo de redução da atuação estatal na esfera social e no mercado chegou também à América Latina, em especial com o governo de Pinochet, no Chile, em 1973, que, para implementar o ideário neoliberal, reprimiu de forma bastante violenta os movimentos operários e sociais chilenos. No Brasil, o neoliberalismo se iniciou com o Governo Sarney (1985-1990), permeou os governos de Collor (1990-1992) e Itamar Franco (1992-1995), até se consolidar durante os mandatos de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002).

Em comum, todos esses governos guiaram suas políticas econômicas baseando-se na disciplina fiscal, na estabilidade monetária, na redução de gastos públicos, na liberalização financeira e comercial, na alteração das taxas de câmbio, no investimento direto estrangeiro, nas privatizações e na desregulamentação das leis trabalhistas.

Desenhando a nova morfologia do trabalho no Brasil

Contrariamente às teses que advogam a perda de relevância do trabalho no mundo contemporâneo, estamos desafiados a compreender sua nova morfologia, cujo elemento mais visível é o seu desenho multifacetado, resultado das fortes mutações que afetaram o capitalismo nas últimas décadas. Nova morfologia que, no Brasil, compreende desde o operariado industrial e rural até os assalariados de serviços, os novos contingentes de homens e mulheres terceirizados, subcontratados, temporários que se ampliam. Nova morfologia que presencia a ampliação de novos proletários do mundo industrial, de serviços e da agroindústria, de que são exemplos as trabalhadoras de *telemarketing* e *call center*, das tecnologias de informação e comunicação que se desenvolvem na era digital, além dos digitalizadores que laboram nos bancos, dos assalariados do *fast food*, dos trabalhadores jovens dos hipermercados, dos *motoboy*s [...] usando suas motocicletas para transportar mercadorias, etc. E essas distintas modalidades de trabalho vêm desempenhando um papel de destaque, não só na agilização da circulação de informações, vital para a reprodução do capital, como também no desencadeamento de novas lutas sociais e sindicais.

[...] acrescentamos que tanto os assalariados da indústria quanto os da agroindústria e do setor de *telemarketing* e *call center* são partes constitutivas das forças sociais do trabalho, que participam direta ou indiretamente da geração de mais-valia e da valorização do capital.

Oscilando entre a grande *heterogeneidade* em sua *forma de ser* (gênero, etnia, geração, espaço, qualificação, nacionalidade, etc.) e a *impulsão* tendencial para uma forte *homogeneização* que resulta da condição precarizada presente em distintas modalidades de trabalho que se ampliam em várias partes do mundo e também no Brasil, eles [os trabalhadores] se convertem cada vez mais em *partícipes ativos* no desencadeamento de novas lutas sociais e sindicais que vêm se ampliando em escala global.

ANTUNES, Ricardo. Desenhando a nova morfologia do trabalho no Brasil. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 28, n. 81, p. 39-53, ago. 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ea/v28n81/v28n81a04.pdf>. Acesso em: 1 fev. 2019. [Fragmento]

A CENTRALIDADE DO TRABALHO E AS NOVAS RELAÇÕES PRODUTIVAS NO SÉCULO XXI

Neste século, em que o processo de **Globalização** se encontra cada vez mais consolidado em virtude do desenvolvimento dos meios de comunicação, a relação entre sociedade e trabalho encerra mais um momento de mudanças. Assim, temos um deslocamento da ação produtiva única e exclusivamente centrada na relação entre detentores dos meios de produção e aqueles que vendem sua mão de obra, para a valorização financeira da informação e do capital financeiro, representado pelos mercados de ações, títulos e câmbio, enfim, pelas práticas que não necessitam diretamente da relação produtiva baseada no trabalho.

Nesse novo contexto, a globalização contribui para um fluxo constante de pessoas, produtos e capital pelas fronteiras nacionais, para a difusão de empresas multinacionais e transnacionais e para a revolução tecnológica, que é marcada especialmente pela expansão da Internet.

Devido aos avanços das novas tecnologias informacionais, que se tornam cada vez mais presentes no universo do trabalho, exige-se cada vez mais formação dos trabalhadores para atuarem nesse mercado. Isso porque, devido à automação dos sistemas produtivos, cada vez mais atrelados ao desenvolvimento de *softwares* e programas de computadores, os trabalhos manuais e repetitivos têm diminuído bastante. Logo, a capacidade de raciocínio lógico e abstrato tem sido bastante requerida dos trabalhadores, o que não acontecia séculos atrás, quando a especialização dos trabalhadores significava exatamente a execução de tarefas repetitivas.

Essa mudança na exigência de maior qualificação por parte dos trabalhadores é fruto do processo de flexibilização proposto pelo toyotismo. Da mesma forma, é herança desse sistema produtivo o surgimento do trabalho terceirizado e da precarização do trabalho devido à perda das garantias sociais que a ele se atrelavam.

Com a crise do capitalismo deflagrada nos anos 1970, o conseqüente crescimento do desemprego e a redução dos direitos sociais ligados ao trabalho, vários sociólogos passaram a questionar se de fato a categoria trabalho seguiria sendo central para a compreensão das sociedades modernas. Assim, pensadores sociais como André Gorz (1923-2007), Jürgen Habermas (1929-) e Clauss Offe (1940-) passaram a lançar dúvidas em relação à possibilidade de as sociedades modernas se organizarem em torno do trabalho e, dessa maneira, conseguirem produzir a coesão social, uma vez que subcontratações e a constituição de um mercado informal ganhavam cada vez mais importância no mundo capitalista pós-crise dos anos 1970.

Contudo, ainda que, juntamente com a recuperação da indústria, tenha ocorrido um aumento do desemprego não apenas nos países centrais, mas também em países como o Brasil, não podemos afirmar que o trabalho perdeu sua centralidade no mundo contemporâneo. Em primeiro lugar, porque o trabalho não regulado por leis formais sempre existiu no sistema capitalista; a mudança operada pelo fordismo foi o combate a esse tipo de trabalho, já que o trabalho formal gerava mais vantagens para trabalhadores, empresários e até mesmo para o Estado. Em segundo lugar, não podemos definir o trabalho informal como um tipo de trabalho que, além de estar à margem das leis trabalhistas, seja sinônimo de trabalho de baixa produtividade e que não gere impactos na economia formal.

Se considerarmos a informalidade como algo negativo apenas por se diferenciar do modelo de pleno emprego, não seria possível compreender o campo do trabalho em países como o Brasil, no qual o fordismo e o Estado de Bem-Estar nunca chegaram a ser realidades bem definidas, como ocorreu nos países centrais do capitalismo europeu. Em países como o Brasil, a informalidade é parte da estrutura econômica e também abriga setores da economia extremamente rentáveis, muitas vezes não apresentando disparidade de renda entre os trabalhadores que se encontram nesse setor e os que estão no setor formal.

O maior problema do trabalho informal está na sua desregulamentação, isto é, no fato de que o trabalhador muitas vezes se encontra legalmente desamparado. Mas, como mostra Jessé Sousa (1960-), a relação entre trabalho formal e informal é mais complexa do que parece à primeira vista, levando-se em conta a precarização do trabalho formal.

O trabalhador precariamente qualificado está entre o desemprego (real ou potencial), a escolarização média e o trabalho precário. Ele experimenta a sensação de insegurança devido à produção socioescolar, nos últimos anos, de um verdadeiro exército de reserva minimamente escolarizado para o trabalho precário. A produção de uma população com maior grau de escolarização não é a garantia de uma sociedade com pessoas em empregos melhores. [...] É preciso também dizer que o fato de possuir um vínculo formal e em uma empresa ajuda a construir uma falsa oposição com o emprego informal, que imaginamos ser frequentemente instável e de baixa remuneração. O mais importante aqui é compreender quais as condições sociais da vida que um tipo de trabalho reproduz.

A oposição entre formal e informal também não ajuda a perceber que a formalidade tem um lado de extrema exploração e que alguém na informalidade pode estar, em alguns casos, em uma situação geral melhor (ou seja, com melhores salários e sendo dono do próprio negócio informal) do que a de um trabalhador formal empregado.

SOUZA, J. *Os batalhadores brasileiros*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010. p. 78-79. [Fragmento]

Vale lembrar que o chamado **setor informal** abriga também trabalhadores autônomos que se colocam à margem das leis e da regulação estatal para escapar ao pagamento de impostos, mas que, ainda assim, não deixam de movimentar importantes somas financeiras. Logo, a informalidade é um aspecto que guarda em si uma série de situações heterogêneas dentro da nova configuração do mundo do trabalho neste novo século.

Quanto ao mundo do trabalho contemporâneo, ainda devemos atentar para outras configurações que vão além do binômio formal / informal. Em relação ao universo do trabalho que foi moldado pelo fordismo, temos mudanças significativas, por exemplo, a maior inserção das mulheres no mercado de trabalho. Tal evidência nos leva a novos questionamentos, como o fato de as mulheres, de maneira geral, ainda ganharem menos que os homens, mesmo exercendo funções similares, o que denota uma clara diferenciação de gênero também nas relações de trabalho.

Também constitui uma grande diferença a expansão do setor de serviços que não se baseiam na produção de bens materiais, como comércio, transportes, telecomunicações, atividades ligadas ao lazer (por exemplo, a criação de *games*), entre outros. Essa expansão está cada vez mais atrelada à flexibilização do trabalho em nossa sociedade e se vale do desenvolvimento tecnológico para se estabelecer e fortalecer.

Finalmente, vivemos em um momento do desenvolvimento capitalista em que vários aspectos – como a heterogeneidade do trabalho informal, o aumento da insegurança no trabalho, as exigências de qualificação e seu vínculo com a educação – desafiam a compreensão do mundo do trabalho no século XXI, para além do modo como o capitalismo o forjou ainda no século passado.

FLEXIBILIZAÇÃO DO TRABALHO

Vimos que uma das marcas da terceira fase do capitalismo, chamado de industrial-financeiro, é a **flexibilização** do trabalho. No entanto, é necessário compreender o que é essa flexibilização e algumas de suas implicações para a dinâmica social na atual configuração socioeconômica.

O termo “flexibilização” normalmente se refere a novas configurações nas relações de emprego, que seriam demandadas pelas próprias estruturas produtiva e de mercado atuais e se caracterizariam por uma relação mais dinâmica de empregabilidade, mais flexível em relação à legislação trabalhista. No Brasil, a CLT (Consolidação das Leis Trabalhistas, promulgada na Era Vargas), foi questionada por vários atores sociais, que a consideravam enrijecida e inadequada para as atuais demandas do mercado de trabalho.

Vale lembrar que, em 2017, houve uma série de mudanças na CLT. A OIT (Organização Internacional do Trabalho) considera que essa relação aberta pode ser interessante para as empresas, mas representa um risco para os trabalhadores. Um dos seus riscos é o da **desregulamentação**, isto é, a perda parcial das leis trabalhistas. Essa desregulamentação também é chamada de **precarização**, uma vez que a situação trabalhista, para alguns teóricos, passa a se caracterizar pela insegurança jurídica permanente, assentada na assimetria de poder em relação aos interesses corporativos / empresariais.

Teóricos como o sociólogo húngaro **Istvan Mészáros (1930-2017)** chamam a atenção para o fato de que o interesse da flexibilização está, sobretudo, no aumento da produtividade e do lucro sobre o trabalho assalariado por parte das empresas.

Nesse ínterim, a selvageria real do sistema continua ininterruptamente não só a expulsar cada vez mais pessoas do processo de trabalho como, numa contradição característica, também a estender o tempo de trabalho, sempre que o capital possa conseguir isso. Para mencionar um exemplo muito importante, no Japão o governo introduziu recentemente um projeto de lei “para elevar os limites superiores do dia de trabalho de 9 para 10 horas, e a semana de trabalho de 48 para 52 horas. Tal disposição legal permitirá a uma empresa forçar os empregados a trabalharem mais horas quando estiver ocupada enquanto o total de horas trabalhadas em um ano não exceder o limite fixado”, tal como os “mercadores da flexibilidade” propõem em França, na Itália e por toda a parte. Além disso, o mesmo projeto de lei pretende também estender os chamados “cronogramas de trabalho arbitrários” (*discretionary work schedules*) a fim de “permitir a uma empresa que pague aos seus trabalhadores de colarinho branco apenas 8 horas de trabalho mesmo que eles possam ter trabalhado mais”. Alguns assustadores exemplos dos efeitos destrutivos desumanos do tal “trabalho arbitrário” são relatados nos campos onde já estão em prática, agora a serem estendidos. Exemplo: um jovem programador de computador morreu devido ao enorme excesso de trabalho, segundo julgamento do Tribunal Distrital de Tóquio. Lemos que “o seu tempo médio anual de trabalho era superior a 3 000 horas. Nos três meses anteriores à sua morte ele trabalhou 300 horas por mês. Naquele momento ele estava empenhado em desenvolver um sistema de *software* para bancos”. Outro jovem que morreu de ataque de coração devido a um excesso de trabalho brutal, “nas duas semanas anteriores à sua morte trabalhou em média 16 horas e 10 minutos por dia”.

MÉSZÁROS, Istvan. Desemprego e precarização: um grande desafio para a esquerda. In: ANTUNES, R. (org.). *Riqueza e miséria do trabalho no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2006. p. 32-33. [Fragmento]

A socióloga Graça Druck, professora da UFBA, em artigo intitulado “Trabalho, precarização e resistências: novos e velhos desafios” (2011), descreveu cinco faces ou tipos da precarização do trabalho:

1º. vulnerabilidade das formas de inserção e desigualdades sociais: a força de trabalho vista como uma mera mercadoria produz um mercado de trabalho heterogêneo, segmentado, marcado por uma vulnerabilidade estrutural e com formas de inserção (contratos) precários, sem proteção social, com altas taxas de desemprego;

2º. intensificação do trabalho e terceirização: imposição de metas inalcançáveis; extensão da jornada de trabalho; polivalência, sustentada na gestão pelo medo, na discriminação criada pela terceirização e nas formas de abuso de poder, através do assédio moral;

3º. insegurança e saúde no trabalho: resultado dos padrões de gestão, que desrespeitam o necessário treinamento, ignoram as informações sobre riscos e as medidas preventivas coletivas, na busca de maior produtividade a qualquer custo, o que ameaça inclusive vidas humanas;

4º. perda das identidades individual e coletiva: a ameaça permanente da perda do emprego tem se constituído numa eficiente estratégia de dominação e subordinação no âmbito do trabalho. O isolamento e a perda de enraizamento, de vínculos, de inserção, de uma perspectiva de identidade coletiva, resultantes da descartabilidade, da desvalorização e da exclusão do trabalhador;

5º. fragilização da organização dos trabalhadores (sindicatos e entidades de classe): indica a pulverização da atividade sindical a partir das dificuldades institucionais para que tais instituições cumpram seu papel social de defesa dos trabalhadores. A terceirização, a criação de novas relações de empregabilidade, a cooptação política de entidades de classe e a sua própria heterogeneidade dificultam a organização sindical e inviabilizam a luta e a representação dos trabalhadores.

Em uma sociedade democrática, normalmente, as discussões sobre determinado assunto não refletem somente argumentos homogêneos. Com o tema da flexibilização do trabalho não é diferente. Primeiramente, mostramos o lado que, por uma série de motivos, enxerga essa relação de flexibilizar as leis trabalhistas de forma problemática. Contudo, existem indivíduos, pessoas e instituições que acreditam que a flexibilização do trabalho é algo necessário para que se possa construir uma nova morfologia para o trabalho no Brasil.

A Confederação Nacional da Indústria (CNI), por exemplo, considera a legislação trabalhista brasileira muito rígida. Por essa característica, as relações de trabalho atuais impediriam um maior crescimento econômico e produtivo. Um dos argumentos levantados pela CNI é que a legislação é antiga e precisa de reformas. Para essa instituição, é necessária uma nova configuração para abarcar o mercado de trabalho contemporâneo.

Assim, a CNI acredita que há um descompasso entre a legislação e a realidade brasileira. Tal obstáculo se configuraria como um empecilho para o diálogo entre as empresas e os trabalhadores, pois, segundo a CNI, a marca moderna das relações de trabalho é a possibilidade de diálogo entre os trabalhadores e as empresas. A valorização da negociação coletiva, a redução do intervalo intrajornada e formas alternativas ao ponto eletrônico (por assinatura digital, por exemplo) são ideias defendidas por tal organização.

Na questão da terceirização a CNI também aponta possíveis caminhos. Para essa instituição as empresas terceirizam serviços para obterem melhoras na produtividade e ganhos na competitividade do mercado, fato que permite o fornecimento de produtos e serviços com custos reduzidos para o consumidor.

Ainda na questão da terceirização, o presidente da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (FIEMG), Olavo Machado Júnior, afirma que a regulamentação da terceirização trará segurança jurídica para a gestão do processo produtivo, fortalecendo a competitividade da indústria nacional, resultando em mais empregos e produção.

Nas palavras de Olavo Júnior: "A adoção dessas medidas traria um aumento imediato na produtividade do setor industrial, estimularia a geração de empregos e reduziria sobremaneira a insegurança jurídica para as empresas. Tudo isso sem comprometer direitos trabalhistas, até porque a Fiemg sempre acreditou que capital e trabalho não são adversários, e sim parceiros. E, como toda parceria, só vai dar certo se funcionar para as duas partes".

Na avaliação de José Márcio Camargo, professor da PUC-Rio, a legislação brasileira é muito complexa. O excesso de regras afasta os investimentos, dificultando o conhecimento do custo real do trabalho pelas empresas, de acordo com Camargo.

Por fim, é importante ressaltar a complexidade do tema, independente das posições aqui relatadas. Tal assunto está extremamente presente na esfera pública brasileira e seus caminhos devem passar por uma discussão profunda acerca das possibilidades para que se possa encontrar um caminho plausível para a questão do trabalho.

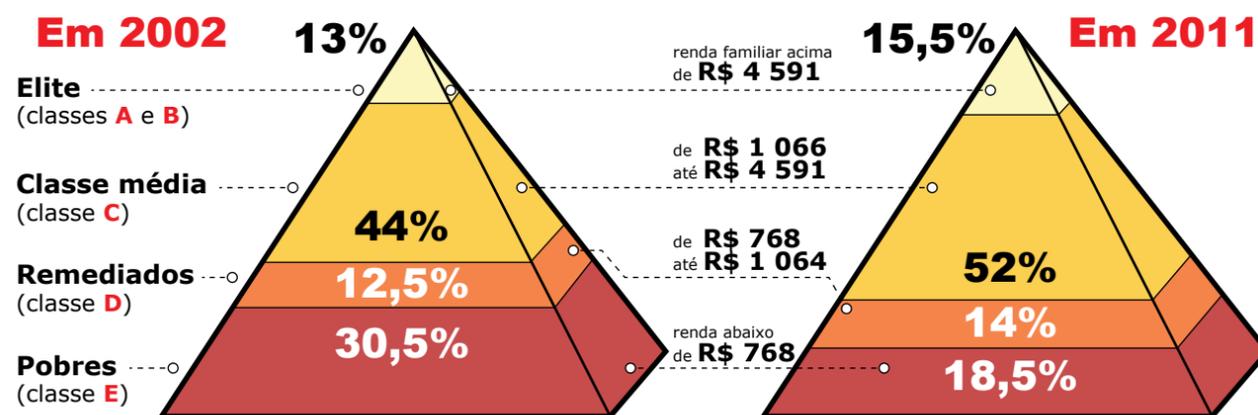
NOVA CLASSE MÉDIA OU NOVA CLASSE TRABALHADORA?

Apesar de não haver consenso entre os pesquisadores sobre os critérios ideais para definir quem pertence a qual classe social no Brasil, não há dúvida de que houve uma significativa mobilidade social no país do início dos anos 2000 até meados da década de 2010. Segundo dados do IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada) e do SAE (Serviço de Assuntos Estratégicos do Governo Federal) de 2013, entre 2001 e 2011 houve um aumento de 33% na renda *per capita* do brasileiro, em média. Esse aumento estaria associado à ampliação da população economicamente ativa (8%), ao aumento e à formalização de empregos e à melhoria salarial. Também houve ampliação da escolaridade média, que saltou de 6,7 anos em 2001 para 8,5 anos em 2011, crescimento de 27%. Grande parte graças à ampliação de vagas nas universidades e de programas de crédito universitário. Mas vale destacar que, apesar desse crescimento, o Brasil ainda possui um *deficit* escolar considerável, e a maior parte da população tem formação ligeiramente acima do fundamental completo.

Outro fator relevante foi a ampliação dos créditos para a aquisição de habitação, de automóveis e de eletrodomésticos (a chamada linha branca: geladeira, fogão, máquina de lavar, entre outros), que permitiram acesso a bens duráveis de maior valor – o que impacta a chamada renda permanente. A renda permanente corresponde ao patrimônio adquirido, enquanto a renda variável corresponde ao salário e a outros ganhos financeiros. Em 2011, para o conjunto das famílias, a renda do trabalho por adulto era 20% maior que em 2001, e para a classe média houve aumento de 40%.

A maior fatia de mobilidade social teria ocorrido das classes mais baixas (D e E) para a classe média (C). Esse fenômeno foi definido por alguns como "ascensão da classe média", ou como a "nova classe média" brasileira. A pirâmide social brasileira transformou-se em um losango. Cerca de 108 milhões de pessoas, de uma população de 203 milhões em 2013, passaram a ocupar a posição de classe média. Essa parcela da população teria sido responsável por movimentar 58% do crédito e gastar mais de 1,17 trilhão de reais no ano de referência de 2013. A chamada nova classe média concentra-se no Sudeste, com 43%, seguida do Nordeste (26%), Sul (15%), Centro-Oeste (8%) e Norte (8%), segundo estudos da Serasa Experian e do Data Popular.

A supremacia da classe C
Segundo a FGV, a pobreza despencou desde 2002.
Com isso, o miolo da pirâmide engordou e se tornou maioria absoluta



FGV.

Há mudanças significativas quanto à mentalidade da chamada nova classe média, de acordo com um levantamento feito pela Fundação Getúlio Vargas, em 2013. Segundo exposto pelo sociólogo e cientista político Rudá Ricci no artigo "O maior fenômeno sociológico do Brasil: a nova classe média" (2013), a nova classe média seria substancialmente diferente da classe média tradicional (anterior aos anos 2000). Essa "nova classe média" seria marcada por um capital cultural pequeno (isto é, pouca relevância dada a aspectos culturais, com pouca leitura e baixo conhecimento sócio-histórico); pragmática e utilitarista; visão imediatista da política, voltada para o atendimento de demandas de curto prazo; alta religiosidade; com hábitos consumistas e individualista.

No entanto, há críticas a essa compreensão de que existe uma "nova classe média" no Brasil. Embora diversos pesquisadores reconheçam a redução da concentração de riqueza, a diminuição na desigualdade social, o aumento real do salário mínimo e a expansão do emprego formal entre os anos 2001 e 2013, Jessé de Souza e Eduardo Fagnani, por exemplo, não consideram que a mobilidade social foi completa e real, porque se concentrou especificamente em aspectos econômicos, e não em um amplo conjunto de elementos socioculturais. O sociólogo Jessé Souza, autor de obras importantes como *A construção social da subcidadania* (2006) e *Os batalhadores brasileiros* (2010), critica a expressão "nova classe média", preferindo adotar o termo "nova classe trabalhadora", identificando que as condições sociais, morais e culturais também devem ser levadas em conta na definição de uma classe social, e não somente a questão econômica. Souza percebe que, do ponto de vista tanto sociocultural quanto trabalhista, a chamada "nova classe média" é simplesmente uma classe trabalhadora com um pouco mais de capacidade econômica. Tal fato se reflete tanto nos seus hábitos de consumo quanto na baixa formação cultural, nos reduzidos hábitos de leitura, no comportamento político, pragmático e imediatista, na visão estreita das questões sociais e no individualismo.

Além disso, na esteira da crítica sociológica sobre a "nova classe média", três fatores que ocorreram nos últimos anos demonstraram a vulnerabilidade desta e das classes mais baixas. A crise econômica e política, característica dos últimos anos no país, acompanhada pelo baixo crescimento (ou mesmo recuo) do PIB no período 2014-2020, dificultou ainda mais a retomada econômica e o aumento no consumo das famílias. Outro fator que tem impactado as questões referentes ao combate da desigualdade no Brasil é a restrição de gastos em áreas sociais. A Emenda Constitucional n. 95 de 2016 impôs um teto de gastos para áreas sociais, como a saúde e a educação. Esse é um assunto controverso, em que alguns especialistas reiteram a importância da austeridade fiscal para o crescimento econômico, ao passo que outros defendem que a imposição de um teto de gastos afeta a batalha contra o abismo da desigualdade no país. Um terceiro fator é a pandemia da COVID-19. Segundo dados de uma pesquisa feita em abril de 2020, pelo Plano CDE, 35,7% das famílias da classe C e 47,1% das famílias das classes D e E estavam mais endividadas nesse período do que antes do início da pandemia. Portanto, é possível verificar que essa conjunção de fatores recentes corrobora com as críticas feitas sobre a consolidação de uma "nova classe média" no país.

O QUE É O TRABALHO ESCRAVO ATUALMENTE?

O termo escravidão logo traz à tona a imagem do aprisionamento e da venda de africanos, forçados a trabalhar para seus proprietários nas lavouras ou nas casas. Essa foi a realidade do Brasil até o final do século 19, quando, por fim, a prática foi considerada ilegal pela Lei Áurea, de 13 de maio de 1888.

Mais de um século depois, porém, o Brasil e o mundo não podem dizer que estão livres do trabalho escravo [...]. A Organização Internacional do Trabalho (OIT) estima que existam pelo menos 12,3 milhões de pessoas submetidas a trabalho forçado em todo o mundo, e no mínimo 1,3 milhão na América Latina.

Estudos já identificaram 122 produtos fabricados com o uso de trabalho forçado ou infantil em 58 países diferentes. A OIT calculou em US\$ 31,7 bilhões os lucros gerados pelo produto do trabalho escravo a cada ano, sendo que metade disso fica em países ricos, industrializados.

A mobilização internacional para denunciar e combater o trabalho escravo começou quatro décadas após a assinatura da Lei Áurea. Com base nas observações sobre as condições de trabalho em diversos países, a OIT aprovou, em 1930, a Convenção 29, que pede a eliminação do trabalho forçado ou obrigatório.

Mais tarde, em 1957, a Convenção 105 foi além, ao proibir, nos países que assinaram o documento, "o uso de toda forma de trabalho forçado ou obrigatório como meio de coerção ou de educação política; como castigo por expressão de opiniões políticas ou ideológicas; como mobilização de mão de obra; como medida disciplinar no trabalho; como punição por participação em greves; ou como medida de discriminação".

O Brasil, que assina as convenções, só reconheceu em 1995 que brasileiros ainda eram submetidos a trabalho escravo. Mesmo com seguidas denúncias, foi preciso que o país fosse processado junto à Organização dos Estados Americanos (OEA) para que se aparelhasse para combater o problema.

De acordo com a Comissão Pastoral da Terra (CPT), entidade ligada à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e responsável pelas primeiras denúncias de trabalho escravo no país, são escravizados a cada ano pelo menos 25 mil trabalhadores, muitos deles crianças ou adolescentes. Apesar dos esforços do governo e de organizações não governamentais, faltam estimativas mais precisas sobre o trabalho escravo atualmente, até por se tratar de uma atividade ilegal, criminoso. [...]

O crime de trabalho escravo atualmente deve ser punido com prisão de dois a oito anos. A pena pode chegar a 12 anos se o crime for cometido contra criança ou por preconceito. A iniciativa acompanhou a legislação internacional, que considera o trabalho escravo um crime que pode ser equiparado ao genocídio e julgado pelo Tribunal Penal Internacional.

Porém, [...] a legislação praticamente não foi aplicada, deixando no ar a sensação de impunidade, apontada pela OIT como uma das principais causas do trabalho forçado no mundo. Tanto que já há propostas no Congresso que aumentam a pena e tentam definir de maneira mais precisa o crime da escravização contemporânea.

Disponível em: <https://www.senado.gov.br/noticias/Jornal/emdiscussao/trabalho-escravo/trabalho-escravo-atualmente.aspx>. Acesso em: 1 fev. 2019. [Fragmento]

EXERCÍCIOS PROPOSTOS



01. (UERJ) Há dinamite de pavio aceso no orçamento

O ponto central, que já deveria ser tema de um amplo debate no Congresso, no Executivo e fora deles, é que a crise fiscal implodiu os alicerces da Constituição de 1988. A ideia de um Estado que seria capaz de eliminar a miséria, reduzir a pobreza e ainda fornecer serviços básicos como saúde e educação com eficiência faliu. Aceite-se ou não.

O Globo, 13 dez. 2015.

De acordo com a reportagem, o modelo político de Estado que estaria inviabilizado no atual contexto brasileiro é denominado

- A) bem-estar social.
- B) liberal-federativo.
- C) democrático-nacionalista.
- D) unitário-desenvolvimentista.

02. (Unesp-2019) Um homem transporta o fio metálico, outro endireita-o, um terceiro corta-o, um quarto aguça a extremidade, um quinto prepara a extremidade superior para receber a cabeça; para fazer a cabeça são precisas duas ou três operações distintas; colocá-la constitui também uma tarefa específica, branquear o alfinete, outra; colocar os alfinetes sobre o papel da embalagem é também uma tarefa independente. [...] Tive ocasião de ver uma pequena fábrica deste tipo, em que só estavam empregados dez homens, e onde alguns deles, conseqüentemente, realizavam duas ou três operações diferentes. Mas, apesar de serem muito pobres, e possuindo apenas a maquinaria estritamente necessária, [...] conseguiam produzir mais de quarenta e oito mil alfinetes por dia. Se dividirmos esse trabalho pelo número de trabalhadores, poderemos considerar que cada um deles produz quatro mil e oitocentos alfinetes por dia; mas se trabalhassem separadamente uns dos outros, e sem terem sido educados para este ramo particular de produção, não conseguiriam produzir vinte alfinetes, nem talvez mesmo um único alfinete por dia.



SMITH, Adam. *Investigação sobre a natureza e as causas da riqueza das nações*. 1984.

O texto, originalmente publicado em 1776, demonstra

- A) o avanço tecnológico representado pelo surgimento da fábrica na Inglaterra, relacionando a riqueza com o aprimoramento científico e o trabalho simultâneo de milhares de operários.
- B) o crescimento do mercado consumidor e a maior velocidade na distribuição das mercadorias inglesas, destacando o vínculo entre riqueza e uma boa relação entre oferta e procura.
- C) a força crescente dos sindicatos e das federações de trabalhadores na Inglaterra, enfatizando o princípio marxista de que apenas o trabalho permite a geração de riqueza.

D) a produtividade do artesanato e o conhecimento da totalidade do processo produtivo pelos trabalhadores ingleses, relacionando a noção de riqueza ao acúmulo de metais nobres.

E) a disciplina no trabalho e o parcelamento de tarefas presentes nas manufaturas e fábricas inglesas, associando o crescimento da riqueza à produtividade do trabalho.

03. (Unimontes-MG) No Brasil, o problema das desigualdades sociais ocupa a agenda de pesquisa e reflexão dos principais cientistas sociais do país. Jessé Souza, um dos mais destacados sociólogos da atualidade, enxerga, na fragmentação do conhecimento e na fragmentação da percepção da realidade, os principais obstáculos para o enfrentamento do problema.

Considerando esse ponto de vista do sociólogo, pode-se afirmar:

- A) Desigualdade social é um problema exclusivamente de conjuntura econômica, podendo ser superado com o crescimento econômico.
- B) O aumento da renda e o acesso ao emprego resolvem o problema das desigualdades sociais no Brasil.
- C) No Brasil, com o surgimento de "uma nova classe média" (como se difunde em jornais e televisão), o problema das desigualdades sociais desaparece por causa, principalmente, do acesso generalizado aos bens de consumo.
- D) A reprodução de classes marginalizadas envolve a produção e a reprodução das condições morais, culturais e políticas da marginalidade, que vão para além do problema da renda *per capita*.

04. (UFU-MG) A crise do compromisso fordista, devido às greves operárias radicais, à impossibilidade de intensificar a divisão parcelar do trabalho, à crise econômica internacional e ao acirramento da concorrência internacional, provocou uma série de mudanças no modo de acumulação capitalista, entre elas:



- A) A difusão de novas formas de organização do processo de trabalho, chamadas de "modelo fordista", fundadas na flexibilidade e no trabalho em grupo.
- B) A difusão de novas formas de organização do processo de trabalho, fundadas na rigidez e na produção em massa.
- C) A difusão de novas formas de organização do processo de trabalho, chamadas de "modelo japonês" ou "toyotismo", fundadas na flexibilidade.
- D) A difusão de novas formas de organização do processo de trabalho, chamadas de "modelo toyotista", fundadas na rigidez e no trabalho fragmentado.

05. (UERJ) Andy Warhol (1928-1987) é um artista conhecido por criações que abordaram valores da sociedade de consumo; em especial, o uso e o abuso da repetição. Esses traços estão presentes, por exemplo, na obra que retrata as latas de sopa Campbell's, de 1962.



O modelo de desenvolvimento do capitalismo e o correspondente elemento da organização da produção industrial representados neste trabalho de Warhol estão apontados em:



O modelo de desenvolvimento do capitalismo e o correspondente elemento da organização da produção industrial representados neste trabalho de Warhol estão apontados em:

- A) taylorismo – produção flexível
- B) fordismo – produção em série
- C) toyotismo – fragmentação da produção
- D) neofordismo – terceirização da produção

06. (UERJ) Nas últimas décadas, várias foram as mudanças incorporadas ao processo de produção industrial. O modelo de produção relacionado a estas recentes transformações está definido em

- A) sistêmico-flexível, que incorpora a pesquisa como base para a reorganização da produção.
- B) taylorista, que implica a crescente integração do trabalhador qualificado à atividade mecânica.
- C) fordista, que se apoia na fragmentação do trabalho humano em inúmeras etapas simplificadas.
- D) toyotista, que altera a organização das unidades produtivas com a introdução da linha de montagem.

07. (Unesp-2020) Eu tinha muito medo, estava sozinha, não tinha como não trabalhar. Ela não me deixava amamentar meu filho pela manhã, dizia que eu perderia tempo. (Dora E. A. Calle)

Quando eu precisava sair da casa, sempre tinha que pedir a chave. E nessa hora a chave sempre sumia. (Raul G. P. Mendoza)

A casa onde eu trabalhava tinha outros 14 bolivianos, que, assim como eu, queriam guardar dinheiro e voltar para nosso país. Mas não é bem assim que acontece. (Alicia V. Balboa)

FORTE, Bárbara. *Tecendo sonhos*. 9 maio 2019. Disponível em: <https://noticias.bol.uol.com.br> (Adaptação).

Esses depoimentos retratam a realidade vivida por imigrantes bolivianos que trabalharam no setor têxtil da capital paulista. Os depoimentos evidenciam

- A) a competitividade da Divisão Internacional do Trabalho.
- B) a relação de trabalho análoga à escravidão.
- C) o processo de segregação estimulado pela xenofobia.
- D) a flexibilização das leis trabalhistas.
- E) o descompasso do trabalho formal com as mudanças da globalização.

08. (UEL-PR) Fordismo é um termo que se generalizou a partir da concepção de Antônio Gramsci, que o utiliza para caracterizar o sistema de produção e gestão empregado por Henry Ford, em sua fábrica, a Ford Motor Co., em Highland Park, Detroit, em 1913.



O método fordista de organização do trabalho produziu surpreendente crescimento da produtividade, garantindo, assim, produção em larga escala para consumo de massa. O papel desempenhado pelo fordismo, enquanto sistema produtivo, despertou, por exemplo, a atenção de Charles Chaplin, que o retratou com ironia no filme *Tempos modernos*. Assinale a alternativa que apresenta características desse método de gestão e de organização técnica da produção de mercadorias.

- A) Unidade entre concepção e execução, instaurando um trabalho de conteúdo enriquecido, preservando-se, assim, as qualificações dos trabalhadores.
- B) Substituição do trabalho fragmentado e simplificado, típico da Revolução Industrial, pelas "ilhas de produção", onde o trabalho é realizado em equipes.
- C) Supressão progressiva do trabalhador taylorizado e, conseqüentemente, combate ao "homem boi", realizador de trabalhos desqualificados, restituindo-se, em seu lugar, o trabalhador polyvalente.
- D) Controle dos tempos e movimentos do trabalho, com a introdução da esteira rolante, e de salários mais elevados em relação à média paga nas demais empresas.
- E) Redução das distâncias hierárquicas no interior da empresa, como forma de estimular o trabalho em grupos, resultando em menos defeitos de fabricação e maior produção.

09. (Unicamp-SP) O Plenário da Câmara aprovou, em segundo turno, a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 438/01, do Senado, que permite a expropriação de imóveis rurais e urbanos onde a fiscalização encontrar exploração de trabalho escravo, e os destina à reforma agrária e a programas de habitação popular. A proposta é oriunda do Senado e, como foi modificada na Câmara, volta para exame dos senadores.



APROVADA PEC do trabalho escravo. In: *Comissão Pastoral da Terra*. Disponível em: <http://www.cptnacional.org.br/index.php/noticias/49-trabalhoescravo/1099-aprovada-pec-do-trabalho-escravo>. Acesso em: 4 ago. 2012.

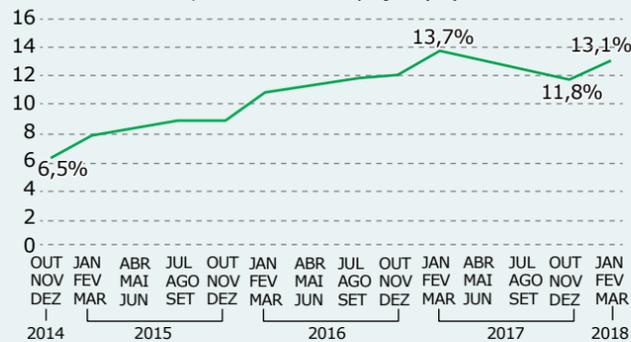
Embora o Brasil esteja plenamente inserido na era da denominada sociedade digital e do consumo, e a população tenha conquistado algumas garantias para o exercício de sua cidadania, o país ainda enfrenta relações de exploração de trabalho análogas às do período da escravidão.

Sobre o trabalho escravo no Brasil, pode-se afirmar que

- A) é uma prática mantida por fazendeiros do interior do Brasil que, embora registrem em carteira seus funcionários, não realizam de maneira adequada o pagamento de um salário mínimo, conforme obriga a lei em vigor.
- B) as relações de exploração de trabalho análogas à escravidão são identificadas pelos fiscais do Ministério do Trabalho apenas em regiões distantes dos grandes centros urbanos, onde a presença do Estado é precária.
- C) é uma prática mais comum nas fazendas de produção de carvão e de criação de gado do interior do Brasil, sendo quase inexistente nas fazendas modernas de produção de grãos e de cana-de-açúcar.
- D) relações de exploração de trabalho análogas à escravidão ainda são encontradas em diferentes partes do país, tanto em áreas rurais quanto em áreas urbanas.

10. (UEL-PR-2019) Leia o gráfico e o texto a seguir:

PNAD contínua | Taxa de desocupação (%)



Disponível em: agenciadenoticias.ibge.gov.br (Adaptação).

Com base no gráfico e no texto, considere as afirmativas a seguir:

- I. A taxa de desocupação no primeiro trimestre de 2017 é maior nesta série histórica e apresenta uma oscilação de 0,6 ponto percentual se comparado ao mesmo período de 2018.
- II. A taxa de desocupação apresentada no primeiro trimestre de 2018 indica que houve um crescimento de 6,6 pontos percentuais em relação ao último trimestre de 2014.
- III. Ao longo de 2017, a taxa de desocupação apresentou queda e, no trimestre seguinte, houve dispensa de trabalhadores representando perda de postos de trabalho.
- IV. A taxa de desocupação apresentou queda, se comparados o primeiro trimestre de 2016 ao mesmo período de 2017.

Assinale a alternativa correta.

- A) Somente as afirmativas I e II são corretas.
- B) Somente as afirmativas I e IV são corretas.
- C) Somente as afirmativas III e IV são corretas.
- D) Somente as afirmativas I, II e III são corretas.
- E) Somente as afirmativas II, III e IV são corretas.

11. (UNISC-RS-2021) Em 2019, antes da pandemia provocada pelo vírus da covid-19, quatro em cada dez trabalhadores brasileiros ocupados estavam na informalidade. A informalidade no mercado de trabalho brasileiro, de caráter estrutural, atingia 41,6% dos trabalhadores do país em 2019, ou 39,3 milhões de pessoas.

Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br>. Acesso em: 12 nov. 2020.

A propósito desta informação é correto afirmar que

- I. 60% dos trabalhadores brasileiros ocupados em 2019 estavam na informalidade.
- II. trabalhador ocupado é a pessoa que exerce funções em estabelecimentos públicos ou particulares.
- III. trabalho informal é aquele no qual a relação trabalhista não está sujeita à respectiva legislação nacional de trabalho, não havendo qualquer tipo de proteção social, como aviso prévio de demissão ou afastamento por motivos de saúde.

Assinale a alternativa correta.

- A) Somente a afirmativa I está correta.
- B) Somente as afirmativas I e II estão corretas.
- C) Somente as afirmativas I e III estão corretas.
- D) Somente as afirmativas II e III estão corretas.
- E) Todas as afirmativas estão corretas.

12. (FGV-2020) Na década de 1970, o modelo de produção industrial fordista mostrava-se incapaz de conter as contradições inerentes ao capitalismo. Essa incapacidade pode ser resumida em uma única palavra: rigidez. A recessão dos anos 70, exacerbada pelos choques do petróleo, deu início a numerosos processos que solaparam o modelo fordista e, em consequência, seguiu-se um período de reestruturação econômica e de reajustamento social e político – a acumulação flexível.

HARVEY, David. *Condição pós-moderna*. São Paulo: Edições Loyola, 1994 (Adaptação).

Com relação às características do regime de acumulação flexível, assinale a afirmação correta.

- A) Incentiva a criação de unidades fabris concentradas e verticalizadas, aumentando o ritmo produtivo.
- B) Regulamenta as relações de trabalho mediante negociações coletivas, garantindo a estabilidade do emprego.
- C) Elimina a demarcação de tarefas, enfatizando a corresponsabilidade dos trabalhadores no processo produtivo.
- D) Estimula a produção em série, exigindo a formação de grandes estoques de matérias-primas e de produtos finais.
- E) Possibilita a fabricação em massa de produtos homogêneos, estimulando o consumo em grande escala de bens duráveis.

13. (UEG-GO-2019) Um dos fenômenos mais analisados pela sociologia é o das classes sociais. Algumas análises sociológicas apontam para uma mudança na estrutura de classes na sociedade, o que teria se iniciado após a Segunda Guerra Mundial e com maior intensidade nas décadas posteriores.

A respeito das alterações na estrutura de classes que ocorreram a partir dessa época, verifica-se que

- A) a longa crise econômica e o conseqüente enjugamento do Estado a partir dos anos 1950 geraram uma redução drástica da burocracia e uma precarização intensa da intelectualidade.
- B) houve, nas últimas décadas, um decréscimo quantitativo e proporcional do proletariado industrial, devido ao crescimento do setor de serviços e do comércio em detrimento do setor industrial.
- C) o desenvolvimento tecnológico e o avanço da informática fizeram emergir uma nova classe, denominada tecnocracia, que vem, paulatinamente, substituindo a burguesia como classe dominante.
- D) a pós-modernidade e o neoliberalismo criaram um intenso processo de fragmentação social, o que provocou o desaparecimento das classes sociais e sua substituição pelos grupos sociais.
- E) o estado de bem-estar social nos países capitalistas mais avançados gerou uma reforma agrária que teve como principal efeito o crescimento quantitativo do campesinato e da classe latifundiária.

14. (UECE-2019) Atente para o seguinte enunciado:

A crise econômica que o Brasil vem enfrentando nos últimos anos resultou em uma triste realidade para os trabalhadores: o aumento da informalidade – empregados de pequenas empresas sem registro, o comércio ambulante, a execução de reparos ou pequenos consertos, a prestação de serviços pessoais (de empregadas domésticas, babás) e de serviços de entrega (de entregadores, motoboys), a coleta de materiais recicláveis, motorista de aplicativos como o UBER etc.). Apenas em 2017 foram criadas 1,8 milhão de vagas no setor informal, enquanto 685 mil vagas com carteira assinada foram perdidas.

Disponível em: <https://financasfemininas.com.br/estudo-consequencias-do-crescimento-do-emprego-informal-no-brasil/>.

Considerando o enunciado, é correto afirmar que

- A) o aumento do trabalho informal no Brasil é reflexo do aumento da liberdade de escolha do trabalhador em relação ao trabalho assalariado e da sua condição empreendedora.
- B) todos os trabalhadores fazem a economia funcionar, mas as condições de trabalho e renda a que se submetem aqueles da informalidade são precárias.
- C) não estar amparado pela carteira assinada significa menos custo para o trabalhador, que passa a ter mais garantias de renda, com menos encargos sociais e previdenciários.
- D) o crescimento da informalidade expressa a força do empreendedorismo e da liberdade pessoal de escolhas no mercado formal de trabalho.

15. (UFPA) Como reflexos das transformações nas políticas de gestão e de organização do trabalho no contexto atual de globalização, tem-se o novo perfil de trabalhador ou da classe social que vive do trabalho e uma reconfiguração no mercado de trabalho. Assim, podemos afirmar corretamente que um dos impactos da atual globalização e da reestruturação produtiva no mundo do trabalho, na virada do século XX para o século XXI, é o(a)

- A) aumento do contingente de trabalhadores fabris.
- B) redução significativa dos índices de trabalho feminino e infantil.
- C) aumento da inclusão de jovens no mercado de trabalho.
- D) aumento do número de trabalhadores no setor de serviços.
- E) redução do número de trabalhadores no setor informal da economia.

16. (UECE-2022) Os processos de trabalho sofreram mudanças nos últimos 50 anos ao redor do mundo com a implementação da concepção de flexibilidade nas novas formas de gestão. E, de forma inevitável, a implementação dessa flexibilização das normas e do ambiente de trabalho trouxe variadas consequências para os trabalhadores. Uma dessas consequências, para Sennett (2011) é o que ele identificou como “formação do caráter do novo trabalhador no novo capitalismo”. Para esse autor, o ambiente de trabalho moderno e flexível carrega como consequências a instabilidade, a insegurança e a competição que não permitem que as pessoas construam um caráter embasado a partir de algumas virtudes como lealdade, confiança, comprometimento e ajuda mútua. Nesse sentido, Sennett argumenta que existe no que ele chamou de “novo capitalismo” uma “corrosão do caráter dos novos trabalhadores”.

SENNETT, Richard. *A corrosão do caráter: as consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo*. 16. ed. Rio de Janeiro: Record, 2011.

Considerando o exposto, assinale a afirmação verdadeira.

- A) As dinâmicas que marcam esse “novo capitalismo”, na verdade, trazem mudanças inevitáveis, porém muito mais benéficas para o trabalhador.
- B) A integridade e a confiança são reforçadas na construção do caráter desse “novo trabalhador”, que se prepara melhor para conquistar seus objetivos.
- C) Para a não corrosão do caráter, seriam necessárias condições mais estáveis no trabalho, o que estas novas formas de gestão não proporcionam.
- D) A flexibilização dos processos destravou o acesso para a ascensão individual do trabalhador, o que ajuda a corroer as antigas estruturas capitalistas.

17. (Unicentro-PR) A taxa de desemprego brasileira é uma das menores entre as grandes economias mundiais, segundo o gerente da Coordenação de Trabalho e Rendimento do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Cimar Azeredo. “Em janeiro, a taxa de desocupação ficou em 6,1% – o menor resultado para o mês desde o início da pesquisa do IBGE. Antes da crise, o Brasil tinha a segunda maior taxa de desocupação entre as 20 maiores economias do mundo. Hoje, conseguimos melhorar este índice e estamos em 15º ou 16º lugar no *ranking* (das maiores taxas de desemprego)”, afirmou Azeredo. “As principais potências ainda sentem os efeitos da crise de 2008, enquanto os avanços em educação, a inserção digital e a formalização do mercado levaram o Brasil a aumentar os postos de trabalho”, acrescentou.

TABAK, Bernardo. *G1*. Economia. Rio de Janeiro, 2011. Disponível em: <http://www.ceaio.ufba/2007/leviosirdeos>. Acesso em: 2 jul. 2011.

Sobre as relações de emprego, desemprego e subemprego, é correto afirmar:

- A) O desemprego estrutural é também denominado desemprego temporário, pois ocorre em um curto espaço de tempo.
- B) Pessoas que exercem alguma forma de atividade produtiva sempre são consideradas empregadas nas estatísticas.
- C) A queda de desemprego entre os jovens pode ser explicada devido ao maior acesso desse grupo às novas tecnologias.
- D) O desemprego conjuntural é resultado de grandes mudanças na economia, sendo característica dos países em desenvolvimento.
- E) O desemprego pode ser definido como uma situação das pessoas que podem e querem trabalhar, mas não conseguem encontrar um emprego.

18. (UFU-MG) Podemos entender o fordismo como uma forma de acumulação do capital que ocorreu no contexto da luta de classes, envolvendo controle e resistência no local de trabalho, assim como um conjunto de relações socioculturais, políticas e educacionais.

A partir da análise do texto anterior, é correto afirmar que o fordismo corresponde a

- A) uma forma de organização do trabalho social, datada historicamente, prescindindo da figura do Estado e estabelecendo a livre negociação entre capital e trabalho.
- B) uma forma de organização da produção e do trabalho que vem possibilitando grande expansão e acumulação do capital nos dias atuais, particularmente ao longo da década de 1990, caracterizado pelo consumo flexível.
- C) uma forma de organização do trabalho social que sempre existiu na sociedade capitalista e que envolve um compromisso entre capital e trabalho mediado pelo Estado.
- D) uma forma de organização do trabalho social, datada historicamente, que envolveu um compromisso entre capital e trabalho mediado pelo Estado o qual buscou assegurar renda e consumo para uma significativa parcela da classe trabalhadora.

19. (UEMA) As políticas neoliberais, o processo de globalização e inovações tecnológicas vem apresentando uma lógica no mundo do trabalho que implicam flexibilização, desregulamentação e precarização nas relações de trabalho. A sociologia analisa essas mudanças na relação indivíduo e sociedade, contribuindo significativamente para a compreensão do novo tipo de trabalhador. Indique em qual alternativa constam as características desse trabalhador contemporâneo.

- A) Terceirizado, alienado, instável, multifuncional e flexível.
- B) Formal, flexível, polivalente, estável e competitivo.
- C) Terceirizado, especialista, competitivo, flexível e rígido.
- D) Informal, especialista, polivalente, terceirizado e competitivo.
- E) Alienado, formal, flexível, estável e multifuncional.

20. (UFPR–2023) Considere o texto a seguir:

Os sociólogos franceses Luc Boltanski e Ève Chiapello, em sua obra intitulada *O novo espírito do capitalismo* (2009), afirmam que a nova política de contratação e as novas organizações da estrutura empresarial (que é global) permitem que o empregador, ao subcontratar a mão de obra, possa ocultar que é o empregador. É o caso de grandes empresas norte-americanas de celulares que transferiram sua produção para empresas fornecedoras na China. [...] Ou seja, levam a alterações contratuais de trabalho que, ao facilitarem os trâmites e a burocracia para a demissão de empregados, como é o caso dos chamados temporários, aumentam a sensação de insegurança dos trabalhadores.

ARAÚJO, Sílvia Maria de Araújo; BRIDI, Maria Aparecida; MOTIM, Benilde Lenzi. *Sociologia*. São Paulo: Scipione, 2016. p. 152.

Sobre os problemas relativos à transformação no mundo do trabalho no século XXI, é correto afirmar:

- A) A introdução de novas regras salariais tem beneficiado trabalhadores e trabalhadoras num contexto global, pois a flexibilização possibilitou a organização de seus próprios horários de atividade profissional.
- B) A modernização industrial que se viu refletida no desenvolvimento tecnológico – caso ilustrativo são as empresas norte-americanas fabricantes de celulares – propiciou a organização mais eficiente das leis laborais.
- C) A flexibilização das leis que regulam as atividades laborais resulta em aumento da assimetria nas relações entre capital e trabalho, dificultando especialmente a ação de sindicatos em favor dos trabalhadores e trabalhadoras.
- D) Trabalhadoras e trabalhadores temporários, embora tenham condições de trabalho menos seguras, são beneficiados pela aquisição de maior capacidade de agir coletivamente por meio de negociações intermediadas por corporações profissionais.
- E) O fenômeno da terceirização gerou impacto positivo no mercado de trabalho, resultando em modalidades mais justas de contratação, como no caso do empreendedorismo.

SEÇÃO ENEM

01. (Enem–2022) A dublagem é o novo campo a ser explorado pela inteligência artificial, e há empresas dedicadas a fazer com que as vozes originais de atores sejam transpostas para outros idiomas. A novidade reforça a tendência da automação de postos de trabalho nas mais diversas áreas. Tem potencial para facilitar a vida de estúdios e produtoras e, ao mesmo tempo, tornar mais escassas as oportunidades para dubladores e atores que trabalham com isso.

GAGLIONI, C. Disponível em: www.nexojornal.com.br. Acesso em: 25 out. 2021.

A consequência da mudança tecnológica apresentada no texto é a

- A) proteção da economia nacional.
- B) valorização da cultura tradicional.
- C) diminuição da formação acadêmica.
- D) estagnação da manifestação artística.
- E) ampliação do desemprego estrutural.

02. (Enem–2022) Lá embaixo está o açude Itans, com seu formigueiro a cavar a terra. É mesmo impressionante o esforço daquele formigar de homens ao sol, lavados em suor, que não param em longas filas pacientes acompanhando centenas de burricos que sobem e descem, numa ciranda comovente e silenciosa, cada burrico com duas caixas de terra no lombo. É o labor organizado para a salvação da terra e do homem. Depois do semideserto que tanto nos acabrunhou o espírito por falta de chuvas, o esforço destes milhares de sertanejos, todos vestidos de brim mescla e calçando alpercatas, no combate consciente à esterilidade da natureza, com famílias alojadas em pequeninas casas de taipas e telha – embrião de futura cidade – impressionava-nos profundamente.

VALLE, F. M. *História do Açude Itans*, município de Caicó (RN). Brasília, 1994 (Adaptação).

Na construção do empreendimento descrito, destaca-se a presença de

- A) engenheiros na execução de canais fluviais.
- B) coronéis na ampliação de antigas fazendas.
- C) operários na distribuição dos recursos hídricos.
- D) trabalhadores na formação de novos espaços.
- E) negociantes na organização de redes comerciais.

03. (Enem–2021) O uso de novas tecnologias envolve a assimilação de uma cultura empresarial na qual haja a integração entre as propostas de modernização tecnológica e a racionalização. Nem sempre o uso de novas tecnologias é apenas um processo técnico na medida em que pressupõe uma nova orientação no controle do capital, no processo produtivo e na qualificação da mão de obra.

Dos diversos efeitos que derivaram dessa orientação, a terceirização, a precarização e a flexibilização aparecem com constância como características do paradigma flexível, em substituição ao modelo taylorista-fordista.

HERÉDIA, V. Novas tecnologias nos processos do trabalho: efeito, da reestruturação produtiva. *Scripta Nova*, n. 170, ago. 2004 (Adaptação).

O uso de novas tecnologias relacionado ao controle empresarial é criticado no texto em razão da

- A) operacionalização da tarefa laboral.
- B) capacitação de profissionais liberais.
- C) fragilização das relações de trabalho.
- D) hierarquização dos cargos executivos.
- E) aplicação dos conhecimentos da ciência.

04. (Enem–2021) Seu turno de trabalho acabou, você já está em casa e é hora do jantar da família. Mas, em vez de relaxar, você começa a pensar na possibilidade de ter recebido alguma mensagem importante no *e-mail* profissional ou no grupo de WhatsApp da empresa. Imediatamente, você fica distante. Momentos depois, com alguns toques na tela do celular, você está de volta ao ambiente de trabalho. O jantar e a família ficaram em segundo plano. A simples vontade de checar mensagens de trabalho pós-expediente prejudica sua saúde – e a de sua família.

Disponível em: www.bbc.com. Acesso em: 4 dez. 2018.

O texto indica práticas nas relações cotidianas do trabalho que causam para o indivíduo a

- A) proteção da vida privada.
- B) ampliação de atividades extras.
- C) elevação de etapas burocráticas.
- D) diversificação do lazer recreativo.
- E) desobrigação de afazeres domésticos.

05. (Enem–2021) As grandes empresas seriam, certamente, representação de um exercício de poder, ante o grau de autonomia de ação de que dispõem. O que se pretende salientar é a ideia de enclave: plantas industriais que estabelecem relações escassas com o entorno, mas exercem grande influência na economia extralocal.

DAVIDOVICH, F. Estado do Rio de Janeiro: o urbano metropolitano. Hipóteses e questões. *GeoUERJ*, n. 21, 2010.

Que tipo de ação tomada por empresas reflete a forma de territorialização da produção industrial apresentada no texto?

- A) Criação de vilas operárias.
- B) Promoção de eventos comunitários.
- C) Recuperação de áreas degradadas.
- D) Incorporação de saberes tradicionais.
- E) Importação de mão de obra qualificada.

- 06.** (Enem–2020) Nas últimas décadas, uma acentuada feminização no mundo do trabalho vem ocorrendo. Se a participação masculina pouco cresceu no período pós-1970, a intensificação da inserção das mulheres foi o traço marcante. Entretanto, essa presença feminina se dá mais no espaço dos empregos precários, onde a exploração, em grande medida, se encontra mais acentuada.

NOGUEIRA, C. M. As trabalhadoras do telemarketing: uma nova divisão sexual do trabalho? In: ANTUNES, R. et al. *Infoproletários: degradação real do trabalho virtual*. São Paulo: Boitempo, 2009.

A transformação descrita no texto tem sido insuficiente para o estabelecimento de uma condição de igualdade de oportunidade em virtude da(s)

- A) estagnação de direitos adquiridos e do anacronismo da legislação vigente.
 B) manutenção do *status quo* gerencial e dos padrões de socialização familiar.
 C) desestruturação da herança patriarcal e das mudanças do perfil ocupacional.
 D) disputas na composição sindical e da presença na esfera político-partidária.
 E) exigências de aperfeiçoamento profissional e de habilidades na competência diretiva.

- 07.** (Enem–2020) O toyotismo, a partir dos anos 1970, teve grande impacto no mundo ocidental, quando se mostrou para os países avançados como uma opção possível para a superação de uma crise de acumulação.

ANTUNES, R. *Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*. São Paulo: Boitempo, 2009 (Adaptação).

A característica organizacional do modelo em questão, requerida no contexto de crise, foi o(a)

- A) expansão dos grandes estoques.
 B) incremento da fabricação em massa.
 C) adequação da produção à demanda.
 D) aumento da mecanização do trabalho.
 E) centralização das etapas de planejamento.

- 08.** (Enem) Procuramos demonstrar que o desenvolvimento pode ser visto como um processo de expansão das liberdades reais que as pessoas desfrutam. O enfoque nas liberdades humanas contrasta com visões mais restritas de desenvolvimento, como as que identificam desenvolvimento com crescimento do Produto Nacional Bruto, ou industrialização. O crescimento do PNB pode ser muito importante como um meio de expandir as liberdades. Mas as liberdades dependem também de outros determinantes, como os serviços de educação e saúde e os direitos civis.

SEN, A. *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo: Cia. das Letras, 2010.

A concepção de desenvolvimento proposta no texto fundamenta-se no vínculo entre

- A) incremento da indústria e atuação no mercado financeiro.
 B) criação de programas assistencialistas e controle de preços.
 C) elevação da renda média e arrecadação de impostos.
 D) garantia da cidadania e ascensão econômica.
 E) ajuste de políticas econômicas e incentivos fiscais.

SEÇÃO FUVEST / UNICAMP / UNESP



GABARITO

Meu aproveitamento

Propostos

Acertei _____ Errei _____

01. A
 02. E
 03. D
 04. C
 05. B
 06. A
 07. B
 08. D
 09. D
 10. D
 11. D
 12. C
 13. B
 14. B
 15. D
 16. C
 17. E
 18. D
 19. A
 20. C

Seção Enem

Acertei _____ Errei _____

01. E 03. C 05. E 07. C
 02. D 04. B 06. B 08. D



Total dos meus acertos: _____ de _____ . _____ %

Sociedade da Informação

CONCEITOS SOCIOLÓGICOS SOBRE A GLOBALIZAÇÃO

O maior fluxo global entre pessoas, produtos, mercadorias e sistemas culturais teve início com as Grandes Navegações e a busca por novas terras nas Américas, ainda no século XVI. Com a chegada dos europeus, em solo americano, tivemos a difusão do catolicismo, dando início ao processo que concorreu para o advento do sincretismo entre crenças e religiosidades, a integração econômica, ainda que subordinada dessa região do mundo à Europa, e a difusão de valores políticos europeus em nosso continente. Seria o século XVI o início do processo de Globalização em virtude da integração mundial por ele gerada?

A resposta para a pergunta é não. O que de fato acentuou-se com o período das Grandes Navegações, foi o contato entre pessoas e culturas geograficamente distantes. Esse fato nunca deixou de existir na história da humanidade, tendo, em alguns momentos, maior e, em outros, menor intensidade. Assim, o período das Grandes Navegações deve ser entendido como um processo de **mundialização** em que Estados Nacionais europeus, na busca por novas colônias, integraram a economia e o fluxo de pessoas e produtos em nível global.

Por outro lado, como Globalização devemos entender a integração mundial que se dá sob a influência da maior flexibilidade dos capitais. Esse processo possibilita que estes se desloquem de um país a outro com grande facilidade, visando à redução de custos na produção e contribuindo para a precarização das relações de trabalho nos países de Terceiro Mundo, como vimos no capítulo anterior.

O processo de Globalização causa transformações nos aspectos sociais, políticos e culturais das sociedades modernas, e essas mudanças são potencializadas pelo desenvolvimento das tecnologias de informação. Nesse sentido, por mais que a Globalização transmita a noção de unidade global, é um processo que também deixa à mostra e em constante contato a grande diversidade e pluralidade de universos sociais existentes no globo. Por esse motivo, não apenas os choques culturais se tornam evidentes, como também surgem questionamentos em relação à universalidade da democracia ocidental como valor absoluto, além de o capitalismo ser colocado em xeque como único modo de produção viável. Como afirmou o sociólogo português Boaventura de Sousa Santos (1940-),

Nas três últimas décadas, as interações transnacionais conheceram uma intensificação dramática, desde a globalização dos sistemas de produção e das transferências financeiras, à disseminação, a uma escala mundial, de informação e imagens através dos meios de comunicação social ou às deslocamentos em massa de pessoas, quer como turistas, quer como trabalhadores migrantes ou refugiados.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *A globalização e as Ciências Sociais*. 3. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2005. p. 25. [Fragmento]

Nesse contexto, as representações sociais a respeito de povos, culturas, nações, línguas e religiões se tornam totalmente influenciadas pela compreensão de espaço e tempo propostas pela Globalização. Eventos que ocorrem em um espaço determinado atingem várias outras localidades e causam influência na vida dessas sociedades, ainda que geograficamente distantes.

Em termos produtivos, a Globalização é o resultado de uma junção de fatores que já tivemos a oportunidade de estudar em capítulos anteriores. Por exemplo: o desemprego ocasionado pela reestruturação produtiva pós-crise dos anos 1970; a crise do Estado de Bem-Estar Social; a maior segmentação do mercado de trabalho. Esses eventos, que contribuíram para a maior integração econômica entre os países do Ocidente, denotam também um dos dois aspectos contraditórios que dominam a análise sociológica sobre o fenômeno da Globalização. Tal aspecto é a homogeneização social, política, cultural em contraste com os movimentos sociais e políticos de resistência aos resultados desse processo.



Fotos: Mariano Vale / Terabass / Creative Commons. Arte: Rubens Lima



O sociólogo britânico **Anthony Giddens (1938-)** define globalização como

a intensificação de relações sociais mundiais que unem localidades distantes de tal modo que os acontecimentos locais são condicionados por eventos que acontecem a muitas milhas de distância e vice-versa.

GIDDENS, A. *Sociologia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1984. p. 64. [Fragmento]

Por esse motivo, Boaventura de Souza Santos entende que o processo de Globalização combina a busca pela universalização e o rompimento das fronteiras nacionais com a busca pelo particularismo, pelo respeito à diversidade cultural, étnica e religiosa. Na percepção desse importante sociólogo português, a Globalização econômica se desdobra em diferentes esferas: Globalização social, Globalização política, Globalização cultural, em que se percebem intensos conflitos entre uma lógica hegemônica de nível internacional e uma lógica particularista e local, muitas vezes engolida pelo poder global.

Santos destaca que é no domínio da Globalização cultural que o fenômeno se insere com mais frequência. Com as tecnologias da informação, atreladas ao poder midiático cada vez mais intenso, os termos ocidentalização ou americanização são entendidos como possíveis substitutos do conceito de globalização. A motivação para esse fato é que os símbolos, a cultura e os valores, que estão no processo de globalização, são oriundos do ocidente e, geralmente, ligados à esfera dos Estados Unidos. Há uma série de exemplos de objetos, ideias ou valores nessa situação, tais como: a Internet, a televisão, o utilitarismo, a democracia política, o individualismo, a publicidade, o cinema, a racionalidade, a economia, entre outros.

Contudo, cabe notar que tanto a busca pela universalidade quanto pelo particularismo acaba por gerar os mais diversos conflitos no plano mundial.

A GLOBALIZAÇÃO E A SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO



O desenvolvimento da sociedade informacional contribui para que as noções de espaço e tempo sejam comprimidas na Modernidade, ou seja, eventos que ocorrem em partes distantes do globo são rapidamente difundidos por todas as partes do planeta. Porém, pode-se afirmar que não é apenas isso. Em nossa vida cotidiana, podemos fazer transferências financeiras para qualquer parte do planeta, entrar em contato com pessoas em países distintos, entre outras situações que demonstram como as conexões nas sociedades modernas e globalizadas permitem interações entre os indivíduos que prescindem do compartilhamento de um mesmo espaço e do tempo para que elas possam ocorrer.

Nesse contexto de grande desenvolvimento dos meios de comunicação, a informação ganha centralidade no que tange à organização das sociedades modernas. Notemos que a informação sempre foi um elemento de extrema relevância e importância para a coesão social em qualquer sociedade.

Quem detinha o monopólio da informação sempre teve nas mãos a capacidade de melhor influir em todo um contexto social específico. O sociólogo espanhol **Manuel Castells (1942-)**, no entanto, entende que devemos fazer uma diferenciação entre informação, elemento presente em toda e qualquer sociedade ao longo da história, e "informacionalismo", que seria um fenômeno típico das sociedades modernas e globalizadas.

O processo de Globalização não teria ocorrido caso não tivesse acontecido a revolução operada no campo da tecnologia da informação. A partir da década de 1970, os avanços na informática e nas comunicações fizeram com que o fluxo de informações se tornasse a base de interação da sociedade globalizada. Esses avanços tecnológicos possibilitaram a organização das sociedades modernas em torno de redes, as quais transformaram a vida moderna nos âmbitos sociais, políticos e econômicos.

Por intermédio do desenvolvimento das tecnologias de comunicação, tornou-se possível a ocorrência da reestruturação da produção capitalista pós-crise dos anos 1970. Isso porque, assim, foi facilitado o processo de armazenamento e processamento de informações e também de descentralização das funções.

Por isso o sociólogo brasileiro **Octávio Ianni (1926-2004)**, da USP, afirma que o processo de globalização que decorre desde a década de 1970 é um processo novo, apesar de sua aparente continuidade com as etapas anteriores. Novo porque ele se caracteriza pelo predomínio de uma lógica de mercado específica (neoliberalismo) que se vale de um quadro comunicacional bastante específico (avançadas tecnologias de comunicação e transporte).

Paradoxalmente, Ianni enxerga que a ampliação do contato entre diversas sociedades fez emergir um profundo "desentendimento mútuo", fruto de um processo de integração social que reúne diversos grupos sob o título de *A sociedade global*, quando na verdade trata-se de inúmeros grupos sociais extremamente diversificados que se veem atrelados a um sistema único, muitas vezes contra a sua própria vontade. O local e o global passam a se determinar mutuamente, mas de forma assimétrica, desigual e descontraída.

Na medida em que os mercados se abrem e há uma maior interação comercial, também ocorrem outros tipos de trocas e imposições nos níveis político e cultural, que possuem grande influência na configuração das sociedades e das vidas individuais nesse novo contexto. Nesse sentido, podem ser observados vários fenômenos: a cultura de massa passa a ter um grande peso na estrutura cultural das sociedades ocidentais; há uma difusão maciça de produtos industrializados ao redor do mundo; ocorre o fenômeno da divisão internacional do trabalho, na qual um produto possui sua cadeia produtiva distribuída ao redor do globo; os centros de poder deslocam-se para os grandes centros comerciais, formando uma nova dinâmica política fortemente marcada pela economia; comportamentos, tendências e gostos são largamente difundidos através dos meios de comunicação de massa, cada vez mais desenvolvidos e influentes; as nações passam a fazer parte de um intrincado sistema-mundo, altamente interconectado e complexo.

O conceito de **Aldeia Global** criado pelo sociólogo canadense **Marshall McLuhan (1911-1980)** se tornou uma referência para os estudos sobre a relação entre a cultura e a Globalização. Esse conceito, criado em 1962, tenta traduzir o processo de compressão da relação entre espaço e tempo, o qual passou a servir de parâmetro para designar um novo modelo cultural que começava a se impor de forma maciça, por força dos meios de comunicação que cada vez conseguiam atingir um número maior de pessoas e em tempo real.

Esse novo contexto se caracteriza pela quebra de vários paradigmas consolidados na sociedade ocidental, especialmente os relacionados aos valores ligados ao Iluminismo e às Revoluções Burguesas. Na atualidade, tudo é volátil, passageiro, transitório, definido de forma instável pelos meios de comunicação de massa, num amálgama de valores, comportamentos e tendências que denotam a enorme diversidade da Globalização. Por outro lado, ao mesmo tempo, observa-se também a sua fragilidade, por não conseguir dar sentido profundo e estável à vida dos indivíduos, cada vez mais definidos pelo consumo e pela moda.

O desenvolvimento das tecnologias de informação também possibilitou a formação de novos movimentos sociais, que não se limitavam a questionar as diferenças de classes e o processo excludente do sistema capitalista. Mais que isso, envolviam também a luta por igualdade de direitos ligados à defesa do meio ambiente, à questão estudantil, entre outras reivindicações.

Na era da informação, as forças produtivas, a circulação dos códigos culturais e até mesmo o exercício do poder estão diretamente relacionados ao poder tecnológico de uma sociedade. Uma vez que a expansão do capitalismo pós-crise de 1970 dependeu da ampliação dos mercados consumidores, em um primeiro momento, bem como do investimento em regiões do globo em que a mão de obra fosse mais barata, em um segundo momento, a mobilidade de capitais necessitava de maior agilidade em seu fluxo, de forma que as empresas necessitavam de um acúmulo maior de informações para que melhor direcionassem seus investimentos. Assim sendo, a produtividade se baseia na busca incessante pela inovação tecnológica, valendo-se das tecnologias de comunicação e transporte para criar uma interdependência em rede das economias, em escala global, de maneira a gerar impactos nos âmbitos político e social.

Esse processo de expansão de mercados e maior integração econômica entre os países do globo ganhou ainda mais força com o fim da Guerra Fria, que levou à consequente extinção do bloco comunista. Isso fez com que os países anteriormente integrados à União Soviética fossem incorporados à lógica capitalista. Nesse novo contexto de expansão de mercados, os Estados Nacionais se viram bastante enfraquecidos no que se refere à sua soberania, uma vez que órgãos supranacionais como o FMI (Fundo Monetário Internacional), BM (Banco Mundial) e ONU (Organização das Nações Unidas) passaram a ter forte ingerência sobre as políticas nacionais. Tal fato pode ser observado especialmente na esfera econômica, desencadeando uma série de privatizações de empresas estatais,

desregulamentação dos mercados para favorecimento de investidores, além de uma reestruturação da burocracia estatal visando a uma redução dos gastos de manutenção do Estado.

Esse contexto marcou o desenvolvimento do chamado neoliberalismo, que, posto em prática a partir da década de 1980 por Margaret Thatcher na Inglaterra, procurou justamente submeter o Estado e sua capacidade de governo às leis de mercado. Como consequência, o Estado reduziria, sob essa lógica, sua atuação, de modo que teria mais dificuldade para garantir direitos básicos à sua população em prol de uma adequação às mudanças do sistema capitalista do final do século XX.

Outra evidência do enfraquecimento dos Estados-nação frente ao poder dos organismos supranacionais e das empresas multinacionais é a formação de blocos econômicos como Mercosul e União Europeia, os quais colocam os seus membros em melhores condições de negociação na esfera global. Assim, temos uma mudança sociológica importante, o mesmo Estado-nação que foi primordial para a consolidação do sistema capitalista, perdeu sua força no momento da reestruturação das forças produtivas.

Ao pensarmos a Globalização em termos sociológicos, devemos levar em consideração não apenas a perda da centralidade do Estado-nação em um novo contexto capitalista. Devemos observar principalmente como a Globalização causa efeitos nos principais pilares de sustentação da sociedade moderna que surge logo após a Revolução Industrial. Entre esses pilares pode-se citar o industrialismo, a crença no racionalismo, a formação das ideologias liberais e socialistas. Enfim, em cada um desses segmentos, podemos refletir sobre como os efeitos da Globalização produzem efeitos nas nossas representações a respeito de cada uma dessas esferas.

Como não poderia ser diferente, a facilidade de comunicação contribui para que movimentos sociais de resistência e questionamentos às mudanças provocadas pela Globalização sejam incorporados à esfera da representação política. Por esse motivo, cada vez mais as temáticas relacionadas à exclusão, às identidades culturais, entre outras, ganham relevância no debate político atual.



POR UMA OUTRA GLOBALIZAÇÃO

O geógrafo brasileiro **Milton Santos (1926-2001)** é uma das principais referências nos estudos sobre a Globalização com sua obra *Por uma outra globalização* (2000), na qual analisa o fenômeno a partir de vários aspectos. Santos identifica que há pelo menos três grandes faces da mundialização: o mundo como *fábula* (como quem quer que o vejamos); o mundo como *perversidade* (como ele realmente é); o mundo como *possibilidade* (como poderia ser).

É importante destacar que Milton Santos não era contra a Globalização em si, porém se posicionava criticamente contra o modelo de Globalização perversa vigente no mundo, que ele chamava de **globalitarismo** (globalização autoritária). Analisando as contradições e os paradoxos desse modelo econômico e cultural, Santos enxergou a possibilidade de construção de outra realidade, mais justa e mais humana.

“Por uma outra globalização”, de Milton Santos

O mundo tal como nos fazem crer: a Globalização como fábula

Este mundo globalizado, visto como fábula, erige como verdade um certo número de fantasias, cuja repetição, entretanto, acaba por se tornar uma base aparentemente sólida de sua interpretação (Maria da Conceição Tavares, *Destruição não criadora*, 1999). A máquina ideológica que sustenta as ações preponderantes da atualidade é feita de peças que se alimentam mutuamente e põem em movimento os elementos essenciais à continuidade do sistema. Damos aqui alguns exemplos. Fala-se, por exemplo, em aldeia global para fazer crer que a difusão instantânea de notícias realmente informa as pessoas. A partir desse mito e do encurtamento das distâncias – para aqueles que realmente podem viajar – também se difunde a noção de tempo e espaço contraídos. É como se o mundo se houvesse tornado, para todos, ao alcance da mão. Um mercado avassalador dito global é apresentado como capaz de homogeneizar o planeta quando, na verdade, as diferenças locais são aprofundadas. Há uma busca de uniformidade, ao serviço dos atores hegemônicos, mas o mundo se torna menos unido, tornando mais distante o sonho de uma cidadania verdadeiramente universal. Enquanto isso, o culto ao consumo é estimulado.

Fala-se, igualmente, com insistência, na morte do Estado, mas o que estamos vendo é seu fortalecimento para atender aos reclamos da finança e de outros grandes interesses internacionais, em detrimento dos cuidados com as populações cuja vida se torna mais difícil. Esses poucos exemplos, recolhidos numa lista interminável, permitem indagar se, no lugar do fim da ideologia proclamado pelos que sustentam a bondade dos presentes processos de Globalização, não estaríamos, de fato, diante da presença de uma ideologização maciça, segundo a qual a realização do mundo atual exige como condição essencial o exercício de fabulações.

O mundo como é: a Globalização como perversidade

De fato, para a grande maior parte da humanidade a Globalização está se impondo como uma fábrica de perversidades. O desemprego crescente torna-se crônico. A pobreza aumenta e as classes médias perdem em qualidade de vida. O salário médio tende a baixar. A fome e o desabrigo se generalizam em todos os continentes. Novas enfermidades [...] se instalam e velhas doenças, supostamente extirpadas, fazem seu retorno triunfal. A mortalidade infantil permanece, a despeito dos progressos médicos e da informação. A educação de qualidade é cada vez mais inacessível. Alastram-se e aprofundam-se males espirituais e morais, como os egoísmos, os cinismos, a corrupção.

A perversidade sistêmica que está na raiz dessa evolução negativa da humanidade tem relação com a adesão desenfreada aos comportamentos competitivos que atualmente caracterizam as ações hegemônicas. Todas essas mazelas são direta ou indiretamente imputáveis ao presente processo de globalização.

O mundo como pode ser: uma outra Globalização

Todavia, podemos pensar na construção de um outro mundo, mediante uma Globalização mais humana. As bases materiais do período atual são, entre outras, a unicidade da técnica, a convergência dos momentos e o conhecimento do planeta. É nessas bases técnicas que o grande capital se apoia para construir a Globalização perversa de que falamos [...]. Mas, essas mesmas bases técnicas poderão servir a outros objetivos, se forem postas ao serviço de outros fundamentos sociais e políticos. Parece que as condições históricas do fim do século XX apontavam para esta última possibilidade. Tais novas condições tanto se dão no plano empírico quanto no plano teórico.

Considerando o que atualmente se verifica no plano empírico, podemos, em primeiro lugar, reconhecer um certo número de fatos novos indicativos da emergência de uma nova história. O primeiro desses fenômenos é a enorme mistura de povos, raças, culturas, gostos, em todos os continentes. A isso se acrescenta, graças aos progressos da informação, a “mistura” de filosofias, em detrimento do racionalismo europeu. Um outro dado de nossa era, indicativo da possibilidade de mudanças, é a produção de uma população aglomerada em áreas cada vez menores, o que permite ainda maior dinamismo àquela mistura entre pessoas e filosofias. As massas de que falava Ortega y Gasset na primeira metade do século (*La rebelión de las masas*, 1937), ganham uma nova qualidade em virtude da sua aglomeração exponencial e de sua diversificação. Trata-se da existência de uma verdadeira sociodiversidade, historicamente muito mais significativa que a própria biodiversidade.

Junte-se a esses fatos a emergência de uma cultura popular que se serve dos meios técnicos antes exclusivos da cultura de massas, permitindo-lhe exercer sobre esta última uma verdadeira revanche ou vingança.

É sobre tais alicerces que se edifica o discurso da escassez, afinal descoberta pelas massas. A população aglomerada em poucos pontos da superfície da Terra constitui uma das bases de reconstrução e de sobrevivência das relações locais, abrindo a possibilidade de utilização, ao serviço dos homens, do sistema técnico atual. No plano teórico, o que verificamos é a possibilidade de produção de um novo discurso, de uma nova metanarrativa, um novo grande relato.

Esse novo discurso ganha relevância pelo fato de que, pela primeira vez na história do homem, se pode constatar a existência de uma universalidade empírica. A universalidade deixa de ser apenas uma elaboração abstrata na mente dos filósofos para resultar da experiência ordinária de cada homem. De tal modo, em um mundo datado como o nosso, a explicação do acontecer pode ser feita a partir de categorias de uma história concreta. É isso, também, que permite conhecer as possibilidades existentes e escrever uma nova história.

SANTOS, Milton. *Por uma outra globalização*. Rio de Janeiro / São Paulo: Record, 2001. p. 17-20. [Fragmento]

OS EFEITOS DA GLOBALIZAÇÃO NA PÓS-MODERNIDADE

O sociólogo jamaicano **Stuart Hall (1932-2014)** foi um dos mais aguçados analistas da pós-modernidade, tendo se dedicado a compreender as mudanças culturais produzidas pelas múltiplas variáveis presentes na Globalização. Oriundo de um país periférico, Hall forneceu importantes elementos para analisar os efeitos da Globalização a partir do ponto de vista de países que não são seus protagonistas e maiores beneficiários, mas sim de povos que tendem a sofrer os efeitos negativos desse processo. Em seu famoso livro *A Identidade Cultural na Pós-Modernidade*, Hall identifica que os indivíduos enfrentam uma profunda crise na formação de sua identidade, em função das rupturas com as instituições tradicionais, acompanhadas da multiplicidade de valores, crenças e inovações que têm lugar no agitado e veloz mundo pós-moderno. A identidade do sujeito, antes sólida, amparada pela tradição, agora se vê fragmentada e descentrada. A subjetividade é afetada e as coletividades também. As culturas do passado forneciam as bases seguras para o desenvolvimento psíquico social do indivíduo; a partir da segunda metade do século XX, isso não é mais possível. Como diz o próprio Hall,

[...] o sujeito do Iluminismo, visto como tendo uma identidade fixa e estável, foi descentrado, resultando nas identidades abertas, contraditórias, inacabadas, fragmentadas, do sujeito pós-moderno.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Porto Alegre: Lamparina, 2003. p. 46.

Hall vislumbra três possíveis consequências para as identidades culturais no processo de Globalização: a primeira estaria associada à desintegração das identidades nacionais, resultado de um crescimento da homogeneização cultural; a segunda seria marcada pela resistência à Globalização com o reforço das identidades locais; a terceira seria vista na produção de novas identidades culturais – as culturas híbridas. Todas as três consequências trazem à tona relações de poder político e econômico que impactam a questão cultural. As nações de centro, com maior poderio, tendem a exercer grande pressão sobre nações periféricas e grupos minoritários ou tradicionais. Ao mesmo tempo que ocorre a homogeneização cultural, existem também processos delicados de manutenção de tradições culturais e de retorno a discursos reacionários e radicais, como comprovam as eclosões de discursos fundamentalistas ao redor do mundo. Neonazistas, neofascistas, por exemplo, são faces da reação ao processo globalizador e defendem um fechamento cultural acompanhado da aniquilação do outro, do diferente.

A perda da identidade original e a fragmentação da cultura parecem indicar um limite para o processo de Globalização cultural. Percebe-se que, apesar do discurso dominante de respeito à diversidade, o diferente é muito mais alguém a ser dissolvido do que a ter sua cultura compreendida e partilhada. A Globalização não diminui as desigualdades políticas e econômicas, ao contrário, as reforça por meio de mecanismos simbólicos de poder. As culturas dos países periféricos e dos grupos minoritários se veem diante de uma coerção cultural, ou são assimiladas e homogeneizadas, abrindo mão de suas características e identidades em nome da Globalização, ou tendem a ser vistas como estrangeiras, diferentes, estranhas dentro do seu próprio território. Como dizia Julia Kristeva:

Se voltarmos no tempo e nas estruturas sociais, o estrangeiro é o outro da família, do clã, da tribo. Inicialmente, ele se confunde com o inimigo. Exterior à minha religião também, ele pode ser o infiel, herético. Não tendo prestado fidelidade ao meu senhor, ele é nativo de uma outra terra, estranho ao reino e ao império.

KRISTEVA, J. *Estrangeiros para nós mesmos*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994. p. 100.

É PRECISO DESCOLONIZAR A GLOBALIZAÇÃO

Um dos principais desafios para construção de um outro mundo possível, na busca pela igualdade entre os seres humanos, é fazer aquilo que está simbolizado na própria logomarca do Fórum Social Mundial: tratar os continentes de forma igualitária. E um dos primeiros e mais estratégicos passos neste sentido é o desafio da descolonização do pensamento e do conhecimento produzido e distribuído nas duas regiões mais pobres do planeta: a África e a América Latina. Este foi um dos temas debatidos em Salvador, durante o Fórum Social Mundial Temático da Bahia, onde professores, pesquisadores e militantes do movimento social chegaram à conclusão de que a própria globalização também precisa ser descolonizada.

“Descolonizar o pensamento é enfrentar os desafios colocados pelo eurocentrismo e pelo etnocentrismo como modos de pensar dominantes. No quadro histórico marcado pelo colonialismo europeu, quando essa visão, centrada na Europa, é utilizada como grade de leitura e interpretação da realidade de todo o mundo, constrói-se uma visão distorcida dos padrões e da natureza dos povos”, explica o senegalês Sampa Buri Mboup, professor da Universidade da África do Sul.

Essência do pensamento colonial, o eurocentrismo foi, durante séculos, a base do projeto predatório e opressivo aplicado pelas elites e povos do continente Europeu, garantindo a manutenção de seus interesses. No Brasil, o colonialismo e o pensamento produzido no período estão diretamente relacionados à construção da sociedade brasileira. Era preciso construir um discurso que justificasse a escravidão e a opressão contra os povos indígenas e negros.

[...] “O discurso ideológico, aliado à força, foi um instrumento usado para manter o poder e construir a estabilidade para a classe dominante”, conta Edson França, coordenador da Unegro.

Com a crise provocada pela Reforma e a ascensão do Iluminismo, foi preciso encontrar uma justificativa racional para a supremacia do eurocentrismo e a consequente manutenção da escravidão no Brasil.

Chega então ao país o discurso chamado de racismo científico, cuja base é a classificação racial, onde o branco está no alto da pirâmide, do ponto de vista da sua superioridade biológica, e o negro abaixo de qualquer etnia.

“Esse discurso permitiu animalizar e fazer dele o uso necessário [...]. Durante todo o processo de dominação ele não foi contestado na academia e acabou assimilado pelo senso comum. [...] Era preciso não apenas justificar a escravidão para as classes dominantes, mas fazer com que o próprio dominado também absorvesse o discurso. A baixa autoestima da população negra permitiu, então, a intensificação na fragmentação, em vez da unidade para fazer o combate ao pensamento e à estrutura social vigente”, explica Edson França.

Quando o racismo deixou de servir aos interesses do capitalismo moderno – e veio a ideia de que era preciso libertar os escravos para aumentar a massa de consumidores –, o discurso colonizado apostou na miscigenação como forma de “branquear o Brasil”. E até hoje os efeitos provocados pelo pensamento colonial são estruturantes para a desigualdade entre brancos e não brancos em nosso país.

Descolonizar a Globalização

Para os movimentos que se organizam em torno do Fórum Social Mundial, há um número de desafios e apostas estratégicas que se colocam pela frente na construção deste outro mundo possível no que diz respeito à descolonização do pensamento. Para o professor Samba Buri MBoup, é preciso começar descolonizando a compreensão do próprio conceito de globalização, já que o mundo global também tem sustentado essa desigualdade. São tarefas que vão da desconstrução do mito da África como um continente sem história ao combate à ideia da marginalidade do continente no comércio e na economia.

“Apesar do discurso dominante, há muitas provas de que a África foi palco de uma história e ciência tão antigas quanto os primórdios do mundo e central em todos os momentos da economia mundial: na fase de acumulação primitiva, na colonização, na revolução industrial, na era pós-colonial e até hoje. A realidade é apresentada de cabeça para baixo, para que olhemos para nós mesmos como se fôssemos menores, enquanto nosso continente é o berço da civilização humana. É preciso reavaliar o potencial da herança africana”, cobra MBoup.

No continente mais esquecido do planeta, a alternativa ao discurso colonial da África é chamada de Renascimento Africano, um projeto global de sociedade e civilização construído na resposta coletiva e organizada da África aos desafios da globalização. O projeto, já encampado por 20 países, propõe o domínio do conhecimento científico e da tecnologia; a autonomia e rejuvenescimento da consciência política africana – como resposta à crise de lideranças no continente –; e a conscientização baseada na unidade dos povos africanos.

“Há estudos que demonstram de forma clara e irrefutável a profunda unidade cultural dos povos africanos. Hoje interceptam o potencial de desenvolvimento africano, a serviço de uma causa que não é nossa, [...] quando a história africana é de pluralismo [...]”, conclui Samba Buri MBoup.

BARBOSA, B. *É preciso descolonizar a globalização*. Disponível em: <https://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Internacional/%252527e-precisodescolonizar-a-globalizacao%2525276/15571>. Acesso em: 1 fev. 2019. [Fragmento]

EXERCÍCIOS PROPOSTOS



01. (UEL-PR–2019) Leia o texto a seguir:

O prefixo “des” indica anomalia. “Desemprego” é o nome de uma condição claramente temporária e anormal, e, assim, a natureza transitória e curável da doença é patente. A noção de “desemprego” herdou sua carga semântica da autoconsciência de uma sociedade que costumava classificar seus integrantes, antes de tudo, como produtores, e que também acreditava no pleno emprego não apenas como condição desejável e atingível, mas também como seu derradeiro destino. Uma sociedade que, portanto, classificava o emprego como uma chave – a chave – para a solução dos problemas ao mesmo tempo da identidade pessoal socialmente aceitável, da posição social segura, da sobrevivência individual e coletiva, da ordem social e da reprodução sistêmica.

BAUMAN, Z. *Vidas despedaçadas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005. p. 19.

Com base no texto e nos conhecimentos sobre as transformações mais recentes quanto ao tema desemprego no capitalismo, considere as afirmativas a seguir:

- I. A tendência no capitalismo globalizado é tornar os postos de trabalho mais flexíveis para atender necessidades das grandes corporações, levando a questionamentos do modelo taylorista-fordista.
- II. A perda de identidade em relação ao emprego no capitalismo contemporâneo confirma o fato de que a categoria trabalho deixou de ser essencial para a produção e reprodução da vida social.
- III. As políticas antissindiais que acompanham as práticas neoliberais apresentam como resultado a supressão das crises econômicas globais com o restabelecimento do pleno emprego.
- IV. O desemprego, no capitalismo globalizado, tem a longa duração como seu traço característico, enquanto avança o emprego precário e de alta rotatividade, como nos *call centers*.

Assinale a alternativa correta.

- A) Somente as afirmativas I e II são corretas.
- B) Somente as afirmativas I e IV são corretas.
- C) Somente as afirmativas III e IV são corretas.
- D) Somente as afirmativas I, II e III são corretas.
- E) Somente as afirmativas II, III e IV são corretas.

02. (UEMA) O sociólogo Zygmunt Bauman, em seu livro *Globalização: as consequências humanas*, afirma que a “globalização” tem sido apresentada como o destino irremediável do mundo, mas que, no fenômeno da globalização, há mais coisas do que pode o olho apreender, pois o fenômeno da globalização tanto divide como une.

BAUMAN, Zygmunt. *Globalização: as consequências humanas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999 (Adaptação).

Essa crítica do autor é, também, expressa em outras linguagens, como na charge a seguir:



Disponível em: <http://joselimaia.blogspot.com.br/p/geografia-2-ano.html>. Acesso em: 30 ago. 2014.

Com base na charge e nas ideias de Zygmunt Bauman, pode-se afirmar que o fenômeno da globalização

- A) seleciona povos, países e setores que serão inseridos no processo, determinando a forma da inserção.
- B) uniformiza todos os países e atinge a todos da mesma maneira, sem distinção de etnia, credo e ideologia.
- C) distribui igualmente entre povos e países os produtos advindos do desenvolvimento econômico e tecnológico.
- D) transforma as nações em uma só, criando uma verdadeira “aldeia global”, na qual todos os povos são iguais.
- E) padroniza o mundo social, cultural, política e economicamente, reduzindo as desigualdades entre as nações.

03. (UFJF-MG–2019) Após repetidas ameaças do presidente Donald Trump, a guerra comercial com a China se concretizou. Os Estados Unidos anunciaram a imposição de tarifas de milhões de dólares a vários produtos chineses, provocando represália imediata de Pequim, que denunciou “a maior guerra comercial da história econômica”.

GAIER, Rodrigo Viga. Disputa comercial entre China e EUA pode afetar emprego e renda no Brasil, diz ministro. *Folha de S. Paulo*, 15 ago. 2018. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2018/08/disputa-comercial-entre-china-e-eua-pode-afetar-emprego-e-renda-no-brasil-dizministro.shtml>. Acesso em: 20 ago. 2018.

O conflito descrito no texto é representativo do(a)(s):

- A) processo atual de fragilização dos ideais da globalização econômica, social e cultural, que ganhou força nas últimas décadas.
- B) ações para proteger a economia dos países que integram a Parceria Transpacífico (TPP).

- C) declínio dos acordos econômicos multilaterais entre países produtores de *commodities*.
- D) tentativa de se reduzir a fiscalização alfandegária para incentivar o consumo de produtos industrializados.
- E) preocupação norte-americana em relação ao monopólio chinês das inovações tecnológicas.

04. (Unesp–2023) A necessária redução do tempo é melhor alcançada se os consumidores não puderem prestar atenção ou concentrar o desejo por muito tempo em qualquer objeto; isto é, se forem impacientes, impetuosos, indóceis e, acima de tudo, facilmente instigáveis e também se facilmente perderem o interesse. [...] A relação tradicional entre necessidades e sua satisfação é revertida: a promessa e a esperança de satisfação precedem a necessidade que se promete satisfazer e serão sempre mais intensas e atraentes que as necessidades efetivas.

BAUMAN, Zygmunt. *Globalização*. 2021.

A argumentação apresentada no excerto sobre o tempo do consumo expressa ações características

- A) dos Estados e das empresas transnacionais, organizações interessadas em acordos supranacionais pró-economia.
- B) da publicidade e do *marketing*, estratégias corporativas que influenciam a nossa organização social.
- C) das instituições financeiras e das ONGs, agentes corporativos pautados pela socialização de capitais.
- D) da didática e da neurociência, elementos empregados pelas empresas para criação de novos produtos.
- E) da ciência e da tecnologia, campos de estudo dedicados à erradicação das diferenças socioeconômicas.

05. (IFSP) No Brasil, a adoção de políticas neoliberais alcançou grande êxito no controle do processo inflacionário através do Plano Real, implementado por Fernando Henrique Cardoso.

Assinale a alternativa que indica corretamente características do neoliberalismo.

- A) Incentivo à indústria, intervencionismo estatal e controle alfandegário, visando à acumulação de capitais nacionais.
- B) Política de monopólios das reservas naturais e controle estatal dos preços de produtos e serviços.
- C) Política de privatização de empresas estatais, livre circulação de capitais internacionais e ênfase na globalização.
- D) Intervenção no mercado de trabalho e criação de obras de infraestrutura e serviços sociais por parte do Estado.
- E) Abertura ao capital estrangeiro, fim da autonomia do capital privado e tutela da classe trabalhadora.

- 06.** (UFAL) Mudanças na tecnologia e massificação da sociedade contribuíram para o crescimento da Globalização. Hoje, o mundo se transformou num grande mercado, com informações circulando nos meios de comunicação de maneira veloz.
- Com a Globalização, a sociedade internacional
- A) extinguiu as diferenças sociais entre as culturas, abrindo as portas para a afirmação de governos democráticos.
 B) realizou feitos culturais importantes para a solidariedade entre os povos, apesar das dificuldades socioeconômicas existentes.
 C) criou condições imediatas para a consolidação de uma sociedade sem violência, graças às riquezas sociais existentes.
 D) entrou num período de paz trazido pela atuação da Organização das Nações Unidas, da qual participam todos os países do mundo.
 E) afirmou sua vontade política radical de democratizar o mundo, impedindo a volta do fascismo e da violência política.
- 07.** (UENP-PR) Um dos traços marcantes do atual período histórico é, pois, o papel verdadeiramente despótico da informação. Conforme já vimos, as novas técnicas deveriam permitir a ampliação do conhecimento do planeta, dos objetos que o formam, das sociedades que o habitam e dos homens em sua realidade intrínseca. Todavia, nas condições atuais, as técnicas de informação são principalmente utilizadas por um punhado de atores em função de seus objetivos particulares [...] aprofundando assim os processos de criação de desigualdades.
- SANTOS, Milton. *Por uma outra globalização*. Rio de Janeiro: Record, 2000.
- O fragmento de texto critica as redes informacionais surgidas com a Globalização, por quê?
- A) Difundem a ideologia da classe dominante, contribuindo, dessa forma, para a acumulação capitalista.
 B) Favorecem discordâncias entre as elites.
 C) Contrapõem interesses políticos e econômicos.
 D) Difundem e ampliam o conhecimento favorecendo a inclusão.
 E) Estão nas mãos das grandes empresas midiáticas e são utilizadas por “um punhado de atores”.
- 08.** (UEG-GO) A emergência do fenômeno da globalização foi acompanhada de mudanças na esfera da produção e do Estado. Nesse contexto, no caso europeu, é correto afirmar:
- A) A partir da década de 1980, emergiu o regime de acumulação flexível, caracterizado pelo pós-fordismo e pelo Estado de bem-estar social.
 B) A partir da década de 1980, iniciou-se o processo de reestruturação produtiva e a implantação do Estado neoliberal.
- C) A partir dos anos 1970, emergiu a sociedade pós-moderna globalizadora e organizada em torno do Estado neoliberal e do fordismo / taylorismo.
 D) A partir dos anos 1980, emergiu o Estado de bem-estar social e a reestruturação produtiva.
- 09.** (UECE-2022) A globalização, em geral, refere-se ao fato de que, nas últimas décadas, indivíduos, grupos, entidades e estados-nações se tornaram cada vez mais interdependentes uns dos outros ao redor do mundo no que diz respeito a negociações econômicas, orientações políticas, difusão de conhecimentos técnico-científicos e artístico-culturais. Mas, mesmo com variadas facetas, mais precisamente, foram os agentes econômicos e políticos e / ou as dimensões econômicas e políticas que contribuíram de maneira decisiva para que essa interdependência global tenha se consolidado.
- Acerca das dimensões e dos agentes da globalização, assinale a afirmação verdadeira.
- A) A globalização econômica, proporcionada pelo aumento das transações comerciais ao redor do planeta, está desconectada das decisões políticas dos estados nacionais.
 B) Algumas corporações transnacionais, como a Apple, a Microsoft e a Uber estabelecem cadeias produtivas globais instalando filiais em países com alto custo de mão de obra.
 C) A globalização tem sua face política fundada na chamada governança global orientada por entidades e organizações como a ONU, a OMS, a UNICEF e o Tribunal Penal Internacional.
 D) As organizações governamentais transnacionais como o Fundo Monetário Internacional – FMI –, o Banco Mundial e a ONU combatem a perda de autonomia dos Estados nacionais.
- 10.** (UFU-MG) Desde o final do século passado, os cientistas sociais vêm afirmando que as transformações globais têm levado a uma nova forma de sociedade, definida por sociedade em rede. De acordo com as análises desse período, afirma-se que foram marcos importantes na emergência desse novo modelo de sociedade
- A) a rede mundial de computadores e os novos movimentos sociais.
 B) os fluxos globais de mão de obra e o capital industrial.
 C) a revolução tecnológica da informação e a reestruturação do capitalismo.
 D) o ciberespaço, as guerras e a fome que aceleraram os fluxos migratórios.
- 11.** (Unimontes-PR) O processo de globalização estabelece intensa circulação, não somente de mercadoria, mas também do capital financeiro. Nesse contexto de mundialização, predomina a competição em todos os níveis, a liberalização dos mercados, a desregulamentação dos mecanismos de controle da economia, a flexibilização das relações de trabalho, etc.

Sobre o fenômeno da globalização, é possível afirmar, exceto

- A) De acordo com o sociólogo britânico Anthony Giddens, a globalização atinge também a dimensão das ideias e valores, e os indivíduos são “desencaixados de seus contextos locais”.
 B) A globalização é um fenômeno estritamente empresarial e não interfere no desenvolvimento autônomo da América do Sul e do principal país da região: o Brasil.
 C) Com a globalização, o Estado perde força no planejamento e na implementação de políticas públicas e sociais.
 D) No contexto da globalização, a ideologia neoliberal estabelece sua hegemonia, e o mercado firma-se como o grande regulador e dinamizador da vida econômica.

- 12.** (Unimontes-PR) Por ser a globalização um processo aberto, plural e contraditório, produz consequências difíceis de se prever e controlar. O sociólogo britânico Anthony Giddens, estudioso do fenômeno da globalização, sustenta que o mundo em que vivemos, atualmente, não está sujeito ao rígido controle humano.

Considerando essa reflexão, é incorreto afirmar:

- A) A globalização é um fenômeno puramente midiático, orientado pela propaganda, coordenado pelo governo do maior país capitalista do planeta, cujos efeitos são determinantes para o desenvolvimento social de regiões como a América Latina.
 B) A globalização trata efetivamente da transformação do espaço e do tempo, relacionada ao surgimento da comunicação global instantânea e ao transporte de massa.
 C) A globalização não diz respeito apenas à criação de sistemas em grande escala, mas, sobretudo, à transformação de contextos locais e até mesmo pessoais de experiência social.
 D) Como resultado direto da globalização, pode-se falar atualmente na emergência de uma ordem social pós-tradicional, em que o tradicional não desaparece, mas muda seu status.

- 13.** (UFFS) O processo de integração e de circulação de mercadorias para muito além das fronteiras nacionais existe há muito tempo e não é suficiente para caracterizar algo novo. Marx e Engels já escreveram sobre isso na obra *Manifesto Comunista*, ainda em 1848, na qual mostram o avanço do capitalismo no mundo.

Nesse sentido, podemos dizer que esse antigo processo de circulação de mercadorias é hoje designado:

- A) Política Neoliberal.
 B) Revolução Industrial.
 C) Revolução Administrativa.
 D) Globalização da Economia.
 E) Legitimação do Capital Internacional.

- 14.** (FGV-2019) A tecnologia, a globalização e as mudanças climáticas são forças planetárias que estão sendo aceleradas ao mesmo tempo. Elas atuam direta ou indiretamente umas em relação às outras.

Sobre a atuação das forças citadas, analise as afirmações a seguir.

- I. O uso das novas tecnologias digitais e os projetos de sistemas inteligentes devem permitir intervenções que possibilitem a restauração e a regeneração do ambiente natural.
 II. As assimetrias de poder são equilibradas pelo compartilhamento da tecnologia e das informações que, em contexto global, tende a suprimir a segregação digital.
 III. As tecnologias digitais e a infraestrutura de comunicação global alteram os conceitos tradicionais de trabalho e de remuneração, possibilitando o surgimento de novos tipos de empregos flexíveis e transitórios.

Está correto o que se afirma em

- A) I e II, somente.
 B) II, somente.
 C) I e III, somente.
 D) I, II e III.
 E) II e III, somente.

- 15.** (UECE) No que tange ao processo de globalização, são feitas as seguintes afirmações:

- I. Esse processo permite que as pessoas conheçam o planeta extensivamente e profundamente.
 II. Apesar do aumento da internacionalização da economia e das finanças mundiais, muitos países, regiões dentro de países e até áreas continentais não são alcançadas pelo movimento de globalização, a não ser sob a forma contraditória de sua própria marginalização.

- III. Uma das estratégias da economia globalizada é a de adotar a prática empresarial do melhor resultado ao menor custo possível, instaurando uma reengenharia nas relações de trabalho que implica o aumento do emprego parcial, temporário, precário e subcontratado.

É correto o que se afirma em

- A) I, II e III.
 B) I e II apenas.
 C) I e III apenas.
 D) II e III apenas.

16. (UPE) Analise o texto a seguir:

O espaço se globaliza, mas não é mundial como um todo, senão como metáfora. Todos os lugares são mundiais, mas não há um espaço mundial...

SANTOS, Milton. 1993.

Ele caracteriza a globalização como

- A) possibilidade de transformar suas virtudes locais, de modo a evitar a interação com as ações solidárias hierárquicas.
- B) diminuição do poder das empresas transnacionais mediante práticas, como a formação de cartéis, trustes e *holdings*.
- C) fenômeno revelador de lugares que são, ao mesmo tempo, objetos de uma razão global e de uma razão local, convivendo dialeticamente.
- D) aumento do poder dos Estados nacionais em relação aos conglomerados transnacionais.
- E) conjunto dissociável de sistemas de objetos naturais ou fabricados e de sistemas de ações.

17.
F7JP



(Unesp) Com o fim da Guerra Fria, os EUA formalizaram sua posição hegemônica. Sem concorrência e se expandindo para as antigas áreas de predomínio socialista, o capitalismo conheceu uma nova fase de expansão: tornou-se mundializado, globalizado. O processo de globalização criou uma nova divisão internacional do trabalho, baseado numa redistribuição pelo mundo de fábricas, bancos e empresas de comércio, serviços e mídias.

ALMEIDA, Loriza L. de; MAGNONI, Maria da Graça M. (org.). *Ciências Humanas: Filosofia, Geografia, História e Sociologia*. 2016 (Adaptação).

Dentre as consequências do processo de globalização, é correto citar

- A) o nascimento do governo universal e democrático.
- B) a pacificação das relações internacionais.
- C) o enfraquecimento dos estados-nações.
- D) a abolição da exploração social do trabalho.
- E) o nivelamento econômico dos países.

18. (Albert Einstein) A tal ideologia globalitária, quase sem resistências, vem tentando demonstrar que, com a queda do Muro de Berlim e o fim do chamado mundo bipolar, o espaço político e econômico tornou-se mais homogêneo, menos conflitivo, havendo concordância a respeito das tendências evolutivas da economia e das sociedades.

BELLUZZO, Luiz Gonzaga. *A guerra do Brasil*. São Paulo: Textonovo, 2006. p. 25.

O autor se refere a uma interpretação da chamada nova ordem mundial. Sobre essa ordem é correto afirmar que

- A) vivenciamos a globalização que tornou as relações comerciais internacionais bem mais harmoniosas, com a eliminação quase total dos obstáculos alfandegários.
- B) assistimos ao fim da geopolítica, que é aquela ação dos países de colocarem à frente de todos os interesses gerais, seus próprios interesses econômicos e estratégicos.
- C) na globalização há mais liberdade para a circulação de capitais no mundo, porém a falta de controles eficazes tem gerado situações de instabilidade econômica importantes.
- D) o fim da ordem bipolar significou o fim do equilíbrio militar que mantinha certa paz no mundo; a consequência é o aumento significativo de conflitos e de guerras regionais.

19. (FGV) No processo de mundialização [globalização] observa-se uma difusão de normas padronizadas seja no processo político, seja na produção industrial, seja nas trocas monetárias, etc. Essas normas poderiam ser comparadas a uma forma de linguagem simplificada. [...]

RIPERT, Blandine. Mundo(s): as culturas entre a uniformização e a fragmentação. In: LÉVY, J. *L'invention du monde*. Sciences Po. Les Presses. 2008. p. 188.

Esse aspecto da globalização se justifica pela necessidade de

- A) eliminarem-se as diferenças culturais, verdadeiro obstáculo para que o processo de globalização se torne de fato um processo mais real.
- B) pressionar e transformar as leis e normas dos países menos desenvolvidos que ainda resistem a integrar-se ao processo de globalização.
- C) dificultar a circulação das mercadorias de países de cultura e regras diferentes, como a China, e quebrar sua força de concorrência no mundo global.
- D) facilitar e permitir, segundo os padrões de uma economia de escala, uma simplificação e maior rapidez nas trocas comerciais.
- E) facilitar o desenvolvimento que a globalização gera, retardado pela diversidade cultural que mantém vários povos do mundo numa condição de atraso.

20. (FGV) No decorrer do século XX, para a organização de projetos de criação de blocos econômicos, foi necessário superar rivalidades históricas. Isto ocorreu na Europa e também na América do Sul, quando o Brasil e a Argentina deixaram de lado as disputas por hegemonia e engendraram um acordo, na década de 1980, que posteriormente originou o Mercosul.

Estes exemplos permitem afirmar que:

- A) a herança colonial europeia dá maior flexibilidade aos países sul-americanos no âmbito das relações políticas e econômicas.
- B) quando o objetivo é reduzir ou eliminar os desníveis econômicos, as diferenças históricas são abandonadas.
- C) as questões de natureza étnico-culturais podem ser relevantes para o estabelecimento de relações comerciais.
- D) no contexto da globalização, as relações entre os Estados e as economias nacionais são modificadas.
- E) as questões geopolíticas se tornam entraves quando os países procuram estabelecer relações multilaterais.

SEÇÃO ENEM

01. (Enem-2022) Um experimento denominado FunFit foi desenvolvido com o objetivo de fazer com que os membros de uma comunidade local se tornassem mais ativos fisicamente. Todos os participantes do estudo foram vinculados a dois outros membros da comunidade que receberiam pequenos incentivos em dinheiro para serem estimulados a aumentar a sua atividade física, que era medida por acelerômetros nos celulares fornecidos pelo estado. Assim, se a pessoa andasse mais do que o habitual, seus conhecidos receberiam o dinheiro. Os resultados foram assombrosos: o esquema mostrou-se de quatro a oito vezes mais eficaz do que o método de oferecer incentivos individuais.

MOROZOV, E. *Big Tech: a ascensão dos dados e a morte da política*. São Paulo: Ubu, 2018 (Adaptação).

Contrariando a visão prevalente sobre o impacto tecnológico nas relações humanas, o texto revela que os celulares podem desempenhar uma função

- A) recreativa, promovendo o lazer em redes integradas.
- B) social, estimulando a reciprocidade por meios digitais.
- C) laboral, convertendo o desenvolvedor em usuário final.
- D) comercial, direcionando a escolha por produtos industrializados.
- E) cognitiva, favorecendo ferramentas virtuais.

02. (Enem-2019) Saudado por centenas de militantes de movimentos sociais de quarenta países, o Papa Francisco encerrou no dia 09/07/2018 o 2º Encontro Mundial dos Movimentos Populares, em Santa Cruz de La Sierra, na Bolívia. Segundo ele, "a globalização da esperança, que nasce dos povos e cresce entre os pobres, deve substituir esta globalização da exclusão e da indiferença".

Disponível em: <http://cartamaior.com.br>. Acesso em: 15 jul. 2015 (Adaptação).

No texto há uma crítica ao seguinte aspecto do mundo globalizado:

- A) Liberdade política.
- B) Mobilidade humana.
- C) Conectividade cultural.
- D) Disparidade econômica.
- E) Complementaridade comercial.

03. (Enem)

Texto I

As fronteiras, ao mesmo tempo que se separam, unem e articulam, por elas passando discursos de legitimação da ordem social tanto quanto do conflito.

CUNHA, L. Terras lusitanas e gentes dos brasis: a nação e o seu retrato literário. *Revista Ciências Sociais*, n. 2, 2009.

Texto II

As últimas barreiras ao livre movimento do dinheiro e das mercadorias e informação que rendem dinheiro andam de mãos dadas com a pressão para cavar novos fossos e erigir novas muralhas que barrem o movimento daqueles que em consequência perdem, física ou espiritualmente, suas raízes.

BAUMAN, Z. *Globalização: as consequências humanas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

A resignificação contemporânea da ideia de fronteira compreende e

- A) liberação da circulação de pessoas.
- B) preponderância dos limites naturais.
- C) supressão dos obstáculos aduaneiros.
- D) desvalorização da noção de nacionalismo.
- E) seletividade dos mecanismos segregadores.

04. (Enem) O desenvolvimento científico digital-molecular de certa forma desterritorializou as localizações produtivas; os novos métodos de organização do trabalho industrial também vão na mesma direção: *just in time*, *kamban*, organização flexível.

OLIVEIRA, F. *As contradições do ão: globalização, nação, região, metropolização*. Belo Horizonte: Cedeplar UFMG, 2004.

As mudanças descritas no texto referentes aos processos produtivos são favorecidas pela

- A) ampliação da intervenção do Estado.
- B) adoção de barreiras alfandegárias.
- C) expansão das redes informacionais.
- D) predominância de empresas locais.
- E) concentração dos polos de fabricação.

05. (Enem)

Texto I

Mais de 50 mil refugiados entraram no território húngaro apenas no primeiro semestre de 2015. Budapeste lançou os “trabalhos preparatórios” para a construção de um muro de quatro metros de altura e 175 KM ao longo de sua fronteira com a Sérvia, informou o ministro húngaro das Relações Exteriores. “Uma resposta comum da União Europeia a este desafio da imigração é muito demorada, e a Hungria não pode esperar. Temos que agir”, justificou o ministro.

Disponível em: www.portugues.rfi.fr. Acesso em: 19 jun. 2015 (Adaptação).

Texto II

O Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR) critica as manifestações de xenofobia adotadas pelo governo da Hungria. O país foi invadido por cartazes nos quais o chefe do executivo insta os imigrantes a respeitarem as leis e a não “roubarem” os empregos dos húngaros. Para o ACNUR, a medida é surpreendente, pois a xenofobia costuma ser instigada por pequenos grupos radicais e não pelo próprio governo do país.

Disponível em: <http://pt.euronews.com>. Acesso em: 19 jun. 2015 (Adaptação).

O posicionamento governamental citado nos textos é criticado pelo ACNUR por ser considerado um caminho para o(a)

- A) alteração do regime político. D) cerceamento da liberdade de expressão.
 B) fragilização da supremacia nacional. E) fortalecimento das práticas de discriminação.
 C) expansão dos domínios geográficos.

06. (Enem) Apesar de seu disfarce de iniciativa e otimismo, o homem moderno está esmagado por um profundo sentimento de impotência que o faz olhar fixamente e, como que paralisado, para as catástrofes que se avizinham. Por isso, desde já, saliente-se a necessidade de uma permanente atitude crítica, o único modo pelo qual o homem realizará sua vocação natural de integrar-se, superando a atitude do simples ajustamento ou acomodação, apreendendo temas e tarefas de sua época.

FREIRE. P. *Educação como prática da liberdade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.

Paulo Freire defende que a superação das dificuldades e a apreensão da realidade atual será obtida pelo(a)

- A) desenvolvimento do pensamento autônomo. D) realização de desejos pessoais.
 B) obtenção de qualificação profissional. E) aumento da renda familiar.
 C) resgate de valores tradicionais.

SEÇÃO FUVEST / UNICAMP / UNESP



GABARITO

Propostos

Meu aproveitamento

Acertei _____ Errei _____

- | | | |
|-----------------------------|-----------------------------|-----------------------------|
| <input type="radio"/> 01. B | <input type="radio"/> 08. B | <input type="radio"/> 15. D |
| <input type="radio"/> 02. A | <input type="radio"/> 09. C | <input type="radio"/> 16. C |
| <input type="radio"/> 03. A | <input type="radio"/> 10. C | <input type="radio"/> 17. C |
| <input type="radio"/> 04. B | <input type="radio"/> 11. B | <input type="radio"/> 18. C |
| <input type="radio"/> 05. C | <input type="radio"/> 12. A | <input type="radio"/> 19. D |
| <input type="radio"/> 06. B | <input type="radio"/> 13. D | <input type="radio"/> 20. D |
| <input type="radio"/> 07. A | <input type="radio"/> 14. C | |

Seção Enem

Acertei _____ Errei _____

- | | |
|-----------------------------|-----------------------------|
| <input type="radio"/> 01. B | <input type="radio"/> 05. E |
| <input type="radio"/> 02. D | <input type="radio"/> 06. A |
| <input type="radio"/> 03. E | |
| <input type="radio"/> 04. C | |

Total dos meus acertos: _____ de _____ . _____ %